

Carolina Leão

As Mães-Avós da Quinta da Princesa: Da Ancestralidade ao Chão



UNIS

MDM
movimento democrático de mulheres



Carolina Leão é Doutora em Sociologia Económica e das Organizações pelo ISEG, Universidade de Lisboa, com estudos de Pós-Doutoramento no Instituto de Geociências da Universidade Federal Fluminense (Brasil), onde integrou, como especialista visitante, o projeto de criação da InTEC-SOL – Incubadora de Economia Solidária. É Licenciada em Turismo pela Faculdade da Cidade (Brasil).

A sua trajetória, porém, não se confina à academia. É no chão vivo dos territórios, no diálogo com os setores populares, que o seu trabalho ganha sentido e direção. Foi a partir da Educação Popular, na perspectiva freiriana, que desenvolveu investigação sobre a *Pedagogia da Autogestão* – ancorada no movimento de Economia Solidária – e se debruçou sobre a *Pedagogia do Movimento das Comunidades Populares* como impulsionadora de formas de poder popular.

Desenvolveu trabalho no campo do Turismo de Base Comunitária, Comércio Justo e Soberania Alimentar, no Setor Cooperativo e noutras frentes populares. Com as mulheres ciganas, construiu experiências, aprendizagens e escreveu sobre os múltiplos momentos pedagógicos que emergiram do trabalho com esta comunidade.

A sua escuta ativa e comprometida só tem sido possível porque, há longos anos, atua como gestora e coordenadora de projetos sociais fora da academia formal – nos territórios, com as mulheres (os seus coletivos e comunidades), ao lado delas – e porque carrega consigo um profundo conhecimento da Investigação-Ação Participativa e das metodologias que desvelam saberes silenciados.

Mas o que verdadeiramente a define é a certeza de que o conhecimento se constrói *com a alteridade* (reconhecimento das outras e dos outros como sujeitos) – nas hortas, nas varandas, nos parlamentos informais, nas ruas onde a vida acontece.

Este livro é, por isso, o encontro entre uma vida de compromisso e a sabedoria das Mães-Avós da Quinta da Princesa. Uma história que só pôde ser contada porque houve escuta sensível, respeito e disponibilidade para aprender com quem, todos os dias, constrói comunidade.

Carolina Leão

**As Mães-Avós
da Quinta da Princesa:
Da Ancestralidade ao Chão**

húmus

TÍTULO

**AS MÃES-AVÓS DA QUINTA DA PRINCESA:
DA ANCESTRALIDADE AO CHÃO**

Carolina Leão

Investigação realizada no âmbito do
Projeto “A Quinta da Princesa com Elas Tem Vida”

ENTIDADES PROMOTORAS:

Câmara Municipal do Seixal
Junta de Freguesia de Amora
MDM – Movimento Democrático de Mulheres

EQUIPA TÉCNICA:

MDM – Movimento Democrático de Mulheres
COORDENAÇÃO GERAL E INVESTIGADORA
RESPONSÁVEL: Carolina Leão
COORDENAÇÃO FINANCEIRA: Sandra Benfica

COCRIAÇÃO DO MAPA DA QUINTA

DA PRINCESA | PRODUÇÃO ARTÍSTICA:
Maria Eduarda Correia (Duda Correia)

MÃES-AVÓS DA QUINTA DA PRINCESA:

Augusta Fernandes, Elvira Fernandes,
Engracia Tavares, Eulália Rodrigues,
Fátima Fernandes, Juliana Semedo,
Laura Sousa, Carolina Silva,
Maria Coelho da Veiga, Conceição Silva,
Maria Sábado Tavares, Maria Segunda
da Veiga, Paulina Fernandes, Vitória Varela

FOTOGRAFIAS:

Carolina Leão, Henrique Godoy,
Maria Eduarda Correia, Vania Brayner

GRUPO MEMÓRIAS DA QUINTA DA PRINCESA:

Alcides Cardoso, Ana Rosário,
Madalena Marques, Maria José Estevam

PREFÁCIO: Vania Brayner

TRADUÇÃO (CRIOULO DE CABO VERDE–PORTUGUÊS):

Domingos Fernandes

AGRADECIMENTOS:

Grupo Colaborativo de Mulheres da Quinta
da Princesa, Grupo “Memórias da Quinta
da Princesa”, Porta-Vozes da Rua Cidade
da Praia, CAPA – Centro de Assistência
Paroquial da Amora, Grupo Desportivo
Cultural e Recreativo da Quinta da Princesa

CAPA: SAL Studio

PAGINAÇÃO: Margarida Baldaia

© Edições Húmus e MDM, 2026

EDIÇÕES HÚMUS, LDA.

Apartado 7081

4764-908 Ribeirão – V.N. Famalicão

Tel. + 351 926 375 305

humus@humus.com.pt | www.edicoeshumus.pt

IMPRESSÃO: Papelmunde – V. N. Famalicão

1.ª EDIÇÃO: Março de 2026

DEPÓSITO LEGAL: 561663/26

ISBN: 978-989-9275-92-8

*Os conteúdos expressos nesta obra
são da exclusiva responsabilidade da
autora, não refletindo necessariamente
o posicionamento das instituições
promotoras e financiadoras.*

APOIO



comunidades-em-ação
operações integradas metropolitanas



Índice

- 7 Sobre o MDM
- 9 Prefácio
Vania Brayner
- 15 Capítulo 1. A Quinta das Mães-Avós.
Por uma ancestralidade-chão insurgente
- 41 Capítulo 2. As Mães-Avós da ancestralidade ao chão
- 207 Capítulo 3. Mapas vivos: Por onde se faz comunidade
na Quinta da Princesa? Lugares e memórias das Mães-Avós
- 255 Capítulo 4. A arquitetura de saberes das Mães-Avós:
O mapa vivo da economia que brotou da nossa comunidade
- 275 Capítulo 5. Potencial transformador: Quando as Mães-Avós
convertem opressão em comunidade
- 301 Referências bibliográficas

Sobre o MDM

Com quem foi possível a ousadia de avançar,
e a quem agradeço por estes anos
de cumplicidade, de luta e de confiança

Fundado em 1968, o *Movimento Democrático de Mulheres* (MDM)* é uma associação de âmbito nacional que se assume como movimento de opinião e de intervenção. A sua ação valoriza o legado histórico das mulheres que, em Portugal e no mundo, lutaram contra a opressão e por uma sociedade mais justa. Os seus objetivos centrais unem as mulheres na defesa dos seus direitos como cidadãs, trabalhadoras e mães, combatendo todas as formas de discriminação – de género, etnia, religião, orientação sexual – e afirmando os direitos sexuais e reprodutivos, a função social da parentalidade, a igualdade salarial e uma vida livre de violência. É também uma voz ativa na construção de relações de amizade, solidariedade e cooperação com organizações feministas em todo o mundo, na luta por um futuro de paz e justiça para a humanidade.

É deste compromisso histórico, e da certeza de que a luta se tece tanto no global como no local, que nasce o projeto *A Quinta da Princesa com Elas Tem Vida*, que dá corpo a esta obra. Este projeto afirma a nossa presença ativa e o aprofundamento do trabalho lá, onde a vida acontece: nos bairros, nas hortas, nas ruas e nos quintais. É no território, afinal, que as violências e opressões assumem as suas formas mais específicas e, por isso, mais silenciosas. **Mas é também aí – nesse mesmo chão – que as mulheres teimam em construir experiências na contracorrente.** *A Quinta da Princesa* é uma delas. E é essa história de r-existência criativa, de comunidade e de esperança que este livro conta.

Carolina Leão

Coordenadora do Projeto
A Quinta da Princesa com Elas Tem Vida

*

Sede nacional: Av. Almirante Reis, 90, 7.ºA – 1150-022 Lisboa | geral@mdm.org.pt

Núcleo do Seixal: R. das Flores, 4b – 2845-367 Paivas, Amora-Seixal | mdm.seixal@gmail.com

Site: www.mdm.org.pt

Prefácio

VANIA BRAYNER*

*Enquanto o leão não aprender a contar suas histórias,
as vitórias da caça serão sempre do caçador.*

PROVÉRBIO AFRICANO

Há livros que contam histórias. Outros deslocam o eixo da própria história, contando-a a contrapelo. O livro *As Mães-Avós da Quinta da Princesa: Da ancestralidade ao chão* pertence ao segundo gênero, pois altera o ponto de vista a partir do qual o território é narrado. Não é apenas um livro para registro de memórias, é também para desafiar a historiografia tradicional de um lugar que, durante séculos, foi contada a partir dos seus proprietários ilustres, deixando de lado as vidas ordinárias que fundaram o lugar. Em outras palavras, são histórias contadas do ponto de vista dos vencidos no passado, na ação que Walter Benjamin chamou de “escovar a história a contrapelo” (1987, p. 225). Colocar-se a contrapelo é estar em direção oposta ao que se poderia considerar “natural”; é enfrentar resistências e, ao mesmo tempo, ser resiliente para seguir adiante. Portanto, este livro é sobre coragem.

A Quinta da Princesa, conhecida em seus registros históricos pela associação a figuras aristocráticas, surge aqui sob outra lente: a das mulheres africanas e ciganas que, nos anos 1980, ocuparam habitações sociais e transformaram um conjunto de prédios numa verdadeira comunidade. O gesto do livro é claro e politicamente situado: retira o protagonismo da narrativa elitizada e devolve-o às Mães-Avós – as fundadoras do bairro da Quinta da Princesa que, ao longo de

* Antropóloga e Museóloga. Consultora da UNESCO.
Prof.ª convidada do Departamento de Sociomuseologia, Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias – Lisboa.

suas vidas, foram invisibilizadas num território marcado pelo estigma de “bairro problemático”. Estigma que gera marginalização e falta de oportunidades e que dissemina o preconceito contra moradores de comunidades como a Quinta da Princesa e tantas outras, mundo afora.

Ao serem estigmatizadas, são igualmente destituídas dos seus direitos de cidadania, ao ponto de muitas pessoas dessas comunidades envergonharem-se e até se sentirem culpadas por uma condição que não escolheram para si, mas que lhes foi imposta desde o nascedouro. Nesse maquinário de produzir representações de pessoas como ameaças ou vítimas, está incluída a negação de uma fala própria e a repressão das suas capacidades de reivindicar-se como sujeitos plenos de direitos no mundo vivente.

O trabalho desenvolvido e apresentado neste livro pela Doutora Carolina Leão, no bairro que chamam de “problemático”, quebra essa engrenagem do estigma social e nos revela um território de sabedorias. Há filosofia na horta, política na cozinha, pedagogia na partilha. Há uma cartografia desenhada com afeto – onde cada prédio guarda uma infância; cada praça, uma luta; e cada uma dessas mulheres traz em si um modo ancestral de ser e viver, desde as suas origens.

A Investigação-Ação Participativa coordenada pela Doutora Carolina Leão é, fundamentalmente, constituída por corajosas rupturas. Rompe com o Poder da História Única, ao incluir histórias que nunca estiveram nos livros oficiais. Histórias sem nostalgias de princesas, mas repletas de mulheres reais, corajosas e lutadoras. Rompe também com o Investigar *Sobre*, ao optar por investigar *Com* as Mães-Avós, por construir, mais do que parcerias, uma camaradagem e um compromisso comum a longo prazo de estarem juntas num encontro solidário, a lutar por um mundo que necessita ser transformado. Essa ruptura está materializada na *Escola de Saberes das Mulheres* da Quinta da Princesa, baseada na Pedagogia da Pergunta e na construção do conhecimento como emancipação. As aulas de alfabetização foram ministradas pela própria investigadora e pela educadora Maria Eduarda Souto Maior, que juntaram as mãos e, com as Mães-Avós, escreveram muitas histórias com palavras geradoras de mais vida.

Desde o primeiro capítulo, a obra estabelece suas bases conceituais e metodológicas. A noção de “ancestralidade-chão” emerge como categoria central: não se trata apenas de herança cultural, mas de uma ancestralidade territorializada, encarnada nas práticas cotidianas, nas hortas, na partilha de alimentos, no cuidado coletivo das crianças, nas festas, nas conversas nas calçadas, nas rezas e nas estratégias de sobrevivência. O “chão” é simultaneamente espaço físico e construção simbólica; é lugar de memória e arena de disputas.

A crítica às colonialidades – do poder, do saber e do ser – também atravessa o texto como eixo estruturante. Dialogando com o pensamento de Aníbal Quijano e Walter D. Mignolo, o livro revela como as periferias urbanas são racializadas, estigmatizadas e inscritas em narrativas que associam pobreza a violência e marginalidade. Contudo, ao invés de fixar-se na denúncia, a obra desloca o foco para as práticas de reexistência construídas pelas mulheres.

É nesse ponto que a metodologia assume papel decisivo. Apoiada na Educação Popular de Paulo Freire e na Investigação-Ação Participativa formulada pelo colombiano Orlando Fals Borda, a pesquisa não observa a comunidade à distância: constrói-se com ela. A investigação mostra-se como um processo dialógico, pedagógico e político, que não é imposto, mas coconstruído. A produção do livro, da cartografia social, da exposição e do dossiê territorial torna-se parte da profícua intervenção comunitária, concebida e comandada pela Doutora Carolina Leão, uma trabalhadora social do campo da Educação Popular na perspectiva freiriana, na qual ela não exerce apenas a função social do seu trabalho, mas trabalha de forma consciente com o social, a contribuir para o processo de mudança; sem recusar a dimensão e o risco político e social do seu trabalho, como apregoa a socióloga e museóloga brasileira, Waldisa Rússio.

O segundo capítulo constitui o coração pulsante da obra. Nele, as narrativas das 14 Mães-Avós preservam a oralidade, os ritmos e as inflexões de suas memórias. São histórias que atravessam o período colonial em países como Cabo Verde, São Tomé e Príncipe e Moçambique, assim como a experiência da ciganidade em Portugal – frequentemente recusada como pertença legítima. Migração, trabalho precário, maternidade, solidariedade e luta por habitação atravessam essas vozes. Mais do que testemunhos individuais, são arquivos vivos de saberes coletivos que atravessaram mares, fronteiras, silêncios; e que trouxeram na bagagem o som do pilão, o tempero da cachupa, a lembrança da opressão colonial normalizada, a reza sussurrada, o costume de “juntar a mão” – a ciência da partilha.

As histórias trazidas pelas Mães-Avós da Quinta da Princesa destacam a importância da memória coletiva e da vivência comunitária como alicerce. Ao lembrar o passado em suas culturas de origem – onde a construção de casas, a preparação do terreno e a colheita eram feitas em regime de ajuda mútua (mutirão) –, elas sublinham valores essenciais, como a ideia de que o bem comum e a sobrevivência do coletivo sobrepõem-se aos interesses individuais. Essa reciprocidade e o cuidado mútuo, à base de “hoje eu ajudo, amanhã você ajuda”, atravessaram mares e criaram laços de solidariedade e de proteção no chão estrangeiro que as acolheu. O uso dessas tecnologias sociais ancestrais contrapõe

o individualismo da sociedade contemporânea e propõe que a construção de um futuro melhor exige o resgate dessas práticas de união e de cuidado coletivo.

É nesse segundo capítulo que a interseccionalidade, tal como proposta por Kimberlé Crenshaw, e aprofundada na perspectiva decolonial de Maria Lugones, nos permite compreender como raça, gênero, classe e colonialidade operam de forma imbricada na vida dessas mulheres. Não se trata de opressões paralelas; são sistemas entrelaçados que estruturam desigualdades e que, simultaneamente, podem forjar estratégias de resistência, especialmente quando a determinação de lutar para transformar não é individual, mas comunitária, coletiva. Como afirma Lugones, não se resiste sozinha.

O terceiro capítulo amplia o horizonte da Investigação-Ação Participativa ao apresentar a cartografia social como prática política. Ao mapear o território a partir das memórias das Mães-Avós, o bairro é redesenhado. Prédios, ruas e equipamentos urbanos se entrelaçam a afetos, redes de cuidado e espaços de convivência. O mapa deixa de ser instrumento técnico e torna-se narrativa coletiva. O território, antes estigmatizado como “problemático”, revela-se espaço de produção de vida, de solidariedade e de saberes.

A obra insiste em uma tese fundamental: memória é ato político. Narrar é disputar o direito de definir o passado e, por conseguinte, o futuro. Ao registrar as vozes das Mães-Avós, o livro enfrenta o epistemicídio que historicamente invalidou os saberes populares. Mais do que dar voz, a Investigação-Ação Participativa reconhece a necessidade da escuta institucional e social. As Mães-Avós lutaram juntas e conquistaram o que o Estado chamou de habitação social, mas elas insistiram em chamar de casa. E enquanto as estruturas sociais se moviam para negar-lhes mais direitos, as Mães-Avós sustentavam a vida com as próprias mãos. Trabalharam nas limpezas invisíveis das cidades, lavaram escritórios onde nunca foram reconhecidas, acordaram antes do sol, dormiram depois do extremo cansaço, mas mantiveram acesa a chama da comunidade.

Este livro é, em última instância, uma reescrita da história a partir do comum. Um gesto de coragem decolonial. Um convite a reconhecer que, quando as leas contam suas próprias histórias, o território inteiro se reorganiza e luta. A obra *As Mães-Avós da Quinta da Princesa: Da ancestralidade ao chão* convida-nos, assim, a reconsiderar o que entendemos por fundação, por patrimônio e por história. Mostra-nos que comunidades não nascem de decretos, mas de práticas cotidianas de cuidado coletivo. A Investigação-Ação Participativa nos mostra que essas mulheres racializadas e ditas periféricas não são meros objetos de políticas. Chamaram-nas de periféricas, mas elas se sabiam centrais e sujeitos de produção

de mundo, de suas histórias de vida. Por isso, não havia a possibilidade de desistir. Era vital construir um lugar de morada. Por isso, nas ruas da Quinta, a ancestralidade não mora nos museus. Mora na conversa de porta, na festa improvisada, na memória que passa de boca em boca. Mora no gesto de quem diz: “Fica, eu ajudo.” Mora na coragem de quem alfabetiza o próprio nome já adulta e descobre que escrever é também reescrever-se.

Ao longo da obra, torna-se evidente que, embora resguarde o rigor científico, este não é apenas um estudo acadêmico. É também um gesto político ético e uma devolução histórica. O livro não extrai narrativas dessas mulheres para arquivá-las, mas as restitui ao território em forma de livro, exposição, mapa e vídeo, a culminar numa partilha pública – fechando o ciclo da Investigação-Ação Participativa. E essa partilha pública, proporcionada pelo Movimento Democrático de Mulheres de Portugal, chega num momento em que o chão que acolheu essas mulheres vive um dos períodos mais críticos da sua história, no que se refere à normalização dos discursos de ódio nos espaços públicos, virtuais e físicos, contra imigrantes, em especial contra as pessoas racializadas e pobres.

Mesmo assim, este livro ousa falar de leoas, enquanto a história oficial fala de princesas. Leoas que não caçam glórias, mas sustentam vidas. Que enfrentaram colonialidades antigas e novas – do poder, do saber, do ser – e ainda assim escolheram afirmar a vida sobre o lucro, o comum sobre o individual, o estar sobre o dominar. Este livro é, portanto, uma devolução. É escuta. É gesto de juntar as mãos. É o reconhecimento de que o chão também tem memória e que, quando uma Mãe-Avó conta sua história, não narra apenas o que viveu – funda outra vez o bairro. Reassenta os seus alicerces. Levantam-se, reivindicam o direito de nomear o mundo e convidam as novas gerações a fazerem o mesmo.

Recife, 25 de fevereiro de 2026

Capítulo 1.

A Quinta das Mães-Avós. Por uma ancestralidade-chão insurgente

1. Das vozes silenciadas ao chão que fala: um percurso investigativo

A história da Quinta da Princesa pode ser contada de múltiplas formas. Por este território, desde meados do século XIV, há registos de diversos proprietários¹ e vidas que criaram raízes no local, desde a nobreza afortunada às populações que, por conta das diferentes formas de opressão e violências, encontraram maneiras de superação das situações desumanizantes que experimentaram.

A historiografia justifica o nome atribuído – Quinta da Princesa – pela propriedade de duas das suas “ilustres proprietárias”: a Infanta D. Maria Francisca Benedita de Bragança (entre 1750 e 1829) e, posteriormente, a Infanta D. Isabel Maria de Bragança (entre 1836 e 1876). A primeira, com ênfase no apreço pela música, o teatro e as artes plásticas. A segunda, por ter sido regente de Portugal, durante cerca de dois anos, em nome do irmão, o Imperador do Brasil D. Pedro IV.

Em ambos os casos, a prática do mecenato, de carácter religioso e/ou assistencial, é ressaltada como parte da biografia destas mulheres, com relevância nestes campos.

O presente estudo – *As Mães-Avós da Quinta da Princesa: Da ancestralidade ao chão* – pretende levantar uma outra perspectiva, que, em contraste com a aristocracia, coloca em cena “mulheres outras”, que, silenciadas e, por vezes, sem desconstruir as diferentes formas de dominação a que foram sujeitas, rasgam fronteiras e fundam, neste solo, valores que enfrentam as distintas colonialidades² (do saber, do poder e do ser).

1 Manuel A. S. Lima (2001) debruçou-se sobre a história da Quinta da Princesa desde meados do século XIV, dando a conhecer os registos dos diversos proprietários, entre outras informações sobre o território. Para além da bibliografia aqui indicada, pode consultar o sítio: <https://asraizesdeamora.blogs.sapo.pt/quinta-da-princesa-refugio-60967>.

2 Em termos gerais, o conceito de *colonialidade*, desenvolvido pelo grupo de investigação Modernidade/Colonialidade, é reivindicado para dar conta das diferentes formas de dominação

Ao visitar a ancestralidade de 14 mulheres, procurámos conhecer a fundação da Quinta da Princesa como um segmento específico da sua história, detendo-nos no período em que o bairro adquiriu a sua configuração atual, a partir dos anos 1980, com a atribuição das novas habitações sociais no âmbito das políticas públicas promovidas pelo Estado português³ (Decretos-Lei n.º 49033/1969; n.º 214/1982; n.º 177/1984; n.º 88/1987; n.º 243/2002; n.º 223/2007).

Todas as mulheres, a quem chamamos Mães-Avós, eram jovens que se candidataram ao programa com as suas famílias, permanecendo hoje ativas e a residir nesta comunidade. Para conhecer este processo, foi necessário mergulhar nas suas memórias de infância, adolescência e formação como pessoas adultas.

e violências que estão para além do colonialismo, principalmente, através dos padrões de *poder-saber-ser*. Sobre a colonialidade do poder, Quijano (2005, p. 107) refere que “tem origem e caráter colonial, mas provou ser mais duradouro e estável que o colonialismo, em cuja matriz foi estabelecido. Implica, conseqüentemente, num elemento de colonialidade no padrão de poder hoje hegemônico” (Quijano, 2005, p. 107). Trata-se de uma matriz de poder complexa e do controlo da economia, da autoridade, da natureza e dos recursos naturais, de género e de sexualidade, da subjetividade e do conhecimento (Mignolo, 2010). A colonialidade do saber (Lander, 2005), de cariz epistemológico, associada à produção do conhecimento, opera na apropriação e invisibilização da cultura. Ao assumir-se a universalidade do conhecimento ocidental, eurocêntrico e anglocêntrico, produz-se a descredibilização e inferiorização de outros saberes, pensamentos e filosofias. A contribuição de Maldonado-Torres (2007), sobre a colonialidade do ser, refere o impacto do colonialismo no imaginário e no quotidiano dos povos nativos, com o argumento de que as capacidades cognitivas são inferiores e violentas, carentes de ciência e de cultura e desprovidas do controlo da sexualidade.

3 A atribuição das habitações sociais na década de 1980 inscreve-se na atuação do **Fundo de Fomento da Habitação** (FFH), criado pelo Decreto-Lei n.º 49033, de 28 de maio de 1969, com a missão de promover e coordenar a política de habitação de interesse social e apoiar a construção de habitações económicas e sociais, em articulação com as Câmaras Municipais. O FFH foi extinto pelo Decreto-Lei n.º 214/82, de 29 de maio de 1982, sendo as suas competências gradualmente transferidas para o **Instituto Nacional de Habitação** (INH), criado pelo Decreto-Lei n.º 177/84, de 25 de maio de 1984. Em 1987, foi instituído o **Instituto de Gestão e Alienação do Património Habitacional do Estado** (IGAPHE), pelo Decreto-Lei n.º 88/87, de 26 de fevereiro de 1987, responsável pela gestão do parque habitacional público. Mais tarde, o IGAPHE foi fundido com o INH pelo Decreto-Lei n.º 243/2002, de 5 de novembro de 2002, processo que consolidou as funções de promoção e gestão da habitação social. Finalmente, o **Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbana** (IHRU) foi criado no âmbito da reestruturação orgânica do setor, através do Decreto-Lei n.º 223/2007, de 30 de maio de 2007, integrando as atribuições dos organismos anteriores e assumindo a continuidade da política pública de habitação e reabilitação urbana em Portugal (República Portuguesa, *Diário do Governo/Diário da República*, várias séries).

Com as mulheres africanas foi possível resgatar parte das suas memórias dos países de origem – Cabo Verde, São Tomé e Príncipe e Moçambique –, nos tempos coloniais.

Igualmente, foram ouvidas as mulheres portuguesas que, ainda hoje, têm a sua ancestralidade desconsiderada no seu país, que recusa a *ciganidade*, “o ser cigano”, como pertença sociocultural.

É fundamental ressaltar que a *ancestralidade* pode ser compreendida de múltiplas formas. No caso das Mães-Avós africanas, pode ser como herança-vivência que se materializa e se defende no saber-fazer comunitário do “junta mão” – na solidariedade de tratar a terra que gera alimento; nas construções ou cuidados; na medicina tradicional (uso de plantas, chás, rezas para curar); no uso do pilão como um ponto de encontro e um símbolo do trabalho coletivo e do som da comunidade; na culinária como saber que percorre gerações; nas festas, nas danças e nas músicas como energia que conecta as famílias.

As Mães-Avós ciganas desvelam a ancestralidade cigana feminina na construção afetiva e material da Quinta da Princesa, tecendo redes de cuidado, partilha e resistência cultural – seja nas práticas de economia familiar, seja na organização das festas que transformam a rua em território de celebração da vida. As suas vozes não apenas documentam, mas legitimam um modo de existir e pertencer que honra a cultura cigana enquanto património vivo do bairro.

No *chão*, as ancestralidades se expressam como território de memória e convivência. É a ancestralidade territorializada. A sua geografia incorpora as dimensões materiais e imateriais da vida das moradoras. No *chão*, as hortas nascem como espaço vivo de sustento, troca, convívio e transmissão de saberes entre gerações – um chão que alimenta o corpo e a comunidade; as ruas são os espaços de negociação e palco da “boa vizinhança”, das relações entre famílias africanas e ciganas.

A relação *ancestralidade-chão* não é uma coexistência abstrata, mas uma partilha quotidiana concreta de ferramentas, no cuidado das crianças, nas conversas de porta. O *chão* sustenta a diversidade e a negociação da diferença.

Este é o resgate ousado que precisamos fazer para que a *ancestralidade-chão* se torne um ato de coragem decolonial (de enfrentar as colonialidades presentes). Evidenciar o que emerge destas mulheres na diáspora confere-lhes a possibilidade de que o *chão* reconheça as suas resistências despercebidas e que reclame o direito das suas protagonistas de definir quem são, de onde vêm, para onde e como vão. Não se trata de confinar a reflexão à denúncia das violências coloniais, mas de

propor a **recuperação das memórias e das sabedorias ancestrais** como fundamento de r-existência (Porto-Gonçalves, 2006) e reconstituição de mundos.

É pela via da Educação Popular e da Investigação-Ação Participativa (IAP), enquanto ferramentas decoloniais, que as Mães-Avós são aqui ouvidas, enquanto guardiãs e operadoras dessa construção. Se a ancestralidade-chão nos oferece a base conceitual para entender a resistência das Mães-Avós, é através da construção coletiva da investigação que essas vozes ganham forma e potência política.

2. Do chão à voz: a construção coletiva da investigação

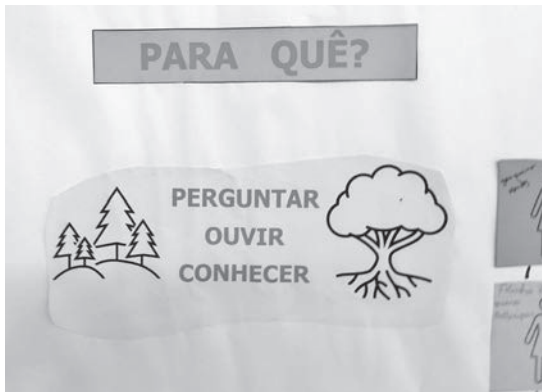
As Mães-Avós da Quinta da Princesa: Da ancestralidade ao chão é um estudo-contador de histórias, ele mesmo com a sua própria história. Tem como antecedente a aproximação do MDM – Movimento Democrático de Mulheres à comunidade da Quinta da Princesa, freguesia de Amora, Seixal, com um projeto encerrado em 2022: “Na Quinta da Princesa as Mulheres Contam”⁴.

Nesta ocasião, o MDM e a AMUCIP – Associação para o Desenvolvimento das Mulheres Ciganas Portuguesas desenvolveram um Diagnóstico Participativo (DP), associado ao campo da Educação Popular⁵ (na perspetiva de Paulo Freire). Este diagnóstico envolveu as mulheres residentes no bairro, de origens africanas (principalmente de Angola, Cabo Verde e São Tomé e Príncipe), afrodescendentes, ciganas e de várias regiões de Portugal.

O DP cumpriu todas as suas fases para o levantamento dos principais problemas que afligem a comunidade, ou seja: Auscultação – Sistematização – Devolução e Validação com as participantes – Planificação da Ação. Como tal, identificámos as prioridades, as formas de mobilização e de ação a desenvolver pela via destas mulheres.

4 O Projeto “Na Quinta da Princesa as Mulheres Contam” foi financiado pelo Programa Bairros Saudáveis, através da República Portuguesa, do Plano de Recuperação e Resiliência (PRR) e da União Europeia.

5 A Educação Popular, na perspetiva freiriana, enfatiza a problematização da realidade vivenciada pelas populações em situação de vulnerabilidade, considerando a desconstrução das diferentes formas de poder que impedem o exercício dos seus direitos e, conseqüentemente, geram diversas formas de violência. A construção coletiva e crítica dos conhecimentos, a valorização dos saberes populares e as metodologias promotoras da reflexão-ação são alguns dos seus fundamentos, de cariz transformador.



- ✓ Para unir as mulheres da Quinta da Princesa
- ✓ Para ter propostas para melhorar as condições do bairro da Quinta da Princesa e das pessoas
 - ✓ Para perceber o que se pode fazer
 - ✓ Celebrar datas importantes para as mulheres e a comunidade da QP
 - ✓ Para fazer um video

HABITAÇÃO SEGURANÇA PRÉDIO TRANSPORTES EDUCAÇÃO SAÚDE SERVIÇO SOCIAL

NA QUINTA DA PRINCESA AS MULHERES COLABORAM PARA MELHORAR AS SUAS CONDIÇÕES DE VIDA

GRUPO COLABORATIVO de MULHERES Quinta da Princesa

ADQUIRIR UMA FARMÁCIA NA Q.P.

ABRIR MAIS ESCOLAS PARA FILHOS DA Q.P.

TRANSPORTES: TER MAIS LINHAS PARA O BARRIO DA Q.P. PARA PODER SAIR PARA O TRABALHO

SAÚDE: TER MAIS ESCOLAS PARA OS FILHOS DA Q.P.

EDUCAÇÃO: TER MAIS ESCOLAS PARA OS FILHOS DA Q.P.

SAÚDE: TER MAIS ESCOLAS PARA OS FILHOS DA Q.P.

SERVIÇO SOCIAL: TER MAIS ESCOLAS PARA OS FILHOS DA Q.P.



Entre os principais problemas, ressaltaram: a erosão das edificações, com prédios e frações em estado de abandono pelo Estado, e a falta de acesso ao Instituto de Habitação e Reabilitação Urbana (IHRU) para a sua resolução; a ausência de administração dos condomínios; a necessidade de alfabetização; e a desmobilização dos moradores para a solução das várias dificuldades que enfrentam na comunidade.

Este dispositivo permitiu alavancar o primeiro espaço de participação comunitária do projeto – o *Grupo Colaborativo de Mulheres da Quinta da Princesa* (GCMQP), em que participa uma parte das Mães-Avós deste estudo – para a ação organizada no território.

Este grupo, com o seu empenho, abriu as portas para outro coletivo: o de porta-vozes dos prédios da Rua Cidade da Praia. Assim, a partir das várias oficinas e assembleias realizadas, as/os porta-vozes entenderam que deveriam organizar-se para formalizar a gestão dos condomínios, um dos fatores exigidos pelo IHRU para a reabilitação dos edifícios, e ainda para a melhor coordenação dos moradores e a melhoria dos prédios.

Mas foi com o Projeto “A Quinta da Princesa com Elas Tem Vida”⁶ (2023-2025), coordenado pela Câmara Municipal do Seixal e promovido pelo MDM, que conseguimos avançar com o GCMQP e porta-vozes para a constituição dos condomínios dos seis edifícios desta rua, bem como para envolver a autarquia do Seixal, a Junta de Freguesia de Amora e o IHRU. Durante o ano de 2023, contámos ainda com a parceria da AMUCIP neste âmbito.

Atualmente, a grande luta está em desafiar a burocracia e o prolongamento dos prazos estabelecidos pelo IHRU para a reabilitação dos edifícios. Este processo é referido de várias formas nas histórias contadas pelas Mães-Avós no decorrer deste trabalho.

6 O Projeto “A Quinta da Princesa com Elas Tem Vida” é financiado pelo Plano de Recuperação e Resiliência (PRR), República Portuguesa e União Europeia, pela via da Medida 1182 – Operação Integrada Local da Freguesia da Amora (Comunidades em Ação).







2.1. A Escola de Saberes das Mulheres da Quinta da Princesa: uma história de perguntas

Um dos desafios que considero mais difíceis, enquanto Educadora Popular, é ser capaz de fazer boas perguntas. Estas são sempre o ponto de partida para a aproximação do mundo de quem está aparentemente perto, mas tão separado/a por vivências e saberes.

Colocar “boas” perguntas consiste no exercício de auscultação-interação, que ajuda o tempo a permitir que as pessoas sejam estimuladas a pensar sobre si, no seu espaço e com as suas relações, para desvelar opressões, formular conhecimentos e, o que é desejável, saltar para a transformação.

O que leva a este trabalho é a construção da *Escola de Saberes das Mulheres da Quinta da Princesa*, experiência inspirada pela já referida Educação Popular (na perspectiva de Paulo Freire), que aposta na alfabetização popular das mulheres da comunidade. Foi neste espaço que, pela primeira vez, algumas das Mães-Avós e outras amigas levaram a cabo o sonho de serem alfabetizadas.

Neste espaço, às terças e sextas-feiras, muitas e muitas perguntas são feitas. Das respostas, são seleccionadas as palavras geradoras⁷, recolhidas do seu universo vocabular e biografia, que se vão transformando em temas geradores⁸.

Ambos funcionam como ferramentas para problematizar os seus processos migratórios, com momentos de debate sobre o 25 de Abril, o Dia Int'l da Mulher, processos de independência dos seus países de origem e o quotidiano da comunidade, o que afirma o papel destas mulheres na formação do bairro, a partir dos anos 1980.

⁷ Por *palavras geradoras*, Paulo Freire considerava aquelas extraídas dos encontros com as/os educandas/os durante conversas informais, identificando o vocabulário mais utilizado por estas/es e pela comunidade. Assim, tais palavras eram as que serviam de base para o processo de alfabetização.

⁸ Os *temas geradores* são aqueles levantados durante os processos de diálogo, entre educador/a e educanda/o, sendo o mote para a reflexão e a problematização e para desvelar elementos ocultos da realidade.





Foi durante este percurso de descoberta e problematização que as histórias destas mulheres foram surgindo, antes do 25 de Abril, marcadas pela colonização nos seus países de origem, assim como as suas razões para imigrarem para Portugal, com as suas famílias. Surgiram narrativas que sinalizam certas relações de vizinhança, de convivência, de apoio mútuo, de abastecimento alimentar nas hortas, de comemorações, do trabalho em casa (e posteriormente fora, por conta de outrem), sobre a comunicação feita nas suas línguas maternas, o que insinua uma configuração inicial da Quinta da Princesa talvez mais próxima de um sentido de comunidade (a ser tratado nos próximos capítulos), quando para lá foram viver e durante algum tempo.

Contudo, estas mulheres dizem que, de há uns anos para cá, ocorre um esvaziamento desta formação inicial. Os prédios foram-se degradando; houve a saída do bairro dos antigos moradores; já não se encontra trabalho como antigamente; há problemas nas áreas da saúde, transportes, desocupação de alguns jovens; a segunda e a terceira gerações de filhas/os e netas/os já não vivem no território, sendo que muitos já não sabem falar os idiomas dos seus países de origem. Elas já não conhecem os novos vizinhos e se preocupam com a falta de cooperação que deixou, maioritariamente, de existir.

Por este caminho, não podemos esquecer que parte da história contada por estas mulheres soma-se a outra parte revelada sobre o surgimento da Quinta da Princesa, no âmbito dos bairros criados no contexto da imigração de pessoas de origem africana em Portugal. Tal ocorre nas décadas de 1970 e 1980, com o avanço da industrialização e do setor da construção civil. São pessoas que migram, especialmente, de Cabo Verde, Guiné-Bissau, Angola e São Tomé e Príncipe (Raposo e Varela, 2017). De acordo com estes estudiosos, grande parte desta população seguiu para as periferias de Lisboa, concentrando-se, por décadas, em bairros económica e socialmente marginalizados.

Por sua vez, a Quinta da Princesa tende a não fugir da lógica “dos estereótipos de ‘problemático’ e violento, crítico ou de intervenção prioritária” (Raposo e Varela, 2017, p. 8). As referências preconceituosas que sustentam estes estereótipos estão presentes nas notícias que “associam os moradores à criminalidade violenta e ao tráfico de drogas, num caso flagrante de racialização da periferia e dos problemas urbanos” (Raposo e Varela, 2017, p. 8), que, entretanto, contrastam com a presença das e dos residentes que possuem uma longa e precária jornada de trabalho. No caso das mulheres, uma múltipla jornada que as espera: associada aos trabalhos precários e aos baixos salários, com destaque para as empresas de limpeza, há a gestão da casa e dos filhos.

Por tudo isso, começou a surgir a possibilidade de perceber o historial deste bairro à luz dos debates que realizámos na *Escola de Saberes das Mulheres da Quinta da Princesa*, considerando a contribuição das mulheres fundadoras – as *Mães-Avós* do bairro. Como seriam, a partir dos anos 1980, as suas práticas sociais-vivenciais, assentes nas relações de vizinhança, de convivência, de trabalho (não remunerado e remunerado), de abastecimento comunitário, entre outros aspetos; como seria a ocupação dos espaços e como contribuiriam para o primeiro desenho de organização comunitária?

Para procurar respostas às perguntas que partem de um contexto pedagógico assente na Educação Popular, foi fundamental considerar marcos de referência científicos que confrontassem as colonialidades referidas, oriundas do colonialismo, do capitalismo, do imperialismo, contrariando o epistemicídio e o culturicídio a que estas mulheres foram expostas.

Com esta premissa, a Educação Popular foi ao encontro da *Ciência Popular* para levantar as suas memórias ancestrais em movimento e validar os saberes produzidos pelas mulheres que pertencem às classes populares, evidenciando opressões e reconhecendo-as como sujeitos políticos de produção de conhecimentos, a partir das suas realidades contextualizadas.

É com este itinerário de imaginação-ação que atravessamos este desafio, destacando que a construção coletiva não se deu apenas no diálogo com as *Mães-Avós*, mas também na escolha consciente de uma metodologia que descoloniza a pesquisa: a Investigação-Ação Participativa.

3. Investigação-Ação Participativa: ciência popular que nasce do chão

Foi, então, que seguimos pela estrada da Investigação-Ação Participativa (IAP), como parte indissociável da pesquisa em Educação Popular, para tentar encontrar as respostas. Se, por um lado, Freire (1987) considerou a pesquisa do universo temático como forma de investigação popular, o sociólogo colombiano Orlando Fals Borda (1985) chamou Investigação-Ação Participativa ao que para ele foi um compromisso com a ciência popular, das classes populares.

Segundo Fals Borda (1985), a IAP é uma metodologia inserida num processo vivencial, ou seja, num ciclo de produção da vida e de trabalho nas comunidades, que visa a construção de *poder* e não apenas o *desenvolvimento* das respetivas comunidades de base. Este processo inclui, simultaneamente, educação de

adultos, investigação científica e ação política, considerando-se a “análise crítica, o diagnóstico dos problemas e a prática como fontes de conhecimento” (Fals Borda, 1985, p. 5, tradução nossa).

Thiollet (1996, p. 14) reforça esta perspectiva sobre a IAP, ao referir que é uma metodologia “concebida e realizada em estreita associação com uma ação ou com a resolução de um problema coletivo e no qual os pesquisadores e os participantes representativos da situação ou do problema estão envolvidos de modo cooperativo ou participativo”. Por esta razão, a inserção do/a investigador/a no campo de trabalho é fundamental.

Cabe, igualmente, salientar que não se trabalha com a IAP sem ter em conta as tensões epistemológicas, metodológicas e das temporalidades que esta coloca às perspectivas das Ciências Sociais, alicerçadas nos paradigmas eurocêntrico e da modernidade ocidental, que separam sujeito e objeto, teoria e prática, investigador e sujeito participante da investigação, entre outros aspetos que, por vezes, são postos em causa no âmbito da academia.

Daí a necessidade de fundamentar que a IAP não se coaduna com a militância desnorteada ou que parte de ideias concebidas levianamente. A IAP afirma-se, assim, como uma intervenção planeada que nos permite, enquanto investigadoras/es, contribuir para o fortalecimento da ciência popular e, simultaneamente, aprender com ela para ampliar os níveis gerais de conhecimento (Fals Borda, 1981).

A opção por estas ferramentas científicas e pedagógicas sustenta o carácter decolonial assumido neste estudo, como condição para defender o diálogo de saberes e a intencionalidade política de destacar a contribuição das Mães-Avós para a configuração do espaço-tempo da comunidade da Quinta da Princesa.

Outra questão a sublinhar nesta investigação é a de que, sendo um trabalho com mulheres, a proposta é desagregar esta terminologia compacta (mulheres) para entender esta categoria como polissémica, já que as condições de classe social e os padrões de poder dominantes são transversais à compreensão das desigualdades sobre as quais as suas vidas foram sendo estruturadas, inclusivamente em comparação com outras mulheres, em que a inferioridade produzida é, habitualmente, assimilada por quem vivencia estas opressões.

Esta problemática pode ser aprofundada se considerarmos a sua ligação à invenção de *raça*, etnia e cor (caracterizada não somente pela pele, mas pelo tipo de cabelo, feições do rosto – como nariz e lábios –, entre outros aspetos físicos e culturais), mas também a ocultação e invalidação dos saberes e conhecimentos produzidos.

Para compreender as experiências plurais das Mães-Avós, recorreremos à interseccionalidade enquanto ferramenta analítica, associada à perspectiva decolonial

(Crenshaw, 1989, 2004; Lugones, 2014), que nos permite desvelar como raça, classe, gênero, colonialidade e etnia se entrelaçam na produção de opressões, mas também de agência e resistência. Longe de uma perspectiva liberal, assumimos a interseccionalidade como crítica estrutural, capaz de revelar como o poder atua de forma imbricada na vida das mulheres racializadas, ciganas e africanas – sujeitos historicamente silenciados pela modernidade ocidental.

A *interseccionalidade*, associada à *decolonialidade*, oferece uma lente fundamental para a abordagem que procuramos, pois, como afirma Bilge (2009, pp. 70-71, tradução nossa):

A interseccionalidade refere-se a uma teoria transdisciplinar que visa compreender a complexidade das identidades sociais e das desigualdades através de uma abordagem integrada. Recusa a compartimentação e hierarquização dos principais eixos de diferenciação social, que são as categorias de sexo/gênero, classe, raça, etnia, idade, deficiência e orientação sexual. A abordagem interseccional vai além de um simples reconhecimento da multiplicidade de sistemas de opressão que operam com base nestas categorias e postula a sua interação na produção e reprodução das desigualdades sociais (Crenshaw 1989; Collins 2000; Brah & Phoenix 2004). Propõe-se compreender “a realidade social das mulheres e dos homens, e as dinâmicas sociais, culturais, económicas e políticas a ela associadas, como múltiplas e interativamente determinadas por vários eixos significativos de organização social” (Stasiulis 1999: 345).

Entretanto, Lugones (2014), com a formulação de colonialidade de gênero⁹, aprofunda e sustenta que o gênero não é apenas uma estrutura social neutra ou pré-existente, mas sim, um sistema imposto e organizado no contexto do sistema moderno/colonial. O gênero moderno/colonial, com o binarismo masculino/feminino, hegemonia da heterossexualidade, patriarcado e normatividade de “mulher-esposa/mãe” vs. “homem-provedor/autoridade”, foi introduzido como parte desse regime colonial.

9 María Lugones parte da teoria de Aníbal Quijano da *colonialidade do poder*, que aponta como o colonialismo europeu estabeleceu classificações universais de raça, trabalho, autoridade e subjetividade, para argumentar que a colonialidade de gênero foi imposta como parte desse regime colonial, com binarismo masculino/feminino, hegemonia da heterossexualidade, patriarcado e normatividade de “mulher-esposa/mãe” vs. “homem-provedor/autoridade”.

A forma como esse sistema de gênero opera determina uma ordem de dominação interligada à raça, ao capital, à colonialidade, à heterossexualidade compulsória e à classe social, estando enraizado nas estruturas da lógica de exploração capitalista-colonial.

Assim, a contribuição desta estudiosa ajuda a compreender como o gênero moderno é histórico e socialmente condicionado, e não universal ou natural. Permite ainda perceber como a opressão de gênero está ligada a dinâmicas coloniais/geopolíticas, e não só ao patriarcado “clássico”.

As resistências de ancestralidade das Mães-Avós, expressas no chão da sua comunidade, nos faz refletir sobre a seguinte afirmação de Lugones (2014, p. 949):

Não se resiste sozinha à colonialidade do gênero. Resiste-se a ela desde dentro, de uma forma de compreender o mundo e de viver nele que é compartilhada e que pode compreender os atos de alguém, permitindo assim o reconhecimento. Comunidades, mais que indivíduos, tornam possível o fazer; alguém faz com mais alguém, não em isolamento individualista. O passar de boca em boca, de mão em mão práticas, valores, crenças, ontologias, tempo-espacos e cosmologias vividas constituem uma pessoa. A produção do cotidiano dentro do qual uma pessoa existe produz ela mesma, na medida em que fornece vestimenta, comida, economias e ecologias, gestos, ritmos, habitats e noções de espaço e tempo particulares, significativos. Mas é importante que estes modos não sejam simplesmente diferentes. Eles incluem a afirmação da vida ao invés do lucro, o comunalismo ao invés do individualismo, o “estar” ao invés do empreender, seres em relação em vez de seres em constantes divisões dicotômicas, em fragmentos ordenados hierárquica e violentamente. Estes modos de ser, valorar e acreditar têm persistido na oposição à colonialidade.

Partindo destas premissas, assumimos os estudos decoloniais e da interseccionalidade simultaneamente para romper com o marco liberal, como forma de denúncia, resistência, desocultação e possibilidade de transformação cognitiva de racionalidades opressoras, que se afirmam no capitalismo, eurocentrismo, anglocentrismo e modernidade ocidental, como contribuição para outras racionalidades que afirmem a alteridade e a diversidade epistemológica, teórica e empírica das mulheres consideradas periféricas.

3.1. A oficina de coconstrução do objetivo e do objeto (de estudo) abordado na formação coletiva da IAP

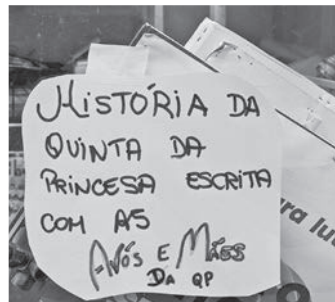
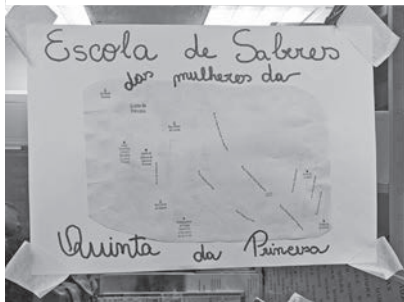
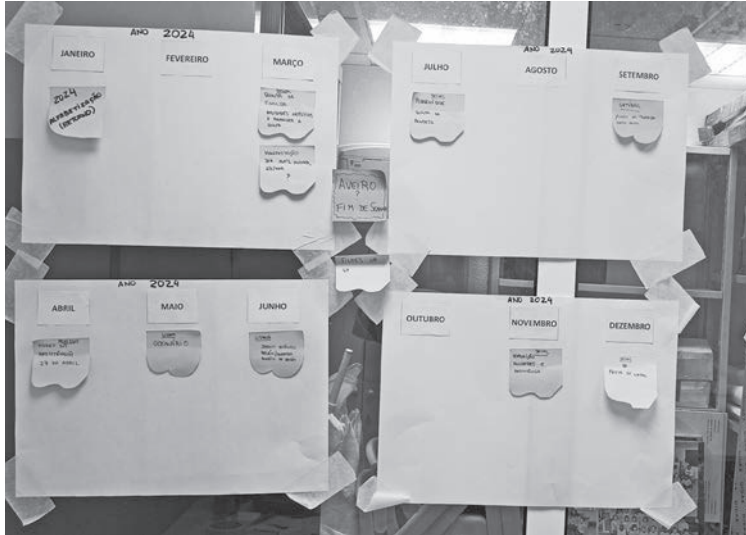
Nesta fase, partimos para um rico processo de consulta, através de uma oficina realizada com as Mães-Avós da comunidade, onde esta proposta de investigação foi apresentada, com a ideia de produzir um livro e uma exposição que contasse a história da fundação da Quinta da Princesa através das suas próprias histórias e vozes. O objetivo da oficina foi perceber se as indagações anteriormente referidas fariam sentido para elas, enquanto protagonistas deste processo, e não apenas para a investigadora.

A proposta foi acolhida com entusiasmo pelas “Mães-Avós”, expressão mencionada por elas e assumida por nós, nesta iniciativa. Assim, começámos a construir o objetivo deste estudo de saber como se deu a fundação da Quinta da Princesa, enquanto bairro social construído nos anos 1980, no Município do Seixal, freguesia de Amora.

O passo a seguir foi tecer o que René Barbier (2007) denomina por *objeto (de estudo) abordado*¹⁰. No caso deste estudo, partimos para *compreender como eram as práticas sociais das Mães-Avós, com início nos anos 1980, assentes nas relações de vizinhança, de convivência, de trabalho (não remunerado e remunerado), de abastecimento comunitário, entre outros aspetos, e como impactaram nesta primeira formação da comunidade da Quinta da Princesa*. Por sua vez, o património material foi igualmente conhecido durante o processo, enquanto espaços mencionados no acolhimento das práticas sociais de moradia, convívio, aprendizagem, trabalho, alimentação, entre outros aspetos.

Para perceber esta primeira formação do bairro, a IAP integrou diversas metodologias, técnicas de escuta, registo das histórias e ferramentas de Educação Popular. O quadro-síntese apresentado nas páginas seguintes revela o desenho processual da IAP, retratando cada momento que emerge com o desenrolar do trabalho dialógico desenvolvido.

10 Esta referência, apesar de ser considerada pelo autor no quadro da *Pesquisa-Ação Existencial* (PAE) e de guardar diferenças em relação à IAP, apresenta diversos pontos de contacto entre ambas, contribuindo assim para evidenciar a estrutura da investigação. O *objeto abordado* é considerado quando há uma situação-problema de um sujeito (grupo ou comunidade) para ser resolvido, que pode ser um sofrimento, a desintegração de relações humanas ou certo impedimento da ação sobre a realidade. Pode acontecer por um pedido de colaboração do sujeito ou por uma proposta do investigador profissional, interessado pela situação, o que é o caso.



PRINCIPAIS MOMENTOS DE COCONSTRUÇÃO DA IAP	PERÍODO	CONTEÚDOS PRODUZIDOS E PARTICIPANTES
OFICINA DE COCONSTRUÇÃO DO OBJETIVO GERAL DA IAP	28 de fevereiro de 2024	<ul style="list-style-type: none"> · Apresentação e validação da proposta de investigação com as participantes. · Objetivo: conhecer como se deu a fundação da Quinta da Princesa, enquanto bairro social construído nos anos 1980, no Município do Seixal, freguesia de Amora, através das narrativas das Mães-Avós.
PREPARAÇÃO E ARRANQUE DA 1.ª FASE DO PROJETO DE IAP OBJETO (DE ESTUDO) ABORDADO	De dezembro de 2024 a maio de 2025	<p><i>Preparação – Arranque – Pressupostos</i></p> <p>A 1.ª fase do projeto IAP foi preparada da seguinte forma:</p> <ul style="list-style-type: none"> · Objeto (de estudo) abordado: compreender como eram as práticas sociais das Mães-Avós, no início nos anos 1980, assentes nas relações de vizinhança, de convivência, de trabalho (não remunerado e remunerado), de abastecimento comunitário, entre outros aspetos, e como impactaram nesta primeira formação da comunidade da Quinta da Princesa. · As Mães-Avós indicaram 19 mulheres fundadoras da Quinta da Princesa, a partir dos anos 1980, quando os prédios foram inaugurados e as frações distribuídas. Até hoje, estas residem na comunidade. · Foram convidadas 19 Mães-Avós, das quais 5 optaram por não participar. · A investigação envolveu 14 participantes. · Para dialogar com as Mães-Avós, foi considerada parte das suas vivências nos países de origem ou em Portugal (no caso das Mães-Avós de etnia cigana), anterior à mudança para a Quinta da Princesa, com possíveis implicações no contexto de formação da comunidade. · No caso das Mães-Avós de origens africanas, tivemos em conta o período colonial que viveram nos seus países de origem – Cabo Verde, São Tomé e Príncipe e Moçambique –, o que contribuiu para perceber os diversos tipos de relações e formas de organização comunitária.

PRINCIPAIS MOMENTOS DE COCONSTRUÇÃO DA IAP	PERÍODO	CONTEÚDOS PRODUZIDOS E PARTICIPANTES
<p>PREPARAÇÃO E ARRANQUE DA 1.ª FASE DO PROJETO DE IAP</p> <p>OBJETO (DE ESTUDO) ABORDADO</p>	<p>De dezembro de 2024 a maio de 2025</p>	<p><i>Guião para as Conversas Individuais</i></p> <ul style="list-style-type: none"> · A abordagem com as 14 Mães-Avós foi realizada a partir da criação de um <i>Guião para as conversas individuais</i>, cuja função foi meramente orientadora, já que foram valorizadas as memórias, as narrativas e os ritmos de cada participante. · As conversas individuais foram realizadas nos seus locais de residência ou no Centro Comunitário da Quinta da Princesa. <p>Apesar de ter sido apresentada a opção de manter o anonimato, as Mães-Avós assinaram o “Protocolo de Consentimento Informado”, tendo autorizado as gravações em áudio, utilização da imagem no livro e a exposição e divulgação de dados pessoais (nome, data de nascimento, idade e país de origem), assumindo assim o protagonismo e identidade como fundadoras.</p> <ul style="list-style-type: none"> · Os <i>temas geradores</i> que orientaram as conversas foram: opressões e violências do período colonial nos países de origem (mulheres africanas) e em Portugal (mulheres ciganas); migração para Portugal; mecanismos de formação da comunidade da Quinta da Princesa; mudanças que ocorreram no bairro; e o que é preciso mudar hoje, na Quinta da Princesa. · Parte das Mães-Avós participantes no estudo integra o <i>Grupo Colaborativo de Mulheres da Quinta da Princesa</i> (GCMQP) e frequenta os grupos de alfabetização da <i>Escola de Saberes das Mulheres da Quinta da Princesa</i>.

PRINCIPAIS MOMENTOS DE COCONSTRUÇÃO DA IAP	PERÍODO	CONTEÚDOS PRODUZIDOS E PARTICIPANTES
<p>PREPARAÇÃO E ARRANQUE DA 1.ª FASE DO PROJETO DE IAP</p> <p>OBJETO (DE ESTUDO) ABORDADO</p>	De julho a setembro de 2025	<p><i>Transcrição e Sistematização das Conversas Individuais</i></p> <ul style="list-style-type: none"> · As transcrições das conversas foram realizadas com o auxílio da ferramenta <i>Pinpoint from Journalist Studio</i> (Google). · A sistematização dos conteúdos revelou a necessidade de recomposição das narrativas das Mães-Avós, segundo a pertinência dos assuntos, alterando-se a localização final das falas. · Procurámos manter a oralidade das narrativas e preservar a forma como as Mães-Avós lidam com a língua portuguesa não materna. Pretendeu-se que as alterações nas transcrições originais fossem mínimas, limitando-as apenas aos casos em que a compreensão das/os leitoras/es ficasse eventualmente prejudicada. · Com a sistematização das transcrições, foram evidenciados os diversos espaços materiais (prédios, ruas, escolas, equipamentos...) atravessados pelas memórias das Mães-Avós. Tais espaços são fundamentais para perceber a configuração material e imaterial da comunidade. · Estas novas descobertas levaram à coconstrução da <i>2.ª fase de Preparação da IAP</i>, como parte da transição do <i>objeto (de estudo) abordado</i> para o <i>coconstruído</i>.
<p>PREPARAÇÃO E ARRANQUE DA 2.ª FASE DO PROJETO IAP</p> <p>TRANSIÇÃO PARA O OBJETO (DE ESTUDO) COCONSTRUÍDO</p>	De outubro de 2025 a fevereiro de 2026	<p><i>Cartografia Social</i></p> <ul style="list-style-type: none"> · Utilizada como uma prática política e pedagógica, a <i>Cartografia Social</i>, enquanto metodologia, permitiu resgatar elementos das conversas individuais, para serem colocados em comum pelas Mães-Avós, em forma de mapeamento.

PRINCIPAIS MOMENTOS DE COCONSTRUÇÃO DA IAP	PERÍODO	CONTEÚDOS PRODUZIDOS E PARTICIPANTES
(CONT.) PREPARAÇÃO E ARRANQUE DA 2.ª FASE DO PROJETO IAP TRANSIÇÃO PARA O OBJETO (DE ESTUDO) COCONSTRUÍDO	(cont.) De outubro de 2025 a fevereiro de 2026	<ul style="list-style-type: none"> · Podemos considerar que tal metodologia contribuiu para dar corpo aos seguintes objetivos específicos, que emergiram, de forma clara, a partir da 1.ª fase da IAP: <ol style="list-style-type: none"> 1. Resgatar e validar as memórias afetivas, relacionais e de organização da vida comunitária, de acordo com o que foi sistematizado e analisado das conversas individuais e que surgiu do debate realizado durante as oficinas. 2. Identificar elementos que possam contribuir para repensar e transformar perspectivas da atual Quinta da Princesa (potencial transformador). · Com base nesta metodologia, as Mães-Avós, com uma perspectiva crítica, realizaram o seu próprio mapeamento dos lugares onde aconteciam as suas vivências, relações e organização comunitária na Quinta da Princesa. Foram realizadas três oficinas para a elaboração deste mapeamento, com a produção de um mapa coletivo, cuja síntese se encontra no capítulo 5: “1. O Mapa em imagens: os lugares da Quinta da Princesa”. · A quarta oficina foi orientada para a devolução das descobertas do estudo e validação coletiva, por forma a produzir uma visão coletiva acerca do espaço. A partilha deste momento está no capítulo 5: “2. O conhecimento que volta para casa! Oficina de Devolução-Validação”. · Para a realização das oficinas e coprodução da exposição temática, foi constituída uma equipa de <i>Curadoria Coletiva</i>, envolvendo profissionais e agentes da comunidade: <ol style="list-style-type: none"> 01 Coordenadora-Geral (investigadora e orientadora da 4.ª oficina); 01 Curadora Responsável; 01 Produtora Artística (igualmente orientadora das três oficinas de mapeamento); 01 <i>Designer</i> e Fotógrafo.

PRINCIPAIS MOMENTOS DE COCONSTRUÇÃO DA IAP	PERÍODO	CONTEÚDOS PRODUZIDOS E PARTICIPANTES
PREPARAÇÃO E ARRANQUE DA 2.ª FASE DO PROJETO IAP	De outubro de 2025 a fevereiro de 2026	<i>As Mães-Avós da Quinta da Princesa</i> <ul style="list-style-type: none"> Grupo “Memórias da Quinta da Princesa” (13 moradores e ex-moradores).
TRANSIÇÃO PARA O OBJETO (DE ESTUDO) COCONSTRUÍDO	De outubro de 2025 a fevereiro de 2026	<i>A Economia Comunitária – O Sentido de Comunidade & o Potencial Transformador</i> <ul style="list-style-type: none"> A economia comunitária (que inclui as tecnologias comunitárias), o sentido de comunidade e o potencial transformador formam o <i>corpus</i> teórico deste estudo, como contribuição deste processo investigativo. Este momento representa a consolidação do que Barbier (2007) denomina <i>objeto coconstruído</i>¹¹. Uma vez concluída esta fase, evoluímos para a última etapa da IAP.
PREPARAÇÃO E ARRANQUE DA 3.ª FASE DO PROJETO IAP	Fevereiro e março de 2026	<i>Finalização da Produção Teórica – Devolução da Investigação à Comunidade</i> <ul style="list-style-type: none"> A última etapa da IAP tem em conta o <i>objeto efetuado</i>¹² (Barbier, 2007), com a conclusão da produção teórica publicada no livro <i>As Mães-Avós da Quinta da Princesa: Da ancestralidade ao chão</i>, assim como da exposição temática com o mesmo nome, que acompanha a obra. Este estudo e os materiais elaborados serão apresentados, primeiramente, na Quinta da Princesa, numa iniciativa pública de devolução da investigação à comunidade, às instituições e moradoras/es de outros bairros, no dia 28 de março de 2026.
OBJETO (DE ESTUDO) EFETUADO		

11 De acordo com o autor, é o momento de evidenciar os *objetivos específicos* e haver a cocriação de atividades para responder aos mesmos. Assim, um novo tratamento dos dados e análise podem ser integrados, sendo desejável a elaboração de um *sentido*, neste caso, pela investigadora com as Mães-Avós da comunidade.

12 Segundo o estudioso, o *objeto efetuado* diz respeito à produção de sentidos e à forma como afeta os sujeitos. No nosso caso, está relacionado com a mudança de percepção sobre como os saberes e as respetivas ações impactaram a formação da comunidade. Entendemos que tal mudança

PRINCIPAIS MOMENTOS DE COCONSTRUÇÃO DA IAP	PERÍODO	CONTEÚDOS PRODUZIDOS E PARTICIPANTES
FORMAS DE REGISTO		<ul style="list-style-type: none"> · Áudio das entrevistas com as Mães-Avós. · Transcrição das conversas individuais com as Mães-Avós publicadas no 2.º capítulo do livro. · Fotografias das Mães-Avós incluídas no livro. · Fotografias da Quinta da Princesa recolhidas junto do Grupo “Memórias da Quinta da Princesa”, incluídas nos diversos materiais produzidos.
IAP MATERIAIS PRODUZIDOS	Março de 2026	<ul style="list-style-type: none"> · Produção e distribuição do livro <i>Quinta da Princesa: as Mães-Avós da Ancestralidade ao Chão</i>. · Divulgação e acesso livre ao livro <i>Quinta da Princesa: as Mães-Avós da Ancestralidade ao Chão</i>, em formato PDF, a ser descarregado a partir do sítio do MDM e outras plataformas digitais. · Produção de uma exposição temática do processo da IAP. · Produção de um mapa vivencial histórico-temático coconstruído com as Mães-Avós, como suporte físico a ser integrado na exposição. · Produção de um vídeo e uma brochura geral, do percurso do projeto “A Quinta da Princesa com Elas Tem Vida”, que inclui o processo da IAP.
DEVOLUÇÃO DO PROCESSO DA IAP À COMUNIDADE, ENTIDADES PARCEIRAS E OUTROS ATORES	Março de 2026	<ul style="list-style-type: none"> · Este estudo e os materiais elaborados são apresentados, primeiramente, na Quinta da Princesa, numa iniciativa pública de devolução da investigação à comunidade, às instituições e às/aos moradoras/es de outros bairros, no dia 28 de março de 2026.

aconteceu na fase de transição (do *objeto coconstruído* para o *objeto efetuado*), na ocasião da Devolução-Validação da análise pelas participantes. Concretamente, o *objeto efetuado* incorpora a conceção do livro e da exposição temática, assim como a publicação e apresentação pública destes suportes como formas de devolução do processo à comunidade em geral e outros atores.

Com estas propostas de *cartografar as resistências*, esperamos criar a possibilidade de as Mães-Avós expressarem, com as suas vozes, o que procuramos compreender das suas ancestralidades em movimento, que marcam o chão da sua comunidade.

A trajetória da IAP com as Mães-Avós, que começou por ser gerada com a experiência da *Escola de Saberes das Mulheres da Quinta da Princesa*, pretende revelar a potência de ação dessas mulheres, antes e depois da mudança para o bairro com as suas famílias.

Este percurso metodológico, aqui sistematizado, não foi apenas um conjunto de etapas, mas um processo vivo de cocriação, em que cada fase foi marcada pelo compromisso ético, político e afetivo com as Mães-Avós e suas memórias.

Com este primeiro capítulo, procuramos que as próximas páginas despertem outras racionalidades, a partir das narrativas de cada uma destas mulheres. Ao assumir a IAP como metodologia marcada pela intencionalidade política de confrontar os padrões de poder dominantes, pela via decolonial, da interseccionalidade e rompendo com as visões liberais, esperamos que as histórias contadas pelas Mães-Avós sejam o farol que precisamos para o reconhecimento das ancestralidades escritas no chão do território.

Capítulo 2. As Mães-Avós da ancestralidade ao chão

Até que as leas tenham as suas próprias historiadoras, as histórias de caça sempre glorificarão a caçadora. E assim começamos, com o provérbio africano reescrito através das narrativas das nossas caçadas pelas memórias em movimento. São as histórias contadas pelas leas anciãs da nossa Quinta da Princesa.

Mas, antes de entrarmos no universo das histórias de vida das Mães-Avós, é preciso falar da língua em que estas memórias são tecidas. Ao longo deste capítulo, encontrarão as secções intituladas “Saberes em Palavras | Palavras da Nossa Terra – Repertório Afetivo”. Não se trata de um glossário técnico, no sentido tradicional. É, antes, um território destas memórias. Cada termo aqui definido foi extraído do tecido vivo das narrativas das mulheres fundadoras deste bairro. As definições são ecos do seu léxico afetivo e laboral, e a maior autoridade citada para as explicar é a voz coletiva das próprias.

A sua elaboração seguiu o princípio decolonial de que o conhecimento válido não emana apenas da academia, mas também da sabedoria prática, da oralidade e da experiência das comunidades. Estas palavras são mais que termos – são pontes entre tempos e territórios. Elas compõem um vocabulário do afeto, do trabalho e da festa, que aqui se regista como parte imaterial da memória coletiva da Quinta da Princesa.

São, portanto, a primeira semente que plantamos para que mergulhem nestas narrativas com o ouvido atento à linguagem que lhes dá vida, sentido e resistência.

Dona Augusta

Das ribeiras de Cabo Verde
ao coração da Quinta da Princesa



MARIA AUGUSTA TAVARES FERNANDES

DATA DE NASCIMENTO: 15 de março de 1960

PAÍS DE ORIGEM: Cabo Verde

CHEGADA A PORTUGAL: 1977

MUDANÇA PARA A QUINTA DA PRINCESA: 1980

1. Resumo biográfico-afetivo

D. Maria Augusta Tavares Fernandes é a própria encarnação da coragem e do afeto comunitário. Aos 65 anos, sendo 45 deles vividos na Quinta da Princesa, sua trajetória é um testemunho vivo da migração cabo-verdiana e da construção de um lar na margem sul do Tejo.

A sua infância em Cabo Verde foi marcada pelos valores do trabalho, da partilha e do “junta mão”. Criada numa família unida, liderada por uma mãe solteira que carregava pedras para construir estradas, D. Augusta aprendeu desde cedo a autonomia doméstica e a dignidade do esforço coletivo.

Na Quinta, encontrou mais do que vizinhos; encontrou irmãs, com quem partilhou dias inteiros nas hortas, panelas de cachupa e a criação dos filhos, numa comunidade que se autodefine como “família”. Mulher de fé inabalável e de uma rara sabedoria prática, D. Augusta enfrentou uma das maiores dores – a perda de um filho – sustentada por essa mesma rede de afeto.

Dona de uma inteligência emocional aguçada, defende que “o que nos define é o carácter” e vive sem mágoas do passado ou complexos de inferioridade. A sua casa, sempre aberta e cheia de gente, é o reflexo do seu maior legado: a crença de que “a união faz a força” e de que a Quinta da Princesa é, acima de todo o estigma, um bairro de “gente trabalhadora e de bom coração”.

2. Aprendizados da ilha: trabalho, partilha e a força do “junta mão”

A história da D. Augusta começa com as lembranças de ter uma família com muita amizade, muito amor.

– A gente trabalhava o que a gente podia para ajudar. Lavava roupa na ribeira, buscava lenha para cozinhar no fogão... E a gente se divertia com isso! Brincava com a minha avó, as minhas primas, os meus tios.

Eu sou filha de uma mãe solteira. Na mesma casa éramos quatro: eu [era a mais velha], os meus dois irmãos mais pequenos, que eu acabei de ajudar a criar, e a minha mãe. Sempre muito unidos! Os meus tios moravam em cima e a gente morava quase todos juntos. Eles [os tios] eram cinco e sempre estávamos muito bem.

Eu vivia no meio de uma cidade que se chama Calheta e outra que se chama Santa Catarina. Pronto, eu pertencia a Santa Catarina. É um interior muito bonito,

tinha muita água, muita verdura. Vizinhos, a minha avó, madrinha, tudo era uma família.

Uma infância boa, [todo o mundo] muito unido. E cheio de riqueza, em cultura, em partilhas, em educação, muito rico. Cabo Verde é um país pequeno, mas é um país rico de cultura.

A gente, mesmo o pouco que a gente tem, divide; a gente partilha. Sempre foi assim.

Eu aprendi a trabalhar sozinha. Aprendi a cozinhar sozinha, passar ferro sozinha, a lavar a roupa, porque a minha mãe não tinha tempo para nos ensinar. E quando a minha mãe dava por mim, eu já sabia fazer tudo isso.

A minha mãe trabalhava fora: tirava areia, carregava pedra, fazia trabalho de estrada. Era o português que era o nosso chefe, que foi para lá fazer esses trabalhos. E então a minha mãe trabalhava sempre.

Depois, com meus 12 ou 13 anos, comecei a trabalhar também na estrada. Carregava a minha pedrinha, a minha baldinha [balde] de areia. Eles não pediam nada de trabalho forçado. Era aquilo que a gente podia fazer. E até era bom, a gente gostava.

A gente fazia muitas amizades, conhecia muita gente. Olha, agora eu me lembro: pagavam por quinzena. E eu recebia, a minha mãe recebia, e a gente juntava. Eu dava à minha mãe e ela fazia as compras.

Os meus irmãos ficavam com a minha avó ou com a minha vizinha, porque a gente morava todos juntos lá. Era uma aldeiazinha e as crianças ficavam todas juntas. [...] Os pais iam trabalhar e as crianças ficavam com os mais velhos.

Tinha horta dentro de casa e, ao pé de casa, animais. A minha mãe tinha galinhas, porcos, cabras, tinha vaca e a gente trabalhava na agricultura. [...] É pena, porque às vezes a chuva falhava, mas onde a gente morava era cheio de hortas, verduras, tudo.

Antigamente, a gente só comprava aquilo que fazia falta. Comprava arroz, açúcar, café e mais milho, feijão, essas coisas. É um país muito farto. E quando não dá num sítio, dá noutro sítio. A gente, mesmo o pouco que a gente tem, divide; a gente partilha. Sempre foi assim.

A gente dizia assim: “Junta mão, juntar a mão”. Por exemplo, eu dizia assim: “Pá, ó, ó, ó, Carolina, amanhã, dia tal, eu tenho uma sementeira”. A outra: “Olha, tal dia tenho uma sementeira!” Cada dia era uma pessoa.

Então, cavava, quando já semeámos, já choveu, já nasceu a palha e a gente ia mandar arranjar aquilo, que é para o fruto subir, evoluir. Então, a gente dava 10 pessoas para a sementeira, para amarrar ou para cortar milho. A gente diz assim: “Corta.” Olha, eu vou cortar dia tanto! A nossa comunidade é sempre assim que a gente trabalha. Juntávamos, e pronto!

Aquilo também era uma festa. As mulheres mais velhas e as meninas mais novas. As mulheres mais velhas eram as aguadeiras, que nos davam água para a gente trabalhar. Com as latas delas, iam apanhar água na nascente e a gente dizia: “D. Fulana, eu quero água! A gente vai aí!” Elas nos davam água; a gente brincava, comia junto.

Às vezes tinha muita gente; gente que tinha lugar maior e a gente ajudava. Às vezes, a gente também ia para receber [pagamento]. Aliás, [havia] pessoas que podiam pagar também.

Ao perguntar a D. Augusta a razão de a sua mãe ter ido trabalhar na estrada, ela respondeu:

– Era para ajudar as pessoas, o trabalho que abriram, de fazer a estrada, que não tinha. E pronto, abriram aquele serviço para dar ao povo. Naquela altura, havia pessoas que precisavam mesmo, que não tinham marido; que tinham marido embarcado e emigrado. Praticamente, quase toda a gente precisava. Aquilo também era uma festa. As mulheres mais velhas e as meninas mais novas. As mulheres mais velhas eram as aguadeiras, que nos davam água para a gente trabalhar. Com as latas delas, iam apanhar água na nascente e a gente dizia: “D. Fulana, eu quero água!

A gente vai aí!” Elas nos davam água; a gente brincava, comia junto. A nossa vida sempre foi isto. Até hoje, nós somos muito, muito unidos. O povo cabo-verdiano é muito unido.

Perceção sobre a ausência de educação escolar

– Tinha escola, tinha escola. [Não colocar as crianças na escola] Às vezes até era ignorância dos pais, dos mais velhos, para ajudar a criar os mais pequenos.

Os meus irmãos foram à escola. A minha irmã, mais nova, a minha mãe pôs na escola e ela esteve lá muito tempo. Mas não aprendeu nada. Ela, depois que ficou adulta, aprendeu qualquer coisinha.

E eu, não me puseram. Eu sempre tive uma cabeça muito boa. Foi pena, foi pena. Eu também não sou frustrada por causa disso. Não era para ser, não. Mas eu não sou uma pessoa assim mal resolvida, não pego no passado. O meu pai era um homem inteligente, a minha mãe também era. Naquela altura, foi o que deu para fazer. [...] Eu gostaria de saber ler, é claro que faz falta, não é? Mas eu, mesmo sem escola, aquilo que eu possa aprender, eu aprendo. [...] Eu rodo, eu vejo horário de autocarro, horário do comboio para onde eu vou. Eu não tenho problema, eu vejo tudo.

Sobre o trabalho e visão de mundo

– Eu trabalhei muito; gosto de trabalhar, adorei o trabalho. Sei fazer quase tudo e considero que sou inteligente. Não sei ler, mas isso não tem nada a ver [...] com a minha inteligência. Não sou pior e não sou melhor. Sou igual a toda a gente. Nós somos todos iguais; o que nos define é o carácter de cada um. Isso já define o modo de ser diferente.

A pessoa tem de ter carácter, ser honesta com nós mesmos, a gente dá o que nós temos de melhor. A gente não dá coisas negativas. Eu sempre dou às pessoas aquilo que eu tenho de melhor. Eu dou às pessoas de coração!

Não sei ler, mas não tem nada a ver [...] com a minha inteligência. Não sou pior e não sou melhor. Sou igual a toda a gente. Nós somos todos iguais; o que nos define é o carácter de cada um. Isso já define o modo de ser diferente.

Sobre o tema do racismo

Durante a nossa conversa, surgiu o tema do racismo. D. Augusta apresentou o seu entendimento da seguinte forma:

– Eu penso assim: quando as pessoas dizem que [...] há racismo, eu nem digo que há ou que não há. Mas acredita que eu, pessoalmente, não falo de racismo?

Ao questionar se nem mesmo em Cabo Verde, na época da colonização portuguesa, teve alguma situação em que tenha considerado ter sofrido racismo nos meios de trabalho, ela respondeu:

– Os meus chefes podiam sofrer disso. Mas, coisa de racismo, eu já não sei contar em Cabo Verde.

Reforça que nunca se sentiu inferiorizada nem lá (Cabo Verde), nem cá (Portugal).

No meu trabalho, não tenho razão de queixa de nada, nada, nada. Já trabalhei muito em casas particulares. [...] Nunca me senti diferente, inferior a eles, nem eles a mim. Respeito, uma amizade, se for preciso uma coisa brincamos [...]. Os meus patrões e as minhas patroas, não tenho razão de queixa, sempre me trataram com muito carinho e muito respeito.

Eu mesma, essa coisa do racismo, na minha casa, eu não falo. Nunca falei aos meus filhos [...]. Eu, no outro dia, estava a dizer à minha neta [na escola]: há pessoas boas, há pessoas más, há pessoas bem informadas e há pessoas mal informadas. Há muitas pessoas que falam de racismo por ignorância.

E pronto, temos de saber encarar e saber qual é a situação, palavra, gesto.

3. Uma nova vida em Portugal: entre a saudade da ilha e as raízes na Quinta

– Cheguei em Portugal com uma cabeça boa, uma idade boa, em 1977. Eu vim para casar e vir para a minha casa. Eu tive o meu primeiro filho aos 18 anos.

O meu esposo já estava aqui. Ele foi a Cabo Verde, namorámos, era para casar, mas não me deixaram porque eu não tinha idade [16 anos]. O meu pai mandou-me o consentimento para eu casar lá [Cabo Verde]. [...] O consentimento serviu para eu vir para cá.

O meu pai e a minha mãe namoraram, [...] depois os meus pais separaram-se. O meu pai casou com outra senhora. Eu gosto muito da minha madrastra.

[...] Meu marido mandou-me buscar, e eu vim. Casei em 1980. A gente veio para cá [Quinta da Princesa] em janeiro; eu casei-me em julho. E já tinha dois filhos. O meu mais velho tem 47 e o outro tem 45. E casei aqui na Quinta da Princesa, na Igreja da Arrentela.

Em Portugal, não houve nada “mais difícil nem menos difícil” do que em Cabo Verde.

– Eu adoro onde eu nasci. Mas eu adoro viver em Portugal, porque também já tenho 40 anos aqui. É um país bom para viver. É o meu segundo país. É o país dos meus filhos. Eu adoro viver em Portugal; eu adoro os portugueses. Dou-me bem com eles, com colegas, com chefes...

A saudade, a gente tem. [...] Lá, eu vivi até aos 16 anos. Aqui, já vivi até aos 65. Para viver lá, não sei se eu conseguiria. Para ir lá passar férias, para ver, sempre gosto.

Na altura em que eu vim para cá, lá era mais duro que aqui. A gente levantava de madrugada para pisar milho para fazer cachupa, para fazer farinha, lavava roupa na ribeira, a gente ia buscar lenha para cozinhar no fogão de lenha, antes de a gente sair para o trabalho, para ir para a agricultura. Mas é a vida da África.

4. A Quinta da Princesa – “Uma comunidade que era (e ainda é) família”

– Eu vim morar na Quinta da Princesa, em 1980. Nós tínhamos uma casa que não tinha saneamento. A gente morava naquelas casas baixinhas... Não era barraca [...]. Aquelas casas que tinham a casa de banho fora. Eram em Fernão Ferro. E então, a Câmara [Municipal do Seixal] foi lá, viu a situação e, então, nos deram [uma casa] na Quinta da Princesa.

Quando vim para cá, vim com o meu marido e os dois filhos mais velhos, que nasceram em Fernão Ferro. Eu já conhecia a Juliana, Carminha [D. Maria Coelho]. Viemos todas de lá! Elas moravam um bocadinho mais acima e eu morava um bocadinho cá em baixo. Viemos de lá todas, e a gente ficou no mesmo prédio. Eu, agora, moro ali, na Praça do Lobito. O homem da casa, lá de cima, é o meu filho mais novo, que ficou lá.

Eu conhecia a cunhada da Maria [D. Maria Segunda], que se chama Beta [D. Albertina], e também a Maria. A gente chegou aqui e era como se conhecesse toda a gente. Sempre nos demos muito bem mesmo. As crianças, toda a gente sabia quem era filho de Fulana, o outro era filho de não sei quem, todos sabiam.

Eu, quando vim para cá, engraidei logo. Eu não trabalhava. Eu só trabalhava em casa; cuidava dos meus filhos e das nossas hortinhas. Quando eu comecei a trabalhar, eu já tinha meus filhos todos. Eu tive seis filhos. Comecei a trabalhar aqui na zona, em casas particulares. Os meus filhos mais velhos tomavam conta dos irmãos mais novos, porque um ia à escola de manhã, o outro ia à tarde. E eu escolhi trabalhar, das oito até às catorze horas, para conciliar a casa, os filhos. Os meus filhos sempre foram em primeiro lugar.

Eu vinha, a gente almoçava, arrumava a casa, fazia o jantar. Depois comecei a trabalhar para Lisboa. Há 20 anos que eu estou a trabalhar, a fazer limpeza em escritórios.

Agora, vêm muitas pessoas novas, pessoas que não sei quem são. Antigamente, todo o mundo conhecia todo o mundo. Estamos poucas [daquela ocasião em que chegaram], mas, mesmo assim, não perdemos nada; continuamos. Também não andamos mal. A gente vai fazendo [novas] amizades.

A comunidade maior, na Quinta da Princesa, sempre foram os portugueses; e os cabo-verdianos, são-tomenses, se tivesse aí

Agora, vêm muitas pessoas novas, pessoas que não sei quem são. Antigamente, todo o mundo conhecia todo o mundo. Estamos poucas [daquela ocasião em que chegaram], mas, mesmo assim, não perdemos nada; continuamos. Também não andamos mal. A gente vai fazendo [novas] amizades.

uns três ou quatro já era muito. Angolanos, também não tinha muitos. Também não tinha muitos moçambicanos. Convivíamos bem!

Depois, os portugueses começaram a mudar daqui e ficaram poucos. Depois vieram outras pessoas mais novas, que compraram a casa e vieram para cá.

As hortas

– Eu, a Carminha, a Maria, a Elvira [D. Elvira], a gente ia para lá; era uma data de mulheres ali, pra gente ir na nossa vez, pra regar a horta. Os nossos maridos tinham que trabalhar. Olha, a gente vinha, a gente orientava as crianças, a gente ficava o dia todo na horta, até tarde, a gente fazia comida, a cachupa. A gente partilhava tudo.

Ainda hoje, D. Augusta mantém a sua horta familiar, mas é o marido quem cuida.

Com(vivência) e presença

– Eu e a Juliana, nós sempre fomos como duas irmãs. Sempre fomos amigas de todos, mas eu e a D. Juliana fomos diferentes. A filha dela é minha afilhada. A filha dela, a Madalena, era madrinha do meu filho. Eu sou madrinha da Madalena e a Madalena é a minha comadre, também. Tudo muito família, muito junto.

A gente fazia tudo: brincava, gargalhava, éramos muito barulhentas. A gente gosta de algazarra. A gente estava ali com nossos barulhos e os meninos a brincar, a jogar a bola. Às vezes, ia uma cigana sentar ao pé de nós; ia uma portuguesa sentar ao pé de nós. Eh, pá, era uma comunidade.

As crianças brincavam juntas e davam-se bem. O mais velho tomava conta do mais pequeno. A Madalena ia para a escola e o meu filho, o meu mais velho, foi para a escola. O meu mais velho era pequenino. Então, quando ele arranjava lá confusão, ia buscar sempre a Madalena, que era para defender ele.

Sobre como as mulheres se divertiam, D. Augusta lembra:

– A gente fazia tudo: brincava, gargalhava, éramos muito barulhentas. A gente gosta de algazarra. A gente estava ali com nossos barulhos e os meninos a brincar, a jogar a bola. Às vezes, ia uma cigana sentar ao pé de nós; ia uma portuguesa sentar ao pé de nós. Eh, pá, era uma comunidade.

Quanto aos maridos, ela diz que:

– Às vezes saíam, iam ao café, o meu marido, o marido da Juliana. Mas eles nunca tinham assim tanto tempo. Sempre foram uns homens muito trabalhadores. [...] A gente ia para a horta e eles, quando vinham do trabalho, iam regar o que não estava regado. A gente [as mulheres] vinha para casa.

Eles, ao fim de semana, também estavam na horta deles. Portanto, eles também tinham pouco tempo. Mas de vez em quando gostavam de ir ali a um cafezinho tomar uma cervejinha, jogavam, conviviam um bocado. Tinha um cafezinho aqui no bairro.

A Quinta da Princesa é uma comunidade pequena, mas é muito unida. Aquilo que ficou [as pessoas que ainda ali moram] é unido. Eu sinto.

Hoje em dia, a gente tá menos tempo juntas; não é como antigamente porque a vida não permite, agora. É falta de tempo. Mas não é falta de amizade, não é falta de carinho, não é nada. A gente sabe. Eh, pá, eu tou aqui ou ela tá ali; uma precisa, estão todas [...] para apoiar, para dar um abraço, para dar carinho, para dar consolo. No bom e no mau, e, principalmente, no mal.

Um momento difícil e doloroso. Elas e eles estavam e estão lá!

Recentemente, de forma trágica, faleceu um dos filhos de D. Augusta. É sobre este momento doloroso que ela fala a seguir:

– Eu passei por uma situação muito complicada na minha vida. Mas essas pessoas que eu tenho, que fazem parte da minha vida, me ajudaram bastante e me ajudam. Porque, às vezes, eu não tenho tempo para ficar triste, está a perceber?

Cada abraço é um degrau que eu subo. Eu estava no fundo do poço. Cada beijinho, cada palavra, é uma esperança. Uma esperança de vida, uma esperança de que existe coisa melhor no mundo, de que a vida continua.

Eu sei que elas estão aí; que eles estão aí. Os meus vizinhos, os meus amigos, a minha família, os meus filhos, as minhas noras, os meus netos foram incansáveis, porque ninguém pensava que eu aguentava uma coisa dessa. Principalmente, Deus. Eu acho que o meu filho, onde ele está, ele também trabalhou muito

Cada abraço é um degrau que eu subo. Eu estava no fundo do poço. Cada beijinho, cada palavra, é uma esperança. Uma esperança de vida, uma esperança de que existe coisa melhor no mundo, de que a vida continua.

junto com Deus para eu sobreviver, porque eu não pensei que eu fosse sobreviver a uma coisa dessa.

Mas estou viva. Cada dia que eu levanto e digo: “Obrigada, Jesus, por mais um dia de vida.” Até quando quiser. Eu tenho marido, eu tenho filhos, eu tenho irmãos, eu tenho primos, eu tenho uma família muito unida. Eu estou aí!

Eu não tenho tempo para entrar na minha solidão, na minha perda, na minha tristeza, porque estão sempre pessoas ligando, pessoas batendo à porta, amigos dos meus filhos, amigos dos meus netos, os meus netos. É uma vida agitada mesmo. A minha casa está sempre cheia de gente. E eu gosto. É a minha vida!

“A Quinta é família”: laços que curam e uma comunidade que acolhe

– As crianças começaram a crescer e as pessoas começaram a ficar mais velhas. Acho que o bairro estava a ficar muito barulhento para eles, com certeza. E começaram a sair daqui. Os miúdos também cresceram e faziam muito barulho na rua, coitados. Olha, eles moram no bairro, brincavam, punham música e incomodava eles.

A mim, isso nunca me incomodou. Eu podia ter comprado casa noutra sítio, mas eu não quis. Quando eu comprei esta, comprei aqui mesmo. Porque eu sou da Quinta da Princesa. Eu sou daqui. Eu não sei se não vou sair daqui, só Deus sabe. Mas meus filhos são daqui e nasceram aqui; meus filhos estão aqui. E eu sou de Comunidade. Eu, mesmo que eu saia daqui, eu sou daqui, da Quinta da Princesa!

Os meus vizinhos, os meus meninos, são crianças cinco estrelas. Já foram, já cresceram, nasceram os outros. Outros que eu nem conheço, eu nem sei quem são. Eu chego aqui e assim que eu saio do autocarro: “Ó tia, ó tia, você quer ajuda? Ó tia!” Me toma o saco e digo: “Olha, vai e põe lá na porta que a tia já vai subir!”

Então, eu vou cumprimentar as pessoas, vou falar, e eles vão com o saco, põem lá na minha porta e vêm para baixo. Eu nem sei quem são! Mas eles sabem quem eu sou; que eu sou a avó da Estela, a mãe de [...], mas eu nem conheço a cara. Eles estão lá sempre para ajudar, são educados, muito prestativos.

Eu não passo na pessoa sem falar com a pessoa. Eu não consigo, mesmo que seja uma criança pequenina, eu não consigo passar sem dizer um “olá, está tudo bem?”. Às vezes até eles estão sentados, eu vejo, chego, sento ao pé deles e converso, brinco. Eu sempre fui assim.

Eu digo sempre e vou voltar a dizer: a gente veio em 1980. Nós estamos em 2025. Cada era é uma era. Cada tempo é um tempo. No meu tempo, não era nada assim. Era o meu tempo, não o tempo deles.

É claro que, hoje em dia, não tá como em 80. Não tá como em 2000. As crianças que nasceram agora, em 2025, não é criança que nasceu em 2020. Isso vai evoluindo. Só que nós, às vezes, paramos no tempo. A gente não acompanha.

A gente, quando veio pr'aqui, com os nossos meninos pequenos, não tinha perigo. Não tinha droga. Não tinha nada. E a gente mandava os nossos meninos para a escola. Tinha uma escolinha cá em cima. O meu ainda entrou, o da Juliana entrou e ainda muitas crianças daqui. Particpei muito na escola dos meus filhos. E os nossos meninos iam à escola, saíam da escola, iam para casa. E pronto. Era assim.

Hoje em dia, a brincadeira dos miúdos é o quê? As máquinas: o telefone, a Playstation, o tablet e a televisão. As crianças hoje já nem veem televisão como deve ser. É só telemóvel e os jogos. E é o tempo.

Não é mais isolado. Brincam menos. Eu acho que isso faz falta, porque as crianças têm que brincar. Mas eles, ao invés de brincar, jogam no telemóvel... porque é isso que tá na moda, hoje em dia. As crianças nem têm tempo para brincar na rua.

Agora há muitas crianças aqui na Quinta. Brincam aí no parque. Porque é muito tempo de escola. Eles vão à escola quase o dia todo. E muitos praticam desporto, também, que eu acho bom.

[...] Agora é a nova geração, que está aí, a crescer.

Eu digo sempre e vou voltar a dizer: a gente veio em 1980. Nós estamos em 2025. Cada era é uma era. Cada tempo é um tempo. No meu tempo, não era nada assim. Era o meu tempo, não o tempo deles.

5. Sonhar o futuro da Quinta: dos prédios que precisam de cor a jovens que precisam de oportunidade

D. Augusta enfatiza a necessidade de acompanhamento das crianças, com amor, carinho e não pela via de julgamentos e críticas que criem estereótipos:

– “Ai, vocês são bandidos!” Não há crianças-bandido. Há, sim, crianças menos orientadas, mais carentes, crianças que até têm falta de amor em casa, de compreensão.

Também refere as ações das equipas da Câmara Municipal do Seixal; quando as suas crianças estudavam, eram acompanhadas e havia atividades:

Iam para o acampamento. Tinham muitas atividades. O meu filho foi para o Algarve durante sete dias. Mas ele não tinha notas negativas. Hoje, os meus netos, os dois

A Quinta da Princesa é comunidade, é família! É um bairro de pessoas trabalhadoras, quer de homens, quer de mulheres!

mais novos, estão com o Zé [José Correia, do Grupo Desportivo, Cultural e Recreativo da Quinta da Princesa] no clube, em treinos. A Idénia [Idénia Nascimento, do CAPA | Centro de Assistência Paroquial de Amora] eu já conheço há muitos anos. Sai com os miúdos e apoia-os nos estudos. A Câmara nunca esqueceu de nós. A comunidade tem cada vez mais carências. Os preços das casas estão uma desgraça!

O que a D. Augusta gostaria de ver acontecer na Quinta da Princesa?

– Olha, pintar, arranjar estes prédios todos. O nosso bairro tem quase 50 anos, é lindo! Arranjar essas casas, esses prédios todos, o nosso bairro fica bonito, fica agradável. Mesmo assim, é agradável. A gente tem os parques, tem o ringue, temos o jardim lá em cima, temos as nossas hortas ali, o banco para a gente sentar.

A Câmara do Seixal está a fazer coisas lindas! É a nossa comunidade. É o concelho do Seixal. O Seixal está muito falado. Onde a gente vai, a gente ouve falar do Seixal.

Sobre a Quinta da Princesa, D. Augusta não concorda com a imagem negativa que a comunicação social transmite sobre a comunidade:

Acho que eles deviam procurar, afinal de contas, o que é que a comunidade da Quinta da Princesa precisa para evoluir, para melhorar, como eles estão, como eles vivem. Mas não estão preocupados com isso. Só estão preocupados em dar notícia negativa do Seixal, da Quinta da Princesa, da Margem Sul.

Há muita gente que sai de madrugada. Eu comecei a trabalhar em 2005. A gente ia apanhar o autocarro na Cruz de Pau, porque não tinha autocarro na Quinta. A gente saía de casa às quatro e meia da manhã. Ia para aí duas, três, quatro, cinco mulheres, um grupo. Nunca aconteceu nada e, até hoje, não acontece. Eh, pá, isso é um sítio perigoso?

Já aconteceram alguns casos da Quinta, que, pronto, a gente não diz que é mentira; acontece. É pena... Mas há coisas que acontecem que não são da Quinta, não são dos filhos da Quinta.

As autoridades andam por aí e vão buscar pessoas em vários sítios, não é? [...] Eles fazem a ronda deles, dentro da lei, é o trabalho deles, mas sem algazarra, sem abuso de autoridade. Mas já põem a mão na parede, tem de ser revistado.

A Quinta da Princesa é comunidade, é família! É um bairro de pessoas trabalhadoras, tanto homens quanto mulheres! Olha, meus filhos começaram a trabalhar com 15 anos. Acabaram de deixar a escola e foram trabalhar. E como os meus, muitos!

Aqui é meu lugar. Meus filhos cresceram, meus netos brincam nas mesmas ruas. Quero que a Quinta seja lembrada pela sua gente trabalhadora, não por notícias ruins.

SABERES EM PALAVRAS

PALAVRAS DA NOSSA TERRA | REPERTÓRIO AFETIVO DE D. AUGUSTA

Aguadeira Mulher, geralmente mais velha, cuja função nos trabalhos coletivos era buscar e fornecer água aos trabalhadores, usando latas.

Cachupa Prato nacional de Cabo Verde. Um guisado de milho, feijão, mandioca e carne ou peixe cozinhado lentamente. Símbolo da resistência e da cultura crioula.

Fogão de lenha Fogão tradicional, alimentado a lenha, utilizado para cozinhar e fonte de calor. Central no quotidiano da infância de D. Augusta.

Junta mão Expressão cabo-verdiana que designa um trabalho coletivo e comunitário, em que todos se reúnem para ajudar um membro da comunidade numa tarefa grande, como a sementeira ou a colheita.

Quinzena Pagamento ou salário recebido a cada duas semanas. Era a forma comum de remuneração nos trabalhos em que D. Augusta e sua mãe estavam envolvidas em Cabo Verde.

Dona Elvira

Da terra seca de Cabo Verde
à sementeira da Quinta da Princesa



ELVIRA SEMEDO SILVA FERNANDES

DATA DE NASCIMENTO: 23 de junho de 1954

PAÍS DE ORIGEM: Cabo Verde

CHEGADA A PORTUGAL: c. 25 de junho de 1976

MUDANÇA PARA A QUINTA DA PRINCESA: 3 de fevereiro de 1980

1. Resumo biográfico-afetivo

D. Elvira Fernandes é uma das fundadoras e primeiras moradoras da Quinta da Princesa, tendo chegado ao bairro a 13 de fevereiro de 1980. A sua narrativa é um testemunho vivo da transição entre o mundo rural cabo-verdiano e a vida na periferia de Lisboa, marcada pela resistência, o trabalho comunitário e a luta por dignidade.

A sua infância, em Cabo Verde, foi definida por trabalho doméstico e agrícola desde os 7 anos, após a morte do pai. Descreve um sistema de economia de subsistência e ajuda mútua camponesa (“Ajudava a Carolina, a Carolina ajudava-me”), em que o dinheiro era escasso e o valor estava na troca de trabalho e recursos. O acesso à educação foi-lhe negado, sendo um privilégio reservado aos irmãos mais novos e ao irmão homem.

Já em Portugal, a sua vida tornou-se um espelho das dificuldades e conquistas da comunidade migrante: a chegada com o marido em 1977 à procura de “uma vida melhor”, a vida precária no Pinhal dos Frades, a luta por uma habitação digna (conseguida com a chegada do primeiro filho) e o trabalho incessante, maioritariamente como auxiliar de limpeza.

A sua história é a génese do espírito comunitário da Quinta da Princesa. Ela descreve com saudade a criação das primeiras hortas comunitárias, a ajuda mútua no cuidado das crianças, o pisar do milho coletivo e a manutenção de rituais de luto e celebração trazidos de Cabo Verde. A sua narrativa é um poderoso testemunho de como as práticas ancestrais de comunidade foram transplantadas e adaptadas para criar um novo lar na diáspora.

2. Raízes: “A mais velha era eu e tomava conta da minha irmã com 7 anos”

– Eu sou Elvira Semedo Silva Fernandes. Nasci em 23 de fevereiro de 1954, em Santa Catarina, na Cidade da Praia, Cabo Verde.

Quando o meu pai morreu, eu tinha 7 anos. O meu pai morreu em março e eu fazia 8 anos em junho. A minha mãe ficou com a minha irmã de um ano e pouco. E a minha mãe ia para o campo, coitada, desesperada. Eu ficava a tomar conta da minha irmã; os vizinhos todos olhavam para mim a tomar conta da minha irmã, e a minha irmã apanhou uma doença que, lá na minha terra, diziam que era enterite. Aqui é gastroenterite, lá é enterite.

A minha irmã passava muito mal. Eu tomava conta da minha irmã e fazia a comida para quando a minha mãe chegava. Lá, o trabalho da casa era muito pouco; o trabalho era mais no campo. A gente levantava de manhã e ia à ribeira buscar água, para ter em casa. Depois, chegávamos a casa e era fazer o pequeno-almoço, tomar o pequeno-almoço. Quem ia para o campo ia para o campo; quem ficava em casa era para fazer a comida para as pessoas que iam para o campo.

As raparigas não podiam estudar, não tínhamos tempo e, quando somos mais velhas, temos que ajudar os nossos pais. No meu caso, ajudar a minha mãe e tomar conta da minha irmã.

Eu já fazia para a minha mãe e para as minhas irmãs. E as pessoas, os meus avós, as minhas tias, olhavam para mim o que eu estava a fazer. Eu tratava das coisas todas e, depois, aproveitava também para brincar.

Nós éramos quatro irmãos. A mais velha era eu. Mas as crianças, antigamente, não eram assim como agora, que dão tanto trabalho. Era mais calmo. Não eram assim tão inquietas! Brincávamos, às vezes fazíamos aquelas brigas das crianças, mas as pessoas estavam sempre ali a olhar.

A escola era um bocadinho longe. Portanto, nós ficámos sem escola. As minhas irmãs, que eram mais pequeninas, eu e a outra que vem atrás de mim, somos quatro. Duas têm escola, duas não têm, porque somos mais velhas e temos que fazer as coisas da casa. As raparigas não podiam estudar, não tínhamos tempo e, quando somos mais velhas, temos que ajudar os nossos pais. No meu caso, ajudar a minha mãe e tomar conta da minha irmã.

Eu e a minha irmã já cuidávamos das coisas; ajudávamos a minha mãe, e a minha irmã mais pequenina e o outro era rapaz – já não tinha problema, ia mesmo – foram para a escola. As coisas já estavam a mudar, porque a minha irmã, mais pequenina, já tem escola.

E a minha mãe queria que eu estudasse, mas queria comprar um livro que se chamava *Cartilha*, que era a letra “a, b, c, d, e, f...”, para o meu irmão e o meu primo me ensinarem em casa. Eu não queria. Agora tou arrependida, né? Que aprendia alguma coisa... Eu não queria porque eu queria ir para a escola como os outros.

– Toda a gente tinha um lugarzinho, a casa. Ao pé da casa, uma coisinha muito pequenina, pronto, dava para pôr alguma coisa que, quando a gente precisava de uma coisa rápida, temos aquele bocadinho em volta da casa [plantação]. Mas era uma coisa pequenina, pronto.

O campo pertencia a outra pessoa. E nós trabalhávamos; era mais para longe. Junho é tempo de enterrar os frutos, que é para chover e crescer. Janeiro é tempo de colheita, para trazer essas coisas para casa, que é para dar até ao próximo ano. O resto é tudo assim: é criar galinha, porco, arranjar um dinheirinho...

Antigamente, era mesmo no terreno, lá onde a gente ia ao campo, porque a ração era para lá e ficava lá. Agora não pode, porque as pessoas roubam. Agora já é tudo mais complicado, né?

Mas, antigamente, era lá mesmo no campo. Todos os dias levantamos de manhã, vamos cuidar do animal e depois é que vamos para as outras coisas. Por exemplo, Carolina tem um campo; hoje vou ajudar a Carolina e, amanhã, Carolina vai-me ajudar no meu [campo] também. Trabalhamos assim.

Por exemplo, quando hoje já choveu, os frutos já estão na terra, vão nascer. Temos que ir tirar aquela erva que não presta. Começamos o meu dia de cuidar das plantas e, amanhã, o outro marca o outro dia, o outro marca o outro dia, assim, marcamos, juntamos. E nesse dia, que chega o meu dia, já tem as pessoas 10, 20, conforme apanhamos.

E depois acabou, eu acabo de fazer o meu e tenho que pegar essas pessoas que foram ajudar. Não pago nada porque eu vou ajudar. Havia trocas. Troca de apoio, de trabalho nas sementeiras, cultivos, colheita das coisas, dos frutos, tudo. Tudo a gente ajudava uns aos outros, a carregar as coisas. Não havia carros, havia estrada que vai buscar este fruto. Agora já tem.

A Carolina tem um burro. Eu também tenho o meu. Eu vou emprestar à Carolina. “Olha, no dia, por exemplo, dia 10, eu preciso ainda do seu burro, que é para carregar as coisas.” E, depois, eu levo o seu burro, você e eu vamos buscar outras legumes, outras amigas e não sei quê. Que nesse dia é para carregar os meus frutos.

Ao campo, vamos de manhã, voltamos à tarde ou estamos lá até, por exemplo, a hora do almoço, voltamos para casa e, se for preciso, vamos à tarde na outra vez quando baixar o sol.

Quando crescemos mais, por exemplo – somos quatro –, uma pessoa tem que ficar em casa para fazer o almoço, para quando eles voltam. Os outros vão para o campo com a minha mãe.

Eu, quando ficava em casa, tinha lá as crianças. Levava as crianças das vizinhas, já não dava para fazer nada, era só brincar com elas. E a minha mãe, a minha mãe voltou ao contrário. Eu também não tinha paciência com as crianças. Passamos a levar para o campo e a minha irmã que ficava em casa.

Cada um tinha o seu pedaço de campo, não era de patrão. Não tinha luz elétrica, era com petróleo e, para comprar petróleo, esta parte temos a galinha que põe ovos, a gente vendia aquele ovo. Tinha uma vaca, quando os bezerros já tão crescidos, vendia. Esse dinheiro dá para guardar, já não tinha água com peixe, não havia peixe, não havia carne. A carne só quando a gente matava o nosso porco,

que criava. E a galinha a mesma coisa. Peixe era uma vez por outra. Agora não, já tá é tudo diferente.

Tinha um mercado, assim como tem aqui. Tem um mercado para vender. É longe, mas tem. Não levávamos todos os dias porque era tudo a pé e o peixe, que era mais frequentado, porque as senhoras que levantam de madrugada vão para o mar buscar o peixe. Porque lá, o peixe não é como aqui. É preciso buscar todos os dias. Agora, já tem coisa para conservar, mas antigamente, não.

Todos os dias, de madrugada, vão buscar e vem aquele peixinho fresquinho. E as pessoas saíam com peixe, assim, andando com balaio de peixe na cabeça, andando a vender.

Havia pessoas que faziam trabalho para outras, mas era uma coisa muito rara, porque não havia trabalho, não era possível, não porque as pessoas não queriam. Não tinha.

“Carregávamos a pedra na cabeça”: frentes de trabalho, discriminação e a resistência silenciosa

– O ano que não chove, o governo tem que arranjar alguma alternativa para as pessoas sobreviverem. Depois, abre a estrada, vamos trabalhar na estrada, carregar a pedra que as máquinas vão tirar; conforme estão a fazer essas coisas ali, vem o carro, o caminhão, buscar a terra para ir deitar do outro lado. A gente levava na cabeça, para ir despejar do outro lado, que era para limpar o espaço.

Em vez de vir um carro para carregar, éramos nós que carregávamos na cabeça, para fazer aquela muralha, pois, no fim do dia, vai um encarregado, que manda umas pessoas para contar aquela pedra, se já tem uma muralha feita, ou se falta pedra.

A muralha servia para fazer, por exemplo, ou uma casa, ou a estrada, ou um sítio que tem uma ribanceira muito grande, conforme tão a fazer ali. Tem que levantar, que é para segurar a areia para não cair.

Eu tinha, por exemplo, 10 anos – 10, 12 anos por aí; mas eu ia quando a minha mãe tava doente, mas tinha que ser um encarregado a aceitar, porque ia trabalhar em nome da minha mãe e isso não podia ser declarado. Eu não tinha idade para isso, era menor.

Depois, abre a estrada, vamos trabalhar na estrada, carregar a pedra que as máquinas vão tirar [...]. Em vez de vir um carro para carregar, éramos nós que carregávamos na cabeça, para fazer aquela muralha, pois, o fim do dia, vai um encarregado, que manda umas pessoas para contar aquela pedra, se já tem uma muralha feita, ou se falta pedra.

Os homens recebiam mais e as mulheres recebiam menos. Isso eu lembro. A gente não tinha aquela compreensão de dizer assim: “É discriminação!” Eu sou uma pessoa que não sente muito discriminação, não sei porquê. Ou não entendo, não sei...

Se fosse um trabalho que eu fizesse em meu nome, de 15 em 15 dias, eu apanhava 12 dias de trabalho. Mas eu, praticamente, esse da muralha fiz poucas vezes, porque eu era pequenina no meio deles, das pessoas mais velhas. Quando era para tirar areia, para jogar assim, era perigoso com os outros, que eram mais altos. Porque temos que ficar assim, de carreira, e apanhar com uma pá e jogar pr’ali. Uma vez, eu aleijei uma colega e, então, o encarregado tirou-me e disse assim: “Não, você agora passa a dar água às pessoas, porque há uma pessoa só para dar a água.”

Já eu pouco fiz essas coisas. As tarefas eram: fazer a muralha, trabalhar com picareta e cavar o chão também. Homens e mulheres, não havia exceção. O transporte de areia era carregado [feito] por nós; tinha que carregar de um lado para o outro, tirava daqui e ia meter ali, pra limpar o espaço aqui. Tinha uma pessoa para encher aquela lata e depois levávamos para outro sítio.

Eu até gostava de levantar; a gente estava lá divertida. O pagamento era pouco; pouco era. Não me recordo bem quanto era, mas era uma coisinha, era pouquinho. Por exemplo, Carolina já era adulta e recebia 12 escudos e, por exemplo, eu tinha que receber seis. As pessoas jovens recebiam menos. Os homens recebiam mais e as mulheres recebiam menos. Isso eu lembro. A gente não tinha aquela compreensão de dizer assim: “É discriminação!” Eu sou uma pessoa que não sente muito discriminação, não sei porquê. Ou não entendo, não sei...

Também havia portugueses a trabalhar, mas eles já tinham outro tipo de trabalho, né? Não sei explicar muito bem a função; são encarregados. Porque nem havia tanto restaurante, não havia essas coisas; ou estavam na Câmara ou noutra coisa. Tinham trabalho diferente.

3. Chegada a Portugal: solidão, precariedade e a conquista de casa própria

– Quando vim pr’aqui, eu tinha 22 anos. Acho que foi 25 de junho de 1976; casei e vim junto com o meu marido. Quer dizer, não casámos lá; já tinha as coisas tratadas e ele tinha que vir e eu vim junto com ele. Ele veio por causa de trabalho, [...] para procurar uma vida melhor.

[Foi] difícil, porque eu fiquei longe da minha família. Eu vim para cá sozinha... tinha cá um irmão, mas morava muito longe. E eu senti-me sozinha, porque

eu não tinha muita ligação com a família dele, pelo que nos fomos habituar, mas o resto...

O trabalho era mais complicado, era casa que não tinha, a gente não tinha muita condição onde eu morava. Isso foi muito complicado. Até os anos 80, eu morei três anos no Pinhal dos Frades. Aquilo era um bocadinho... E, depois, nos anos 80, começaram a fazer aquelas inscrições na Câmara, das casas. Aí eu disse ao meu marido assim: “Olha, eu ouvi dizer que tão a fazer a inscrição lá na Câmara para dar uma casa.” Ele disse: “Então, vai. Vai lá inscrever!” E eu fui inscrever.

Semear a comunidade na diáspora: hortas, pilão partilhado e a ética da ajuda mútua

– Eu tava para ter o meu filho. E no dia que fomos ver a casa, era um dia que havia uma chuvada enorme! A água lançava mesmo dentro da casa. [...] Estava já perto de ter o meu filho. Essa senhora que foi lá ver a casa, nesse dia, ficou a olhar para mim e disse assim: “Esse menino não vai nascer aqui. Esse menino já vai nascer numa casa nova!” E fui a primeira a [ter] a casa. O meu primeiro filho, a primeira criança é ele. Vim em 3 de fevereiro de 1980 e ele nasceu em 30 de março. Foi uma coisa maravilhosa.

Aqueles prédios que foram distribuídos pela Câmara, eu vim logo na primeira remessa. Na rua Cidade da Praia, que é a Paulina, a Carminha [D. Maria Coelho], a Minda [D. Juliana] e o nosso também, foram todos no mesmo dia. Entregaram as chaves todas no mesmo dia, ali mesmo, na rua, à Paulina e à Carminha. Foi cada um abrir a porta e conhecer a casa.

Naquela época, já a gente se conhecia, mas [...] não morava junto [perto], porque a Minda e a Carminha moravam em Fernão Ferro. A Engracia, conhecemos aqui. E a Maria Segunda também. Elas eram maravilhosas, as minhas vizinhas. Há uma senhora que é Juliana; e D. Engracia, que conhecemos aqui. Quando nós íamos tomar banho, de vez em quando a gente precisava esfregar as costas. Eu hoje quero esfregar as costas, elas vêm para minha casa para me esfregar [...]. Quando elas precisavam também, era a mesma coisa.

A gente ia comprar o nosso milho, os maridos iam para o trabalho, e nós, com o nosso pilão, pisávamos o milho. Eu pisava com a Maria Segunda, acabava o dela, passava para o meu, passava para aquela senhora também que é a D. Juliana, a D. Engracia, era maravilhoso.

Os nossos meninos brincavam na rua, sem problemas!

Esse menino não vai nascer aqui. Esse menino já vai nascer numa casa nova!
[Técnica da Câmara Municipal do Seixal]

**“As primeiras hortas fomos nós”: roçar a silva,
cultivar a comunidade e a luta pelo espaço público**

– Eu tinha horta e elas também tinham. A primeira a arranjar a horta é uma senhora que vai ter a entrevista com a Carolina. Era o marido desta senhora, eu, a D. Engracia. A gente foi fazer as hortas, ainda eram silvas. Eram só silvas! As primeiras hortas eram para outro lado, lá em cima. Eu deixava o meu filho com o bisavô, que estava lá comigo, e a gente ia roçar a silva para fazer as hortas. As primeiras hortas fomos nós!

Só que houve um incêndio e a Câmara acabou com as hortas. Eu já não voltei mais, mas eu tinha. Algumas voltaram, essas senhoras que estão aqui todas voltaram. Mas eu, não; eu já estava a trabalhar com os filhos pequeninos, já não tive tempo. Mas eu tinha, sim.

Todas as senhoras [vizinhas] são importantes. [...] Cada uma tem mais ou menos o seu ritmo, né? Porque a pessoa que tem confiança em mim chega, desabafa comigo.

Isso, sim! Mas, de resto, são todas importantes.

Quando eu morava no Pinhal dos Frades, não tinha essa hipótese, mas, quando cheguei aqui, procurámos esses movimentos, essas coisas. Qualquer coisinha, ajudamos uns aos outros. Por exemplo, precisamos, continuamos a ajudar uns aos outros, até nessas comunidades de festa, não sei quê. É a mesma coisa. Ajudamos uns aos outros.

Nós gostávamos muito, muito, que a Câmara fizesse um sacrifício e fizesse um espaço desse, para a nossa festa, porque gostamos. Tipo, essas festas... pois, se morrer alguém, nós fazemos aquelas coisas que trazemos da nossa terra. Não temos o espaço, porque em casa não dá.

Na minha, por exemplo, morreu a minha mãe; no dia de funeral, juntamos, cada um leva uma coisinha na mão e fazem comer para toda a gente que vai. Durante sete dias, vamos receber as pessoas que vão lá, dar um sentimento. E nós tentamos aqui acabar com isso, mas é difícil. Até ainda continua.

A minha mãe tinha animais. Uma vez eu fui para a terra, a minha mãe tinha um porco que já tava gordo e até o porco não conseguia levantar, porque tava muito grande. Eu disse: “Mas porque é que vocês têm esse porco?!” Ah, se caso acontece alguma coisa, é para ter a certeza [de que tem a comida]. Eu disse assim: “Não, vocês vão vender esse porco. O porco vai morrer. E guardem esse dinheiro. Se acontece alguma coisa, vocês vão ali, vão comprar.” E uma pessoa vai se preparando para essas coisas.

Aqui, na Quinta da Princesa, a gente continua ainda com essas coisas, mas são mais complicadas. Alugamos o sítio, quem pode. Quem não pode já não faz nada, porque não tem condição. Às vezes, cozinhamos aí, à lenha, conforme a Carolina vê no dia da festa, desenrascamos assim.

Sete dias já não são. É só no dia do funeral. Só faz uma vez e pronto. Ou, por exemplo, missa de sétimo dia também, se tiver muita gente, porque vamos acompanhar uns aos outros, vamos ajudar uns aos outros. São as pessoas da família que fazem as suas compras, mas eu vou lá ajudar. [...] Fazemos essas partilhas de ajuda, tudo leva uma coisa. As coisas funcionam assim.

Quando faleceu o filho da D. Augusta, recentemente, todos nós estávamos lá, na casa dela, a comida foi assim, porque ela tem uma varanda assim em comum. Compra gás, fogão e cozinhamos naquela quarentena. Todos nós vamos ajudar. Vamos cozinhar ali, tudo ali junto. Levamos, por exemplo, uma coisinha na mão.

Várias vezes cozinhamos ali, no Clube, à lenha. Fazemos aquele fogão, com pedra, com a lenha, e fazemos ali e as pessoas vão lá. E já pedimos para a Câmara fazer assim: aquele dinheiro que os populares vão gastar no outro lado, por exemplo, é um xis; hoje eu preciso, vou falar com a pessoa que está responsável daquele sítio que a Câmara fez, e custa xis. Em vez de estar a pagar para outro lado, pagamos para a Câmara.

Eu nunca pedi essas coisas, mas dizem que já pediram, várias vezes, um espaço com fogão para cozinhar. Panela já não é preciso, a comunidade já tem.

Os nossos filhos não querem. O meu disse assim: “Mãe, não vai contar com isso, porque nós, não!” Porque isso, já somos nós, que somos mais velhos. Eles não concordam, porque, quando uma pessoa morre, precisam descansar [os familiares].

A minha filha casou. Não deixou fazer uma coisinha, e eu era assim: “Mas eu quero cozinhar, eu só quero que vocês ponham as minhas coisas no chão. Eu tenho alguém para me ajudar a fazer as coisas!” “Não!” Ela casou lá para Alenquer. Eu disse: “E as minhas amigas?...” “Oh, mãe!...” O que é que eu podia fazer?...

Vidas em serviço: o trabalho nas limpezas e a dupla jornada das mulheres migrantes

Quando comecei a trabalhar, primeiro, comecei a trabalhar na casa de uma senhora, que era muito humana e a quem eu ia ajudar. Depois, tomava conta de uma senhora idosa também, uma ou duas vezes por semana. Depois, eu e a Maria Segunda fomos trabalhar na morangueira [rama para plantar], lá na Verdizela.

[Também] trabalhei na Junta de Freguesia de Amora. Trabalhei lá um ano. Depois acabei o contrato da Junta de Freguesia, porque não havia verba. Depois que eu saí de lá, os meus filhos levantavam-se, preparava eles para a escola e iam para a escola. Quando eles saíam da escola, não tinham onde ficar. Eles chegavam a casa, cada um deles tinha uma chave. Iam para casa, pôr as coisas lá, e iam ter comigo, lá na Amora, porque não havia tanto perigo como agora.

Eles ficavam lá no jardim a brincar e eu tava ali ao lado do cemitério a cortar as ervas. Pois, às seis horas saíamos e vínhamos para casa.

Depois, arranjaram-me um trabalho aqui, ao lado do lar. Comecei na Santa Casa da Misericórdia, nas limpezas. Eram quatro horas de trabalho. Lá, fazia comida para os jardins e, quando os miúdos acabavam de almoçar, eu levava a loiça para cima. Depois, eles começaram a recusar lavar a loiça. Fizem oito horas de trabalho. Fiquei lá 33 anos.

Eu servia comida para os miúdos e ajudava também as educadoras e as crianças até ainda. Saí, reformei-me e, até hoje, de vez em quando dizem: “Elvira, vamos fazer um almoço! Vem almoçar!” Eu apareço. Espetacular! Saí, mas o amor e a amizade ficaram lá.

Saberes ancestrais, acesso à saúde e os corpos das mulheres entre Cabo Verde e Portugal

A minha avó era parteira. A minha mãe foi tudo com a minha avó. [...] Às vezes, a maioria das mães perdiam a vida por causa disso.

– O acesso, já ali, é diferente do que é lá [Cabo Verde], porque lá, médicos, os medicamentos, as verbas para comprar os medicamentos, isso mudou. A gente apanhava a consulta, mas, às vezes, os medicamentos, quando os médicos passavam e isso, era mais difícil, lá. Há certas coisas que eles não têm lá. Eu, por vezes, agora já senti um receio, um bocadinho com medo. Como a saúde já não é muita, se eu vou para lá, se eu ficar doente...

*

A minha avó era parteira. A minha mãe foi tudo com a minha avó. A minha avó conhecia quando chegava a altura, mais ou menos, que já não era capaz [de fazer o parto] e mandava para o médico, que era mesmo na Cidade da Praia. [...] Às vezes, a maioria das mães perdiam a vida por causa disso. Aqui [Quinta da Princesa], [o parto em casa] só quando vem muito rápido; não conheço.

“Batíamos às portas uns dos outros”: ritmos de festa, batizados e a transformação das tradições na diáspora

– Nas festas de fim de ano, batíamos às portas uns dos outros. Agarravam, eu tinha uma tampa de panela, que tá toda molgada, e os meus netos chegavam ao fim do ano, pediam aos pais que queriam ir para a minha casa porque, como lá onde eles moravam não havia convivência assim, agarravam no tampo da panela para bater à porta dos vizinhos. Agora já não fazem! [...] Lembro que já faz muito tempo. Eles eram pequeninos. Esse já tem 20 e o outro já tem 24. Já foi há uns aninhos... A gente manda foguete, bate a palma, bate a panela... A gente corria tudo ali. No Natal já não fazemos nada dessas coisas, só na passagem de ano que ainda tem.

Nos batizados dos miúdos, quando eu batizei os meus filhos, as festas foram em casa. Tivemos vizinhos, só que pronto, era mais apertado, mas tínhamos os vizinhos.

“Hoje vamos visitar a Maria Coelho”: a rede invisível de cuidado, conversa e resistência das mulheres

– Hoje vamos visitar a Maria Coelho. Amanhã, vamos visitar aquela... a Maria Segunda. A gente até lanchava na casa umas das outras. Hoje, vou lancha na casa dela e, outro dia, é na minha casa e vamos almoçar. Quando já temos as nossas coisas feitas, agarramos os nossos filhos, vamos sentar aqui na rua...

Ainda hoje, vamos às casas umas das outras. Não são todas, mas vamos. De vez em quando, não é sempre porque, pronto, [falta] tempo. No dia que vamos, vamos todas, que é para sentar-nos e conversar. Sentamos e conversamos. Por exemplo, a casa da Minda [D. Juliana], D. Augusta, lá no meu prédio era eu, a Maria Segunda, a D. Engracia e outra senhora que a Carolina não conhece. A Paulina também.

D. Laura também, mas ela já era uma pessoa mais ocupada, porque ela tinha um café. Estava no café, já o tempo era mais curto. Mas, pronto, quando encontramos, falamos.

Os maridos tinham os amigos deles, com quem eles saíam. Faziam o quê? Olha, isso é que era a grande pergunta; saíam para beber! [Risos.]

**“Nada como antigamente”: mudanças no bairro,
quebra de tradições e a luta que persiste**

– Mudou muitas coisas... Nada como antigamente. As pessoas, até ainda, alguns, não são todas.

E mesmo em nós, há muitas coisas que mudaram. As pessoas já não têm aquela coisa que tinham antigamente. As pessoas que eram presentes ainda continuam. Mas aquela coisa que a gente tinha, a confiança, de deixar os nossos filhos brincarem na rua, já isso não.

Porque, antigamente, eu deixava o meu filho dizer assim: “Ah, quero ir para a rua!” “Então, vocês vão e ficam ali a brincar.” E eu espreitava pela janela. Agora não pode.

São muitas coisas... É o trânsito e, às vezes, é a segurança das pessoas. É diferente.

*

– Muitas coisas, por exemplo, segurança; as pessoas terem mais compreensão com as limpezas, com esses lixos. Por vezes, a gente vem ao contentor e não tem onde passar. Ainda no outro dia, eu disse: “Isso devia ter uma câmara!” Porque vi uma pessoa chegar com as coisas e pumba! A pessoa devia apanhar uma multa bem a sério, para ver se ganha compreensão de que isso não se faz! Os coitados dos homens chegaram, agarraram naquele lixo, o saco abriu, espalhou para a estrada toda e disse: “Coitado dos homens!” Devia ter uma coisa que se visse quem faz.

Ali, no nosso prédio, saiu um bom bocado com o vento. Aquilo já devia ser resolvido. Depois, principalmente no meu quarto, naquele ritmo, a água vem toda para a parede e entra dentro da casa.

SABERES EM PALAVRAS

PALAVRAS DA NOSSA TERRA | REPERTÓRIO AFETIVO DE D. ELVIRA

Cartilha Pequeno livro com o alfabeto (“a, b, c, d...”) que a mãe de D. Elvira queria comprar para que ela aprendesse a ler em casa. Representa o desejo de educação e a alternativa precária à escola formal, que lhe foi negada.

Dar água às pessoas Tarefa à qual D. Elvira foi reafectada, por ser mais nova, no trabalhos na estrada. Mostra a divisão de tarefas mesmo dentro do trabalho explorado e a percepção do que era considerado “adequado” para uma criança.

Desenrascamos assim Expressão que capta a capacidade de resolução prática e coletiva de problemas, de “fazer dar certo” mesmo com poucos recursos, adaptando tradições (como os rituais de luto) ao novo contexto.

Enterite Nome pelo qual era conhecida a gastroenterite na sua terra. Mostra a terminologia local para as doenças e os saberes de saúde comunitários.

Enterrar os frutos Refere-se à sementeira, ao ato de colocar a semente na terra no início da estação das chuvas (junho), numa agricultura dependente do ciclo natural.

Pisar o milho Ação de preparar o milho com um pilão, uma tarefa muitas vezes feita em conjunto pelas mulheres, partilhando o trabalho e a conversa. Representa a economia doméstica e os rituais de convívio feminino.

Roçar a silva O árduo trabalho de limpar o mato (silvas) para dar lugar às primeiras hortas comunitárias na Quinta da Princesa. Símbolo do esforço pioneiro para criar raízes e alimento no novo lar.

Trabalhar de carreira Expressão que descreve o trabalho em equipa, em fila, para tarefas como tirar areia ou terra. Ilustra a organização coletiva do trabalho pesado.

Dona Engracia

Do chão de Santiago ao chão da Quinta:
Dona Engracia, memória viva
e resistência materna



ENGRACIA MENDES TAVARES

DATA DE NASCIMENTO: 1 de dezembro de 1952

PAÍS DE ORIGEM: Cabo Verde

CHEGADA A PORTUGAL: 1974

MUDANÇA PARA A QUINTA DA PRINCESA: 1980

1. Resumo biográfico-afetivo

D. Engracia Mendes Tavares nasceu a 1 de dezembro de 1952, na Ilha de Santiago, Cabo Verde. Criada no campo, desde cedo aprendeu o valor do trabalho, do estudo e do cuidado com a família.

Aos 21 anos, migrou para Portugal, fixando-se inicialmente em Lisboa e depois no Fogueteiro, até vir para a Quinta da Princesa nos anos 1980, onde se tornou uma das primeiras moradoras.

Trabalhou como auxiliar de limpeza hospitalar, criou cinco filhos com o apoio de uma rede familiar e comunitária e participou ativamente da vida coletiva da Quinta – das festas de batizado às hortas partilhadas.

A sua narrativa é tecida com respeito, resistência e um profundo senso comunitário, refletindo a trajetória de muitas mulheres cabo-verdianas que construíram, com as suas mãos e corações, o chão que hoje pisamos.

2. Raízes em Santiago: infância, trabalho e os saberes da terra

– Meu nome é Engracia Mendes Tavares. Eu nasci em Cabo Verde, em 1 de dezembro de 1952, na Ilha de Santiago, Cidade da Praia. Eu vivia com os meus pais e os meus irmãos. E, dos meus irmãos, eu sou a mais velha. Vivemos todos na mesma casa e também com as vizinhas, que moravam ao pé de nós.

Vivia no campo. Era vida de trabalho. Os meus pais trabalhavam e nós também crescemos já com os hábitos dos meus pais; nós crescemos com eles a trabalhar. A gente andava na escola e, depois, na parte da tarde, aproveitava o tempo para ajudar em casa, fazer as coisas, tratar dos animais.

Quando era tempo de fazer trabalho de campo, nós também participávamos, a ajudar os nossos pais a trabalhar, a tratar dos animais e essas coisas.

Tinha os nossos próprios animais, a gente tinha a horta e também trabalhava no campo. De manhã, a gente entrava às oito, a gente trabalhava no campo, na hora do almoço a gente almoçava e começava outra vez. Até à volta das cinco horas [da tarde], a gente regressava para casa para cuidar da nossa vida.

Trabalhar já foi depois dos 14 anos. Eu andei na escola, eu era mais velha, os meus irmãos mais novos andaram também a estudar. Antes, a gente ia na escola e voltava para casa, ajudar a minha mãe em casa; fazer comer, lavar a roupa, cuidava dos meus irmãos, ajudava a minha mãe a passar a ferro. Pronto, é a lida da casa.

A partir dos 14 anos que eu comecei a ajudar assim mais em casa, porque quando era mais pequena ia para a escola e depois ajudava também, mas já era menos ajuda [...]. Tinha que tomar conta dos meus irmãos, mais pequenos. Eram dez irmãos. Morreu um, ficámos nove.

Agora, faleceu há pouco tempo mais um, ficámos oito. Todos ajudavam no campo, cada qual na sua vez. O mais velho começava a trabalhar antes e os mais novos levantavam a seguir aos mais velhos. Os mais velhos trabalhavam e ensinavam aos mais novos o que é que se fazia para poder ajudar a nossa mãe.

A mãe ficava em casa enquanto eu estava na escola com os irmãos mais pequenos. Depois, quando a gente voltava da escola, ajudava a minha mãe a lavar a roupa, passar a ferro, fazer comer, limpar a casa e fazer comer para os mais novos. Ainda era papa, leite ou segurava na mão para minha mãe fazer. A gente não sabia fazer e segurava os meus irmãos mais novos, e a minha mãe fazia.

Mas vai ensinado e mostrando como que se faz, e se ela num dia não tiver em casa, nós ficamos a tomar conta dos mais novos; como que a gente tratava e lidava com a criança para não machucar e, se chorar, para ver se tem alguma coisa: se tem fome, se precisa mudar de fralda e essas coisas.

Infâncias cabo-verdianas: entre a escola, o trabalho doméstico e os cuidados fraternos

– Os meus pais valorizaram muito [a escola] porque o meu pai também estudou. O meu pai estudou, porque o pai dele também gostava de pôr os filhos dele [na escola]. O pai dele também tinha escola. [Por isso], pôs ele [meu pai] cedo na escola. Depois ele foi para a tropa, ainda a acrescentar mais na tropa, e estudou mais. E, depois, ele ficou com vontade que todos os filhos sempre tivessem capacidade, porque na nossa terra também vai ter a possibilidade de aguentar. Nós éramos dez e ficámos oito. Depois, para aguentar tudo ao mesmo tempo, como no meu caso, quando eu saí, com 14 anos, os mais novos continuaram. A 4.^a classe fiz aqui; lá cursei até à 3.^a classe.

Quer dizer, às vezes, nem toda a gente tinha a possibilidade de pôr [os filhos na escola], porque escola era longe de casa. Muitos pais tinham medo de deixar as crianças sair para ir para as escolas, por serem, principalmente, mais novos e havia os outros colegas mais velhos. Tinham medo. Não passava carro nenhum. Tinha que andar quilómetro e mais quilómetro a pé, porque não

Os meus pais valorizaram muito [a escola] porque o meu pai também estudou. [...] Ele ficou com vontade que todos os filhos sempre tivessem capacidade.

O meu pai também ajudava, o meu pai passava a ferro, cozinhava e ele ajudava também. [...] Ele nos chama para ver [...] como que se passa uma calça a ferro [...] e era com ferro de carvão.

havia estrada que chegava no sítio onde a gente morava. Naquela altura, era com 8 anos que entrava na escola.

Quando começou a escola mais perto de casa, todos os pais puseram os filhos a estudar. Mesmo quando não podiam ir mais longe – porque também os materiais eram caros. A gente vivia de trabalho, pronto. Aí começou a escassear a chuva; começou a afetar os alimentos; quando não há chuva, já é muito menos a alimentação. Só com a água que foi regada da horta é pouco, não chega para ter alimento suficiente. Tinha que procurar trabalho para ganhar dinheiro, que é para poder alimentar a família.

Eu comecei por tomar conta dos meus irmãos. E depois cozinhar, limpar a casa, lavar a roupa, passar a ferro, sim, porque a minha mãe, só ela sozinha, não podia na casa de família. A minha mãe me ensinou e o meu pai também. O meu pai também ajudava, o meu pai passava a ferro, cozinhava e ele ajudava também. Mas eu não gosto muito da cozinha. Eu preferia que a minha mãe ficasse na cozinha a fazer comer e eu era passar a ferro. Passar a ferro a roupa dele, a roupa da minha mãe e também a nossa. Eu ainda era pequena.

Depois, quando crescemos e começamos a aprender, também mais com o meu pai, porque enquanto a minha mãe está na cozinha a fazer comer, o meu pai está a passar a ferro e ele nos chama para ver o papel dele, para ver como que se passa uma calça a ferro, uma camisa, uma camisola... e nem era com ferro de electricidade, era com ferro de carvão. Sim, ela mandava juntar o carvão para a gente passar e assim que foi a nossa vida.

Trabalhei na estrada; fui com 18 anos. Era “aguadeira”; eu apanhava água. Aí, nós que éramos novas, a gente apanhava água na fonte e levava a lata de água para onde trabalhavam os homens e as mulheres, com mais idade. A gente estava lá sempre, quando as pessoas tinham sede para beber, iam para o pé de nós – nós ficávamos numa sombra. E, quando crescemos mais, já começámos a trabalhar também.

Quando era trabalho na estrada ganhava dinheiro, menos que os adultos. E eu, com 18 anos, já ganhava o preço de uma mulher. O serviço era de “aguadeira” e, às vezes, juntava pedra as pessoas que faziam calceta [revestimento de caminhos com pedras]. Tinha aquelas pedras também pequenas para juntar; fazia muralha, juntava, fazia muralha, e muitas vezes fazia que era para dar a empreitada para sair mais cedo.

Os homens é que partiam [as pedras] e as mulheres faziam o monte ao pé de quem é que fazia.

3. Travessias: coragem, separação e a busca pelo reencontro familiar

– Eu vim para Portugal porque o meu pai veio e nós ficámos com a minha mãe. E, então, onde eu trabalhava, o meu pai era capaz, com mais outro colega dele. Sentia falta que o meu pai já não estava lá. Eu disse assim: “Trabalho, eu tou a trabalhar aqui, o meu pai tava e já não está aqui. Eu prefiro trabalhar lá, que tá lá o meu pai.”

Depois, pedi, e ele não queria que eu viesse, porque, como era mais velha, eu ajudava a minha mãe a tomar conta dos mais novos que já estavam na escola. Os mais novos tiveram uma sorte, que a escola já era perto de casa e, conforme muda de classe, vai para mais longe. E, então, pedi ao meu pai, que tava cá com um tio meu, irmão da minha mãe, e ia para Cabo Verde passar férias. Depois, eu disse à minha mãe: “Olha, se o meu tio vem, eu vou pedir ao meu pai para deixar ir para Portugal e ficar lá com o meu pai.”

Depois, a minha mãe disse: “Não, não pode ser, porque tu és mais velha, tu ficas para me ajudar.” Eu disse: “Não, eu ajudo; mas também se eu for para lá, eu trabalho, eu ganho, e eu ajudo na mesma!” Então, eu pedi e o meu pai não queria muito. Mas como o meu tio, o irmão da minha mãe, também era amigo do meu pai, a família deixou eu vir com ele.

Fui a primeira dos irmãos a vir para cá. Nessa época, eu já tinha 21 anos. Cheguei em Portugal em 1974. O 25 de Abril se deu comigo aqui.

Eu vivi cerca de dois meses em Lisboa, porque, quando eu cheguei, o meu pai tava doente, internado no hospital. Mas ele pediu na Estrela, na casa das irmãs, na Santa Zita, para eu ficar lá. Eu fiquei lá até ele sair do hospital.

Mas, antes de ele sair do hospital, o meu tio foi-me buscar e eu fiquei na casa do meu tio e da minha tia. Um tempo depois, meu pai foi para Cabo Verde e eu fiquei com o meu tio e com a minha tia. Depois, casei-me na casa deles.

Em Portugal, quando cheguei, eu trabalhei na casa da patroa. Quando o meu pai saiu do hospital, já tava a trabalhar com a minha tia, porque a minha tia trabalhava lá. Então, trabalhei com ela, até eu me casar. Depois casei e parei uns anos, sem trabalhar, por causa dos meus filhos, para ficar em casa com meus filhos. Meu marido não deixava. Disse: “Não, o dinheiro que vais pagar para tomar conta dos filhos, é melhor ficar em casa e tomar conta deles, que eu trabalho.” Só trabalhava o meu marido.

Eu disse à minha mãe: “Eu vou pedir ao meu pai para deixar ir para Portugal e ficar lá a minha mãe disse: “Não, não pode ser, porque tu és mais velha, tu ficas para me ajudar. Eu disse: “Não, eu ajudo, mas também se eu for para lá, eu trabalho, eu ganho, e eu ajudo na mesma! Então, eu pedi e o meu pai não queria muito. [...] A família deixou eu vir [...]”

O meu pai veio, depois voltou. Eu fiquei cá. Gostei de estar cá. Em questão de trabalho, aqui, eu ganhava mais do que ganhava na minha terra.

Os meus filhos ainda estão aqui em Portugal. Eu vou para lá para visitar a minha família e volto outra vez pr'aqui. Estou aqui vivendo.

4. Chegada e enraizamento na Quinta da Princesa: tecendo redes de solidariedade e afeto

– Eu morava ali no Fogueteiro. Quando começaram a fazer a inscrição ali, no Seixal, disseram que estava para quem quisesse fazer a inscrição para apanhar uma casa na Quinta da Princesa. Nessa altura, já não estava a trabalhar, já estava com os meus filhos, já tinha três filhos e então fizemos a inscrição e apanhámos a casa. Mudámos pr'aqui nos anos 80.

[...] Quando eu vim pr'aqui, eu conhecia pouca gente. Algumas pessoas já tinha conhecido antes. Depois, morámos no mesmo prédio, começámos a conversar um com o outro, assim, “acostumação” com as pessoas e ligação com as pessoas falando.

As primeiras pessoas que nós conhecemos foram no mesmo prédio; a gente encontrava, bom dia, boa tarde, não se conhecia, não sabia o nome. Mas com o tempo passando, a gente se conheceu e começámos a falar. [...] Começámos a conhecer uns aos outros no transporte. Na altura, não havia aqui na Quinta, só apanhava [o autocarro] na Cruz de Pau. Mas, na igreja, a gente se encontrava e no supermercado, no final de semana.

Nos primeiros anos, conheço as pessoas do meu prédio, depois os outros ao pé do prédio – nos encontrámos e começámos a conversar. A gente se adapta e cria amizade com as pessoas. Graças a Deus não tenho o que queixar de vizinhos nenhuns, de ninguém daqui. Assim, começámos a conhecer as pessoas que tinham vindo na mesma ocasião connosco. Há muitos que vieram depois. Perguntava de onde era e uma pessoa dizia: “Eu sou de Tarcísio!”

Se uma pessoa tinha bebé, precisava de uma ajuda em casa, dava. Porque sabe, a Fulana tá na maternidade e foi ter bebé. Aparecia em casa, se uma pessoa precisava passar uma roupa a ferro ou fazer um comer para os filhos mais novos, as pessoas ajudavam, vizinhas, por exemplo, chega e, pergunta: “Tem alguma coisa ali para fazer? Precisa de ajuda?” Ajuda. Ou se uma pessoa ficava doente, ajudava.

Segundo D. Engracia, esta era uma forma de colaboração entre vizinhas que existia em Cabo Verde e que ela trouxe para a Quinta da Princesa.

– As crianças viviam em casa, calmamente, connosco, e quando saíam na rua iam para a escola com os colegas. Davam-se bem uns com os outros, jogavam, brincavam na rua, jogavam bola. Brincavam com a bola, com bicicletas e junto com os outros colegas, que eles conheciam no prédio ou mesmo que eram do outro prédio. Graças a Deus nunca tive problema com ninguém, nem com os meus filhos, não.

Viveram bem, vivemos dentro das nossas possibilidades e nos demos bem juntos; colaborar, e se tiver alguma coisa que é preciso ou se morrer alguém – a gente sabe e diz ao outro para dar os sentimentos ao que perdeu a família. Assim, a gente criou os nossos filhos aqui também, com educação, para ir, para educar, respeitar as pessoas, os mais velhos e mais novos e na escola. A gente ficou aqui, nessa vida.

Festas, rituais e afetos: a cultura como eixo de coesão na diáspora

– Nessa altura a festa, quando a gente tinha a criança, precisávamos de marcar o batizado para os nossos filhos, convidava os vizinhos, conhecidos que a gente conhecia, que se conhece aqui. A gente fazia o almoço, juntávamos, almoçávamos, ajudava a fazer, ajudava até despachar tudo, até depois da festa, à tarde, cada qual ia para casa deles.

Data que comemorava junto era Natal, Ano Novo e Páscoa, que juntava mais para comemorar. Porque sempre, de manhã, uma pessoa vai à missa, encontra conhecidos e, depois, voltamos para nossa casa. Convidamos a nossa família e, às vezes, passar um bocadinho connosco ou mesmo vizinhança; ter um bocado de tempo para estar um bocado connosco, como um dia de comemoração para podermos comemorar juntos.

No dia de festa, iam à casa umas das outras. Havia quem trocava, às vezes, o prato, ou às vezes convidava para o almoço ou o jantar com o outro. As datas que eram mais importantes eram também batizado, casamento e aniversário dos miúdos.

Aniversário dos miúdos, a gente convidava o vizinho do mesmo prédio ou família. A gente sempre na nossa casa tem um aparelho para tocar, para ter a música. Naquela altura, a gente não procurava restaurante; a gente fazia em casa. A gente ainda convidava uma quantidade de pessoas que dava para caber em casa. A gente fazia comida em casa, os convidados que a gente convidava vinham de

Cada qual cozinhava uma panela na sua casa e trazia [...]. Colocava a panela toda em casa, na mesa, e servia à mesa e usavam tudo junto.

véspera e ajudavam; no dia do batizado nós íamos para a igreja. Os pais iam para a igreja e os convidados ficavam em casa para fazer o comer.

Quando a gente voltava da igreja, tínhamos que comer o prato e almoçar todos juntos. Ficámos o dia todo, até à noite, e depois irmos cada qual para a sua casa. [Ainda hoje] Basta a gente convidar com antecedência, sabe que no tal dia, tanto do mês, eu vou ter o batizado do filho de Fulano.

Depois, eu vou na véspera para ajudar e deixar as coisas já preparadas. No outro dia, dia do batizado, aparece para fazer comer.

Agora, na Quinta da Princesa, tem o clube ou um sítio maior para fazer. Naquela altura, a gente não convidava muita gente, só familiares mais apertados e vizinhos. Por isso, nós fazíamos comer entre nós, vizinhos. Cada qual cozinhava uma panela na sua casa e trazia a comida na casa dos pais. [...]. Quando os pais vinham da igreja, a comida já estava pronta. Colocava a panela toda em casa, na mesa, e servia à mesa e usavam tudo junto.

Era a Paulina, por exemplo, porque o Sr. Domingos é meu primo. É a Carminha [D. Maria Coelho], a D. Maria Segunda e a D. Elvira. Nós morávamos no mesmo prédio, então é tudo.

A D. Maria Coelho mora à frente. Mas todos os filhos dela, que ela batizou, ela nos convidou e nós convidámos a ela. E todas juntavam, ajudavam. Ajudavam a fazer o comer, depois do almoço, ajudavam a lavar a loiça, arrumar tudo; e a gente punha música, dançávamos até às tantas, cada qual com a pessoa. Era véspera e dia. Cada qual chamava, se ela tem também chama. Era uma ligação bonita!

Agora não, agora já tá diferente, que agora já tem mais pessoas, já tem filhos, netos e mais gente. Agora tem que procurar um restaurante, um clube ou um sítio maior para fazer caber mais gente. E ainda continua a ajudar, como ajudava antes. Basta a pessoa convidar, vão na festa para ajudar e volta no dia da festa para ajudar também, até despachar.

Trabalho, cuidado e sustento: das hortas partilhadas aos corredores do hospital – a dupla jornada das mulheres

– Então, eu comecei a trabalhar em 1985, [...] no hospital. Trabalhei no hospital até me reformar. Fazia limpeza hospitalar. O meu filho nasceu em 1975. Tinha cá uma tia minha, que ficou na minha casa e tomava conta deles, para irem para a

escola. Deixava a comida feita, a minha tia dava a eles de comer, depois iam para a escola. Uma entrava de manhã, saía meio-dia e ia almoçar. Voltava uma hora, duas ou três [para a escola]. Os outros também vinham almoçar e já encontravam a outra servida.

A vida foi assim. À tarde, quando saíam da escola, eu já tinha deixado dinheiro, de manhã, para os mais velhos comprarem pão, para ter em casa. A minha tia dava um pequeno-almoço e, depois, o almoço ficava feito e era só pôr a aquecer. A minha tia aquecia, dava a eles de comer. Depois, a hora de lanche, os que saíam mais tarde, já me encontravam em casa. Assim foi. Tenho cinco.

Eu tinha um bocado de horta lá em cima, ao pé da casa de Paulina, por trás. Tinha horta e tinha uma barraca, naquela altura, para fazer sombra, porque, quando a gente ia para a horta com as crianças, a gente fazia almoço, punha as crianças na sombra, a comer, e a gente estava a trabalhar na horta, por exemplo, semear ou regar. As crianças estavam lá na sombra, com comida, com água, sempre a ver se estava bem.

Naquela altura eu ainda não estava a trabalhar. Às vezes ia por volta das nove horas, ficava lá até às treze horas; vinha para casa com os miúdos comer. Depois, na parte de tarde, ia fazer mais outro bocadinho.

Cada qual almoçava na sua horta com os seus filhos, na sombra, levava comida de casa. Quando chegava a hora de ir para casa.

A gente não fazia muita coisa. A gente aviava pouca coisa, só para casa. Não era preciso a gente juntar para ajudar. A gente fazia cada casa, que tem a família que tem a horta, vai mulher e marido com os filhos, faz a sua parte e, no outro dia, vai fazer mais outro bocado.

E ajudava; se uma pessoa, por exemplo, tá ali a cavar, se a pessoa vai passar, pode ajudar um bocadinho, mas isso não era coisa a contar, à espera que vinha me ajudar. Se fosse a passar, se queria ajudar um bocadinho, ajudava. Era por acaso.

Naquela época, convívios, por exemplo, a gente levava no fim de semana a sardinha, o carapau para grelhar, levava pão, água e sumo. A gente convivia. A gente ficava, no fim de semana, mais na horta e na sombra com os nossos filhos. Às quatro da tarde voltámos para casa, trabalhámos e ficámos na sombra com os miúdos a brincar. Mas isso acontecia no sábado. No domingo, só parte da manhã, porque eles tinham que estudar e ir para casa tomar banho, para estudar. É assim que levámos a vida... eram bons tempos.

Quando eu comecei a trabalhar no hospital, já não dava para trabalhar na horta com as crianças.

Mulheres que sustentam mundos: redes de cuidado, autonomia e respeito como princípio

– Na sombra, quando a gente tá na horta, tem água; se a gente tá na sombra, que já tem o trabalho feito ou já tem o trabalho adiantado, paramos, conversamos com os vizinhos, com os colegas, com os nossos filhos, para haver um bom ambiente.

Era um bom ambiente. Era entre as mulheres com as mulheres e os homens com os homens e, muitas vezes, as mulheres com os homens; estavam a mulher e marido e a gente estava a trocar conversa. A mulher estava muito com mulheres, com os filhos a fazer trabalho e, depois, os homens trabalhavam – naquela altura as mulheres trabalhavam mais pouco, por causa de tomar conta dos filhos. Mas, fim de semana, estava o nosso marido junto com os outros colegas e passavam um bom tempinho. E davam-se bem!

A D. Laura tinha supermercado. Era um desses mercados lá em cima, era deles, dela e do marido. Só que o marido tempo depois morreu. Mas a D. Laura tinha esse supermercado, tinha. A filha dela e a minha filha, também na escola, eram amigas. Até hoje.

Ó, ainda no domingo passado, não me lembro onde que eu tinha ido, e vi uma das filhas dela. Ela me chamou: “Então, então, a Mónica está boa? E os filhos da Mónica estão bem?” “E os seus?” “Tá tudo bem.” E, de vez em quando, a D. Laura me apanhava e me conseguia pôr, me dava boleia e trazia o meu avô para baixo.

O acesso à saúde: entre a conquista do SNS e a medicalização dos corpos

– Quem trabalhava, naquela altura, sempre descontava para a Caixa e tinha médico de família. Uma pessoa precisava, tinha médico. Acontecia alguma coisa, a pessoa ia para o hospital, porque, já quando comecei a trabalhar, eu trabalhei sempre com desconto. O meu marido também trabalhava com desconto. Nós sempre tivemos médico de família.

Assim, muita gente que precisava não tinha logo, custava mais ir à consulta, porque às vezes era para ir muito cedo, para poder apanhar a vaga para consulta. Mas, graças a Deus, lutámos e toda a gente naquela época, se tinha qualquer necessidade de médico, nunca deixou de ser atendido.

Partos: da autonomia das parteiras à institucionalização nos hospitais

– Todo o mundo ia para a maternidade. Acontece e costuma acontecer nascer em casa, se o parto foi rápido, mas vai logo para o hospital. Se tiver dor de parto, chama ambulância ou chama táxi, naquela altura, e leva logo para a maternidade. Era logo para o hospital e sempre bem atendida.

“Não admito falta de respeito”: a recusa ativa do racismo e do machismo

– Eu sempre respeito muito bem as pessoas e as pessoas me respeitam, porque eu gosto de respeitar as pessoas, que é a primeira coisa da vida. Encontro com as pessoas, mesmo que eu não conheça, é bom dia ou boa tarde. Eu trato sempre as pessoas com consideração e com respeito.

Mas, graças a Deus, também não tenho que queixar porque ninguém me faltou ao respeito. Eu respeito as pessoas, eu insisto que me respeitem. Eu nunca falto ao respeito a ninguém. Também não admito que me faltem ao respeito, nem no trabalho, nem na rua, nem noutro sítio, nem em lugar nenhum.

Onde eu estiver, eu gosto de respeitar as pessoas, seja quem for. Eu respeito, espero que me respeitem. Se a pessoa tenta me desrespeitar, já não aceito. Desde criança me ensinaram isso. Nunca faltei ao respeito a ninguém, nem a um superior, nem às pessoas da minha idade. Têm que me respeitar e eu respeito as pessoas também.

Onde eu estiver, eu gosto de respeitar as pessoas, seja quem for. Eu respeito, espero que me respeitem. Se a pessoa tenta me desrespeitar, já não aceito.

5. O presente e o futuro: os desafios da Quinta da Princesa e a luta por direitos básicos

– Houve mudanças. Dantes as coisas eram mais fáceis. Agora, as pessoas também trabalham, mas é muita gente também com falta de trabalho, [...] falta de casa. Agora as coisas não estão tão fáceis. Mudaram porque, noutro tempo, quem tinha casa tinha trabalho, e era cansativo levantar de manhã e ir para o trabalho.

Sai de manhã e chega à noite, como foi no meu caso, ia de manhã e chegava tarde. Mas, com as mudanças, as coisas são um bocadinho mais complicadas, em

Precisamos de ter um supermercado grande. [...] Há muitas pessoas com problemas de doença, com a idade, não se pode carregar muitas coisas de longe.

relação ao trabalho, há muita gente que às vezes precisa e demora muito tempo a encontrar. A pessoa às vezes sabe que há trabalho no sítio ou que precisa, também ajuda a arranjar, assim.

Aqui na Quinta da Princesa precisamos de ter um supermercado grande. Temos um supermercado, mas para o número de pessoas que está agora, na Quinta da Princesa, já estamos a precisar de um supermercado maior, porque agora há muito mais gente do que tinha antigamente. Se uma pessoa está com saúde perfeita, para onde vai carrega as coisas, traz e é menos cansativo.

Mas, agora, já há muitas pessoas com problemas de doença, com a idade, não se pode carregar muitas coisas de longe para trazer. Se tivermos um supermercado grande, ao pé de casa, já ajuda.

Ajuda é o supermercado, é a escola, é muita coisa linda também que ainda precisa.

SABERES EM PALAVRAS

PALAVRAS DA NOSSA TERRA | REPERTÓRIO AFETIVO DE D. AUGUSTA

Dar a empreitada No contexto do trabalho na estrada, significava acelerar o ritmo de trabalho para concluir uma tarefa ou um lote (a empreitada) mais rapidamente, muitas vezes para poder sair mais cedo ou receber por produção.

Fazer a calceta/Calceta Técnica de pavimentação ou revestimento de caminhos e estradas com pedras, geralmente pequenas, assentadas manualmente.

Fazer comer Expressão comum que significa cozinhar ou preparar uma refeição. Vai além do ato de cozinhar, englobando todo o processo de providenciar o sustento alimentar para a família.

Ferro de carvão Ferro de passar a roupa antigo, não elétrico. Era aquecido com brasas de carvão colocadas no seu interior. Exigia destreza para não manchar a roupa com fuligem e representava uma das muitas tarefas domésticas laboriosas antes da chegada da eletricidade.

Lida da casa Refere-se ao conjunto de todas as tarefas domésticas – limpeza, lavoura, cozinhar, cuidar dos filhos. É um termo que carrega o peso e a continuidade do trabalho reprodutivo e de cuidado, maioritariamente a cargo das mulheres.

Tomar conta Expressão que significa “cuidar de”, “ficar com a responsabilidade de”. É muito usada no contexto dos cuidados com crianças, irmãos mais novos ou pessoas idosas, destacando a rede de apoio familiar e comunitária.

Dona Eulália

“Lá foi um sonho, aqui é a realidade.”
Memórias de Moçambique
e a vida na Quinta da Princesa
na voz de Dona Eulália



EULÁLIA COELHO FOX RODRIGUES

DATA DE NASCIMENTO: 15 de março de 1942

PAÍS DE ORIGEM: Moçambique

CHEGADA A PORTUGAL: c. 1982-1983

MUDANÇA PARA A QUINTA DA PRINCESA: c. 1984

1. Resumo biográfico-afetivo

D. Eulália Coelho Fox Rodrigues, nascida no Moçambique colonial, constrói uma narrativa profundamente marcada pelo contraste entre um passado de abundância e um presente de resistência. De ascendência luso-britânica e moçambicana, descreve a sua infância e vida adulta no país natal como “um sonho” – um tempo de prosperidade familiar, acesso à educação em colégios particulares e inserção precoce no mundo do trabalho administrativo, longe de carências materiais.

Este “sonho” desfez-se com a guerra civil pós-independência, que trouxe perseguição política à sua família, culminando na prisão do irmão e na perda de todas as suas propriedades. Forçada a uma migração dolorosa em meados dos anos 1980, que designa como “deixar o barco”, estabeleceu-se na Quinta da Princesa, onde trocou o “sonho” moçambicano pela “realidade” portuguesa: uma luta de uma década pela legalização da sua casa, trabalhos precários, mobilidade difícil e um bairro então feito de “mato”.

Atualmente, com mobilidade reduzida, a sua voz torna-se um testemunho crítico e comovente sobre o abandono institucional, as carências habitacionais e a busca por dignidade no habitar para uma geração que ajudou a construir Portugal, mas que agora envelhece entre quatro paredes, à espera de condições básicas de acessibilidade e conforto.

2. “Na altura que eu nasci, maravilhas”: infância e juventude no Moçambique colonial

– O meu nome é Eulália Coelho Fox Rodrigues. Nasci em Moçambique em 15 de março de 1942. Do meu país, só posso dizer, na altura que eu nasci, maravilhas. Aquilo foi um sonho, um sonho. Porque tínhamos de tudo. Era um país belíssimo para viver, para tudo. Não senti, e não sentíamos com falta de nada. Isto no meu tempo.

Os meus pais eram descendentes de portugueses. O pai da minha mãe era natural da Figueira da Foz e o do meu pai era inglês. Portanto, os meus avôs, da parte da minha mãe era português e da parte do meu pai era inglês. As mulheres deles é que eram moçambicanas.

A minha mãe era doméstica e o meu pai era tipógrafo. Éramos três [irmãos], um rapaz e duas raparigas. Vivíamos fora da cidade. Não era campo. Da localidade onde morávamos, Manga, tínhamos de ir para a cidade onde havia os escritórios, a vida da cidade.

Tempos de abundância

– A minha mãe tinha horta; o meu pai tinha. Aqui chama-se hortelão. Pois, o terreno era grande. Ela fazia daquilo, também era só para não deixar a terra abandonada. Não era dizer que precisava daquilo para sobreviver, não. Era, pronto, se dava na altura da alface, das couves, tínhamos já tudo.

Aquilo era só a água de lavar da loiça, onde deitava as sementes do tomate e do piri-piri. Se deitasse no jardim, passado o tempo dela já estava. [Mas] a maior parte comprava-se de fora, em mercearias. A fruta vinha de cá, de Portugal, África do Sul e Rodésia.

A fruta toda era mesmo da África do Sul, como era perto, tínhamos sempre a maçã, a pera. Tudo, tudo, tudo da África do Sul. As pessoas dedicavam-se mais ao trabalho. E se tínhamos uma horta pequenina, era só por uma questão de aproveitar a terra e dar o que se dava. Não era dizer viver do que a terra nos dava. Não! Todos nós trabalhávamos e, depois, pronto. Era como dizia o meu marido: “Lá foi um sonho. Aqui é a realidade!”

Aquilo era só a água de lavar da loiça, onde deitava as sementes do tomate e do piri-piri. Se deitasse no jardim, passado o tempo dela já estava. [Mas] a maior parte comprava-se de fora, em mercearias. A fruta vinha de cá, de Portugal, África do Sul e Rodésia.

Escola e trabalho

– O meu irmão foi estudar para a Rodésia, porque, na altura, íamos para a Rodésia para estudar. A minha irmã mais nova, também. Eu estudei, mas foi mesmo num colégio particular. Éramos bem aceites na escola. O meu pai foi um grande lutador para dar sempre o melhor para os filhos. Depois da escola oficial, digamos assim, tirei o meu curso e depois comecei a trabalhar. Eu tirei o curso de datilografia; tirei o curso – não cheguei a completar – que era de socorrismo. E pronto, aprendi também o inglês, mas era um pouco porque depois voltávamos para casa, tínhamos que falar o português e, depois, desisti. Vi que não dava para dar continuidade.

E aí, pronto, comecei a trabalhar até vir para Portugal. Eu trabalhava na Beira. Comecei a trabalhar aos 14 anos, sempre no escritório, no despachante. Depois, na transição do tempo colonial para a Frelimo, então é que embarcámos para Portugal.

O meu irmão foi estudar para a Rodésia, porque, na altura, íamos para a Rodésia para estudar. A minha irmã mais nova, também. Eu estudei, mas foi mesmo num colégio particular.

3. “A última a deixar o barco”: a migração forçada e a chegada a Portugal

– Digamos, [...] o país já estava a fazer aquela transição de independência. O meu irmão teve que cá vir. Foi preso político, como direi, sem justa causa! Foi na transição para a Frelimo. Mas mesmo assim, cumpriu cinco anos. Ele trabalhava numa empresa estrangeira. Ele, o meu marido e a minha cunhada. Eram os três a trabalhar nessa empresa. Era a COREME Jorge¹. O meu irmão era chefe do pessoal e o meu marido era do Cais, onde tinha navios com carga, com passageiros e ele era lá agente transitário.

E o meu marido, por acaso esteve cá [c. 1983], porque trouxe o meu filho mais velho, para dar continuidade aos estudos. E pronto, fiquei eu e o meu filho mais novo, na altura com 16 anos, por causa do meu pai, porque ele já estava doente, acamado mesmo, e a minha mãe sozinha. Eu já não tinha praticamente irmãos, porque a minha irmã já cá estava também e o meu irmão a cumprir os anos de prisão.

Entretanto, o meu pai faleceu e mandei [para Portugal] o meu filho mais novo, porque eu estava empregada. Depois veio a minha mãe também, mas todos sozinhos. Depois, eu. Fui a última a deixar o barco².

Só Deus sabe o que eu passei. Nós não tínhamos esse sonho [de vir para Portugal], porque nós éramos moçambicanos. Não optámos pela nacionalidade

1 Provavelmente, D. Eulália refere-se à empresa COREME – Jorge & Filhos, Lda, um dos principais agentes de navegação e transitários na Beira, especializado no *handling* de carga e passageiros nos portos – o que corresponde às funções que o marido e o irmão de D. Eulália desempenhavam (“do Cais”, “agente transitário”, “navios com carga e passageiros”).

A COREME era uma empresa de capital português, enraizada na estrutura económica colonial. Após a independência, em 1975, a Frelimo nacionalizou setores-chave da economia, incluindo a gestão portuária e empresas de capital estrangeiro/colonial.** Neste período de transição, era comum os quadros superiores das empresas, especialmente os de origem portuguesa ou a ela associados, serem vistos com suspeita, sujeitos a perseguição ou prisão, o que se alinha com o relato do irmão de D. Eulália, preso por trabalhar numa empresa estrangeira, de grande porte.

* Confirmação da atividade e localização da empresa podem ser encontradas em fontes da época como o *Anuário Comercial e Industrial de Moçambique* (décadas de 1960-70).

** Sobre as políticas de nacionalização da Frelimo, ver, por exemplo: Brito, Luís (2019). *A FRELIMO, o Marxismo e a Construção do Estado Nacional 1962-1983*. Maputo: IESE.

2 Segundo D. Eulália, a transferência da restante família, após a emigração do marido com o filho mais velho (1983), se deu a partir de 1984.

portuguesa. Deixámos lá três vivendas e um terreno, talvez maior do que o lar da Quinta da Princesa.

Tudo era difícil. Hoje é que temos tudo de mão beijada. Difícil para se conseguir uma casa e até trabalho.

4. Quinta da Princesa: dificuldades sentidas e adaptação à nova casa

**“Vivíamos 16 pessoas com uma casa de banho”:
a década de burocracia e a conquista da casa**

– Nós viemos para a Quinta da Princesa, para casa da minha cunhada, irmã dele. Ela deu apoio ao meu marido, quando ele veio. Ela até morava lá para baixo, mas já não vive, venderam aquela [casa] e compraram outra.

Entretanto, eu vim, fui para casa da minha cunhada, mas ela também já tinha lá a sogra, tinha os filhos, e então fomos para casa do primo dele [marido], mas também ele tinha família; quer dizer, vivíamos apertados.

Entretanto, esta casa apareceu, pode-se dizer. Aqui no quarto [piso] vivia uma senhora que também era de Moçambique e ela sabia as nossas dificuldades na casa. Quem vivia aqui era a prima do meu marido, mas ele, o marido dela, entretanto, foi transferido para a Madeira. Ele perguntou se queríamos ficar com a casa, sabendo que estávamos numa casa a viver 12 ou 16 pessoas, na altura, só com uma casa de banho, só tudo com uma cozinha! E eles sabiam disso, e disseram ao meu marido: “Você venha, fica com a casa!” Na altura, isto era IGAPHE³.

E, entretanto, quando nós viemos, a primeira coisa que eu fiz foi pedir para que legalizasse a nossa situação, aqui na casa, porque precisávamos da casa. Era eu, meu marido, dois filhos e a minha mãe. O IGAPHE diz que não, não, não, porque [...] deu a entender que [...] nós fizemos “ocupa”, que agora usa-se; o ocupa. Mas na altura, não era. E ficámos com isto.

Entretanto, fiquei dez anos para eles resolverem a situação. Tenho a papelada toda arquivada comigo. Depois é que puseram em meu nome. Uma dificuldade, de que maneira! Só Deus sabe.

³ Instituto de Gestão e Alienação do Património Habitacional do Estado (IGAPHE, DL n.º 88/1987; fusão com o INH pelo DL n.º 243/2002).

“Isto era tudo mato!”: transformações de um bairro e a vida entre o trabalho e a casa

– Nós nos inscrevemos no Centro de Saúde, no Centro de Emprego. Entretanto, ele [marido] foi chamado para a Junta de Freguesia de Corroios. E ficou lá. Dava apoio ao Presidente, pode-se dizer; era motorista do Presidente.

E eu estava a trabalhar no supermercado, em Benfica. Mas não fiquei lá muito tempo, porque também recebi um cartão do Centro de Emprego, a oferecer-me trabalho aqui, para o lar, para a ARIFA⁴.

Na época, o [filho] mais novo ainda tirou o curso aqui, no Centro de Formação. O mais velho, este já estava a trabalhar; começou aqui e depois foi para fora. Era uma diferença de seis anos [entre ambos].

Na altura, nós não tínhamos os transportes que temos hoje. Dependíamos só do barco e do autocarro. E depois fora, em Lisboa, também era autocarro para chegar a Benfica. Eu cheguei, uma vez, a chegar a casa às dez horas da noite. E o meu marido todo aflito, não sabia onde é que eu estava. Mas, resumindo, foi tudo por falta de transporte. É por isso que eu digo, hoje, a juventude tem tudo e não sabe aproveitar. Inclusivamente, até trabalho. Porque os trabalhos que existem hoje, na minha altura, quando cá cheguei, não tínhamos.

Isto, pode-se dizer, era tudo mato. Isto tudo que a senhora vê foi feito tudo agora, inclusivamente, aqui em frente, no primeiro andar, houve um casal – que ele até já faleceu –, a senhora foi assaltada, de autocarro, para vir aqui para a casa dela, à noite.

Isso era mato. Aqui assim, era capim, árvore. Aqui atrás, aqui do lado, então faziam hortas ali atrás e, depois, vedavam com cana-de-açúcar. A senhora conhece a cana-de-açúcar? Quando cresce, aquilo torna-se mato. A árvore grande, tudo. E dava medo, para nós virmos, e não havia transporte sempre para a Quinta. Descíamos na Cruz de Pau e tínhamos que vir isto tudo a pé.

Isto [obras de requalificação do espaço público], praticamente foi feito, e andaram depois a cortar, talvez há uns dez anitos. Não foi há muito tempo. Até quem

Isto era tudo mato. [...] Dava medo, para nós virmos, e não havia transporte sempre para a Quinta.

fez este parque e quem fez a escada foi o Presidente Joaquim Cardona Santos. Foi ele quem, depois então, fez o parque, cortou o matagal todo... não se via! Do meu quarto não se via a estrada, porque eram só árvores e capim. Depois é que ele cortou, mandou fazer esta escada, que também, pronto, muita serventia não tem, mas o parque já dá um jeito.

4 A sigla ARIFA corresponde a Associação de Reformados e Idosos da Freguesia de Amora.

“Relações cordiais, não de convívio”: vizinhança, saúde e a manutenção dos costumes

D. Eulália lembra que os contactos com os vizinhos eram escassos, sem convívios.

– Em Moçambique, nós convivemos sempre com os portugueses. Aqui, a vida em Portugal, não temos tempo para convívio. Agora é que se vê isto, um pouco. No caso, como sempre trabalhei, não cheguei a ter, digamos, convívio. Era só casa, trabalho, trabalho, casa.

Eu e o meu marido fomos sempre muito unidos e não fomos de grandes convívios. O nosso convívio era sempre entre nós, meus filhos e a minha mãe. E depois, aos fins de semana, era um descanso que nós tínhamos, que queríamos ter. Saíamos, não é? Íamos à praça, aos domingos, íamos até ao Seixal fazer aquela caminhada ribeirinha. Era o nosso lema de vida. Não fomos assim de muitas confusões.

Os filhos também não foram de grandes convívios. Sempre em casa, se saíam era só entre os dois irmãos, davam uma voltinha e voltavam. Se saíamos, era todos juntos. Tanto que o mais velho, a casa dele é lá para trás, ao pé de onde agora estão a fazer o campo de futebol. A casa é mesmo dele. E o mais novo tá em Corroios.

Estes convívios, que se fazem hoje, não havia. Estas festas das igrejas, e mesmo de bairro, que também fazem quando chegam os Santos Populares, a não ser que fizessem, mas como eu trabalhava, nem tinha tempo para poder participar.

Nunca tive queixa de vizinhança, até hoje. Além de não conviver, era, e continua a ser, só bom dia e boa tarde, mas se preciso de algum pedido, estão prontas em oferecer. Sempre tive boas relações. Não são de convívio, são cordiais.

A família não teve horta na Quinta da Princesa.

– Disseram-me que agora tem duas, não é? Tem uma aqui e outra aqui. Faziam a horta aqui, atrás do lar. Aproveitavam aquela água do esgoto. Mas, depois, houve esta mudança.

Eu tive sempre um médico de família. E até hoje. Ele, entretanto, até se reformou e veio substituto. Tenho o meu registo de 1999, aqui no Centro de Saúde de Amora. Estou satisfeita, não tenho razões de queixa.

Aqui, a vida em Portugal, não temos tempo para convívio. Agora é que se vê isto, um pouco. No caso, como sempre trabalhei, não cheguei a ter, digamos, convívio. Era só casa, trabalho, trabalho, casa.

Sempre tive boas relações. Não são de convívio, são cordiais.

5. Reivindicações e o olhar sobre o presente

Isto não é vida, em quatro paredes. – Como direi, darem mais assistência às nossas casas. Isto é que é uma vergonha, para os anos que existem, termos as casas neste estado e continuarmos a ser o mesmo. Não temos elevador.

Temos umas escadas que são uma vergonha. Isto tudo conta. Olha daqui para ali e é só sujeira. É isto que é a minha maior tristeza na Quinta da Princesa.

De resto, sim, tá mais ou menos, porque o que era e o que temos hoje tá muito melhorado. Não foi melhorado foi nas casas na parte dos prédios.

O estado em que eu estou, nem para ir à rua posso dar uns passinhos, até para ir fazer as coisas mais fáceis, deitar o lixo; a saúde também, para ir a médicos, né?

Isto não é vida, em quatro paredes. Salvo o erro, há três anos que ando nisto. E, agora, com o problema da casa de banho, por causa do polibã, ter que estar a subir para a banheira e para o banho. É difícil.

O testemunho de D. Eulália é um claro apelo a ter dignidade no habitar, especialmente para uma geração que envelhece num lugar que ajudou a construir, mas que ainda lhe nega condições básicas de acessibilidade e conforto.

SABERES EM PALAVRAS

PALAVRAS DA NOSSA TERRA | REPERTÓRIO AFETIVO DE D. EULÁLIA

Deixar o barco Expressão que metaforiza o abandono forçado de Moçambique, carregada de um sentido de rutura, perda e uma travessia marítima para um destino incerto.

Mato Termo usado para descrever o estado inicial da Quinta da Princesa – um lugar selvagem, não urbanizado, sem infraestruturas, que gerava sentimentos de medo e isolamento.

Polibã Dispositivo de apoio para o banho que se tornou um símbolo da sua luta atual por acessibilidade e cuidado, representando a dificuldade concreta de viver com mobilidade reduzida numa casa inadequada.

Relações cordiais A sua definição para um tipo específico de vizinhança baseada no respeito, na disponibilidade para ajudar em necessidades pontuais, mas sem a intimidade ou a participação em convívios sociais mais profundos.

Realidade (Portugal) Contraponto ao “sonho”. Refere-se à experiência de dificuldades materiais, burocracia, precariedade laboral e adaptação a um novo país, simbolizada pela vida na Quinta da Princesa.

Sonho (Moçambique) No repertório de D. Eulália, representa um tempo e espaço de abundância, segurança e qualidade de vida, vivido no Moçambique colonial. É a memória afetiva de um paraíso perdido.

Dona Fátima

Quinta da Princesa: um bairro,
muitas histórias pela voz de
uma fundadora



MARIA DE FÁTIMA DA SILVA FERNANDES
DATA DE NASCIMENTO: 5 de junho de 1959
PAÍS DE ORIGEM: Portugal
LOCALIDADE: Alcântara, Lisboa
MUDANÇA PARA A QUINTA DA PRINCESA: 1980

1. Resumo biográfico-afetivo

D. Maria de Fátima da Silva Fernandes nasceu em Alcântara, Lisboa. Mulher cigana, fundadora e memória viva do bairro da Quinta da Princesa, onde habita há 45 anos, a sua vida entrelaça-se com a própria história da comunidade cigana em Portugal.

Com uma lucidez afiada e um coração generoso, D. Fátima desfia, nesta entrevista, o fio da sua existência: da chegada a um terreno quase deserto, onde famílias viviam “debaixo de um barco”, à construção de uma comunidade unida pelas festas de São João, pelos casamentos e pela solidariedade do pão partilhado.

Comercializou com o marido, o Sr. Alberto, nas feiras da Cruz de Pau, Corroios e Torre da Marinha, erguendo com trabalho honesto uma família de seis filhos. A sua narrativa é um ato de resistência: desmonta, uma a uma, as mentiras do anticiganismo, recorda a contribuição cigana na reconstrução de Lisboa e denuncia a discriminação que persiste no acesso ao emprego e à justiça.

A sua voz, ao mesmo tempo terna e incisiva, não é apenas um testemunho do passado; é uma bússola que aponta para o futuro, reivindicando, com a mesma força, a memória das cisternas da opressão e a simples dignidade de uma passageira para atravessar a rua em segurança. D. Fátima é a prova viva de que a história se escreve, também, a partir da Quinta da Princesa.

2. “Aqui sempre estivemos”: memórias de D. Fátima Fernandes, mulher cigana e fundadora da Quinta da Princesa

– Eu nasci em Alcântara, Lisboa, minha querida! As suas colegas, a Alzinda [da AMUCIP¹] sabe que nós somos de cá. Nós não viemos de lado nenhum! Somos daqui mesmo. Elas [incluindo Sónia Matos e Noel Gouveia], sim, vieram do Alentejo. Nasci em 5 de junho de 1959.

Aí, pá, cheguei aqui [Quinta da Princesa] há 45 anos, mas não me lembro o dia. Havia lá uma meia dúzia de pessoas, que tavam a viver na rua e tavam outros a viver, olhe, tavam a viver debaixo de um barco e não sei quê. Essa meia dúzia de

1 Trata-se da Associação para o Desenvolvimento das Mulheres Ciganas Portuguesas. Alzinda Carmelo, referida por D. Fátima, é a presidente da Direção desta organização, que esteve a trabalhar na Quinta da Princesa, lado a lado com o MDM. Da equipa da AMUCIP, fizeram parte igualmente Sónia Matos e Noel Gouveia, fundadoras e membros da Direção.

peessoas é que tavam a viver aqui. Um aqui e dois ou três lá para baixo. Só. Porque de resto a inauguração do bairro foi quando veio toda a gente.

Nós não viemos de lado nenhum! Somos daqui mesmo.

Metemos a mão dentro de um saquinho e tirámos, ao calhas, o andar que nos coube.

Como é que eu fiquei sabendo deste bairro? Ó, meu amor, sou daqui. Eu fui-me inscrever na Câmara, na época. Nesse tempo, ainda o meu marido trabalhava e isso tudo. Eu fui logo uma das primeiras aqui. Veio quase todo o mundo junto. Eram muito chegadas, muito amigas. Lá podia haver uma ou outra que não fosse assim tão chegada, mas pode-se dizer tudo muito chegadoinho, desde sempre.

Já faz tanto tempo... viemos todos da Moita para aqui. Então viemos todos de uma vez, meu amor.

Enquanto converso com a D. Fátima, em plena rua da Cidade da Praia, passa D. Hortênsia. A manifestação de carinho é imediata:

– Olá, minha querida! Tudo bem?

A resposta é igualmente afetuosa. E D. Fátima continua:

– Esta senhora é outra pessoa querida, que desde que a gente se conhece, ainda não foi preciso, mas se a gente tiver fome, ela dá-me pão e se ela tiver fome também sou capaz de dar. É uma amiga de vida; então, a gente tá aqui desde sempre!

E vinham muitas pessoas de outros países de África. Não sei se eles tinham vindo naquela hora ou não, só sei que se encontraram aqui; muita gente de cor, alguns ciganos, que não eram assim tantos... mas eram mais de África do que ciganos, Cabo Verde e essas coisas. Estava aqui muita gente, e continua! E pronto, sempre foi uma coisa boa aqui no bairro. Eu não tenho nada que dizer daqui.

Trabalho, festa e luta: a Quinta da Princesa pela lente de D. Fátima Fernandes

As festas da Quinta da Princesa são destacadas com grande emoção:

– Aconteciam, minha querida, pelo Natal e pelo Ano Novo, no dia de São João. Nós fazíamos; nós, ciganos, fazíamos: a gente punha ali um grande pano armado,

[As festas aconteciam] pelo Natal e pelo Ano Novo, no dia de São João. Nós fazíamos; nós, ciganos, fazíamos: a gente punha ali um grande pano armado, ali naquele largo, e púnhamos ali umas grandes mesas, e comíamos e bebíamos, cantávamos, dançávamos, brincávamos uns com os outros. Era a nossa festa, não era mais nada!

ali naquele largo, e púnhamos ali umas grandes mesas, e comíamos e bebíamos, cantávamos, dançávamos, brincávamos uns com os outros. Era a nossa festa, não era mais nada!

Meu amor, cada um levava aquilo que queria. Se houver alguém que não tenha para levar, pode ir na mesma. Também participa na mesma, não há diferença. É igual.

Casamentos, houve muitos casamentos aqui. Muitos já faziam num salão, uma coisa qualquer noutro lado, num salão de festa. Havia alguns que gostavam mais de fazer ao ar livre. Não sei quantos, mas já chegaram aqui a fazer.

Olha, a minha filha casou ali dentro da igreja Filadélfia, quando a senhora vai para cima, está ali a igrejazinha Filadélfia.

Sobre se nas festas da comunidade cigana outros vizinhos não ciganos participavam, D. Fátima recorda:

– Olha, minha querida, nesse tempo participavam poucas, mas as mais amigas chegaram a participar, sim, porque nós sempre tivemos no nosso coração as pessoas que nos amavam, as pessoas que gostavam de nós. Nós acabámos por gostar também.

Havia pessoas amigas, havia certos sítios que não, mas nós, eu falo aqui de nós [Quinta da Princesa], nós chegámos a ter pessoas que não eram ciganas nas nossas festas, sim. Em qualquer festa chegámos a ter pessoas que não eram ciganas. Algumas eram do bairro, outras eram de outros lados, de onde a gente veio que nos conheciam.

Olha como é o meu marido. O meu marido não tem carta de chofer de carro. Tem de mota, de triciclo, mas não tem de carro. Nós íamos para a festa com pessoas que não eram ciganas a conduzir o nosso carro. As festas eram em todo o lado, em tanto, tanto lado!

Era na Costa da Caparica, como ali naquele lado no Muxito, que aquilo antigamente era um luxo e agora tá tudo escangalhado. Chegou a ser também ali no caminho de Sesimbra... é todo o mundo junto. E onde mora o senhor do peixe, Quinta do Conde. Em qualquer lado.

Até aqui, ainda há pouco tempo, houve festas aqui em baixo, no salão, que tá deste lado, aqui ao fundo. A gente, onde houver um salão, a gente faz a festa. Há poucos meses, também foi em Corroios. Também houve uma festa ali de uns amigos, que convidaram a gente e a gente até foi. Fomos com uma pessoa que tinha de conduzir o carro da filha.

Seis filhos criados entre as brincadeiras de todas as crianças!

– Seis filhos criados aqui! Brincavam, riam, nesse tempo, brincavam ao arco, ao bolindre [berlinde], depois juntavam-se aqui, brincavam à bola, jogavam à bola. Depois já eram crescidos e jogavam à bola, já não faziam o arco nem o bolindre, mas jogavam aqui à bola, que havia aqui tanta juventude. Sim. Ainda não há muitos anos havia aqui muita juventude.

De manhã de manhã, iam para a escolinha, que era ali em baixo, nos fins de semana, quando eles queriam dormir, dormiam, quando não queriam iam com os pais para o mercado. Mas às vezes, como chegou a acontecer comigo, a gente levantava assim com o pezinho de como quem vai de pantufa, para eles não ouvirem nem dizerem. “Quero ir contigo!”

Queríamos que eles descansassem porque depois tinham segunda-feira para a escola, né? Mas, pronto, às vezes também iam connosco. E, pronto, era assim. Era uma vida boa, bonita. A gente ganhava para o pão dos filhos e já tava. E não tínhamos ajudas de nada e nem de ninguém.

“Onde vai bicho, a gente já não come”: autonomia, saberes e a relação com a terra

– Olha, logo de princípio, logo no princípio, cheguei a ter uma hortinha aqui, atrás do prédio, naquele bocado ali. Mas foi uma coisa de pouco tempo. Plantámos, cresceu e já não tornámos a plantar, porque havia ali muitos bichos, muita coisa e não era bom. Onde vai bicho, a gente já não come.

Mas, ali para baixo, muita gente com horta. A Câmara está a dar. Aquilo era uma miséria e agora tem esgoto, tem tudo. Agora já não, tá lá a aguinha, tá tudo lindo, direitinho, tem um lugarzinho pra eles.

O Sr. Alberto, esposo de D. Fátima, ajuda a lembrar onde tinham a horta da família:

– Tivemos ali ao pé da igreja, Fátima. Nabiças, chás, cheguei até [a ter] galinhas, mas logo vieram-me chatear e acabou as galinhas.

– Ah, onde fizeram ali tu mais o meu pai? Já não me lembrava. (D. Fátima)

– Lá os negros lá em baixo é que tinham muita criação, não sei se ainda têm. Eles gostam de trabalhar e, então, têm o trabalhinho deles, com o que lhes faz falta.

De manhã, eles vão cedo pr'ali prà horta. São bons trabalhadores. Vão para a horta de madrugada.

O meu quarto é deste lado. A gente sente que, as crianças, vão entregar às amas. Elas vão para a horta trabalhar, são mulheres de gás, vão trabalhar e, depois, ainda pegam o autocarro e outras até vão a pé para o emprego. E há algumas que vendem coisinhas por aí, vendem aquilo e outra coisa, das coisas que elas criam, ali em baixo. Elas gostam de trabalhar. (D. Fátima)

3. Das cinzas da cisterna à construção do bairro: a história que não está no arquivo, mas na memória

D. Fátima fala da trajetória de trabalho da sua família:

– Eu era comerciante. Agora, a gente acabou a venda por completo, por causa da saúde. Nós trabalhávamos na feira da Cruz de Pau, em Corroios, na Torre da Marinha. Era isso que chamavam a Praça dos Ciganos, depois foi passada para o Feijó. Nós trabalhámos nisso tudo, minha querida, não tenho medo de dizer isso, porque isso é trabalho!

E Tiago, neto de D. Fátima, destaca o seguinte:

– Queria ver se acordassem às quatro e meia, cinco da manhã! E toda a compra que eles fazem, nós descontamos para o país. Cada compra que nós fazemos, nem que seja de uma pastilha elástica, nós pagamos o IVA, tem tudo. O que a minha avó comprou há 20 anos era descontado.

Então, nós tínhamos de pôr os papéis do IRS, tínhamos tudo. Pagávamos o terrado das praças, dos mercados. De tudo! Não sei porque é que as pessoas dizem que os ciganos não trabalham! Com saúde ou sem saúde, o cigano nunca tem férias como os outros têm.

Dizem que os ciganos nunca fizeram nada, mas eu vou lhe dizer uma coisa: quando houve o terramoto em Lisboa, a segunda Lisboa que foi criada, foi da etnia cigana que levantaram mais de 260 homens [...], com mais 300 e tal de mão de obra de pessoas negras². Não foram os brancos caucasianos, os portugueses de

² Esta narrativa, transmitida oralmente pela família, sintetiza uma verdade histórica mais ampla: a reconstrução de Lisboa após 1755 assentou no trabalho de populações marginalizadas,

primeira que fizeram isso. Foram os portugueses de segunda, como chamam a nós, que desde há 600 anos atrás estamos cá em Portugal.

Porque é que eles falam tão mal do cigano? O cigano já defendeu a pátria na Primeira Guerra, na Segunda Guerra e se calhar tá pronto para servir a pátria outra vez. Se for preciso. Somos portugueses. Vamos negar? Não podemos negar!

– Não podemos ficar guardados em casa. Ainda que nós somos filhos do Altíssimo, quando a gente serve a Deus, não podemos pegar em armas. Mas, então, tamos neste mundo, tamos sujeitos a tudo. (D. Fátima)

– Mais uma coisa: no tempo dos escravos, nós éramos rebeldes e não deixávamos que eles nos pusessem a mão. Sabe o que eles nos faziam? Colocavam dentro de uma cisterna e nos carbonizavam. Nos queimavam vivos, porque nós não éramos feitos para mão de obra. É por isso que nos atavam e nos pegavam fogo e às nossas crianças, e a nós todos. (Tiago)

– E agora falam de uma ajuda da segurança social [RSI – Rendimento Social de Inserção], que é uma miséria. O meu marido descontou muito também. (D. Fátima)

– Nós, as minorias étnicas, somos 3,4%³.

O meu avô trabalhou. Se eu tivesse estudos, eu ia procurar os direitos do meu avô, porque o meu avô trabalhou na Lisnave e depois ele teve um acidente, que não lhe quiseram dar a reforma, como devia de ser. Porque os descontos que ele fez, ele descontou mais de 10 anos seguidos. Isso, quando ele passou para o quadro, porque antes do quadro ele trabalhava lá para os empreiteiros. Não queriam dar papéis assinados os de etnia cigana, mas lhe comeram muitos anos de trabalho na Lisnave, de capaço de baixo dos barcos – o tratamento que é feito fora no casco do barco. O meu avô fazia. (Tiago)

– Olha, meu marido tem aqui prova disso; uma coisa aqui num dedo, por causa de uma peça de um navio. Bateu aqui e ele ainda tem ali o sinal no dedo.

cujo contributo os registos oficiais frequentemente omitiram. A fala de Tiago é, assim, um ato de justiça memorial, reivindicando o lugar dos ciganos na construção do país.

3 É importante valorizar a afirmação de Tiago – “Nós, as minorias étnicas, somos 3,4%” – como um dado carregado de significado político. Para além de uma possível estimativa do peso da comunidade cigana em Portugal, este número simboliza uma presença que é, ao mesmo tempo, significativa e invisibilizada. É a prova numérica de que não se trata de um grupo residual, mas de uma minoria substancial que, no entanto, permanece à margem do pleno acesso à habitação, ao emprego formal e à justiça. O que Tiago evidencia, portanto, não é uma percentagem estatística, mas a dimensão de um vazio: o fosso entre o peso demográfico da comunidade e a sua sub-representação nos espaços de poder e dignidade.

Há 40 anos atrás, não deixavam os de etnia cigana ficar mais de 24 horas num terreno, seja no Alentejo, seja em Lisboa. Ou seja, como é que uma pessoa vai aprender a ler e escrever, se não tem um sítio para morar e ficar mais de 24 horas?

E outra vez ele tava no fundo da nafta, com mais colegas e ia se dar a explosão. Quem ficar lá dentro fica, que eles logo tapam tudo com uma tampa, que é para não morrer muito mais. O meu marido só teve tempo – naquele tempo era uma pessoa mais magra, uma pessoa leve – de pôr as mãos em cima do galpão e pulou para fora. Ele pulou para fora e o outro senhor, cá da rua, a tapar aquilo. Por mais nada, ele não ficava lá. Eles nunca nos deram nada do que nos fazia falta. (D. Fátima)

– Reclamar que os ciganos não sabem ler nem escrever. Hoje em dia, eu tenho o 12.º ano, mas o meu avô e a minha avó não sabem ler nem escrever, eles são analfabetos. Há 40 anos atrás, não deixavam os de etnia cigana ficar mais de 24 horas num terreno, seja no Alentejo, seja em Lisboa. Ou seja, como é que uma pessoa vai aprender a ler e escrever, se não tem um sítio para morar e ficar mais de 24 horas? E não alugavam casas para eles. Ou seja: eles queixam-se de uma coisa que eles provocaram.

Eles queixam-se daquilo que castigaram e mataram. Os de etnia cigana e os negros, porque, se for falar dos negros também, é um Deus nos acuda. (Tiago)

– Eu só tenho um irmão mais novo que foi para a escola. (D. Fátima)

– Não nos deixavam ir à escola e legalizar a documentação. Hoje em dia, há quem tenha 60 anos e que nunca foi registado. Há muitas pessoas, que é o caso do meu avô, que foi registado com 10 anos ou 12 de idade. Quem ajudou foi uma cunhada, senão, hoje em dia o meu avô não tinha nacionalidade, não tinha BI, não tinha direito à reforma, não tinha direito a nada. (Tiago)

– “Os ciganos, ah, não trabalham.” Por acaso, meu marido teve sorte, não sei se viram que era cigano ou não, mas sempre teve a sorte. Ainda hoje, vão bater numa porta e pedem emprego: “Ai, é cigano? Não!”; “Já tenho outra pessoa em vistas.”

Porque não querem dar trabalho ao cigano. É por isso que o cigano trabalha nas feiras. Tivemos que formar o nosso próprio trabalho porque ninguém dá trabalho aos ciganos. (D. Fátima)

– A minha irmã é inspetora sanitária e é advogada. Faltam mais três anos para ser juíza. Vai ser a primeira juíza cigana. (Tiago)

– O cigano, quando tá a trabalhar num sítio, faz tudo por tudo para não o despedirem. Por isso, tirem daí a ideia porque o cigano não faz mal nenhum, não rouba nada onde trabalha, não faz nada ao contrário onde trabalha, porque não quer ser despedido.

Ainda lhe vou dizer outra: há aí uma mocinha, lá em Évora, que tava a precisar porque tem duas crianças. Ela andava a pedir trabalho. Ela primeiro andava a apanhar azeitonas, que os ciganos fazem muito esse trabalho. Depois, como acabou, ela foi por ali a falar, pediu fosse a quem fosse. Pediu no supermercado pequenino e ela lá achou. O senhor lhe deu o trabalho.

Ela fazia o trabalho impecável, sempre, para nunca ser despedida. O que é que ele fazia? Já confiava tanto nela que entregava a ela a caixa; ela fazia a caixa e tudo, e dizia: “Olha, Soraia, se eu chegar mais tarde, que eu vou para aqui ou para ali, se eu não chegar a horas, tu fechas a porta. Levas a chave. De manhã chegas primeiro que eu, abres a porta.”

E era assim tudo. Bastou pessoas que não eram ciganas, que gostavam muito da mocinha lá, que entravam lá para se irem aviar, fazer as compras e diziam assim: “Ai, sim, senhor, a Soraia M. é uma cigana e é muito boa, é muito séria.” “A Soraia M. é uma ciganita, ela precisa.” Bastou estas palavras! “Ciganita? Ela é cigana?” Despediu-a na hora.

Enquanto ele não sabia que era cigana, era séria. Mas, depois que soube que era cigana, já não poderia ser. Você já viu esta estupidez. Ele por acaso teve queixa dela enquanto não sabia que era cigana? Esta história foi verdadeira. (D. Fátima)

O cigano, quando tá a trabalhar num sítio, faz tudo por tudo para não o despedirem. Por isso, tirem daí a ideia porque o cigano não faz mal nenhum, não rouba nada onde trabalha, não faz nada ao contrário onde trabalha, porque não quer ser despedido.

4. O que mudou e precisa mudar na Quinta da Princesa?

– Meu amor, o que é que mudou na Quinta da Princesa, que eu saiba, que eu oiço as minhas vizinhas queixarem, é que não há trabalho para os jovens e têm que emigrar todos, para irem trabalhar à cata de uma vida melhor.

E até muitos dos ciganos. Olhe, os meus filhos, no tempo das campanhas, os meus filhos vão para a Inglaterra trabalhar. Eles regressam sempre, têm cá os seus pais, têm cá os seus filhos, mas têm que sair.

“Vamos trabalhar aí!” E até já mandaram os jovens embora em tudo. Regressam outra vez, porque o trabalho acabou e porque é por campanhas. Uns vão para o negócio, outros vão trabalhar a pedir trabalho aqui ou ali, e pronto, vão-se governando assim porque é o nosso Estado, o nosso governo, é isto.

5. O que precisa mudar na Quinta da Princesa?

– Eu gostava, vou dizer uma coisa, que para as pessoas é insignificante, mas para mim não é. Tem ali uma igreja Filadélfia, que a gente já viu há anos, anos e anos, e não há uma lombada ou uma passarela. E gostaria de uma passarela ali, ao fundo da rua, quando a gente vai para baixo, porque tanta gente vai apanhar o autocarro e a gente depara-se com os carros de frente connosco e por trás e pela frente, porque não sabemos como devemos de atravessar para o outro lado. Porque queremos ir para o autocarro e não há uma passarela. A gente fica no meio, sem saber o que fazer, que já me aconteceu.

Gostaria também de uma farmácia e de um supermercado que tivesse de tudo, se pudesse ser. Era muito bom!

SABERES EM PALAVRAS

PALAVRAS DA NOSSA TERRA | REPERTÓRIO AFETIVO DE D. FÁTIMA

Bolindre Berlinde, pequena bola de vidro colorida, usada em brincadeiras infantis. Representa as memórias de infância e as brincadeiras partilhadas no bairro.

Chegadinho/a Próximo, íntimo, de confiança. Define a qualidade das relações na comunidade. “Tudo muito chegadinho.”

Capação Capação, trabalho especializado de tratamento e reparação do casco dos barcos, feito nos estaleiros navais. Termo técnico que testemunha o trabalho cigano na indústria pesada, muitas vezes invisibilizado.

Ciganita Diminutivo carregado de ambiguidade. Pode ser usado com afeto dentro da comunidade, mas no relato de D. Fátima é usado de forma pejorativa por não ciganos, marcando a diferença de forma a justificar a discriminação.

Terrado Aluguer do lugar nas feiras para exercer o comércio. Palavra-chave para compreender a economia familiar e o trabalho nas feiras.

Dona Juliana

Das sementes de Cabo Verde ao
chão da Quinta da Princesa: a vida
resistente de Dona Juliana Lopes Semedo



JULIANA LOPES SEMEDO

DATA DE NASCIMENTO: 9 de janeiro de 1952

PAÍS DE ORIGEM: Cabo Verde

CHEGADA A PORTUGAL: 1970 (1.ª fase) e c. 1975/76 (2.ª fase)

MUDANÇA PARA A QUINTA DA PRINCESA: 1980

1. Resumo biográfico-afetivo

D. Juliana Lopes Semedo, cabo-verdiana de nascimento e moradora da Quinta da Princesa desde a sua fundação, tece nesta entrevista um poderoso novelo de memórias que atravessa o Atlântico. Sua narrativa começa nas lavouras de São Miguel, Cabo Verde, onde, desde os 10 anos, aprendeu os ofícios da terra e da casa sob o jugo colonial português – um sistema que negou a ela e a tantas outras meninas o direito à escola, com a justificativa patriarcal de que “não era para escrever ao namorado”.

A seca e a fome, fantasmas recorrentes que assombram a história de Cabo Verde, forçam a primeira migração, rumo a São Tomé e Príncipe, onde trabalhou na limpeza das roças de cacau. O retrato que pinta do trabalho sob administração portuguesa é complexo: não havia “escravatura”, mas o salário era “muito pouco”.

O caminho culmina em Portugal, antes e depois do 25 de Abril de 1974, num périplo de idas e voltas marcado pela reunificação familiar e pela seca implacável. Estabelecendo-se definitivamente na Quinta da Princesa em 1979, D. Juliana, ao lado do marido, construiu um legado de fartura: criaram animais, cultivaram uma horta e garantiram que todos os seus filhos estudassem, superando a própria privação educacional.

Através da sua voz, revisitamos a história viva do bairro: a convivência intensa entre vizinhos de várias origens, as matanças do porco que viravam festa comunitária, as excursões a Fátima, o clube masculino, a escola pequenina que antecedeu as atuais.

Sua fala é um testemunho contundente sobre o que se perdeu – a degradação dos serviços públicos de saúde, o afrouxamento dos laços comunitários, o estigma que paralisa – e um chamado para o que precisa de ser resgatado: a convivência, o apoio mútuo e a alegria coletiva. D. Juliana não é apenas uma moradora; ela é uma das matriarcas que plantou, com suas próprias mãos, as raízes da Quinta da Princesa.

2. O pilão na calçada: saberes, suor e solidariedade no caminho de D. Juliana

– Eu vivia com meus pais. Depois, a minha mãe faleceu e eu fiquei com o meu pai e meus irmãos. A gente trabalhava no campo e semeava o milho, feijão, feijão pedra, feijão congo; plantava mandioca, batata-doce; colhia, e era disso que a gente vivia, do pasto que a gente trabalhava. As terras eram da família.

O meu pai tinha porco, tinha galinha, cabra, até tinha uma mula, tinha burro.

Portanto, a gente trabalhava e depois ia para o campo, tirava o pasto que era para dar aos animais. O meu pai tinha vaca também. A gente comia dali mesmo.

Comecei a trabalhar com 10, 11 anos, em casa. Eu fazia comida, arrumava a casa. As meninas limpavam a casa, cozinhavam, os rapazes iam dar de comer aos animais; iam tratar dos animais, do burro, do porco, de cabra, tudo que a gente tinha. Depois dos 15 anos, eu comecei a ir para o campo.

A gente tinha água na nascente e apanhava lá. E quando não faltava água, a gente apanhava do poço e lavava a roupa. Para beber não servia.

Cadernos vazios, mãos sábias: o conhecimento que veio da terra

– Tinha escola, mas, antigamente, eles não queriam pôr as meninas, porque diziam que era para não escrever ao namorado. Afinal das contas, a gente arranjou na mesma. Casei com 18 anos, jovem. Nunca tive a oportunidade de entrar numa escola.

Eles não queriam pôr as meninas [na escola], porque diziam que era para não escrever ao namorado.

3. Rumos do Atlântico: o caminho de São Tomé à procura da chuva

– Quando começou a faltar a chuva, daí que a gente começou a emigração. Depois, eu casei em 1970 e o meu marido foi para São Tomé. Tive lá o meu primeiro filho.

Eu acho que trabalhava para o Estado português, porque o patrão era português. Patrão e feitor. Era um trabalho no campo, de limpar cacau, capinar as ervas, limpar o sítio que tem banana, tem papaia, tem manga, tem tudo, e era limpeza. Limpeza no campo. Partia cacau com uma faca, assim, pequenina, e a gente carregava pelo caminho. Depois, o carrinho de ferro ia buscar (um carro que tinha só roda). Andava no caminho de ferro, na linha.

Lidavam com as pessoas com respeito, porque, quando a gente foi, já não tinha nada daquilo de escravatura. Já tinha acabado. Por acaso, era com respeito. Nunca ninguém fez nada a nós.

Salário era muito pouco. Por mês, era pouco. Quando a gente chegou lá, já tinha casa. Era com um contrato de três anos. Meu marido ficou lá seis meses e depois ele foi para Lisboa.

Depois, mandou dinheiro e eu paguei o contrato. [Aí], eu vim para Portugal para ao pé dele. Quando eu vim para cá, o meu filho tinha nove meses.

4. Entre partidas e chegadas: a longa travessia para reencontrar a família

Ainda por volta de 1970, D. Juliana voltou a emigrar, desta vez para Portugal, onde esteve até se dar o 25 de Abril de 1974. Nesse período, o marido considerou oportuno que ela regressasse a Cabo Verde com os filhos, tendo ele permanecido.

– Passou o 25 de Abril e, quando a situação se acalmou, eu vim outra vez.

A filha de D. Juliana, Helena, presente durante esta entrevista, estima que o retorno definitivo da mãe, com os irmãos, a Portugal tenha ocorrido entre 1975 e 1976.

– Ela já tinha os meus irmãos todos. Foram para Cabo Verde, depois nasceu a minha irmã, depois nasceu o outro meu irmão. Depois vieram todos juntos para cá. Eu é que nasci em 1979. Eu lembro-me, pelo que ela conta, foi 1975-76, por aí. (Helena)

Outra das razões citadas pela D. Juliana para o regresso definitivo para Portugal foi a seca¹ em Cabo Verde:

1 A grande seca que D. Juliana viveu – e que forçou a sua decisão de emigrar definitivamente – insere-se no prolongado período de estiagem que assolou Cabo Verde entre 1968 e 1975, com um pico de intensidade entre 1973 e 1974. Esta crise, uma das mais severas do século XX, provocou a perda total das colheitas, fome generalizada e um êxodo populacional em massa, sendo amplamente documentada por historiadores como: Carreira, A. (1983). *Migrações nas ilhas de Cabo Verde* (2.ª ed.). Instituto Cabo-verdiano do Livro; Lopes, J. V. (2002). *Cabo Verde – Os bastidores da independência*. Centro Cultural do Mindelo; Pereira, D.A. (2007). A seca em Cabo Verde: Fenómeno natural e calamidade social. In *Colóquio Cabo Verde: percursos na história de um arquipélago* (pp. 45-62). Instituto de Investigação Científica Tropical.

– Deixei tudo lá, só trouxe os filhos. Veio aquela seca da chuva. Não dava nada. Eu semeiei, eu tinha campo, não choveu, nada nasceu. Ficou no chão, milho, feijão, tudo. Não brotou nada. Aí que eu voltei mesmo.

Olha, eu tava junto com o meu marido. Fomos morar em Fernão Ferro. E foi daí que a gente fez a inscrição da casa. Depois, apanhámos a casa da Câmara [na Quinta da Princesa].

5. Quinta da Princesa: plantando raízes no novo lugar

– construção da fartura e da vizinhança

– A casa [em Fernão Ferro] era pequenina e era arrendada. A gente já tinha quatro filhos. Ela [Helena] e a irmã [Madalena] dormiam juntas. Os rapazes [Orlando e Arlindo] também dormiam juntos. Depois, começaram a brigar e tive que separar os rapazes das raparigas. (D. Juliana)

– A Madalena, a minha irmã, nem gostava que lhe encostassem. (Helena, rindo-se)

– O meu marido soube [das candidaturas para a casa na Quinta] e se inscreveu. Depois, a gente apanhou essa casa grande, por causa dos quatro filhos. (D. Juliana)

No início, eram poucos vizinhos. Depois, aumentaram. O último foi lá em baixo, no lote da D. Vitória. Primeiro, conheci a Maria Sábado. O marido dela dizia “Sábado”. É aquela senhora que tem aquela loja [mercearia]. Ela morava aqui, ao lado. Agora, já não tá aqui, tá lá em baixo.

Depois, foi a outra vizinha, D. Tina, que ainda mora aqui. Depois, é a Paulina, a Carminha [D. Maria Coelho], a D. Augusta, aquela que morreu o filho.

A gente convivia muito bem e com os vizinhos ciganos também. Essa vizinha [D. Tina], da minha porta, é desde o começo, há muitos anos. E veio a D. Hortênsia, a D. Joaquina...

Olha, foi importante porque a gente sempre se deu muito bem, como aí, a D. Paulina, a gente se conheceu na altura. Até hoje a gente se fala todos os dias; sai na varanda, fala com o Sr. Domingos [esposo de D. Paulina]; sai na varanda, fala com a D. Paulina... e com os outros vizinhos também.

Helena recorda-se da ocasião da matança do porco:

– Eu lembro quando havia a matança do porco, para fazer a venda das carnes. O meu pai fazia os convites às pessoas para irem ajudar. Ele tinha uns amigos que

iam ajudar a matar, a preparar as carnes, a preparar o chouriço de sangue do porco, que é o que se vende e tem muita venda; os torresmos, isso tudo, e nisso tudo havia o comer.

A minha mãe fazia a cachupa, a cachupada, para dar a toda a gente. Toda a gente era convidada para ir lá ajudar e comer, almoçar e passar lá a tarde toda. E era essa a convivência que eu mais me recordo.

E havia muitas mais convivências aqui no largo, as pessoas aqui na rua, no verão. Tínhamos brincadeiras entre nós, com a Elisa, a Cesaltina, da nossa geração, que eu me lembro muito. E havia as pessoas que iam lá para baixo, aqui em baixo; sentavam-se aqui a comer, a conviver. Era uma fase muito boa, nesses tempos.

O saber das mãos que alimentam: a horta como espaço de resistência e fartura

– A gente tinha horta, ali. A gente tinha coelho, criava porco, galinha. A gente semeava batata inglesa, batata-doce, ervilha, cebola, alho, legumes, tudo. Tudo. A gente fazia assim, um cerco aqui na varanda. A gente punha assim, a batata, abria que é para não estragar. Até na dispensa a gente guardava. Essa foto aí era dispensa, cheia de batata e de tudo. Criei os meus filhos, graças a Deus, farto, farto mesmo! Isso não tenho que queixar.

Helena lembra-se da infância na horta:

A gente tinha horta, ali.
A gente tinha coelho,
criava porco, galinha.
A gente semeava
batata inglesa, batata-
doce, ervilha, cebola,
alho, legumes, tudo.
Criei os meus filhos,
graças a Deus, farto,
farto mesmo! Isso não
tenho que queixar.

– Na nossa infância, nós íamos à escola e passávamos na horta. Na horta, a semear, e depois o meu pai fazia a matança do porco, para vender as carnes, torresmo, linguiça, chouriço. Nós tínhamos fartura em casa. Uma infância mesmo boa. Nunca nos faltou nada. (Helena)

Mas, antes, havia o problema da água, que não era limpa e que circulava nas hortas. D. Juliana recorda como resolviam este problema:

– A gente levava de casa, os garrafões, para fazer as coisas. Na matança do porco, a gente tinha um bidão e levava cá de casa, a água limpa.

Atualmente, apesar da requalificação das hortas, com a implementação do parque agrícola, D. Juliana não pretende ter um novo terreno, por questões de saúde:

– Gosto, mas não posso! O braço não dá. Eu ajudava o meu marido; eu plantava batata-doce. Ele tirava o rego e ia atrás a plantar. Porque o meu pai ensinou a gente a plantar mandioca, batata.

Batata é uma corda que anda assim, a gente corta, junta, mete assim na terra e deixa só a pontinha. E a mandioca é um pau. Tem aquele assim, o olho, a gente diz que o olho a gente corta, no comprimento, mas tinha que ser aquele olho para cima, que é para depois rebentar para cima.

A gente pisava o milho, que é para fazer a cachupa. No pilão, aqui na rua mesmo [rua Cidade da Praia], em frente. E a Carminha também pisava milho para vender, para fazer com a cachupa. A gente pisava, tirava a farinha e xerém e depois dava aos outros. Tirava um bocado pra gente, outro bocado para Carminha, um bocado para quando a Nuna, a Hortência, fazia e dava para para mim também. Era assim. Era muito boa a convivência.

A gente pisava o milho, que é para fazer a cachupa. No pilão, aqui na rua mesmo, em frente. E a Carminha também pisava milho para vender, para fazer com a cachupa. A gente pisava, tirava a farinha e xerém e depois dava aos outros. [...] Era assim. Era muito boa a convivência.

Trabalhos visíveis e invisíveis: o duplo afã de mãe, agricultora e empregada doméstica

– Na medida do possível, pobre, mas não faltava nada. O meu marido trabalhava e era um grande trabalhador. Ele era muito bom. Sim. Ele trabalhava na obra, era um servente. E depois, no fim, ele trabalhava ali; não sei se ele tirou um curso ou se ainda não tinha tirado, só me lembro que ele trabalhava e a profissão dele era lubrificador. Até ainda tenho o documento dele.

E depois, ele trabalhou na A. Silva & Silva e foi para a Siderurgia Nacional. Ele não ficava sem trabalhar; saía de um sítio para o outro. Tinha sempre trabalho naquela época.

Quando os filhos ficaram mais crescidinhos, arranjei trabalho na casa de patroa, para ajudar o meu marido. Limpava a casa, o chão, casa de banho, tudo trabalho dentro de casa; passar a roupa, lavar a roupa, até cozinhar. Eram várias pessoas, várias casas. A gente conseguia controlar tudo: o trabalho, a horta e as crianças.

Os meus filhos iam à escola. O meu marido só tinha um bocadinho de escola. Fez 4.^a classe, aqui, numa escolinha, à noite, perto do vidro. Ensinava ao menino e até agarrava na orelha; torcia a orelha e tudo. Que era para saber. Graças a Deus, eu não sabia para ensinar, mas eu estou orgulhosa deles, dos meus filhos e dos meus netos. Um está trabalhando em casa e a outra lá no restaurante.

Corpo que cura, sistema que adocece: entre os chás da tradição e a falta de médico de família

– O meu primeiro [filho] nasceu em São Tomé, no hospital. Quando eu fui para Cabo Verde, eu fui grávida da Madalena. A Madalena nasceu em casa, com uma parteira. O outro filho também, o Arlindo. Ela [Helena] nasceu aqui, no Alfredo da Costa [Maternidade]. Aqui [Quinta da Princesa] não conheço nenhum caso de nascimento com parteira.

Aqui, para ir ao médico com as crianças, não foi difícil porque a gente tinha médico de família e funcionava [bem]. O meu médico era do meu marido, do Orlando, da Madalena, do Arlindo e da Helena. Era a Dra. Helena Teixeira, do centro de saúde, que era ali no prédio ao pé da praça. Já fechou há muitos anos. (D. Juliana)

– E tem lá um prédio vazio. Um prédio de três, quatro andares. Era esse aí o nosso centro de saúde. E eu lembro-me que era a Dra. Helena e nós íamos lá, não tínhamos problemas em marcar consulta, em ter uma vacina. As vacinas eram marcadas, até tínhamos a nossa cédula, que era a cédula das vacinas.

Agora é tudo muito complicado. Já não temos [médico de família]. Tínhamos ali no centro de saúde da Amora. De repente, disseram: “Já não tem médico para nada, a doutora foi-se embora”; e ficámos a fazer as nossas consultas sem médico mesmo. Conseguir uma consulta é para esquecer.

Aliás, quando a minha mãe vai fazer o pedido dos medicamentos das diabetes, nem tem o nome do médico que nós temos ali. É só o número de utente, o número de telefone e ela recebe no telefone o receituário da medicação. Nem tem um médico específico para receber a medicação e, agora, demora mais a chegar, porque não é o médico de família que passa. (Helena)

Sobre a utilização da medicina tradicional, como chás e outras ervas, D. Juliana tem a seguinte prática:

– Eu, chá, de vez em quando tomo. De vez em quando, as pessoas me ensinam para fazer remédio da terra. Assim, das ervas. Mas eu não tenho assim muita fé, porque eu estou tomando comprimido, vou fazer chá disso, vou fazer chá daquilo, não sei se vai me fazer mal ou se vai me fazer bem. Por isso, eu continuo a tomar comprimido.

A festa como resistência: a alegria coletiva que tece a comunidade

– Eu lembro-me, principalmente, de quando era o 25 de Abril. Festejávamos sempre ali no ringue, com os cravos. E a Câmara do Seixal organizava sempre uma festa. Havia jogos, os miúdos iam jogar andebol, havia atletismo, jogos de andebol – havia uma equipa aqui do andebol feminino. Jogavam ali, em baixo, no Grupo Desportivo. Havia uma banda. Eu lembro-me de tudo isso. Passávamos ali o dia todo. Havia muita atividade. (Helena)

– Aquelas bandas que tocaram lá nas festas. (D. Juliana)

– Há uns tempos tinha os Tutores de Bairro², mas eu acho que, por falta de verbas, por falta de algumas coisas, pararam um pouco com as atividades. Eu acho que antes havia mais atividades aqui na Quinta da Princesa.

E havia outras festas também que eu agora não me recordo assim muito. Às vezes havia, em novembro, as castanhas, mas era mais na escola, que agrupava ali os alunos e alguns pais. Levavam castanhas para assar e fazer ali uma convivência.

Aqui na rua, no prédio, por exemplo, na passagem de ano, a gente saía nas varandas, fazemos barulho com umas tampas de panela a bater, a festejar a passagem do novo ano. No dia, come-se os bolos, faz-se aquela comida toda e os vizinhos vêm aqui à porta. Como o ano começou, os miúdos vêm aqui pedir uma moedinha, 50 cêntimos ou um euro. A pessoa vai juntar ali uma coisinha e vai comprar uma fatiota, uma coisa. Lembro-me que cada criança vai comprar uma fatiota, uma coisa assim. Agora já não há nada. Havia sempre festas. O presidente da Câmara, eu me lembro que vinha cá. (Helena)

– Para batizar, festas e batizados, também muita vizinhança. Fazia festa em casa mesmo, com os convidados e tudo. A casa cheia. Nós temos a nossa vizinha, a

2 O projeto Tutores de Bairro foi desenvolvido na Quinta da Princesa, com início em 2001 e término em 2022. De 2019 a 2022 teve como entidade promotora o Centro de Assistência Paroquial de Amora (CAPA), sendo financiado pelo Programa Escolhas. O trabalho realizado com a comunidade deu especial atenção às crianças, jovens e famílias, tendo por objetivo melhorar a integração social em diversas áreas, como saúde, educação escolar, trabalho, entre outras.

Augusta, ela morava aqui deste lado e havia sempre aquela casa onde havia sempre uma festa, os aniversários. Principalmente na casa deles. E aí também nós tínhamos aquela convivência de ir na casa do vizinho para festejar o aniversário do vizinho. Também, se precisa sair, vem cá, vem cá à minha casa, deixa aqui a criança. Era tudo a corrida, para cima e para baixo, e a casa estava cheia de crianças. (D. Juliana)

– A festa que eu me lembro que nós fizemos aqui foi dos 18 anos do meu irmão mais velho. Foi uma grande festa. Aí, esta casa estava cheia, eram as escadas. Eu lembro-me até hoje. (Helena)

A família de D. Juliana continua a manter a tradição das festas de aniversário em família. Em outubro, são três membros a comemorar os anos. Por sua vez, sobre a possível cooperação para a realização das festas, D. Juliana diz o seguinte:

– Quem faz a festa, faz o gasto. Por exemplo, quando eu fiz o batizado dela [Helena] eu comprei tudo, convidei a minha família, os vizinhos, eu que fiz tudo. Mas, se a pessoa quiser, pode trazer ajuda. Isso também existe. Ainda se vê, em algumas festas, tipo casamentos ou batizados, se vê isso de levar ajuda; levar dois litros de sumo, um saco de arroz para ajudar. Algumas pessoas preferem dar o dinheiro ou uma ajuda, mas isso aí ainda se vê muito.

Mesmo na morte. Eu conheço isso desde que eu nasci, em Cabo Verde. Quando a pessoa morre, no funeral tem que fazer comida. Aqui, agora, muita gente não quer, porque também já virou festa. É tanta comida, tanta comida! Muita gente tá a resmungar.

Muita gente não vai por essa tradição mais antiga, que quando morre tem que fazer o comer, tem sumos, tem café, tem tudo. A geração de agora já não está a querer muito ir por esse lado. A pessoa morre vai só ao enterro e pronto, cada um vai para a sua casa. Às vezes, também é derivado de as pessoas não terem condições [financeiras] de fazer, comprar as coisas. Só tem condições para fazer funeral. (D. Juliana)

As mulheres, a vizinhança e os encontros

– Eu me lembro das idas a Fátima, que ia com os meus pais desde muito nova. Havia um casal vizinho, no lote 20, naquela praceta [praceta Cidade do Lobito], que organizava sempre. Nós passávamos o fim de semana lá. Saíamos no sábado de manhã e voltávamos domingo. Aí, juntávamos quase a vizinhança toda: os casais, os filhos... havia épocas que iam dois autocarros.

Conhecemos muita gente, porque havia paragens, Nazaré, Grutas de Mira d'Aire, e, nessas excursões, cruzávamos com vizinhos que eu não via no dia a dia. Dava para dar uma palavra e ir convivendo. (Helena)

– Eles iam comprar carne, que vinha da matança de porco, e aí também dava muito bem para conhecer os vizinhos. Vinham comprar carne e iam para a cachupa.

E havia um senhor também, que é cunhado da Vitória, que agora não tá cá, que também fazia excursão. Já organizaram também para Espanha, Serra da Estrela... essa senhora aí, do lote, até ainda faz.

E havia os convívios também da horta. Convidavam para ir apanhar o feijão ali da terra, as ervilhas, feijão, milho. Passavam o dia todo na horta, para comer, almoçar na horta. E depois ia assar uma maçaroca. Era mesmo esse tipo de convivência. Era junho, julho, no verão, setembro, outubro. (D. Juliana e Helena)

– Tinha um clube, aqui na Quinta da Princesa, ali onde tem a escola, em frente à igreja. Tem aquele descampado, onde tem as grades da escola. Esse clube teve muitos anos ali. Eu lembro-me até de o meu pai ir lá jogar às cartas, beber um copinho, uma cerveja. (Helena)

– Pois é, foi o primeiro clube daqui. Foi o primeiro clube daqui. Até era a Isabel que geria ali o clube; já faleceu. Fim de semana tinha mais gente. Eu não frequentava, mas o meu marido, sim. Não deixava. Aquilo, mais ou menos, era só para os homens. (D. Juliana)

E havia os convívios também da horta. Convidavam para ir apanhar o feijão ali da terra, as ervilhas, feijão, milho. Passavam o dia todo na horta, para comer, almoçar na horta. E depois ia assar uma maçaroca. Era mesmo esse tipo de convivência.

O fio da memória que se desfia: perdas, estigmas e a esperança do reencontro

– Mudou bastante. Talvez tenha mudado por causa da geração que tá a vir agora. A [nova] geração já não é aquela de irmos ali em baixo, sentarmos para falar um pouco... é diferente. Talvez porque as pessoas têm mais coisas para fazer e não têm tempo para estar aqui em baixo a conviver. As pessoas vão deixando, o tempo vai passando, os anos vão passando e isso perdeu-se. (Helena)

– Aqui, vizinhança, continuamos na mesma. Mas, agora, as crianças não podem brincar assim na rua. Antes, eles brincavam bem aqui na rua, de noite. Brincavam muito. A Helena andava aí na rua a saltar a cabra, ainda grande, a jogar

Não se vê mais jovens na horta. Antes havia, porque era um dos passatempos da família e dos jovens. Iam à escola, depois ficavam na horta e iam para casa. No fim de semana, iam para a horta ou brincavam na rua.

Ao invés de estar em casa, sentava-me com a Carminha (D. Maria Coelho), com a Augusta, a apanhar um fresco... à meia-noite ou uma da manhã a gente ia para a casa.

aqui em baixo, ali atrás e aqui. Mas agora tá mais complicado, mas, pronto, eu nunca tive confusão com ninguém. Graças a Deus.

Não se vê mais jovens na horta. Antes havia, porque era um dos passatempos da família e dos jovens. Iam à escola, depois ficavam na horta e iam para casa. No fim de semana, iam para a horta ou brincavam na rua.

Ao invés de estar em casa, sentava-me com a Carminha [D. Maria Coelho], com a Augusta, a apanhar um fresco... à meia-noite ou uma da manhã a gente ia para a casa. (D. Juliana)

– Sempre tivemos boa convivência com os vizinhos. Há uns vizinhos com um carácter mais forte, há outros mais calmos. Aí, é só uma questão de gerir o temperamento dos vizinhos daqui do bairro.

Mas agora vai-se vivendo, vai-se fazendo ainda umas coisinhas. Houve uma fase que parou um pouco, e agora está a recomençar outra vez. Já houve bastantes melhorias.

Saiu muita gente do bairro. Da geração da minha mãe, muita gente já faleceu. Alguns venderam as casas ou foram para outros países. Da minha geração, muitos já saíram mesmo, por formar família ou para ir trabalhar noutro país, para ter mais melhores condições.

Eu acho que hoje é um pouco complicado, porque as pessoas [novos moradores] já vêm dos próprios bairros onde viveram, já com aquela mentalidade do que passaram onde estavam, e não acreditam que aconteça o melhor noutro sítio. Ou seja: num bairro como este, que já tem um certo estigma, se calhar vêm para aqui já com aquela mentalidade de que aqui nada vai mudar. (Helena)

7. Grupo Colaborativo de Mulheres da Quinta da Princesa – D. Juliana e a arte de resistir pela terra e pela comunidade

D. Juliana tem sido uma das principais dinamizadoras do *Grupo Colaborativo de Mulheres da Quinta da Princesa*. Este livro conta com muitas participantes sugeridas e contactadas por ela. Tem envolvido as mulheres da sua família e vizinhas nas iniciativas deste grupo, para além da presença incansável em todas as reuniões de trabalho na comunidade e com as instituições.

É uma das senhoras que mantêm os saberes ancestrais na Quinta da Princesa, como na cozinha da Festa do Povo (Festa da Tabanka), com pratos tradicionais, como a cachupa.

É presença assídua em todas as atividades da *Escola de Saberes da Quinta da Princesa*.

SABERES EM PALAVRAS

PALAVRAS DA NOSSA TERRA | REPERTÓRIO AFETIVO DE D. JULIANA

Água da nascente A vida em Cabo Verde; o recurso precioso e comunitário.

Fartura Conceito-chave: não era a riqueza material, mas a segurança de ter o que comer da sua própria horta e criação.

Festa do vizinho Ideal de comunidade que Helena almeja: cada um traz um pouco, todos constroem juntos.

Matança do porco Trabalho coletivo que se transformava em festa. A economia que gera comunidade.

Pilão O pilão na calçada era o moinho da comunidade, onde se transformava o milho e se teciam conversas.

Respeito Modo como D. Juliana define o trato em São Tomé e Príncipe: “Já não tinha escravatura.” Uma conquista.

Roça Campo, lavoura. Em São Tomé e Príncipe era o cacau; em Cabo Verde, o sustento; em Portugal, a horta. O trabalho com a terra como fio condutor.

Xerém Milho pilado, a base que sustenta a vida e a tradição.

Dona Laura

Da ruralidade colonial à
Quinta da Princesa: memórias de
resistência e ancestralidade



LAURA DO ESPÍRITO SANTO DE SOUSA

DATA DE NASCIMENTO: 7 de junho de 1954

PAÍS DE ORIGEM: São Tomé e Príncipe

CHEGADA A PORTUGAL: 26 de janeiro de 1974

MUDANÇA PARA A QUINTA DA PRINCESA: 8 de fevereiro de 1980

1. Resumo biográfico-afetivo

Nascida em Santo António do Príncipe, São Tomé e Príncipe, D. Laura chegou a Portugal em janeiro de 1974, grávida da sua primeira filha, em busca de uma vida melhor, pouco antes da Revolução de Abril. Mulher negra, são-tomense, trabalhadora e mãe de seis filhas, a sua vida é um testemunho vivo de resistência, ancestralidade e luta pela dignidade.

Nesta entrevista, D. Laura conduz-nos numa viagem desde a infância nas roças (onde, desde os 15 anos, lavava roupa no rio e aprendia os ofícios domésticos) até à conquista da sua casa na Quinta da Princesa a 8 de fevereiro de 1980 – um “paraíso” que representava a materialização de um sonho longamente adiado.

Com uma narrativa firme e emotiva, ela relembra a dureza do trabalho colonial, a discriminação racial e de género, a violência simbólica, mas também a força comunitária dos primeiros anos no bairro, onde as portas estavam abertas e o Natal parecia uma sanzala.

Entre memórias de partos em casa, mezinhas com folhas de laranjeira, a vida trabalhando na indústria e a preocupação atual com a degradação do bairro, D. Laura não só partilha a sua história, como tece a história coletiva de tantas mulheres africanas que construíram Portugal com as mãos, o suor e a esperança.

Uma voz essencial para compreender o passado, mas também para iluminar o caminho de luta por habitação, saúde e comunidade que permanece mais urgente do que nunca.

2. Infância e juventude em São Tomé e Príncipe: trabalho, venda e resistência nos tempos coloniais

– Vivia com a minha avó, mãe da minha mãe, que me criou. A minha avó era vendedora. Vendia tudo: peixe, cana, farinha, banana, mandioca, várias especiarias. Não tinha terra. Ia comprar e vender. Comprava ao grosso e ia retalhar aos poucos. Criávamos pouca quantidade, só para o consumo próprio, para a alimentação.

Me ensinaram a lavar, passar, cozinhar, desde os 15 anos pr’aí. Aqui temos tanque, temos tudo. Lá era para ir ao rio, lavar no rio.

Trabalhei a lavar roupa, venda, partir coco, partir caroço, salgar o peixe. Trabalho árduo! Era nas roças, trabalhando para outras pessoas, para os portugueses. Alguns não pagavam.

Vim para cá [Portugal], ainda deixei ordenado lá para receber. Deixei a minha irmã no meu lugar, a trabalhar no cacau, no secador do cacau. Vim-me embora e não me pagaram o meu vencimento. Deixei a minha irmã no meu lugar. Ela continuou, mas não pagaram o dinheiro, porque, se não foi ela que trabalhou, não teve direito a esse salário.

Já viu a lavoura do cacau, seca do cacau, a limpeza do cacau? Não é fácil.

Na escola, eu frequentei até à 4.^a classe. Nesse tempo, não deixavam as meninas irem para a escola.

Memórias da opressão colonial e da consciência para o enfrentamento

Sobre a racialização e a discriminação no período colonial, particularmente com as mulheres, D. Laura relembra episódios que marcaram a sua vivência em São Tomé e Príncipe:

– A discriminação sempre existiu, né? E continua a existir. A gente ouve de um lado, sai do outro e tenta esquecer, senão, não dá para levar a vida à frente. [As mulheres] eram escravizadas, né? Ficavam escravizadas. Tudo o que eles mandavam fazer, elas tinham de fazer, porque não tinham como sobreviver, né? Era a luta para criar os filhos.

Quantos mulatos que não nasceram lá? Aí, lavadeiras ficavam amantes. Eles arranjam caso deles com a mulher, não tomam responsabilidade dos filhos. Quantos mulatos não estão na terra por causa disto? Muitos, muitos!

Até uma altura, em que eu ainda era criança, tinha os meus 12, 13 ou 14 anos, fui vender manga, na casa de um português. Ele queria manga, né? Ele comprou a manga de 20 escudos – naquela altura, 20 escudos para nós, era dinheiro. Ele tinha dinheiro para me dar, mas como ele queria “outra coisa”, ele disse: “Olha, vai, depois eu dou à minha lavadeira para te dar o dinheiro.”

Voltei no dia seguinte, para ir buscar dinheiro na mão da senhora que ele disse que deixava o dinheiro para mim. Não deixou, disse à senhora que tinha que ser eu mesma a ir buscar o dinheiro. O que é que ele queria? Até que nunca mais passei lá, porque já sabia o que é que ele queria. Deixei ele com o dinheiro dele, perdi, mas estou cá, na luta. Eu luto sempre!

A discriminação sempre existiu, né? E continua a existir. [...]. [As mulheres] eram escravizadas, né? Ficavam escravizadas. Tudo o que eles mandavam fazer, elas tinham de fazer, porque não tinham como sobreviver, né? Era a luta para criar os filhos.

3. A travessia para Portugal (1974): grávida e em descoberta da terra alheia

– Vim para Lisboa com 19 anos, quase 20. Conheci meu marido lá e casámos aqui, em Portugal. Ele me chamou e eu vim para cá. Vim grávida da primeira filha. São seis meninas. Todas são de cá.

Naquela altura, precisava-se de empregados. Quando eu cheguei cá, vi assim escrito: “Precisa-se”! Hoje, já não se vê essa palavra a dizer “precisa-se”. Nada! Até casa para alugar encontravas o papel na janela.

Lá, o meu marido era motorista de transporte público, mas no táxi. Aqui, foi mesmo nas camionetas, com os TST. Fazia a carreira Paio Pires-Cacilhas.

Se vivia. Era melhor tempo do que agora. Agora tem mais dinheiro, mais dificuldade e tudo tá difícil. O custo de vida subiu muito mesmo. Em 1974, eu e meu marido comíamos com 700 escudos. Tinha filho, tinha tudo e dava. Apesar de viver num quarto, mas dava. Ainda dava para guardar algum. Agora hoje, estou sozinha. Sozinha, quase 200 euros não chegam.

Vivi na Cruz de Pau, na rua Mansabá, na rua Bafatá, no bairro 25 de Abril e nas Paivas. Todas essas voltas era só quarto, quarto, quarto. E desses lados todos fui parar no Fogueteiro, no Pátio Miranda. Saí de lá e vim para Quinta da Princesa. Não mudei daqui para lado nenhum.

4. A conquista do paraíso: chegada à Quinta da Princesa em 1980

– Quando vim para Quinta da Princesa, em 8 de fevereiro de 1980, quando recebi a chave, fiquei muito feliz porque a casa tava tão linda! Dentro da nossa possibilidade, era um paraíso. Porque tantos quartos que eu vivi, arranjei um espaço que eu fiquei feliz.

Meu marido concorreu à casa e ganhou, como muitos concorreram e ganharam. E, quando ele ganhou o concurso, fomos à Câmara buscar a chave. E viemos para aqui morar. Foi um paraíso!

Já tinha quatro filhas, quatro meninas, todas pequenas. Duas nasceram cá.

Nós demos bem umas com as outras. Até aqui damos bem umas com as outras. Caso se uma coisa acontecer comigo, vamos acolher, como já aconteceu, eu ter saído de casa, a minha Cesaltina, traquina, com uma tampa da caneta, não sei o que ela fez, chupou aquilo. A Paulina é que me salvou. Ela fez isso por duas vezes.

Dos meus vizinhos não tenho razão de queixa. Também nunca tive problema com ninguém. Nem tenho raiva da Quinta da Princesa. Gosto da Quinta da Princesa.

Nossas casas são uma maravilha, o que nós queremos é manutenção. É pena que não estão a dar assistência às casas, ao prédio. É pena!

Olha, esse sismo que deu anteontem, eu a cama senti aquilo abanar, eu só dizia: “Jesus! Jesus! Jesus! Jesus!” Eu tive que sair da cama, parei debaixo da ombreira da porta, à espera do que estava para acontecer. Mas gosto da Quinta da Princesa mesmo, gosto.

Por tudo o que dizem da Quinta da Princesa, eu criei cá seis filhas, não tenho problema nenhum com ninguém. Mas há problema na Quinta da Princesa. Cada um que se cuide. Não vou dizer que a minha filha é melhor que os outros. Cada um que se cuide!

Frente a frente, parecia que estávamos numa sanzala. No Natal, uma corre para casa de outra, no Ano Novo, é sempre assim, no mesmo prédio, no mesmo piso. Ou vou para Paulina ou vou para a minha vizinha da frente. Há convívio. Cada um no seu meio, né?

Algumas pessoas mudaram [quando chegaram em Portugal]. Nós não podíamos continuar no mesmo ritmo de lá.

Nossas casas são uma maravilha, o que nós queremos é manutenção. É pena que não estão a dar assistência às casas, ao prédio. É pena!

Frente a frente, parecia que estávamos numa sanzala. No Natal, uma corre para casa de outra, no Ano Novo, é sempre assim, no mesmo prédio, no mesmo piso. Ou vou para Paulina ou vou para a minha vizinha da frente. Há convívio.

Trabalho, maternidade e saberes: a vida num corpo de mulher negra e migrante

– A primeira hora, quando cheguei cá e já tinha duas meninas, eu queria ir fazer compras. Como é que eu fazia? Eu pus uma nas costas e levei uma na mão.

É coisa que não se deve fazer. Tinha de ser um saco à frente, com a criança assim ao colo, para ir às compras. Eu disse assim: “No momento eu não tinha o saco, olha, pus uma nas costas, outra na mão, tou com ela.” Fui à minha vida, a única maneira para eu desenrascar. Não podia fazer nada. Não podia deixar as duas sozinhas em casa.

Na Quinta da Princesa, já não pus criança nas costas nem nada. Uma tomava conta da outra. Os vizinhos não ajudavam. Essa parte [esse costume] já ficou lá na terra.

Com essas crianças todas, eu não podia ir trabalhar. Meu marido disse: “Não vais trabalhar, que não vale a pena. Com essas crianças todas é trabalhar, ganhar e pagar.” Não adianta.

Comecei a trabalhar em 1991. Eu fui trabalhar para a Indelma, empresa fabril, na cablagem [parte elétrica]. Gostei muito de trabalhar lá. Ainda trabalhei lá 14 anos. Depois, de lá, fui para o fundo de desemprego e, depois, fui para a cozinha. Fiquei mais 15 anos. Saí em dezembro de 2020, quando teve o covid, e dei o fim por causa do meu pé. Foram 30 anos de trabalho.

Saberes ancestrais: mezinhas, partos em casa e a cultura do pilão

– Há de tudo um pouco. Quando é pior, uma pessoa toma a direção ao médico. Vai a uma consulta, uma coisa qualquer, e dá um medicamento. Se não passa, às vezes dá origem a internamento. Mas, se é uma coisa ligeira, febre, dor de cabeça, dor da barriga, são essas mezinhas que fazem. As mezinhas ainda são bastante usadas. E bastante mesmo. Uma gripezinha e toma não sei quê, toma não sei quê.

Em casa, costumo usar folha de laranjeira para gripe. Para gripe. Ou a pessoa corta uma laranja, um dente, dois dentes de alho, um limão, uma cebola roxa, um litro e meio de água, ferve com duas rodela de limão e toma quando está com gripe ou tosse. Toma durante três ou quatro dias. Se vê que está a piorar, que não está a dar o resultado, deixa o remédio e vai ao médico. É o primeiro que a gente recorre. Se vê que não está a dar, tem de mudar.

No caso dos partos:

– Algumas iam para o hospital, naquela época [em São Tomé e Príncipe]; outras tinham bebês em casa. Olha, eu também tive um parto em casa, aqui. A minha Cesaltina nasceu em casa. É a quarta filha; a mais velha é Mónica, depois vem a Laurinda, a Juliana e depois é que é a Cesaltina. Não deu tempo; estava com dor de parto. Uma dor que nunca mais passava.

O marido chegou em casa, ele jantou, pronto, estamos aqui, fala não fala, ele perguntou-me: “O que é que você tem?” “Olha, dói-me a barriga!” Pronto! Dói-me a barriga, barriga, vira para aqui, vira para lá, é barriga, ele foi deitar, eu também fui deitar; a dor continua a aumentar, continua a aumentar. Lá para a madrugada, eu disse: “Olha, vai chamar a assistência, porque eu não estou bem.” E quando

ele sai para ir chamar a assistência, quando ele vem, a criança já estava no chão. Cuidado! Não deu tempo, ela foi mais rápida!

Ele só foi chamar uma enfermeira para tratar da criança. E pronto, acabou! A Cesaltina nasceu em Pátio Miranda. Indicaram a ele e foi buscar junto do centro de saúde. Naquela altura, a senhora foi. Ela não queria ir, mas ele disse: “Olha, se alguma coisa acontecer à mulher e à criança, a senhora é responsável. Vai ou não vai?” E foi! A coisa tava preta, ela tinha que ir, né?

As outras filhas, Maria João e Miriam, nasceram no hospital.

Em Portugal, D. Laura não tem conhecimento da existência de partos realizados fora do ambiente hospitalar, por parteiras.

Fé, festa e comunidade: das sanzalas de São Tomé e Príncipe aos Natais na Quinta

– As festas, aqui [concelho do Seixal] tinha e tem, continua a ter, mas eu que não participo em nada disto. Não sou contra, mas pronto.

É a Festa de São Tomé, 21 de dezembro, na capela velha da Amora. Não sei se continua na Amora ou no Escalabrino, na igreja nova da Cruz de Pau. Fazem a missa e, depois, é um convívio [as pessoas levam comida para partilhar]. E também as festas da Nossa Senhora de Santana, Nossa Senhora de Guadalupe.

Desde que eu me casei, eu fiquei sem amigo, sem nada, eu me fechei num copo, como se fosse uma concha. Eu evito os problemas. Não é que eu não participo, mas sou muito pouco de participar nas coisas. Fico no meu canto.

A Festa de Nossa Senhora de Guadalupe eu acho que fazem no outro lado, lá para Camões, ou sei lá onde é que é. Mas eu nunca fui. Já não é aqui na área.

Os aniversários eram conforme as nossas possibilidades, sempre em família. Quando é o Natal, o Ano Novo, sim, vamos ao vizinho; o resto, não.

Antigamente, lá na terra [São Tomé e Príncipe], uma pessoa não tinha nada. Só se ouvia falar em amêndoa, só falava. Se a gente via, era só na mão dos outros. Não tem possibilidade, não compra.

É o nosso peixe cozido, o nosso peixe grelhado com a banana cozida ou fruta cozida ou banana-pão, carne de porco com uma feijoada ou um calulu de peixe. Cada um faz aquilo [de acordo com] a sua possibilidade. Aqui é que é luxo! Aqui é que aumentou possibilidade. Na minha terra, não sei o que era. Nem sabia o que era aniversário; nunca fiz aniversário lá!

Aqui, na Quinta da Princesa, Natal cada um na sua casa. Ano Novo ainda saímos, para bater à porta do vizinho, desejar bom ano. Principalmente quando dá meia-noite. E aí que a gente começa a fazer avaria. Criança de lá vem para minha casa, daqui vai para lá e assim que se vê.

Agora já não. Todo mundo dentro de casa.

O pilão, a horta e outras ruas

– A única atividade que já fizemos lá em baixo é pisar o milho no pilão. Eu com a minha vizinha do 5.º [andar], já fizemos isso uma vez ou outra, mas não passou disto. Eu também tinha pilão, já pisei o milho, tinha uma arrecadação. O milho era comprado; grão comprado e pisa-se.

Milho que uma pessoa semeia não dá! Porque uma pessoa assa, come logo. Não dá.

Eu já cheguei ter horta, aqui. Era onde havia o lar [da ARIFA], de uma ponta à outra. Todos nós tínhamos um bocadinho de terra aí para cultivar. A Câmara acabou com aquilo e o meu marido também já não podia. Acabou, acabou, pronto.

E há muitos vizinhos que cultivavam ali. Cada um plantou, cada um se vira, né? Cada um fazia o seu, ninguém ajudava na horta. Quem quiser dar, dá um bocado mais. Ninguém se metia com ninguém, havia bons vizinhos, boa relação com todos, graças a Deus.

Conheci muita gente [de outras ruas]. Há muita gente que tá a viver lá agora, que não é lá [de alguns anos atrás]. Olha, eu não posso julgar ninguém pela cara, né? Porque ninguém me fez mal, né? Onde vive agora a D. Eulália, não era ela. Era uma outra pessoa. Mudou muita gente mesmo. Muita gente.

Sobre as possíveis formas de convívio do marido com outras pessoas, da comunidade ou não, D. Laura refere:

– Claro que ele tinha, mas aqui na Quinta, não. Era sempre fora da Quinta. Ia ter com a família dele, os primos dele. Quando tava de folga, com os colegas. Quando ia à casa da família dele, quando tinha família, eu e ele íamos. Quando não era a casa da família dele, ia ter com os amigos dele, eu ficava em casa com as minhas filhas.

5. O presente e o futuro: desresponsabilização × luta coletiva e a esperança na mudança

– Compreensão um com o outro, haver paz, haver união. Sei que não há união. Porque, se você mora num prédio, manda com o lixo para a rua, sabendo que todos nós subimos essa escada; o lixo a pingar. O que é que você faz? Vai buscar o balde com água e limpa. Por causa disso, o teu braço não vai cair. Batalhamos, batalhamos, batalhamos. Não vale a pena! Os antigos, que viviam no prédio, era bom. Agora, nada!

Mas lá está, quando esses problemas aconteciam, era mais fácil de resolver antes, com as pessoas que viviam nos prédios.

Olha, o meu vizinho de frente a frente, quando ele estava vivo, ele às vezes limpava a escada mais que eu. É uma pessoa que tinha paciência, tinha compreensão. Desde que ele foi, acabou. Temos outro também no 5.º [andar].

Não dá, não dá, né? Não sei como é que vai ser a história da escada, da limpeza. Não sei quem é que vai tomar a responsabilidade para pagar.

Olha que eu saio da minha casa, vou para a Universidade Sénior. Eu pago, não estou lá de graça. Para não estar em casa a ver a parede, faz muito bem. Distrain a minha vida. Faz muito bem. Eu gosto sempre de aprender, eu sou fascinada por aprender!

É preciso sorte e coragem para andar para a frente. É só o que eu posso dizer.

Eu saio da minha casa, vou para a Universidade Sénior. [...] Faz muito bem. Eu gosto sempre de aprender, eu sou fascinada por aprender!

6. Grupo Colaborativo de Mulheres da Quinta da Princesa – D. Laura e a arte de resistir pela terra e pela comunidade

Desde 2022, D. Laura faz parte do Grupo Colaborativo de Mulheres da Quinta da Princesa. Tem sido uma das lutadoras pela organização dos condomínios dos prédios da rua Cidade da Praia, estando sempre presente em todas as reuniões da comunidade e com as entidades, como a Câmara Municipal do Seixal e o IHRU.

As sessões de informática e as visitas de estudo contam sempre com a sua participação ativa, já que, como diz a própria, “eu sou fascinada por aprender!”. É, sem dúvida, uma das forças vivas da Quinta da Princesa!

SABERES EM PALAVRAS

PALAVRAS DA NOSSA TERRA | REPERTÓRIO AFETIVO DE D. LAURA

Calulu Prato típico de São Tomé e Príncipe, confeccionado com peixe ou carne, quiabo, óleo de palma e outros ingredientes. Marca da gastronomia e da identidade são-tomense.

Lavadeira No contexto colonial, referia-se a mulheres negras que trabalhavam a lavar roupa, muitas vezes em condições de exploração e vulnerabilidade a abusos.

Mezinha Remédio caseiro, tratamento tradicional feito com plantas e outros elementos naturais. Representa a transmissão de saberes ancestrais sobre saúde e cura.

Pilão Utensílio de cozinha, normalmente de madeira, composto por uma cuia (o pilão) e um braço (a mão do pilão), usado para pisar, triturar ou moer alimentos, como o milho. Símbolo do trabalho coletivo feminino e da preservação de práticas culinárias tradicionais.

Quarto No contexto migrante em Portugal, referia-se aos alojamentos precários e sobrelotados, onde muitas famílias viviam antes de conseguirem uma casa digna.

Roça Grandes propriedades agrícolas em São Tomé e Príncipe, dedicadas sobretudo à monocultura do cacau e do café, emblemáticas do regime colonial e do trabalho forçado.

Sanzala Do quimbundo *sanzenza*. Aldeia ou aglomerado de casas. Termo usado por D. Laura para descrever a comunidade unida do seu prédio, evocando uma organização social ancestral africana.

Dona Maria Carolina

Carregar a carga: uma vida
de trabalho e resistência



MARIA CAROLINA SANTOS SILVA

DATA DE NASCIMENTO: 29 de dezembro de 1951

PAÍS DE ORIGEM: Cabo Verde

CHEGADA A PORTUGAL: 11 de julho de 1973

MUDANÇA PARA A QUINTA DA PRINCESA: 7 de agosto de 1980

1. Resumo biográfico-afetivo

D. Maria Carolina Santos Silva, nascida na ilha de Santo Antão, Cabo Verde, é um testemunho vivo da diáspora cabo-verdiana e da vida na Quinta da Princesa, no Seixal. Criada pelos avós, numa realidade de trabalho rural intenso desde a infância, foi privada do acesso à escola, um marco que definiria os desafios da sua vida. Aos 21 anos, emigrou para Portugal em busca de uma vida melhor.

A sua narrativa percorre a dureza do trabalho agrícola em Cabo Verde, as longas caminhadas com cargas à cabeça para vender produtos, um sistema comunitário de troca de trabalho e cultivo de terrenos (o sistema de “meia”) e a forte rede de vizinhança e ajuda mútua que caracterizava a sua comunidade de origem.

Em Portugal, a sua vida continuou a ser marcada pelo trabalho árduo – como empregada doméstica interna, no Algarve e noutros locais – e pela luta solitária para criar cinco filhos, enfrentando a exploração laboral e a barreira da iliteracia. Fixou-se na Quinta da Princesa em 1980, onde encontrou uma comunidade unida, maioritariamente cabo-verdiana, e onde a horta comunitária e a entreatajuda dos vizinhos eram pilares da vida quotidiana.

A sua história é um retrato cru das transformações do bairro: da união e segurança do passado para os medos e o anonimato do presente. Mulher de uma força incomensurável, D. Carolina carrega as marcas físicas de uma vida de labuta, mas também a serenidade de quem enfrentou todos os obstáculos com coragem. A sua memória é um arquivo precioso sobre as origens, a migração e a construção comunitária na Quinta da Princesa.

2. Da roça à ribeira: infância, juventude trabalho em Santo Antão

– Eu sou Maria Carolina Santos Silva. Nasci em Santo Antão, Ribeira da Cruz, Cabo Verde.

Saí de Cabo Verde com 21 anos. Lá, a gente trabalhava na agricultura, com animais, em casa... A vida era difícil. Vivia e fui criada com os meus avós. Tinha irmã e irmãos; a mãe e o pai eram separados.

Caminhos de carga das vendas a pé

– Minha mãe foi para São Tomé eu tinha 14 meses. A minha tia me levou para casa dos meus avós e fiquei lá.

Eu trabalhei desde que nasci. Com 5 anos de idade, já fazia muitas coisas. Eu lembrei, no dia que a minha mãe vinha de São Tomé, era de tarde, tava a dar aos porcos comer, com 5 anos. Tinha 5 aninhos a dar ao porco comida! Chegou a mãe, passou por mim, e disse assim: “Eh, vá, quem que é esta miúda?” E a outra respondia: “A tua filha!”

Ela veio de São Tomé com a miúda nascida de 11 dias. Foi ter um a um, um a um, um a um. Tem a Albertina, Antónia, Joana e Epifânia: quatro. Depois, foi para São Vicente morar lá.

Teve mais quatro lá, em São Vicente. Ela teve 10 (filhas/os), comigo, mas morreram três. Morreram três que eu não conheço. Nasceram lá, eu tava aqui, eles morreram, não conheci. Mas, depois, ela teve mais dois. Depois destes quatro, teve mais dois.

Comecei a trabalhar muito cedo. Lá não tinha carro para carregar as coisas. A gente andava de madrugada, com a lanterna, até às cinco horas da tarde.

A gente ia como daqui para o Porto ou o quê, porque saía às duas horas da madrugada e chegava às cinco da tarde. Passava o dia inteiro caminhando, com carga na cabeça. É! Você mete, num balaio, um garrafão da aguardente, um cacho de banana, um balaio de milho, as coisas assim. Batata, mandioca e leva de uma terra para outra. Aqui tinha barco. Lá não tinha nem barco, nem carro. Noite inteira, dia inteiro. Não tinha estrada, não tinha carro, não tinha nada.

Os produtos tirava da agricultura e levava – como a gente leva daqui; faz aqui na horta, tira e leva para Lisboa. Tinha muito terreno, animais para tratar, ia buscar palha para dar aos animais. Tinha que levantar de madrugada, deitar tarde e levantar cedo.

Levantava de madrugada, pisava milho para fazer cuscuz, para fazer papa, para fazer a cachupa. Todos os dias, todos os dias, todos os dias, tinha que fazer aquilo. Depois era fazer o pequeno-almoço; a gente tomava o pequeno-almoço, depois ia para a horta ou para os campos, tratar dos animais e da horta, regar. Destapar o tanque e tapar à noite. Destapa de manhã e vai regar de dia.

Levar as mercadorias não era todos os dias; não pode ir todos os dias. Um dia vai numa zona, outro dia vai noutra sítio fazer as coisas. A gente chega, põe lá a carga, tem as pessoas, comerciantes,

Passava o dia inteiro caminhando, com carga na cabeça. [...] Noite inteira, dia inteiro. Não tinha estrada, não tinha carro, não tinha nada.

que comprem. A gente vai lá levar e compra o milho, feijão, a gente trazia para comer em casa. Tem que comprar milho, feijão, açúcar e as coisas assim para governar.

Lá era só burro, mula e cavalo. Não comprava gasolina para carro. Tinha que comprar petróleo para a lanterna, que é para andar de madrugada. Aquilo tem uma asa, a gente tá com carga na cabeça e com lanterna na mão para ver a estrada para a gente andar. Era muita gente... é como a senhora vai apanhar camioneta, vai enchendo daqui até chegar lá. Uns vão saindo, outros vão entrando. Era assim é que era. Só que iam a pé, porque não tinha nem carro, nem animal, não tinha estrada para andar. Em 50 e tal anos que já tou aqui, fui uma vez no ano 1997, que eu encontrei estrada. Não tinha quando eu vim. Nada, nada.

Os irmãos eram mais pequenos, não iam. Eu sou a mais velha de todos. Ia com os amigos e os familiares. Meus avós não iam para coisa assim. Não eram muito idosos, mas eles tratavam de outros assuntos; ficavam em casa. A gente é que ia de madrugada. Era muita gente; não eram só quatro ou assim! Ia buscar lenha no campo de manhã, vinha à tarde... era assim que a gente fazia. Vida dura desde que eu nasci!

“Era só para os avós!”: a privação da escola e o trabalho precoce

– Os meus pais não me registaram e, assim, os meus avós disseram: “Como não tinha registo, não podia ir para a escola.” Mas podia, eles é que não quiseram, porque os filhos deles entraram na escola. E muitos miúdos entraram na escola.

[Os irmãos] já foram, porque foram criados mais tarde. Têm pouca escola, mas já têm; já conseguiram. Quem não tem sou só eu. Depois fizeram a escola, perto de casa, mas não me meteram na escola.

Os avós criaram os terrenos e os serviços de trabalho; eles queriam o trabalho feito e não interessava meter na escola. Precisavam do trabalho e não da escola. Se ia para a escola, já não fazia o trabalho. Fiquei assim, analfabeta. Eu, na época, tinha [vontade de estudar] mas não podia. É como a senhora quer ter uma coisa e não pode ter.

Os filhos deles, que nasceram frente [antes] de mim, foram para a escola. Os que nasceram atrás [depois] foram para a escola. E eu, não! Eu era só para trabalhar e carregar a carga. Não era porque era mulher, é que eles precisavam do trabalho. Não tinha ninguém para fazer o trabalho. Fiquei prejudicada.

Toda a gente tinha um bocado de chão. A gente ajudava uns aos outros. Assim, hoje você vai fazer, vou ajudar; e amanhã, vou fazer, você vai ajudar. E era

assim. A gente andava a trabalhar, apanhar o milho na horta, que as pessoas fazem o milho no terreno – é a meia. Quer dizer, você tem o terreno, dá-me o que não tem e eu semeio e, depois, na hora de tirar as coisas, o dono vai e as pessoas vão repartindo as coisas. Assim: o terreno é seu. A senhora dá-me o terreno. Eu vou semear o milho ou feijão. Na altura de apanhar, o dono vai com a pessoa que ele deu o terreno que é para fazer a colheita. Uns vão tirando o milho, fazendo os montes, e outros vão com o balaio, apanhar o que tá no monte que é para repartir depois.

Eram muitos campos. Os meus avós tinham muitos terrenos. Vou apanhar ervilha – é que a ervilha é de um jeito; lá a ervilha a gente chama outra [coisa], aqui chama congo. Lá é ervilha congo.

Lá tem ervilha, feijão pedra, feijão fava, e muitos tipos de feijão. E a gente vai apanhar durante o ano [...] muitas coisas.

E, depois, tem que repartir com o dono do terreno. Não havia dinheiro. Levava, apanhava, uma parte era para o dono do terreno, outra parte ficava com quem plantava.

Dinheiro é para quem pode. Quem não pode, a gente vai fazendo as coisas; ajudar a apanhar nos terrenos, as batatas, faz assim. É como estão a fazer aqui, na horta. Cada um com um bocado. Vai semeando um bocado de um, um bocado de outro, um bocado de um, um bocado de outro. E depois apanha.

Os filhos deles, que nasceram frente [antes] de mim, foram para a escola. Os que nasceram atrás [depois] foram para a escola. E eu, não! Eu era só para trabalhar e carregar a carga. Não era porque era mulher, é que eles precisavam do trabalho. Não tinha ninguém para fazer o trabalho. Fiquei prejudicada.

3. A travessia: emigrar para Portugal em busca de “vida melhor”

– Cheguei em Portugal em 11 de julho de 1973, às 11 da manhã. Tem, até ainda tem cartão de embaixada e tudo. Até tenho o cartão da embaixada e tudo.

Eu vim para Portugal porque queria uma vida melhor, porque não queria o que eu tinha. A vida de lá era difícil: levantar de madrugada, deitar tarde, levantar cedo, só carregar a carga, não ver dinheiro, não ver nada. Era só para os avós! Eu não podia, não tinha dinheiro, nada. Comprar uma peça de roupa em condição, não tinha dinheiro, que dinheiro era só para os avós.

A partir dos 13 anos, as pessoas começam a viajar sozinhas. As pessoas começaram a vir.

Eu vim com 21 anos. Já tinha um filho lá; deixei um filho com 2 anos. Tinha cá a minha irmã. A minha irmã trabalhava aqui e mandou-me chamar. E, depois,

ela foi mandar chamar os outros. Veio um a um: a Joana, o António... o meu filho não veio para Portugal; foi para a França. Ele já tinha 53 anos. Ele teve cá só uma ou duas vezes.

Os outros filhos nasceram aqui. Tenho cinco nascidos aqui. Aquele nasceu em Cabo Verde. Eu juntei com um, depois não deu. Já tava com dois filhos. Tive um [marido] que eu tive três [filhos].

Penso que as coisas melhoraram quando vim para Portugal. Não ficou como era antes. Trabalhar na casa de patroa, interno, levantar às sete horas da manhã, pôr a aquecer a água na chaleira, pôr mesa de café, às oito a patroa já tem água na casa de banho e café na mesa.

A minha irmã me pôs na casa de uma senhora. As pessoas que vinham iam sempre para aquela senhora. Aquela senhora era como agência. Aquela senhora arranjava emprego para as pessoas. Só que eu entrei a ganhar 900 escudos, na altura.

Mas, olha, uma pessoa que não sabe ler, é difícil. A pessoa que sabe ler, a patroa deixa as coisas escritas, não é preciso telefonar para dizer: “Carolina, deixei tal coisa em cima de mesa para fazer!”

Entrava no trabalho, trabalhava um dia, um dia depois já não ia. Eles deixavam o trabalho que queriam no papel. Eu não sabia ler lá no papel, não sabia de nada. Telefonava: “Já fez o trabalho, Carolina? Eu deixei escrito.” “Ah, mas eu não sei ler!” “Ah, então não serve para mim.” Era assim que eles me diziam.

Tive lá um ano, um ano e pouco, no Dafundo. No dia que deu o 25 de Abril, eu tava no Dafundo, em Algés, no trabalho. No dia da revolução, tavam uns barcos a andar no mar e eu na casa. E a gente tava assim, na varanda, tava a ver os barcos todos a andar no mar.

Quando saí do Dafundo, fui para o Algarve, para Portimão. [...] As minhas irmãs foram para o Algarve trabalhar num hotel. E a minha irmã mandou-me chamar, aí eu fui. Fui para [...] trabalhar com uma patroa que era angolana e branca.

Fui do Terreiro do Paço para o Algarve, só com a passagem paga. Mais nada! Com a roupa que tinha no corpo, fui de Lisboa para o Algarve. Eles emprestavam o dinheiro; quer dizer, a senhora dá-me um copo de água e depois, como eu não utilizo aquele copo de água, pedem-me aquela água outra vez emprestada. E eu dava. E assim, não pagavam, iam tomando, iam tomando, depois eles fugiram.

Ficou o patrão a me dever 23 contos¹, naquela altura. Dinheiro, eles pagavam assim: olha, a senhora trabalhava, eles pagavam dinheiro, depois pediam

1 Contexto: a quantia significativa que a patroa do Algarve lhe ficou a dever representava muitas semanas de trabalho e a sua total desproteção face à fraude patronal.

emprestado, porque eu não utilizava o dinheiro, naquela altura, porque o dinheiro eu guardava em casa. Na altura eu não sabia o que era banco. Recebia o ordenado, pagavam e eu guardava o dinheiro em casa. Mas, depois, eles iam lá pedir emprestado.

A gente morava junto. Morava tudo junto na mesma casa. Eu tomava conta de três crianças. Recebia dois contos e quinhentos. E, depois, eles diziam: “Ah, você não precisa do dinheiro. Empréstimo e depois eu dou o dinheiro.” “Tá bem!” Pensava que depois pagavam, mas nunca me pagaram.

Fiquei sem documento, sem roupa, sem nada. Compraram a passagem. Meteram-me no comboio e mandaram-me para o Algarve. Nenhum dinheiro para comprar um lanche no comboio. Nada, nada, nada, nem dinheiro [tinha] quando eu cheguei lá para sair de comboio, para ir para casa, nada. Tive uma vida difícil desde que eu vim para cá vier. Tive lá dois anos; tive lá um filho e vim grávida do outro.

Quando voltei, fui para Cavadas, ao pé da Torre de Marinha. Então, quando a gente sai de Cavadas, da Torre de Marinha, tem uma subida, tem um supermercado, a gente enfiava num beco para ir para a Quinta do Falcão. Aí que eu morava.

Comecei a trabalhar nas hortas, com as pessoas, para ajudar as pessoas a fazer as coisas, para ter coisas. Você dizia assim: “Olha, vá lá em casa e ajuda-me a fazer alguma coisa!” Eu ia com os meus miúdos.

Eram três [filhos]: uma é de 7 de agosto de 1975; outro, 14 de setembro; e outro, 21 de outubro. Três [filhos] têm 14 meses de diferença. E depois tem a miúda, mais um miúdo, que já têm mais espaço. É do outro pai; é esse que mora na França. Levei a vida assim, a trabalhar, olha.

Ficou lá [em Cabo Verde] um irmão, e uma irmã veio. Aquela que veio já tem netos. Teve mais duas filhas aqui e tá na França. E os outros que nasceram em Cabo Verde tão em Luxemburgo. Tudo pelo mundo. Em casa não há nada. Eu tinha uma casa, juntaram seis. Agora, somos três: eu, a filha e a neta. O resto vão por conta deles andar.

4. Chegada à Quinta da Princesa: construir um lar em 1980

– Arranjei a casa, quando tavam a fazer a inscrição da Câmara, eu fiz. Como morava com três crianças, num quatinho, assim, [...] metade com uma cama, deitavam eu e os três meninos juntos. Não tinha um caminho; eram três, quatro pessoas deitadas.

Fiz inscrição, fui lá ver tudo e depois encontrei a casa. A gente foi no Seixal tomar [buscar] a chave e a gente veio morar; pôr mobília, que eu não tinha nada... a casa era assim, só a casa. A gente teve que comprar uma mobília, pôr água, luz. Só eu e os meus três filhos.

Vim para a Quinta da Princesa num domingo, à noite, no dia em que o meu filho fez 5 anos. Meu filho faz 50 anos no dia 7 de agosto; agora tem 49 anos. Então, jantámos e depois viemos pr'aqui.

"A gente era unido": a era de ouro da convivência no bairro

– Quando cheguei, já havia pessoas, mas não eram assim muitas, lá em cima. Em baixo, não. Para cima, já havia o Domingos [Sr. Domingos, esposo de D. Paulina]. Eles chegaram primeiro. A gente morava quase junto lá onde eles moravam, em Cavadas. A gente dava bem, dava bem. Olha, [...] a gente vivia lá e até ainda hoje a gente se dá bem. É pena que não possa andar, mas antigamente ia pra casa deles.

A gente ia à casa, fazia comida, comiam todos, na altura. Ia lá, via Paulina, levava uma roupa para coser, ela cosia a roupa e eu com os meus filhos tava lá a ajudar a fazer o trabalho que ela [não] podia fazer. Eu fazia o trabalho e ela cosia e eu fazia comida e a gente comia todos: era ela, os filhos, o marido e eu e os filhos todos. Todo o mundo junto. A gente dava tudo bem com os companheiros. Os filhos dela e os meus eram colegas. Foram criados juntos. Quer dizer, antes de vir pr'aqui, a gente já se conhecia. E quando vim para aqui, ficamos na mesma amigos. Só que já não podia ficar como antigamente. Que aqui a casa já é diferente, tem que saber mais da tua casa; tenho que saber da minha, temos que trabalhar.

A gente ia à casa, fazia comida, comiam todos, na altura. Ia lá, via Paulina, levava uma roupa para coser, ela cosia a roupa e eu com os meus filhos tava lá a ajudar a fazer o trabalho que ela [não] podia fazer. Eu [...] fazia comida e a gente comia todos.	Antigamente, eram só os homens que trabalhavam. As mulheres não trabalhavam. Mas, depois, passámos a trabalhar todos. Os filhos ficavam uns com os outros. Uns cuidavam dos outros.
	Olha, a gente vivia bem; dava uns com os outros, não tinha problema como agora. Na altura, as crianças brincavam na rua até à noite; a gente não tinha medo das crianças na rua.
	E o meu filho mais novo, que caiu do 3.º andar. Não partiu nada, só ofendeu [partiu] a bacia. Foi para o hospital, mandaram para casa, nem remédio, nem nada, mandaram para casa. Só que no outro dia, o miúdo não dormiu. No outro dia, duas vizinhas foram lá ver o miúdo, e elas disseram: "Você já pôs o miúdo de

pé?” Disse: “Não!” “Põe lá o miúdo de pé, assim, senta e mete o miúdo assim!” Eu punha o miúdo de pé, ele descia para baixo. A perna não segurava, que ele tinha problema na coluna. Depois, foi para o Hospital de Almada e teve lá internado uns dias. Todo dia tinha de ir para o hospital, todo dia, todo dia.

Três miúdos não é brincadeira. Um vinha buscar pão, subiu na árvore, partiu no braço. O outro, lá em baixo, tinha um árvore lá onde eles estavam, para cima da escola. A escola tinha uma árvore grande, um pinheiro. Eles tinham uma corda e um pneu. Eles faziam baloiço e o mais grande pedia ao mais pequeno [para andar no baloiço]. O mais pequeno não dava e empurrava [o outro].

Eu tenho outro que tem um braço rachado aqui; o braço para ele comer ele tem que fazer assim. Não ficou bem, não. O doutor disse para partir outra vez e para operar, para ficar bem. Eu disse: “Não!” O miúdo faz a vida dele direito, não tem problema de braço, não estorva ele em nada. Ficou um bocadinho mal, mas ficou...

Eu já comi o pão que o diabo amassou.

Antigamente, eram só os homens que trabalhavam. As mulheres não trabalhavam. Mas, depois, passámos a trabalhar todos. Os filhos ficavam uns com os outros. Uns cuidavam dos outros.

Festas, batizados e hortas: os pilares da vida comunitária

– A festa não era só do dono da festa que fazia, não. Era os vizinhos; tudo ajudava. Teve alguns casamentos, alguns batizados. Olha, foram muitas festas giras! Depois, é pena, que uns casam e depois já não dão, com o marido já não dá, e depois, olha... A gente teve a vida, por enquanto. Enquanto tem vida com saúde... é que infelizmente não tenho grande saúde, mas olha. E tive muito problema de joelho, dos ossos. Já tenho quatro operações. Tenho prótese no joelho, [...] coisa assim que não deixa andar.

A Festa [do Povo] eles começaram do padre; vem dar a missa. Mas isso foi ultimamente, não é de muitos anos. Nos anos atrás, não tinha nada disso. Na casa das pessoas, sim, faziam muito. Dia inteiro! A gente podia estar apertado, mas a gente era unido com os outros. A gente, antigamente, tava unido; você faz uma coisa e leva, eu levo um saco, outra pessoa vem traz um saco, cada um vem traz uma coisa e a gente vai juntando. Tá uma festa feita! Tive horta lá em cima, no caminho do clube, a seguir ao clube, mais para cima. Tinha horta grande. Brássica dava muitas flores.

A festa não era só do dono da festa que fazia, não. Era os vizinhos; tudo ajudava. Teve alguns casamentos, alguns batizados. Olha, foram muitas festas giras!

A gente, antigamente, tava unido. Você faz uma coisa e leva, eu levo um saco, outra pessoa vem trazer um saco... Tá uma festa feita!

As pessoas ajudavam-se uns aos outros. A gente tinha horta grande, semeava tudo. Toda a gente trabalhava e tinha horta. No domingo, sábado não trabalhava, a gente dava conta da horta.

Os miúdos já tinham crescido mais um bocadinho. Eles já ajudavam a tirar a grama, a tirar as pedras e vai pondo de fora e a mãe vai cavando o chão. Era assim. [Plantava] milho, feijão, abóbora, tomate, muitas coisas que dá no horto. E a gente tirava e dava uns aos outros também. Quem que não tinha a gente dava.

E até ainda, quem tem dá a quem não tem.

A gente comia junto. A gente fazia em casa, levava e comiam lá todos juntos. A gente, antigamente, não tinha problema como agora. Agora as pessoas não são unidas como eram antes.

Agora, eles estão a dar a horta. Eu não posso, mas eu já tive horta muitos anos atrás. Depois, veio o covid; antes do covid tava a trabalhar e não tinha tempo. Trabalhar com a patroa, não dava tempo.

Depois eu reformei e ainda fiquei a fazer umas horinhas, uma ou duas vezes por semana, quatro horas, porque a reforma era pouca. É 200 e poucos [euros]. Mas, depois, já não consegui mais. Eu pagava a minha caixa e depois descontei pouco. Na altura, o dinheiro fazia falta, com cinco crianças, escola, roupa... só o meu trabalho não dava.

Na horta, não tinha tempo para cuidar de animais, mas em Cavadas eu tinha coelho, galinha e vendia. Mas, aqui, já não.

5. “Agora temos medo”: as transformações e inseguranças na comunidade

As pessoas que moraram aqui na primeira [fase], aqui tem pouco. Foram embora. As pessoas a quem deram a casa, na altura, isso é a contar a dedo. As pessoas vendem a casa e sai, vendem a casa e sai... Não havia tanto guineense, angolanos [...]. Eram só cabo-verdianos.

Não tinha muita maldade, como agora. Na altura, não havia assaltos, não havia mortes, não havia nada disto. É uma vida triste agora. Há muita gente, muita gente junta. As pessoas não querem lembrar a dor do que já passou [...].

A gente andava tudo junto, com as crianças, com os adultos. A gente andava bem. Eu não tinha medo de sair e deixar os meus filhos com qualquer pessoa. A gente não tinha medo. Nada acontecia. Mas agora, não. Agora, se uma pessoa

vem, não pode deixar a miúda lá em baixo, que tem medo. A gente tá com o coração na mão.

A gente tem medo da criança [na rua]. Se vem buscar um pão cá em cima e demora um bocadinho, a gente tem medo de acontecer alguma coisa. Temos medo do outro, de pedófilo ou coisa assim. Mas na altura, não. Na altura, à noite, as crianças na rua, não tinha problema.

A gente andava tudo junto, com as crianças, com os adultos. A gente andava bem. Eu não tinha medo de sair e deixar os meus filhos com qualquer pessoa. A gente não tinha medo.

Marcas no corpo e na alma: saúde, família e a serenidade da vida

– Depois do covid, fiquei com problema de coração. Fazia natação, mas deixei porque não dava, porque eu canso na água. A perna andava de riba d'água, agora a perna fica para baixo. Eu nadava, de costas, a cara para cima... agora, não. Agora, do joelho pra baixo já não estica. Eu não posso sair da piscina porque não dá.

Eles mandam mensagem, de vez em quando. Estava na Amora, três vezes na semana. Eu ia de camioneta, descia na Cruz de Pau ao pé do banco, eu ia a pé. Na hora de vir, minha filha ia me buscar. Mas, como já não conseguia ir, depois desisti. Eu gostei, tava lá uns aninhos com as colegas... mas não dá, olha, não posso fazer nada!

Sobre as crianças, D. Maria Carolina lembra...

– Brincavam tudo cá para cima e, pá, ainda não tinha ringue no tempo dos meus [filhos], porque já têm 49, 48, 47 [anos]. O mais velho brincava, ainda era cá para baixo. Os mais pequenos eram a Hélia e o Nelson.

O Nelson foi muito terrível, foi o que caiu. Ele brincou pouco, porque ele era muito terrível. Já passei muitas coisas na vida... Mas quem deu mais trabalho foi aquele miúdo.

O pai emigrou, nunca mais veio, até morreu pra lá. O miúdo ficou só comigo e com os irmãos. Ele se criou revoltado, não tendo o pai. O irmão mais velho tava na Inglaterra e os mais novos ficaram, ele não respeitava os mais novos. Deu o que deu. É a vida, olha.

Para voltar a estar juntas: o desejo de um ponto de encontro

Gostaria que tivesse uma convivência, assim com toda a gente, que tivesse um clube que todas as pessoas de idade se divertissem. Era bom!

Gostaria que tivesse uma convivência, assim com toda a gente, que tivesse um clube que todas as pessoas de idade se divertissem. Era bom! Eu já não, porque já não posso, né? Mas há muitas pessoas que podem; para as pessoas divertirem-se, tá lá assim sentado, a fazer a renda, a assar o peixe ou a carne, e a comer sossegado, sem problema, sem nada.

Olha, esse clube que eles têm fechado aí podia ser aberto; arrendava, dava lucro. As pessoas fazem o batismo, vai para muito longe. Não era preciso. Com esse clube aqui, alugava. [...] Assim, como eles têm na ocasião de Natal; já há dois anos que eu não vou, por causa das pernas. Tenho medo de cair.

SABERES EM PALAVRAS

PALAVRAS DA NOSSA TERRA | REPERTÓRIO AFETIVO DE D. MARIA CAROLINA

A gente era unido Conceito-chave para descrever o tecido social ideal da comunidade da Quinta da Princesa no passado, baseado na entreatajuda.

Brássica Nome que D. Maria Carolina aprendeu em Portugal para se referir às couves (muito provavelmente, couve-galega ou portuguesa) que cultivava na sua horta. “Dava muitas flores” refere-se às flores amarelas comestíveis que a couve produz.

Cachupa Prato nacional cabo-verdiano, um guisado de milho, feijão e carne ou peixe. Símbolo da resistência e da cultura.

Carga Mais do que um objeto físico, representa o peso do trabalho precoce, a responsabilidade familiar e o fardo de uma vida de labuta.

Era só para os avós Expressão que define a exploração do seu trabalho infantil e juvenil, em que o fruto do seu esforço não era usufruído por si.

Trabalho de “meia” Sistema comunitário de cultivo pelo qual quem tem o terreno e quem trabalha nele repartem a colheita. Economia de solidariedade.

Vida dura Expressão que percorre toda a sua narrativa, sintetizando a luta constante desde a infância.

Dona Maria (Carminha)

“Aqui era tanto unido.”

Da roça de Cabo Verde à
comunidade na Quinta da Princesa



MARIA COELHO TAVARES DA VEIGA

DATA DE NASCIMENTO: 18 de maio de 1956

PAÍS DE ORIGEM: Cabo Verde

CHEGADA A PORTUGAL: 1978

MUDANÇA PARA A QUINTA DA PRINCESA: 1980

1. Resumo biográfico-afetivo

D. Maria Coelho, cabo-verdiana nascida na localidade de Baril, Ribeirão de Cal, Ilha de Santiago, é um dos pilares viventes da comunidade da Quinta da Princesa. Desde muito cedo, assumiu as responsabilidades de adulta, trabalhando na agricultura e pecuária para ajudar a mãe a sustentar a casa.

Em 1978, com 21 anos, migrou para Portugal, acompanhando o marido, com quem casara contra a vontade inicial da mãe. Estabeleceu-se, primeiro, em Fernão Ferro e, em 1980, mudou-se para a Quinta da Princesa, onde criou os seus quatro filhos e construiu uma vida marcada pelo trabalho coletivo e uma profunda ligação comunitária.

A sua narrativa é um testemunho poderoso da transposição de modos de vida rurais cabo-verdianos para o contexto urbano de Lisboa, mantendo vivos os valores da ajuda mútua e da celebração partilhada.

2. Cabo Verde: raízes de luta e solidariedade na roça

A minha mãe trabalhava muito. A gente ia para a Ilha de Santiago, comprava banana [...] para a minha mãe abafar, para “madure” [amadurecer], para a minha mãe ir vender na praia. Eu acompanhava a minha mãe com um burro, que tinha o nome de “Chunga”. Ia eu, aquele Chunga e a minha mãe.

– A minha família era assim: eu vivia com a minha mãe e mais dois irmãos. A gente era cinco, mas a gente com a minha mãe tavam três. Nós os três, com a minha mãe, eram quatro. O pai não, já a minha mãe não tava junto com ele.

Eu que era maior, né? Eles eram mais pequeninos. Eu trabalhava, depois dava [o dinheiro] à minha mãe, que criava eles. Eu trabalhava num sítio de serviço de estrada, na [empresa] Fomento Agrária, que fazia diques. E eu trabalhava junto com o Domingos [Sr. Domingos, morador da Quinta da Princesa].

A casa era da minha mãe. A gente não dizia “horta”; a gente dizia “um lugar”, um terreno, né? A gente trabalhava naquele terreno. E tinha comer: tinha milho, feijão, batata e mandioca. Tinha animais, galinha, porco, cabra, a gente criava todos. Ah, e ovelha! A gente diz carneiro; vaca...

A minha mãe trabalhava muito. A gente ia para a Ilha de Santiago, comprava banana [...] para a minha mãe abafar, para “madure” [amadurecer], para a minha mãe ir vender na praia. Eu acompanhava a minha mãe com um burro, que tinha o nome de “Chunga”. Ia eu, aquele Chunga e a minha mãe.

Olha, eu tão pequenina era, eu não podia... A gente dizia um “cacho de banana”, mas ela dizia “mama”, “um mama de banana” dentro de um cesto, para acompanhar ela. Só que para acompanhar ela, era pesado e ela carrega, põe em cima do joelho, para empurrar, para empurrar, que chega na cabeça dela.

Eu acompanhava ela para sítio que era o São Domingos, para ir apanhar carro para a Praia. Eu acompanhava ela para ir a Santiago para a gente ir comprar banana. Eu morava ali na Ribeirão de Cal. A cidade chamava-se Baril.

Depois, a gente ia para Santiago, ia para São Domingos e para São Lourenço [dos Órgãos]. [Íamos] a pé; com burro, era para ir para Praia, para vender banana.

Era um bocadinho [longe]. Tava lá um dia, dois dias, acabava de vender, vinha para casa outra vez. Eu ficava ali, eu e meus irmãos. Eu ficava a tomar conta de meus irmãos. Ela [a mãe] dormia na casa do irmão. Tinha um irmão ali na Praia.

[A nossa comida] era de nosso terreno. O dinheiro a gente procurava; a gente vendia e procurava dinheiro. [Naquele] tempo ainda o terreno dava, dava... A gente trabalhava, dava. Chuva dava; tinha muita chuva. A gente tinha muita comida num tambor, lata. A gente punha num tambor, enchia e tampava. Tinha muita comida, muita, naquele tempo.

Agora é que tá mal, que não tem; às vezes dá, às vezes não dá, mas naquele [tempo] dava todo o ano.

[A nossa comida] era de nosso terreno. O dinheiro a gente procurava; a gente vendia e procurava dinheiro. [Naquele] tempo ainda o terreno dava, dava... A gente trabalhava, dava. Chuva dava; tinha muita chuva. A gente tinha muita comida num tambor, lata. A gente punha num tambor, enchia e tampava.

“Junta mão”: convite ao trabalho comunitário e convívio no lugar

– A gente diz “junta mão”, quer dizer, a gente convida. Eu convido a senhora, eu convido outra senhora, convido outra senhora, até que a gente vira umas cinco ou seis, e vai para o meu [terreno]. A gente trabalha no meu e, depois, trabalha no da outra pessoa. O ajuntamento de cinco, seis pessoas, vão trabalhar na terra de outra. Assim, por exemplo, é sementeira. A gente “junta mão” para semear no meu lugar. Depois, a gente pode semear na sua [terra]. É assim, mais ou menos.

Depois das chuvas, quando já tem erva, a gente “junta mão” para mondar, para limpar e, depois, queimar a erva ao pé do milho,

A gente “junta mão” para semear no meu lugar. Depois, a gente pode semear na sua [terra]. É assim, mais ou menos.

Depois das chuvas, quando já tem erva, a gente “junta mão” para mondar, para limpar e, depois, queimar a erva ao pé do milho, né? E, depois, a gente monda e fica limpinha. Depois, chove outra vez e tem palha outra vez. A gente “junta mão” para fazer segunda monda. A gente diz “ramonda”. Último “ramonda”.

A gente também fazia comida, a gente comia, dançava, comia. Eu dançava muito. Gostava muito de dançar [...]. Esses [momentos] já a gente já não apanha mais.

Depois, a gente monda e fica limpinha. Depois, chove outra vez e tem palha outra vez. A gente “junta mão” para fazer segunda monda. A gente diz “ramonda”. Último “ramonda”.

Depois tem comer e “junta mão” para cortar o milho. Depois vai para casa e descasca [tira a palha do milho], debulha [tira o milho da espiga]. Muito trabalho mesmo, muito. E aí uns ajudavam os outros. A gente juntava, ajudava uns aos outros. Hoje é meu, amanhã é seu [...]. Assim!

A gente comia todos juntos, todos juntos, quando fazia esse convívio. A gente trabalhava, comia; depois, pronto, à noite cada um ia para a sua casa. [...] Muito bom mesmo, bom, bom! Esses momentos já não [existem]...

Nesses momentos também havia música. [...] A gente também fazia comida, a gente comia, dançava, comia. Eu dançava muito. Gostava muito de dançar, Carolina! Agora já não. Agora, nem posso ouvir coisa a tocar. Não sei porquê, não sei. Mas gostava mesmo! É pá, grande, grande, grande! Esses já a gente não apanha mais.

Tá tudo diferente agora. Tá tudo misturado, não sei de onde... Antes, era só gente cabo-verdiana e português, que ia daqui. Mas, agora, tá lá muita gente. Agora chinês tá lá muito. Chinês agora tomou conta de Cabo Verde, guineenses; tão lá muitas pessoas. Lá tá bom, para a gente ir e passar férias, mas para ficar lá, já não.

Porque Cabo Verde era tão bom, tão bom, tão bom. Você tava à vontade, porque era a sua gente. Você levantava de madrugada, às cinco ou seis horas; você ia tirar leite da cabra – tirava, tirava leite na cabra –, fazia um jarro de leite, ia à praia e vendia [...]. Você vendia leite, comprava pão, comprava isso, mais aquilo, mais aquilo, mais aquilo.

Agora, você não pode fazer isso! Se você levanta essa hora, você vai para sítio, você encontra as pessoas e matam você, porque agora tá lá muito misturado, gente de língua suja. Era gente que falava muito bem, olha, agora. A gente não conhece e não pode fazer isso. Tá diferente! Agora tá lá muita gente que rouba cabra, rouba vaca grande, rouba vaca e corta e vai vender e dono encontra só sangue no chão, com pele.

A vida em Cabo Verde agora não já não é a mesma. Mesmo aqui, já também não é a mesma coisa.

Quer dizer, tudo diferente da altura que entrei aqui.

O trabalho que moldou o corpo e a determinação

– Eu tinha 12 anos, trabalhava com 12 anos. Os meus irmãos eram pequeninos. Se eu era pequena, imagina eles! Eu ajudava a criar [os irmãos] com a minha mãe.

Primeiro eu trabalhei junto com o Domingos. Esse Sr. Domingos era meu auxiliar e eu trabalhava com ele. A gente trabalhava na estrada, ali no sítio que ele morava, na Montanha dos Órgãos. E lá fazia muro. Apanhava pedra e juntava para fazer parede, muro. O seu Domingos ficava lá na Montanha, com o patrão.

O patrão era ali ao pé da minha casa. Depois falei com o Sr. Calamento – era um senhor que se chamava Calamento. Depois, como ele já sabia, me deu trabalho, para ajudar a minha mãe. Só faltava dinheiro, porque comida a gente tinha. [...] Às vezes, a gente vendia as coisas também que a gente tinha pra encontrar dinheiro. Esse dinheiro servia para comprar sapato, roupa... Se a gente tinha uma festa, a gente comprava um par de sapato, uma peça de roupa para a gente ir. O dinheiro também não era muito, era pouquinho.

O pagamento tinha diferença de criança e adulto, mas agora não tou a lembrar [o valor], porque já passou muito tempo. Acho que era 12 ou 15 escudos¹. Eu, tão pequenina, carregava pedra na minha cabeça. A gente dizia pedra, mas lá era um encaixe, assim comprido, prà gente fincar assim para fazer o dique, para fazer aquelas coisas que a água passa em cima. Era ali que eu trabalhava.

E, depois, eles faziam transferência e a gente ia trabalhar para outro sítio. Mas era a mesma coisa; era a carregar pedra na mesma.

Eu trabalhei em três lugares em Cabo Verde: com o Domingos, na estrada; nos diques e na bancada, com a enxada. Só não carreguei pedra onde eu fazia bancada, com enxada. Ali não carreguei pedra! Ali que foi o último [trabalho] mesmo, ali onde fazia bancada. Parecia que estava a fazer uma horta. Cavar, cavar e depois juntar terra, juntar terra, juntar terra. Sempre, sempre, comigo foi sempre duro, sempre.

O pagamento tinha diferença de criança e adulto, mas agora não tou a lembrar [o valor], porque já passou muito tempo [...]. Eu, tão pequenina, carregava pedra na minha cabeça. A gente dizia pedra, mas lá era um encaixe, assim comprido, prà gente fincar assim para fazer o dique, para fazer aquelas coisas que a água passa em cima.

1 O valor de 12 ou 15 escudos, a moeda portuguesa da época, deve ser entendido no contexto da economia colonial e de subsistência de Cabo Verde nos anos 1960-70. Era um pagamento simbólico pelo trabalho infantil, que contribuía para cobrir despesas básicas da família.

Estou com tudo partido, tá tudo partido mesmo! Trabalhei de pequenina.

Estou com tudo partido, tá tudo partido mesmo! Trabalhei de pequenina. Olha, agora, com a idade, tenho dor nos dedos, nas juntas. Não sei, dói! Olha, tem aqui, não sei se é da coluna, não sei...

A médica já disse que tem que fazer o tratamento, mas ainda não cheguei a fazer o tratamento por causa do meu marido, mas agora vou fazer. Agora vou fazer, com o meu marido em casa mesmo, vou fazer na mesma. Tem que ser.

[...] Olha quando eu findei lá [o trabalho] – eu nem findei; eu deixei lá o meu dinheiro, que a minha mãe ficou para receber –, eu vim para cá.

Bom dia, boa tarde, e o silêncio entre as comunidades

Sobre possíveis situações de preconceito, discriminação ou racismo, D. Maria Coelho afirma o seguinte:

Eu sabia que era português daqui, porque era branco. Eu sei que era, mas eu não tinha confiança com eles, porque eles não falavam comigo e eu não falava com eles.

– Eu não via eles [portugueses que viviam em Cabo Verde] onde eu morava. Eu via eles só quando ia para Praia. Era quando eu via aquelas pessoas, que sei quem era cabo-verdiano, quem era português. Naquela altura, também a gente era português. Eu sabia que era português daqui, porque era branco. Eu sei que era, mas eu não tinha confiança com eles, porque eles não falavam comigo e eu não falava com eles. Pois, se passava neles, era bom dia e boa tarde, pronto! Não dizia mais nada. Eu isso, não sei dizer, porque onde eu morava não havia isso.

A escola que chegou mais tarde

– Agora que eu tou aí [no curso de alfabetização de mulheres adultas do MDM, na Quinta da Princesa], mas eu não tenho escola, não. Eu não tenho escola porque a minha mãe não me pôs na escola. A minha irmã não tem muito, mas tem. Eu que não tenho nada [...]. Tinha escola, mas eu não fui. A minha mãe disse que não ia pôr na escola, porque que tava a ver as pessoas e porque eu ia escrever para namorado, está a ver? Mas a minha irmã tem pouquinho, mas tem. E o meu irmão tem.

A minha irmã tinha, mas ela tava doente e tava só com o “espírito”. A gente diz “espírito”, né? O “espírito” gostava dela. Quando que ela ia para a escola, o espírito não a deixava chegar à escola: “Não vai para a escola!” Saía de casa para ir para a escola, mas não chegava lá. Mas consegui mais um bocadinho [...]. Ela e meu irmão têm. Eu e mais dois irmãos não temos.

3. A partida para Portugal: uma decisão própria e um reencontro pelo amor

– Eu cheguei em Portugal em 1978. Quando vim para cá, tinha já 21 anos. Deixei a minha irmã com 12 – e como a gente tem três anos [de diferença], o mais velho tinha 15. Eram três irmãos e duas meninas, são cinco [filhos e filhas].

Vim para Portugal porque [...] isso que a gente tava a falar, de a minha mãe dizer: “Não ponho na escola para não escrever para o namorado”, depois, encontrei esse rapaz que é meu marido. Ele tava lá! Eu fui para Praia e encontrei com ele. A gente morava junto [perto] sempre, mas eu não conhecia ele. Depois, ele já tinha me conhecido, porque ele era mais velho e a gente morava num sítio que se chamava Cidade Velha. Ele já tinha visto a mim. Eu, não!

Depois, ele não disse nada. Ele veio para Portugal – o irmão já estava cá e o trouxe – e [naquele tempo] nem telefonema; era carta. Ele escreveu[-me] uma carta; eu [também] escrevi uma carta. Depois eu disse: “Ah, eu não tou a lembrar, não conheço...” E mãe dele eu já conhecia, que tava a ir para aquele sítio, passava [...] Natal, passava São Pedro lá. E depois conheci a mãe, conheci o pai.

Mas eu já não tava lembrada dele. Depois, eu fui para Praia e encontrei com ele. Ele não disse nada, eu também não conhecia ele, pronto. Mas, depois, ele veio para Portugal e ele disse que escreveu para mim.

Escreveu para mim, e eu também. Eu fui para apanhar água – a gente diz “ribeira”. A gente foi para a ribeira para apanhar água, com a minha colega – a minha colega tá cá também –, e ela fez uma carta para mim. Ela fazia uma carta para mim, para o namorado. Eu disse: “Olha, a minha mãe não pôs na escola para [eu] não escrever para o namorado, mas vou escrever na mesma!”

A gente falava ao pé da casa dela. [...] Eu disse: “Olha, a minha mãe não me põe na escola para não escrever para namorado. Eu já passei [recebi] essa carta e não sei o que vou fazer.”

Isso que a gente tava a falar, de a minha mãe dizer: “Não ponho na escola para não escrever para o namorado”, depois, encontrei esse rapaz que é meu marido. Ele tava lá! Eu fui para Praia e encontrei com ele.

Eu tava lá com a minha mãe, [...] tava a ajudar a minha mãe que trabalhava. Depois encontrei aquele rapaz que mandou a carta. E a minha mãe disse: “Não!” Eu disse: “Ó, ó, ó, não vou perder essa sorte; não vou perder isto, não!”

E ela disse: “Olha, eu vou fazer a carta.” Ela fez a carta para mim, e eu mandei para o meu marido.

Não me lembrava dele. Depois, ele mandou foto pra mim. Aquela foto até ainda tenho; rapaz novo, naquele tempo. Quando os meus filhos veem, dizem: “Esse é nosso pai?” “Sim, é o pai de vocês, quando era novo, rapaz novo de 20 e tal anos.”

Eu tinha 21. Ele é mais velho do que eu, mas eu não sei [quanto], porque ele também foi registado tarde. Agora tem 70, mas a [idade] dele já não sei. No papel tem 70, mas tem mais.

A gente ficava a trocar carta, a gente trocou carta, a gente trocou carta, sem a mãe saber. Depois, a mãe [disse], depois de saber: “Vem cá, você não vai, porque você não conhece o rapaz!”

A minha mãe já conhecia a mãe e o pai do rapaz.

Depois que a minha mãe deixou de viver com o meu pai, [...] a gente foi para onde eu morava. [Fomos] eu e meu irmão, porque o outro já não tava lá, tava em Angola, que foi à tropa. O outro já vinha para Portugal.

A gente tava lá os três. Eu tava lá com a minha mãe, com outros dois, tava a ajudar a minha mãe que trabalhava. Depois encontrei aquele rapaz que mandou a carta. E a minha mãe disse: “Não!” Eu disse: “Ó, ó, ó, não vou perder essa sorte; não vou perder isto, não!” Ele já [me tinha visto]; eu vi ele na foto, [...] eu já tinha visto ele; já conhecia a mãe e gostei da cara dele.

Depois eu disse à minha mãe: “Olha, não vai fazer isso! Eu estou a trabalhar, a ajudar, agora encontrei essa oportunidade e você não vai [me deixar ir] para Portugal?” [...] Eu disse: “Olha, com muita pena, mas vou!”

O meu marido estava em Portugal e foi para Cabo Verde passar férias. Quando ele foi para férias, ele me viu, mandou carta para mim e tirou-me de lá. Não casei lá, casei aqui. Por isso, a minha mãe não queria, porque a minha mãe disse que era para casar lá. Mas eu vim pra cá! Eu casei logo.

A gente foi morar em Fernão Ferro. A gente casou na igreja da Arrentela. O meu marido trabalhava na Lisnave², Setenave³, em Setúbal, junto com o irmão. Eu fazia o trabalho das lides da minha casa. O meu filho nasceu aqui, quando

2 Lisnave – Estaleiros Navais de Lisboa, localizados na Margem Sul do Tejo. Foi um dos maiores empregadores da região durante décadas, atraindo milhares de trabalhadores, incluindo muitos imigrantes cabo-verdianos.

3 Setenave – Estaleiros Navais de Setúbal foi também um polo industrial de grande importância na região. Muitos trabalhadores, como o marido de D. Maria, transitavam entre a Lisnave e a Setenave consoante a disponibilidade de trabalho.

estávamos em Fernão Ferro, no hospital do Barreiro. Quem nasceu cá, na Quinta da Princesa, foi a minha filha, na Maternidade Alfredo da Costa.

Já não lembro [se] foi difícil [no início], porque eu só tava em casa com o meu filho. O meu marido ia trabalhar na Lisnave, de noite. [Mas eu tinha] saudades da minha mãe, saudades do meu pai... Quando vim pra cá, com 16 dias meu pai morreu. Não dava para ir para lá. Tava com pouco tempo que eu vim pr'aqui.

Aqui tava sempre bom para mim, sempre bom. Meu marido trabalhava na Lisnave, tinha o meu filho, a gente depois ganhou essa casa – o meu marido fez inscrição e pegou essa casa. O irmão já tinha pegado ali na Amora. Acho que nem tem um mês depois, a gente também pegou essa casa aqui, na Quinta da Princesa. Novinha em folha; a gente que veio estrear!

4. 1980: a chegada à Quinta da Princesa e o reencontro da comunidade

– Entrei na Quinta da Princesa em 1980. Vim morar para cá porque lá onde que eu morava [Fernão Ferro], tinha uma casa que era quase uma barraca. Eu tenho um filho e, quando punha o meu filho na cama, tinha que abrir um saco de plástico em cima do meu filho, porque o barro caía para em cima do miúdo. A casa tava toda velha e tavam a cair as coisas; a cair a terra.

E, depois, aquela Isabel da Câmara do Seixal foi lá à minha casa em Fernão Ferro. [...] E ela disse: “D. Maria, você não precisa se preocupar. Casa você tem. Quando começar a dar as chaves, eu chamo para ir buscar a chave.”

Ela se chama Isabel. Ela está sempre aqui nas coisas da horta. É da Câmara. Ela já está há muito tempo na Câmara. É do tempo dessa casa, que ela andava por cá para ver como estava a minha casa e assim. Ela andava para ver casa das pessoas, quem precisava, quem não precisava. Ela, quando viu a minha casa, foi encontrar o miúdo na cama com um saco em cima do miúdo; a terra toda em cima desse saco. Ela disse: “Você está descansada. Eu encontrei casa!”

Em 1980 a gente entrou aqui. Eu tou a lembrar muito bem que era um sábado, [quando] a gente mudou pr'aqui. Conhecia a minha comadre, que era a D. Juliana, que já estava aqui e a gente morava lá junto [perto], em Fernão Ferro, e a gente veio cá morar outra vez junto. Eu vim de Cabo Verde e encontrei ela lá, com o marido também, que ele tinha vindo há pouco tempo.

Já conhecia a D. Elvira e uma senhora que se chamava Juliana também (outra Juliana), que mora no mesmo prédio da D. Elvira. A gente morava em Cabo

Senti uma alegria, porque encontrei eles outra vez, tudo junto! Até agora ainda tenho alegria, porque a gente fica tudo bem. Não tem nada [de mal] uns com os outros.

A gente tinha alcatifa no chão, a gente sentava, a gente deitava na alcatifa porque ficou contente com a casa. Não era preciso cama, a gente deitava no chão, a gente senta no chão. A gente podia comer, a gente comia, não tinha humidade dentro de casa com os nossos filhos [...]. Bem, bem, bem, que mais que assim não tem. Me sentia muito bem!

Verde. Eu vim no mês de fevereiro e ela veio no mês de março. E a Maria [D. Maria Segunda], depois, que não morava aqui, a gente já tinha se conhecido, porque ela morava lá no Fogueteiro. A cunhada dela [D. Albertina] era a minha madrinha de casamento, e o marido da cunhada dela é amigo e padrinho do meu marido. Depois, ela veio para cá morar, e a gente encontra ela aqui.

A D. Paulina conheci na Quinta da Princesa, porque, em Cabo Verde, ela morava na Montanha e eu não conhecia ela. Só o Domingos [marido de D. Paulina] eu conheci lá. O primo do Domingos também a gente se conhecia de lá. Esse primo dele já morreu.

Senti uma alegria, porque encontrei eles outra vez, tudo junto! Até agora ainda tenho alegria, porque a gente fica tudo bem. Não tem nada [de mal] uns com os outros.

A gente ia para a casa das pessoas, a gente tava lá, a gente tinha alcatifa no chão, a gente sentava, a gente deitava na alcatifa porque ficou contente com a casa. Não era preciso cama, a gente deitava no chão, a gente senta no chão. A gente podia comer, a gente comia, não tinha humidade dentro de casa com os nossos filhos, tudo bem mesmo! Bem, bem, bem, que mais que assim não tem. Me sentia muito bem!

E quando chegava o meu marido do trabalho, ia fazer jantar, e cada uma ia para a casa para fazer jantar que o marido ia chegar à casa. Durante o dia a gente vai na casa de companheiras. Vai para a minha casa, vai para casa de D. Juliana, a gente vai para casa de Maria Segunda! E estava tão bem com os nossos filhos, tudo bem mesmo, tudo.

O trabalho como vendilhona: sustento, sacrifício e sororidade

– Depois, a gente vai começar a trabalhar. A gente trabalhava por nossa conta. A gente ia para a praça da Ribeira, que é ali em Lisboa. A gente ia no barco, comprava peixe e vendia ali na Cruz de Pau, eu, Maria Segunda e a minha comadre que é a Beta [D. Albertina]. Até D. Elvira, mas ela largou cedo, ela não continuou. A gente continuou e vendia peixe ali na Cruz de Pau.

Se não dava ali, na Cruz de Pau, a gente vinha pr'aqui, saía para a casa das pessoas, para casa da amiga; a amiga ajudava e comprava, a gente vendia pr'ali... Depois de acabar de vender, ia para casa. Era assim!

Nessa época, quem era [filho] maior ficava com os filhos, mas chegava a altura, quando chegava a hora de ir para a escola, eu deixava tudo: deixava o pão, o leite, eles podiam tomar leite e fechar a porta para ir para a escola. Quando vinham da escola, eu já tava em casa. Era assim!

Naquele tempo não tinha nem creche para ficar com os miúdos. Os miúdos ficavam em casa. Depois, quem era maior, dava leite para o mais pequenino e tomava para ir para a escola. A minha pequenina ainda entrou nesse jardim. Tenho quatro filhos, duas meninas e dois rapazes. A minha filha, agora já tem 32 anos. O mais velho tem 46 anos. Era esse mais velho que ajudava com os outros e a minha filha, atrás dele, também.

A mais pequenina ainda entrou na creche, aí no lar, mas não muito tempo, [só] quatro meses. Depois, passou pr'aqui, porque já tinha 3 anos. Depois, enquanto não chegou o tempo da escola, ela andou aqui.

Eu tava na minha venda muito tempo, muito tempo... nem sei dizer! Depois, vim cá apanhar a minha filha, fiquei assim, como corpo mole, não sei do quê... Eu fui à médica e ela disse: "A senhora tá grávida!" Eu disse: "Ah, não! Não tou, não!" E a médica disse: "Você tá!" Depois, quando fui fazer exame, eu tava grávida dessa mais pequenina. Mas não larguei o meu trabalho! Continuei até quando a minha filha nasceu.

A minha filha nasceu na venda. Eu larguei a venda três dias, a minha filha nasceu. Depois de três meses que a minha filha nasceu, comecei o trabalho outra vez. A minha filha ficava em casa – não tinha ninguém para deixar; deixava só com os irmãos. Eu deixava leite, ela pequenininha e eles faziam tudo direitinho, davam leitinho direitinho, trocavam fralda e tudo.

Eu deixava tudo tratado e saía. A minha filha tomava conta. Quando eu peguei a gravidez da minha filha, o mais pequenino tinha 10 anos. Depois, quando a minha filha nasceu, ele tomou conta da irmã. Voltei outra vez para a venda. Vendia, não demorava e vinha para casa. Não houve nada! Mas, agora, a gente não

Nessa época, quem era [filho] maior ficava com os filhos, mas chegava a altura, quando chegava a hora de ir para a escola, eu deixava tudo: deixava o pão, o leite, eles podiam tomar leite e fechar a porta para ir para a escola.

A minha filha nasceu na venda. Eu larguei a venda três dias, a minha filha nasceu. Depois de três meses que a minha filha nasceu, comecei o trabalho outra vez. A minha filha ficava em casa – não tinha ninguém para deixar; deixava só com os irmãos. Eu deixava leite, ela pequenininha e eles faziam tudo direitinho, davam leitinho direitinho, trocavam fralda e tudo.

pode deixar o bebê assim. É o seu filho, mas não pode deixar assim. Mas durante aquele [tempo] era melhor, a gente estava mais à vontade.

Vida na Quinta: danças na sala, trabalho na horta e a força do convívio

– O batizado a gente fazia em conjunto. [...] Eu fazia aquela festinha em casa. A minha filha mais pequenina é que já foi no restaurante. Mas os outros já não, era tudo em casa. As vizinhas, depois de você convidar, ia ajudar, de dar a volta, cozinhar, a gente depois estava lá na festa e assim.

O Natal era cada um na sua casa, com os seus filhos, com o seu marido. Podem ser os convidados de longe, quer dizer, cunhado, compadre e outras pessoas da família. Outras pessoas da família, de longe, que vinham cá passar com a gente. A gente fazia a festa, a gente passava aqui com eles. Vinham com o filho, com a mulher. Mas não era com vizinho.

[Nos aniversários] das crianças, elas viviam tudo bem. Eram os primos, a gente cozinhava, a gente comia, a gente dançava!

A gente, eh pá, eu e a minha comadre Juliana, a gente dançava e o marido dela dançava comigo, meu marido dançava com ela, a gente passava a noite junto. Não era preciso festa. A gente é amiga sempre. A gente sempre foi tão amiga, tão amiga, que eu tenho o meu filho e dei a ela para batizar.

A gente era tão amiga; o marido dela era amigo do meu marido. De noite o marido dela ia buscar o meu marido para sair. O meu marido ia buscar o dela para sair. Eles saíam de noite, passeavam, dançavam e vinham de madrugada. Eu estava na casa dela até quando o meu marido chegava e, depois, a gente ia para a minha casa.

Eu, quando cheguei, eu tava grávida e, na minha casa, fazia comida e não comia. Depois, quando chegava na casa dela, o marido dela dizia: "Faz alguma coisa para essa mulher comer. Essa mulher deve tar com fome e não comeu!". [...] Quando a D. Juliana fazia, eu sempre comia.

A gente punha a música, a gente dança dentro de casa. A gente põe o gira-discos para dançar.

Quando era meia-noite, uma, duas horas, a gente ia para minha casa. Era até durante a semana. Era só a gente estar lá e a gente punha música. Ah! Era tão bom! Isso era só com ela, porque eu conhecia. Os outros, a gente conhecia, mas não tinha intimidade. A gente dançava, até uma hora, e a gente [depois] ia dormir.

Eu, quando cheguei, eu tava grávida e, na minha casa, fazia comida e não comia. Depois, quando chegava na casa dela, o marido dela dizia: "Faz alguma coisa para essa mulher comer.

Essa mulher deve tar com fome e não comeu!” Por acaso, tava com fome mesmo, viu?! Eu fazia o comer na minha casa, mas não dava para comer. Olha, porque só de sentir o cheiro já não comia. Mas, quando a D. Juliana fazia, eu sempre comia.

Olha, o marido dela já morreu... Mas todo o mundo, de verdade, não tem nada que dizer desse homem. Não, não tem, não!

A horta coletiva: autossustento e território de partilha

–Aqui na Quinta da Princesa eu tinha horta. O meu marido trabalhava na horta. A Lisnave fechou e, enquanto o meu marido não tinha trabalho, ele trabalhava ali na horta. Depois, quando apareceu o trabalho na Setenave, de noite, ele foi. Trabalhava de dia, na horta, e de noite ia trabalhar na Setenave.

Eu também trabalhei na horta, com meus filhos, tudo trabalhei na horta. Eu, com dois rapazes e uma menina, a gente trabalhava ali na horta. [Também] a D. Maria Segunda com os filhos dela; D. Beta [D. Albertina], que é cunhada dela; D. Juliana, a gente trabalhava ali na horta com os nossos filhos e depois a gente punha a panela e fazia comida lá. Todo mundo junto, comia tudo junto lá na horta.

Agora, depois que disseram que a horta ia acabar, a horta vai acabar, e depois acaba! Mesmo assim, ainda a gente conseguiu arranjar outra vez. [...] O meu marido teve um bom tempo lá a trabalhar, mas, agora tem uma doença que não pode mais trabalhar. Mesmo agora, a Isabel queria me dar a horta, mas eu disse: “Não, eu não quero, porque agora não posso; meu marido não trabalha, tá doente! Eu não posso porque eu tenho que ir lá trabalhar na horta e tou cá a tomar conta do homem. Não dá!”

E ela [Isabel] me disse que eu tenho direito, porque o meu marido trabalhou lá muito tempo. Pagava aquelas coisas que eles pagam ali tudo, pagava tudo.

Eu também disse: “Olha, até eu queria, mas agora não posso, também. Não posso trabalhar hoje. Eu tou tomando conta dele, como que vou trabalhar hoje? Não dá!”

Eu também tinha animais: porco, galinha. Tinha pato, cabra, tudo lá, tudo lá! Tinha que tratar dos meus animais, procurar água

A gente trabalhava ali na horta com os nossos filhos e depois a gente punha a panela e fazia comida lá. Todo mundo junto, comia tudo junto lá na horta.

Começava de manhã, das nove às dez horas a gente tava lá. A gente põe a panela, a gente trata dos animais, a gente trabalha lá, tá lá com meus filhos, até de tarde, e a gente vem para casa. A gente passava lá o dia todo, indo pra casa, assim, só para tomar banho e para deitar.

A gente só comprava açúcar, arroz e massa, se a gente precisava, mas outras coisas a gente nem precisava porque dava tudo ali. A gente aprendeu lá [em Cabo Verde] e depois, aqui, a gente fez. A gente já tava com tudo aprendido.

para regar as plantas; couve, semeava feijão, ervilha... A gente passava o dia lá e, depois, vinha pra casa.

Começava de manhã, das nove às dez horas a gente tava lá. A gente põe a panela, a gente trata dos animais, a gente trabalha lá, tá lá com meus filhos, até de tarde, e a gente vem para casa. A gente passava lá o dia todo, indo pra casa, assim, só para tomar banho e para deitar.

Cinco ou seis horas [da tarde], a gente vinha pra casa. Já vinha com comida feita de lá. De dia a gente não tava em casa, de tarde; de noite, a gente passa em casa. No verão e tudo.

[Nessa época] a gente ainda não tava a trabalhar [fora de casa]. Só depois que a gente não tem mais horta, não tem nada para fazer, a gente inventou isso. Quando tinha a horta, não inventámos nada; tava só na horta da gente.

A gente não comprava carne, não [comprava] nada de nada. A gente precisava de uma galinha, a gente pegava e matava. A gente, se precisava de uma carne de cabra, a gente já tinha uma cabra ou um borrego pra gente matar. A gente matava porco e vendia. A gente não tinha falta de nada. Tava bom mesmo, bom, bom. A gente só comprava açúcar, arroz e massa, se a gente precisava, mas outras coisas a gente nem precisava porque dava tudo ali.

A gente aprendeu lá [em Cabo Verde] e depois, aqui, a gente fez. A gente já tava com tudo aprendido.

5. Mudanças no tempo: “Agora já não é a mesma coisa”

– Agora é que tou a queixar dessa casa. Eu não queixava dessa casa, porque a água não caía. Mas é porque lá em cima tá partido e a água tá a cair. Mas eu não tinha queixa dessa casa. Só que, pronto, eu queixo dessa casa porque [antes eu podia subir] mais alto, porque naquela altura a gente não dava conta de nada, porque a gente tava novo. Agora, a gente não pode subir, descer, subir, descer. Doente é ainda pior.

E, pá, agora tá muito diferente. A gente era tanto, tanto unido, unido, unido, mas a gente já desuniu! A gente tem amiga, mas pessoa para puxar pra cima, como era antes, já não. Olha, não sei se depois que começou essa doença – a gente tava tudo bem mesmo –, mas depois começou essa corona [coronavírus]... A gente já ficou com tudo diferente; já nem na casa das pessoas, a gente já não vai. Ficou diferente...

A gente ia lá para minha casa, eu ia para casa das pessoas, as pessoas vinham para minha casa, mas agora já não! Agora, só se tá muito doente, muito doente, aí sim...

Olha, uma vez a gente era unido, a gente vinha pra minha casa e eu dizia: “Amanhã eu vou para sua casa, depois você faz comer e espera por mim” [...] Mas, agora não. Agora tá tudo diferente...

A gente era tanto, tanto unido, unido, unido, mas a gente já desuniu! A gente tem amiga, mas pessoa para puxar pra cima, como era antes, já não.

6. O significado da Quinta: “Eu gosto daqui mesmo” – um lar de paz

– Olha, a Quinta da Princesa é assim: eu gosto da Quinta da Princesa, eu gosto de estar na Quinta Princesa, porque eu não tenho nada contra a Quinta da Princesa. Eu não gosto de encontrar [ter] casa noutra sítio para sair da Quinta da Princesa. Se encontrar e sair da Quinta da Princesa, é com muita pena, porque eu gosto de estar aqui; eu gosto de morar aqui!

Eu não incomodo ninguém, ninguém me incomoda. Tá tudo bem com as pessoas; as pessoas tudo bem comigo. Eu não tenho “bate-embora” com as pessoas, as pessoas não têm “bate-embora” comigo, com meus filhos, tá tudo bem! Olha, eu não tenho nada que queixar daqui!

As minhas crianças moravam e brincavam na rua umas com as outras; com as crianças de D. Juliana, com crianças de ciganos da rua Cidade da Praia – que moram lá – brincavam tudo até tarde na rua, tudo! De noite iam pra casa, [...] mas eu não tenho nada que queixar de cigano. Nós, queixa de ciganos, nem de criança, nem pessoas grandes. Brincavam na rua lá com cigano, branco, os meus e os outros de D. Paulina e de D. Juliana, tudo junto, lá. Eu não tenho nada que queixar, porque mesmo crianças brincavam com os meus. Não teve nada; não houve nada, nunca!

Por isso, não tenho nada que queixar da Quinta da Princesa. Eu não gosto de [quero] sair daqui. Mas, pronto, se dá caso que eu [tenha que] sair daqui, pronto, com muita pena, com muita pena!

As minhas crianças moravam e brincavam na rua umas com as outras [...] – brincavam tudo até tarde na rua, tudo! De noite iam pra casa [...]. Brincavam na rua lá com cigano, branco, os meus e os outros de D. Paulina e de D. Juliana, tudo junto, lá.

7. Por melhores condições habitacionais: a luta que continua

– Melhorar os prédios. Isso é a primeira coisa! [...] Os prédios eram novos, mas agora não estão. Agora estão com dificuldades e é preciso mudar. Tá tudo rachado por fora e rachado por dentro de casa; humidade dentro de casa; entra frio, que não dá para estar dentro de casa, que antes não tinha. Porque o prédio já tá a ficar muito velho.

Se mudar, olha, fica bem melhor. Porque a casa já vira outra.

8. Grupo Colaborativo de Mulheres da Quinta da Princesa – D. Maria Coelho (Carminha) e a arte de resistir pela terra e pela comunidade

A D. Maria Coelho é uma das fundadoras do Grupo Colaborativo de Mulheres da Quinta da Princesa, tendo sido voz ativa aquando da realização do primeiro Diagnóstico Participativo da comunidade, orientado pelo MDM. A partir da criação deste grupo, tem sido presença assídua em todos os espaços de reuniões, encontros, visitas e tomadas de decisão no bairro.

Tem uma personalidade viva, assertiva e provocadora. A sua incontestável contribuição para a formação da comunidade é amplamente referida pelas suas vizinhas-amigas, seja nas hortas, nos convívios, nas festas e na Escola de Saberes da Quinta da Princesa, onde aprende-ensinando a arte de ler o mundo.

SABERES EM PALAVRAS

PALAVRAS DA NOSSA TERRA | REPERTÓRIO AFETIVO DE D. MARIA COELHO

Bate-embora Discussão, conflito, desentendimento. É uma expressão muito visual do português cabo-verdiano. Ao dizer que não tem “bate-embora” com ninguém, D. Maria Coelho define o ambiente de paz que valoriza.

Junta mão Mutirão, trabalho coletivo e comunitário. É o conceito central da sua vida, tanto em Cabo Verde como na Quinta da Princesa. Representa a ajuda mútua e a construção do comum.

Madure Amadurecer. Ato de abafar a banana para amadurecer mais rapidamente, para depois vender. É um saber técnico específico do trabalho, neste caso, das mulheres. Constitui um processo crucial para a economia familiar.

Mama; um mama de banana Unidade de medida informal no crioulo cabo-verdiano para um cacho pequeno ou uma “penca” de banana. A fala de D. Maria ilustra o peso do trabalho desde a infância, mostrando que, mesmo uma porção considerada pequena (“um mama”), era um fardo significativo para uma criança.

Mondar/Ramonda Limpar o terreno, capinar. A ramonda seria a segunda ou última limpeza. É um termo técnico da agricultura que mostra a precisão do seu conhecimento da terra e dos ciclos de cultivo.

Vendilhona Mulher que trabalha no comércio informal, geralmente a venda a retalho ou porta a porta. Designa uma profissão informal, crucial para a economia das mulheres migrantes, cheia de sacrifício e sororidade.

Dona Estrudes

Terreiro de muitas culturas:
a ancestralidade cigana e a
construção da Quinta da Princesa
na sua voz



MARIA DA CONCEIÇÃO PIEDADE SILVA (D. ESTRUDES)

DATA DE NASCIMENTO: 1 de novembro de 1955

PAÍS DE ORIGEM: Portugal

LOCALIDADE: Fogueteiro, Seixal

MUDANÇA PARA A QUINTA DA PRINCESA: 1980

1. Resumo biográfico-afetivo

D. Maria da Conceição Piedade Silva, conhecida como D. Estrudes, é uma senhora de etnia cigana, nascida a 1 de novembro de 1955, em Portugal. Criada no Fogueteiro (Seixal) no seio de uma família de nove irmãos, dedicou-se desde cedo a cuidar da casa e dos irmãos mais novos, enquanto os pais trabalhavam como vendedores ambulantes nas feiras da região.

Aos 20 anos, casou-se e mudou-se para Santana (Sesimbra), dedicando-se depois, com o marido, ao mesmo ofício da família. Acabou por fixar residência na Quinta da Princesa, onde construiu uma vida comunitária marcada pela diversidade, respeito intercultural e partilha.

A sua narrativa revela uma visão profundamente humana e integradora da comunidade, destacando a convivência harmoniosa entre ciganos, africanos e portugueses não ciganos, as práticas de solidariedade (como a partilha dos produtos das hortas) e a importância das festas comunitárias como expressão de identidade e celebração da vida.

2. Das feiras do Seixal à casa do Fogueteiro: a semente de uma vida de trabalho

– Eu sou Maria da Conceição Piedade Silva; tenho o apelido de Estrudes. Toda a gente me conhece por Estrudes.

A minha família é toda daqui do Fogueteiro, que era onde eu vivia. Eram vendedores ambulantes. Trabalharam nas feiras no Seixal e mesmo um bocadinho mais longe. E eu na mesma!

Éramos nove irmãos. Agora, somos só quatro. Era assim: os nossos pais eram pessoas muito pobres, eram pessoas humildes e eles sempre trabalharam para os filhos. Era a venda e não sei quê, e eu era a mais velha e tratava dos manos em casa. Não era preciso estar o dia todo [fora]; chegavam uma hora que tinham que vir para casa.

As feiras eram cá na zona. No Seixal houve sempre, na Torre da Marinha; era em Almada, na Piedade, era por aí fora. É isto, havia muitos mercados. Na Cruz de Pau também havia.

Nunca trabalhei fora. Trabalhava em casa. Como é que era? Depois de casada, trabalhei mais meu marido nas feiras também, fazendo as mesmas feiras que os pais faziam.

Casei com 20 anos. Logo que casei, fui para Sesimbra, numa vilazinha antes de Sesimbra, chama-se Santana; Santana de Sesimbra. Fui viver para aí.

3. O acaso que virou raiz: acolhimento, comércio e brincadeiras na nova comunidade

A mudança para a Quinta da Princesa foi um acaso que abriu um campo para muitos acolhimentos.

– Vim para a Quinta da Princesa porque calhou, porque foi aqui que arranjei casa e vim para cá. Fui muito bem acolhida, porque é assim: havia muita pessoa, havia uma quantidade de ciganas, de pessoas ciganas. Havia uma quantidade de pessoas escuras, pretos e pretas. Mas sempre nos demos muito bem, muito bem, muito bem. E com os portugueses, que vocês dizem portugueses, mas nós também somos! E, então, sempre convivemos muito bem uns com os outros. Havia muita preta, havia muito preto, mas sempre fomos muito amigos.

As crianças, sempre a brincarem na rua uns com os outros. Sempre. A minha filha foi criada aí, a brincar na rua com as primas e com quem não era prima, dando com toda a gente aí.

As mulheres, nós conversávamos umas com as outras, quando nos apanhávamos na rua. Mas não éramos pessoas que se juntassem e de ir para o bar, beber um copo ou isso, porque as ciganas não fazem isso. Isso é para os homens. A gente convivia aqui com as vizinhas, na rua; às vezes ir à casa umas das outras e pronto. Juntávamo-nos e íamos ao supermercado; havia aqui muitos supermercados, agora é que não há.

Quando a gente veio para aqui, havia um, que agora há na mesma, mas já é de outras pessoas; já é diferente. E havia de tudo, de tudo, de tudo. Até havia o cafezinho, para a gente aviar-se e beber um café. E havia outro, na ponta da mesma rua, lá em baixo.

E depois, havia aqui uma que era o Sr. António. E havia outra do Sr. Sandro, que primeiro era de uma outra senhora, que depois saiu e, enfim, entrou o tal Sr. Sandro, era indiano.

Depois, aqui, do Sr. António, além do talho, havia também outras lojinhas lá dentro. Havia muitas; aqui a subir aos prédios há uma escadinha, para cima, depois da porta do lado de lá, é um centrozinho; um centro. Havia café, havia uma loja, havia um

Havia muita pessoa, havia uma quantidade de ciganas, de pessoas ciganas. Havia uma quantidade de pessoas escuras, pretos e pretas. Mas sempre nos demos muito bem, muito bem, muito bem. E com os portugueses, que vocês dizem portugueses, mas nós também somos!

supermercadozinho. Deixa-me ver se eu me lembro, havia uma cabeleireira, que ainda é uma cabeleireira, e havia um restaurante que já não sei se trabalha ou não. O restaurante, o nome do senhor, era o Servinha. Era o Servinha. Não sei se já trabalha lá ou não, mas muito ano trabalhou ali.

A escola é lá em baixo. O parque é há pouco tempo.

– O nosso parque era o estacionamento, os espaços onde estavam livres.

(Alice, “Tena”, filha de D. Estrudes)

– Também não havia os carros; havia um ou dois, não havia mais. E pronto. É, faz de conta que era o parque. (D. Estrudes)

“Dar de coração e receber com a mão”: memórias de D. Estrudes e a economia do afeto na Quinta da Princesa

Era tomatinho, era feijão verde, era cebola, era coisinhas assim, que a gente tirava para a gente usar e para dar aos vizinhos. A gente não vendia aquilo; não vendíamos nada, dávamos aos vizinhos, às famílias. Às vezes também ganhávamos.

– Cheguei a ter uma hortinha pequenina, que o meu marido fazia para se entreter ali, onde anda a igreja. Eu gostava de ver a horta, era bonita. Eu não ajudava na horta, não sabia fazer isso.

Era tomatinho, era feijão verde, era cebola, era coisinhas assim, que a gente tirava para a gente usar e para dar aos vizinhos. A gente não vendia aquilo; não vendíamos nada, dávamos aos vizinhos, às famílias. Às vezes também ganhávamos. Aqui, quem semeava eram mais as pessoas de cor.

Ainda tem hortas lá para baixo. E havia aqui, agora é que se tiraram; aqui ao pé do lar, havia muitas hortas dos vizinhos aqui da frente. Uns vendiam, outros davam. Repartiam e vendiam também. Eu acho que é a melhor prática que a gente pode ter. Dar de coração e receber com a mão! Coração também.

“O respeito é a nossa lei”: a sabedoria do convívio entre culturas na Quinta da Princesa

– Eu acho que para mim é tudo especial, porque a gente entende-se uns aos outros. Eu é assim: eu tenho a minha cultura e os negros têm as deles e os portugueses têm as deles, mas a gente entende-se todos uns aos outros. Eu respeito a cultura dos outros e eles respeitam a minha. Isso sempre aconteceu aqui. Sempre aconteceu assim. Nunca houve nenhum problema, né? Não, sempre aconteceu assim.

– Eles respeitam a nossa tradição, as nossas festas, quando perdemos um ente querido... e nós respeitamos eles também. Sempre tivemos bons vizinhos, sempre com apoio. Às vezes quando é preciso vêm, conversam connosco, dão-nos apoio. É interessante! Somos tão diferentes, culturas tão diferentes, mas, no fundo, sabemos respeitar uns aos outros. Nunca houve confusões, nem com as crianças. (Alice, “Tena”, filha da D. Estrudes)

Eu respeito a cultura dos outros e eles respeitam a minha. Isso sempre aconteceu aqui.

– Aqui ainda vive a minha irmã, o meu irmão aqui no 2.º andar, vive uma rapariga ali no último prédio, uma vive no rés-do-chão e depois no outro vive outra no rés-do-chão, e vive outra no 3.º andar. Há muitos ciganos aí. E são os mesmos que estavam cá, desde aquela época.

A fogueira que era bidão: o calor das festas que aqueciam o coração da Quinta

– Da minha comunidade, a gente festejava muito bem o Natal, o Ano Novo, festa de anos e muitas coisas assim. Casamentos, a gente fazia festas aí na rua. Tínhamos os convidados e servíamos os convidados; quando éramos pouquinho era dentro de casa, quando éramos muitos era na rua. Fazíamos toldos grandes na rua e era assim. Foram muitos casamentos aqui.

– Era muita vida, muita dança, muita música. (Alice, “Tena”, filha de D. Estrudes)

– Era mais ou menos onde está a igreja, aquela parte de trás. Era uma parte atrás da igreja e convivíamos aí muitas vezes, uns com os outros, os ciganos. E tinha um espaço maior.

Aqui ao lado do prédio também fazíamos muitas vezes, mas era quando eram menos pessoas. Sempre fizemos as nossas festas. Muita música cigana e sem ser cigana. A gente gostava muito da música dos africanos. É discos ou cassetes ou coisas assim.

E levamos assim os dias inteiros. Era sempre mais que um dia. Eram dois, três dias. Às vezes, o Natal é três, quatro dias. O Natal a gente sabe que é um dia, né? Mas a gente começa antes e acaba depois. Começa 22 e acaba 26; 27 já não há nada.

Era muitas vezes dentro de casa. E quando era muita gente era na rua. Mas tínhamos aquecimentos. Não era bem fogueira, mas eram bidões. Cortam assim, são altos, mas cortam-se ao meio, deita-se um aqui, outro ali, outro ali, os carvões ficam assim a acender. E fica assim, a acender. É bonito, sim, senhora. (D. Estrudes)

A saudade que fica: a memória dos que partiram

Meus pais já partiram. E viviam aqui. Viviam aqui ao lado. E muitos vizinhos também já partiram, né? Mas, principalmente, meus pais e meus irmãos. Já partiram. Também tinha um tio que morava aí, também já partiu. Já partiram quase todos. Já foram com Deus. A gente tá à espera que Deus venha. É assim a vida.

Foi tudo bom! Agora é que está um bocadinho... mas não é mau! É a convivência do tempo, pronto. Está diferente, mas pronto, está tudo bem na mesma. Eu sempre me senti em casa na Quinta da Princesa.

4. "O tempo mudou as coisas todas": memória, saudade e a transformação do bairro

– O tempo mudou as coisas todas. Quer dizer, mudou muita coisa que a gente às vezes não se dá por conta e, quando estamos a pensar, é que vimos o que falta, né? Convívio de muita gente, já há menos. Já há muito menos.

Quando acontece alguma coisa, a gente vai ter com os vizinhos ou com as vizinhas, agora já não é tanto, mas vamos, na mesma.

Enquanto estamos a conversar, aparece uma vizinha à janela da porta, para pedir uma informação:

- Boa tarde, olá, vizinha, tudo bem?!
- Entra, abre a porta e entra!
- Não preciso, vou-me embora para casa. Vou mudar a cama a esta hora. Vai tudo bem?
- Ainda vai ter tempo!
- Então, se o meu irmão vier logo à noite, dá-me uma sova! [*Risos.*]
- Tá bem, tá bem.

E se despedem, com a alegria e a amizade que o tempo ainda cultiva!

SABERES EM PALAVRAS

PALAVRAS DA NOSSA TERRA | REPERTÓRIO AFETIVO

DE D. MARIA DA CONCEIÇÃO (D. ESTRUDES)

Bidões Latas ou barris metálicos grandes, reutilizados como braseiros ou lareiras improvisadas nas festas de rua. Simbolizam a criatividade e a capacidade de transformar o ordinário em aconchego e celebração.

Dar uma sova No contexto da brincadeira captada no final da entrevista, significa “dar uma reprimenda” ou “chamar a atenção”. Ilustra a familiaridade e o humor no convívio entre vizinhos.

Fazer a vida Expressão comum para designar o trabalho, o ato de prover o sustento. No contexto de D. Estrudes, está intimamente ligado ao trabalho nas feiras.

Pessoas de cor Termo utilizado por D. Estrudes para se referir a pessoas negras ou de ascendência africana. Incluí-lo aqui respeita a sua forma de nomeação e contextualiza o vocabulário da época e da sua vivência.

Tratar dos manos Cuidar dos irmãos mais novos. Uma tarefa frequentemente atribuída às filhas mais velhas nas famílias, como era o caso de D. Estrudes, revelando dinâmicas de género e organização familiar.

Dona Maria Sábado

“A gente era feliz assim.” Memória,
resistência e afeto na trajetória de
Dona Maria Sábado, da roça
cabo-verdiana à Quinta da Princesa



MARIA SÁBADO TAVARES

DATA DE NASCIMENTO: 13 de agosto de 1958

PAÍS DE ORIGEM: Cabo Verde

CHEGADA A PORTUGAL: 12 de março de 1975

MUDANÇA PARA A QUINTA DA PRINCESA: 1980

1. Resumo biográfico-afetivo

D. Maria Sábado nasceu em Cabo Verde em 1958. Cresceu no campo, onde trabalhou desde criança e não pôde estudar. Chegou a Portugal em 1975, após o casamento por procuração. Vive na Quinta da Princesa desde 1980, onde criou cinco filhos sozinha após ficar viúva.

Trabalhou em limpeza, vendeu peixe, geriu um clube e integrou um grupo de batuque. Sua história é marcada pela resistência ao racismo, pela força de trabalho e pela defesa da vida comunitária. Até hoje, mantém uma horta e uma mercearia. Defende que “trabalho não mata ninguém!”.

Sua trajetória ilustra a luta, a ousadia e a cultura africana que moldaram a Quinta da Princesa.

2. Raízes na terra: infância, trabalho e exclusão escolar em Cabo Verde

– Eu vivi em Cabo Verde até aos 18 ou 19 anos. Somos sete irmãos; três raparigas. Eu sou a terceira. A minha mãe não era mulher de conversar muito e a gente, assim, sempre controlava era com o meu pai. Se tem um convite para ali, para a gente dizer “mãe, deixa a gente ir?”, não, vamos eu e a minha irmã dizer ao nosso pai. E ele diz: “Vá, vá!” Era mais maleável. A minha mãe, não.

A minha família vivia no campo. A terra era do meu pai. A gente trabalhava no campo. Eu, por exemplo, levantava seis da manhã ou, não sei, de madrugada, quando passava o primeiro avião. A minha mãe chamava: “Maria, vamos!” A gente ia buscar água; depois de água, tomamos pequeno-almoço, vamos para o campo trabalhar até meio-dia, até treze horas.

O campo era um bocadinho longe. Assim, tipo, daqui para Paivas. A gente ia a pé; não andava de carro. Só para ir para Vila que íamos de carro. Não era nem uma hora. A gente andava rápido. Andávamos uns 40 minutos para ir e, depois, para voltar.

O trabalho era agricultura; plantar milho, feijão, feijão congo, mandioca, batata-doce, essas coisas. A gente junta [com os vizinhos] para plantar, para colher, e faz isso e faz aquilo. Vamos no outro dia na casa de outras pessoas, juntamos, fazemos um; fazer tudo em comum, assim, direitinho. Às vezes o meu pai pagava a pessoa para fazer, porque a gente sozinha não conseguia. Era muito campo.

Os meus pais não me meteram na escola; meteram-me a trabalhar. Isso é uma coisa que eu sei fazer; não tenho medo de fazer. Até ainda faço. Com essa idade que eu tenho, faço a minha rotina na rua, sem estresse nenhum, porque já estou habituada àquilo. Nem sei dizer [a idade em que comecei a trabalhar], mas acho que foi com uns 10 anos. Eu lembro que, com 10 anos, ia lavar roupa na ribeira. Roupa não ficou bem, a minha mãe mandava outra vez; e duas vezes lavar roupa. Ir e voltar.

O meu pai disse que não punha meninas na escola porque era para escrever para o namorado. Aí, eu não fui para a escola. Mas eu gostava [de ter ido]. Tinha escola; era pertinho mesmo. Só que não podia ir. Eu, o que eu sei é da minha cabeça, porque a escola nunca fui. Nunca fui! Os meus irmãos, sim, os rapazes.

Trabalhei para o Estado, em Cabo Verde, se diz assim: “estrada”! Eu ganhava 12 escudos de Cabo Verde. Eu lembro isso. Das oito da manhã até não sei... Eu e o meu pai. Dá tipo, 24 cêntimos.

Carregava pedra na cabeça. Ir, vir, ir, vir. Era carregar pedra para fazer muro. Não era um trabalho pesado. A gente tava no ir e vir... Eu tinha aqui uns 15 anos, por aí.

Eu vivia aquela rotina dia a dia, com os meus pais e a minha família, e não sei quê. Aquilo para mim tava cinco estrelas. Na boa. Quando eu vim para cá, aí que eu começo a sentir falta de família... chorava tanto! Isso, sim.

A casa que tem xis pessoas, meteram dois a trabalhar ou três. Três pessoas a trabalhar, mesmo a pagar pouco, mas trabalhámos. É isso, eu fui com o meu pai para ajudar aí num troquinho para sobreviver. A terra, às vezes, há anos que não dá nada. Nadinha mesmo; nada, nada!

Lá chove pouco.

3. Travessia e resistência: chegada a Portugal, racismo e reconstrução

– Conheci o meu marido lá [Cabo Verde]. A gente morava na mesma aldeia. Ele veio para cá para trabalhar. Eu casei por procuração e vim pra cá para ter com o meu marido. Cheguei no dia 12 de março de 1975, às quatro horas da tarde. Fiz 19 anos cá, em Portugal. Morei sempre na zona do Seixal e Amora; morei nas Paivas, por acaso.

Ficou tudo mais difícil. Eu já estava habituada à rotina da minha família, em Cabo Verde. Aqui, fiquei eu e o meu marido. Eu chorei tanto! Eu em casa, ninguém

trabalhava. Não sabia o que é que ia fazer. Eu chorei tanto. Mas, por acaso, fui-me habituando.

Foi difícil [também] porque eu encontrei pessoas que eu nunca tinha convivido com elas. Elas falavam, eu não percebia nada. Problema é esse. Vamos perceber. Agora não, porque agora as pessoas tão a falar crioulo e português, já se entende melhor. Mas, antigamente, era difícil. Você saía para procurar um trabalho e, se não sabe explicar, esquece. Você não sabe, não sabe explicar alguma coisa, não pode trabalhar. Mas, mesmo assim, as pessoas eram mais humildes do que agora.

Os portugueses lá, os brancos, são bem tratados. São muito, muito bem tratados. E, aqui, eles tratam a gente mal. Eu já cheguei a levar uma colega minha para lá, do trabalho, para passar férias comigo. Foi tratada como uma rainha! Mas aqui, naquela época, Jesus! Tanta porrada que eu, Maria, já dei no autocarro por aí, por causa de me chamarem de preta e não sei quê. “Vai pra tua terra!” Na altura, quando vim para cá, era difícil, porque você é preto ou preta... Mas, agora, já passou, porque o preto e o branco já misturaram, aquilo já passou. Mas era complicado!

Até hoje estou aqui, mas eu, todos os anos, vou pra minha terra.

4. Quinta da Princesa: chegada pioneira, comunidade e criação solo dos filhos

– Vim para a Quinta da Princesa em 1980. Quando habitaram aqui, eu fui uma das primeiras. Primeiro grupo que é de lá de cima. A minha casa era lá em cima, na [rua] Cidade da Praia, no 3.º andar. Dava-me muito bem com a vizinhança. Agora, ninguém dá com ninguém. Tudo mudou.

Hoje vivo lá em baixo, na Praceta Cidade de São Tomé, no mesmo prédio da Vitória. Só que eu moro no 7.º andar. A Vitória fica no 4.º, do mesmo lado.

A gente foi fazer inscrição para a Câmara, deram casa aqui e viemos pr’aqui. Eu vivia no Fogueteiro, numa casinha baixinha. Depois apareceu essa oportunidade de fazer a inscrição e deram casa – acho que aquilo foi abaixo. E vimos para aqui. Só tinha um filho. Agora tenho cinco. Ele veio com um filhinho.

Antigamente era diferente. Quando eu vim para aqui, para a Quinta, já tavam muitos cabo-verdianos, são-tomenses e essas coisas. Mas a gente já encontrou muita gente de Cabo Verde. E já me senti feliz. Sim, sim, porque as pessoas mais velhas, né? Eu sou mais nova, assim no meio delas, a gente se safou. Até hoje!

Acho que agora não tá assim. Era humilde. E, agora, ninguém vai para a casa de ninguém, agora. Antigamente eu ia: “Ei, vou, vou parar um bocadinho.” Vamos conversar, não sei quê, não sei que mais. Vamos para a horta, vamos para ali pisar milho, não sei quê. Eu tou no grupo. As mulheres também não trabalhavam! Olha, agora as mulheres, tudo a trabalhar e já não têm tempo para parar nem para conversar. O tempo mudou, mudou a vida das mulheres.

Só que, pronto, eu não tenho nada pra queixar, porque eu aqui na Quinta me dei mesmo com toda a gente.

Hortas, trabalho e cumplicidades: a cultura como resistência e tecido comunitário

– A horta é muito importante. A gente tira muita coisa na horta. Eu, já lá em baixo, mesmo com aquela água suja que a gente regava, eu já costumava vender 100 quilos de sapatinha; feijão, 100 quilos! Eu juntava as pessoas para me ajudar a apanhar. 100 quilos mesmo, porquê? Cada um, cada calhão que eu apanho, casca, peso e marca, para não esquecer. Tive que apanhar 100 quilos de feijão.

Tudo ajuda; dá muita coisa! Por exemplo, eu tenho a barraca, tinha 40 e tal galinhas. Eu não comprava ovo, não comprava frango, não comprava essas coisas. Tudo ajuda. Não compro hortaliça. Tudo, tudo, tudo ajuda!

Eu, para ser sincera, fiquei viúva com 37 anos. Ia fazer 38. Eu só sei que fiquei com os meus filhos, uma mulher sozinha. Eu só sei que eu trabalhei que nem uma condenada, por isso que eu disse: “Trabalho não mata ninguém!”

Acabei de comprar uma casa. No mesmo ano que eu comprei a casa, o marido morreu. Não tinha aquele seguro, não tinha nada. Eu fiquei com aqueles 8800 escudos¹ para pagar. Mas olha como Deus é pai, eu trabalhei tanto, tanto, nunca tive um mês de renda.

A horta é muito importante. A gente tira muita coisa na horta [...]. Tudo ajuda; dá muita coisa! Por exemplo, eu tenho a barraca, tinha 40 e tal galinhas. Eu não comprava ovo, não comprava frango, não comprava essas coisas. Tudo ajuda. Não compro hortaliça. Tudo, tudo, tudo ajuda!

1 O valor carrega um profundo significado: representa o esforço, a dívida e a resistência de uma mulher negra, migrante e viúva, que adquiriu a casa sozinha, criou cinco filhos e nunca deixou de pagar a prestação.

Eu vendia [peixe], a polícia corria atrás da gente [...]. Desesperei e fui trabalhar na empresa de limpeza. Eu fui procurar trabalho numa sexta-feira e comecei a trabalhar segunda-feira, até me reformar do trabalho. E quando não tou satisfeita, olha, largo, vou embora e arranjo outro.

Trabalhei em limpeza. Saí de um sítio para o outro. Mas eu só sei dizer que nunca devi o mês de renda, até ter a minha casa paga. Graças a Deus, desde há três anos. Nunca devi renda. Isso, eu tenho que dar louvor a Deus.

Os meus filhos ficavam com a minha mãe. A minha filha, Tânia, que tá ali agora, que tem 30 e tal anos, começaram a dizer na creche que ela não via a mãe. Por acaso, era a verdade. Ela não via mesmo. [Eu] Trabalhava das oito da manhã até às duas da tarde. Trabalhei das duas da tarde até à meia-noite.

Eu tava nova e tinha coragem para trabalhar. Os meus filhos não passaram fome, graças a Deus. Trabalhei sempre na limpeza, até estar reformada, sempre na limpeza. Tinha contrato de trabalho, todas as regalias! Trabalhava para uma empresa.

Não sei o que se passa, mas eu, na casa de patroa, não sei, alguma coisa comigo não dá! Não sei, não sei porquê... Eu já tentei, trabalhei na casa da patroa, dormi lá dentro, quando eu fiquei viúva. Esquece! Trabalhei 15 dias e tive de vir embora. Porque a maneira de se tratar as pessoas, aquilo é difícil para mim. Difícil mesmo. Aí, eu tive que largar.

Fui vender peixe, para a praça da Cruz de Pau. Não só eu; eu, a Maria Segunda, a Beta [D. Albertina] e a Carminha [D. Maria Coelho] fomos vender peixe juntas.

Eu vendia, a polícia corria atrás da gente; a polícia para cima e para baixo. Desesperei e fui trabalhar na empresa de limpeza. Eu fui procurar trabalho numa sexta-feira e comecei a trabalhar segunda-feira, até me reformar do trabalho. E quando não tou satisfeita, olha, largo, vou embora e arranjo outro.

A venda do peixe foi no intervalo de trabalho interno... Eu tava a trabalhar interno, vi que não dava certo, deixei e fui vender peixe. Vender peixe polícia corria atrás da gente porque não tinha licença... não podíamos vender assim!

Olha, deixei e fui trabalhar para a empresa, até me reformar. Trabalhei 38 anos; não na mesma empresa. A empresa tava sempre a mudar. Eu é que não mudo!

Eu trabalhava de manhã, em Lisboa. Tinha um apartamento que ia fazer limpeza, assim, e um escritório. Eu, primeiro, às seis horas da manhã entrava naquele escritório. Saía às onze horas e vinha abrir o clube [na Quinta da Princesa], até tarde. E ainda saía, ia fazer compras de cerveja, essas coisas. Sozinha! O meu marido trabalhava e ele, pronto, ele não se metia nessas coisas. Ia fazer compra, entrava no táxi e punha [as compras]. Eu [também] arranjei um fornecedor que me entregava aí no clube. Pronto, isso foi a minha vida. Eu só sei que eu já trabalhei muito!

Agora, era para estar aí sentada, assim, com o pé no colo. Mas não, eu tou aí na loja. Eu não consigo ficar parada, sabe? Se eu ficar parada, acho que eu fico doente. Não consigo mesmo. Eu não durmo de dia também. Não durmo mesmo. Se eu estou lá em casa, sento no sofá assim, até tá me dando sono... Levanto, agarro, vou para a horta. Sabe, porque se dormir fico tão mole, parece que eu tou com febre, fico mole. Não dá para dormir e aí sou assim.

Agora, era para estar aí sentada, assim, com o pé no colo. Mas não, eu tou aí na loja. Eu não consigo ficar parada, sabe? Se eu ficar parada, acho que eu fico doente.

“Eram tipo as minhas irmãs”: a força invisível das redes de vizinhas

– Quer dizer, quando eu vim morar na Quinta, tem vizinha que foi muito importante na minha vida, mas ela já morreu. Pronto, era tipo a minha irmã mais nova, a gente conversava muito, não sei quê, mas já morreu.

Que eu sei dizer, mulheres de antigamente, de agora não sei, fica em casa a fazer comida, quando chega o marido não sei quê, não sei o que mais... A gente fazia o grupo aí, conversava, cantava, a gente era feliz assim! Mas as coisas mudam; as pessoas mudam também. Agora, ninguém vai para a casa de ninguém. Esquece! Antigamente, eu ia conversar e convivia mesmo. Agora, é difícil.

Mas falo por mim também, eu também não vou para casa de ninguém!

A gente fazia o grupo aí, conversava, cantava, a gente era feliz assim! Mas as coisas mudam; as pessoas mudam também. Agora, ninguém vai para a casa de ninguém. Esquece! Antigamente, eu ia conversar e convivia mesmo.

“A gente era feliz assim”: batuque, festas e a alegria como património comunitário

– Antigamente, não tinha. Depois, de uns anos para cá, que começa a fazer uma *Festa de Povo*, não sei quê. Mas isso também foi e é importante. Aí junta toda a gente.

Natal, ninguém vai para casa de ninguém, só família. Os aniversários dos miúdos fazíamos, mas pronto, só familiares.

– As mulheres se divertiam de maneiras diferentes dos homens? (Carolina)

Antigamente tinha um clube e a gente era um grupo de mulheres que fazia um batuque, assim na batucada. Tinha tipo um concurso; a gente ia dançar até não sei lá o quê.

Fazia muitas festas mesmo! Fazia todo o tipo de comida: salgados, cachupa, pastel de atum, pipis e salada de orelha de porco; cozinha bem temperada. Muito bom; chama cliente! Música ao vivo punha uma vez por mês ou duas. Tem que pagar as pessoas que cantam, dançam, traziam bailarina... O clube tava cheio.

– Ah, diferente sim, porque antigamente tinha um clube e a gente era um grupo de mulheres que fazia um batuque, assim na batucada. Tinha tipo um concurso; a gente ia dançar até não sei lá o quê. Mas isso tudo acabou. A gente [se] divertia muito! Para ensaiar, à tarde, muita gente, assim, na boa! Mas depois isso acabou.

Formaram [o grupo de batuque] eu não lembro... Era um senhor, mas acho que ele já foi para Cabo Verde ou então ele já morreu. Em Cabo Verde tem muitos grupos de batuque. Aqui também tinha! Demorou muitos anos ainda, demorou uns três ou quatro anos. Fomos para o Seixal, fomos não sei para onde, quando era a festa aqui da Quinta...

Eu não lembro mais [quem fazia parte do grupo de batuque]... não estão cá. Uma já viajou, outra já morreu... quem eu lembro que ainda tá aqui: a Guida, a Rosa, eu, mais a Augusta. Já emigraram para longe, uma foi para França, outra não sei quê. Olha, acabou com isso.

Acho que aqui em Portugal tem um grupo de Vialonga, tem o de Quinta da Princesa, tem mais não sei da onde, acho que tem uns três ou quatro grupos de batuque. Mas, agora, o nosso da Quinta acabou. Não sei porquê.

Os homens iam no café, ao bar, não sei o quê, as mulheres não iam lá. A D. Laura, são-tomense, eu lembro que ela teve aquele café, lá em cima. A gente ia tomar café.

Eu também já tive a explorar um café, no clube, dois anos, no clube ali em baixo. Eu metia música ao vivo, fazia almoço, fazia não sei o quê, tive lá dois anos e pouco. Ganhei dinheiro e experiência também.

Eu, agora, se eu apanhar tipo um café, para fazer comida e essas coisas, eu sei. Eu faço comida mais saborosa, bem boa. [Mas] o contrato acabou; era de dois em dois anos. As mulheres, quando era festa, era dança, põe música ao vivo, faz convite: tal dia tem música ao vivo, tem não sei quê. E eu sei mexer com essas coisas! O problema é só que não sei ler nem escrever, mas, se eu soubesse, era outra coisa. E mesmo assim, faço as minhas coisas assim da cabeça.

Fazia muitas festas mesmo! Fazia todo o tipo de comida: salgados, cachupa, pastel de atum, pipis e salada de orelha de porco; cozinha bem temperada. Muito bom; chama cliente! Música ao vivo punha uma vez por mês ou duas. Tem que

pagar as pessoas que cantam, dançam, traziam bailarina... O clube tava cheio. Só que o homem que era diretor já morreu, só deixava eu ficar até meia-noite. Se deixasse, como lá em baixo que deixava eu ficar um bocadinho mais... mas só deixava até meia-noite. Mas, por acaso, foi bem. Não tenho nada de queixar.

5. O que falta? Retomar o batuque, melhorar os prédios e recompor o afeto

– Mudança, olha, mudou para melhor, mas também não é grande a coisa. Porque na Quinta ainda falta muita coisa. As pessoas, pronto, parece que estamos aí no fim do mundo.

Acho que mudou para melhor o autocarro, porque não tinha autocarro também. A gente ia apanhar lá em cima, na Cruz de Pau. Apareceu autocarro, há muitos anos.

Eu não convivo assim na rua com muita gente. Eu, de manhã, venho para aqui. Quando eu tava no trabalho, ninguém me via na Quinta mesmo. Saía cedo e chegava tarde.

Olha, na Quinta da Princesa, se é para falar de mudança, eu vou falar mesmo do nosso prédio, que qualquer dia a gente vai sofrer lá alguma coisa, que não sei o quê. Eu gostaria que alguma coisa mudasse naquele prédio. Aquilo tá um horror! Mas olha, a casa é de IHRU. O que é que a gente faz? Eu sou arrendatária.

A casa própria [na praceta Cidade do Lobito] é da minha filha, da Tânia. Essa casa [na praceta Cidade de São Tomé] é do IHRU, que já tenho, o quê, 37 anos, já vai fazer 38.

A outra casa, eu não vivi lá. Eu sempre vivi lá em baixo. O pai da Tânia comprou, comprámos. Ele morreu e eu fiquei com a carga sozinha. Por isso, olha, não havia seguro, não havia nada. Comprei em 96 e ele morreu em 96. Então, olha. Por isso, eu sou uma mulher batalhadora, pronto. E livre!

[Se voltasse o batuque,] agora eu não participaria; não tenho tempo. Agora é para essas novinhas, essas chavalinhas que estão a levantar, porque pronto, essas moças novas têm de formar um grupo de batuque. É bonito. Alguém vai-se interessar! Encontrar uma pessoa e se incentivar; formar um grupo de batuque, elas são capazes [de se interessar]!

O pai da Tânia comprou [a casa], comprámos. Ele morreu e eu fiquei com a carga sozinha. Por isso, olha, não havia seguro, não havia nada. Comprei em 96 e ele morreu em 96. [...] Por isso, eu sou uma mulher batalhadora, pronto. E livre!

SABERES EM PALAVRAS

PALAVRAS DA NOSSA TERRA | REPERTÓRIO AFETIVO DE D. MARIA SÁBADO

Batuque Dança e música coletiva cabo-verdiana; prática cultural de resistência e alegria.

Calhão No português popular, designa um montão, uma porção ou quantidade avultada de algo, especialmente de produtos agrícolas colhidos. A fala de D. Maria revela um meticuloso sistema de contabilidade popular, baseado no esforço e na memória do próprio corpo.

Casa de IHRU Habitação social; contexto de luta por melhores condições.

Festa de povo Festa comunitária, de celebração da identidade coletiva.

Horta Espaço de cultivo coletivo; fonte de alimento e convívio.

Dona Maria Segunda

Quem ensina à comunidade?
A sabedoria que veio da terra seca
na voz de Maria Segunda



MARIA SEGUNDA DA VEIGA

DATA DE NASCIMENTO: 4 de janeiro de 1954

PAÍS DE ORIGEM: Cabo Verde

CHEGADA A PORTUGAL: 25 de abril de 1980

MUDANÇA PARA A QUINTA DA PRINCESA: junho de 1980

1. Resumo biográfico-afetivo

D. Maria Segunda chegou a Portugal no dia 25 de abril de 1980 – dia este que não foi coincidência, mas símbolo. Assim como o país renascia para a democracia, ela, vinda da terra seca de Cabo Verde, iniciava no chão de lutas da Quinta da Princesa a sua própria revolução silenciosa.

Esta é a história de uma mulher que transformou ausências em raízes profundas. Criada pela tia, foi menina-operária nas estradas coloniais, mãe e esposa à distância, vendedora de peixe astuta que driblava a fiscalização, agricultora urbana que fez da horta seu banco, sua farmácia e seu parlamento.

Tecedora de redes a partir de batizados e panelas comunitárias, é guardiã de saberes que agora, já avó, coroa com a conquista de juntar as letras na escola das mulheres.

Sua biografia não é um relato do passado, mas um manual vivo de resistência, cuidado e construção do comum, em que mulheres como ela – alfabetizadas na dura gramática da vida – ensinam que o futuro se constrói com “mãos juntas”.

2. Criada pela tia: a família que a vida me deu

– Eu não cresci com meus pais. Cresci com a minha tia. Ela tinha um filho que morreu com 13 anos. Como não tinha assim muita chuva com abundância, o filho já estava a trabalhar para ela. Mas ela tinha problema numa perna. Então, o meu pai me deixou com ela para ajudar. Então, por fim, tiraram aquela perna, porque não tinha solução.

Então, eu fui criada com ela desde pequenininha. Ela disse que eu tinha 3 anos quando o meu pai me deu pra ela. Os meus pais e os outros irmãos que eu conheço moravam um bocado longe. Nós éramos seis. Tinha só o marido da D. Rosa [que mora na Quinta da Princesa], que não era filho da nossa mãe. Criou na casa.

Não troco por nada. Até agora, nem gosto de falar no nome dele, [porque] eu perdi ele assim, brutalmente. Ele jantou e foi para casa. A neta foi lá e encontrou ele sentado na cama. Ele já estava a começar a dormir, se sentiu mal, levantou e sentou na cama. A neta diz: “Tás a sentir mal?” Ele diz: “Sim!” Fica nisso; não diz mais nada.

D. Maria Segunda lembra que o pai faleceu em 1997. O irmão e D. Rosa, sua cunhada, devem ter chegado à Quinta da Princesa a partir do ano 2000. Ambos são considerados membros muito importantes e presentes na sua vida familiar.

Trabalhar e viver: a economia da “barriga partida”

A família de D. Maria Segunda tinha casa e terreno na Cidade da Praia, onde viviam e trabalhavam, principalmente na agricultura e na criação de animais. A dinâmica de trabalho é narrada por ela desta forma:

– Trabalhava no campo para sobreviver. [...] Quando chove, temos terreno que trabalhamos; tem comida que dá para sustentar um ano até outro ano. Mas, se não chove muito, não tem muitas coisas. Quando chove, só compramos petróleo, açúcar, café e essas coisas aí.

Eu tenho um bocado de terreno e outra tem um bocado. Hoje, eu trabalho com ela, amanhã ela trabalha comigo. Era de cooperação. No nosso campo, trabalhamos um com outro, dizemos assim: “Juntamos mão.”

A entreaajuda dos vizinhos era uma prática de proximidade:

– Eu tenho um bocado de terreno e outra tem um bocado. Hoje, eu trabalho com ela, amanhã ela trabalha comigo. É assim que a gente trabalhava, em Cabo Verde. Era de cooperação. No nosso campo, trabalhamos um com outro, dizemos assim: “Juntamos mão.” A terra onde se trabalha nós dizemos [chamamos] “lugar”.

Mesmo no período das chuvas, em que não precisavam de dinheiro para comprar os alimentos, era preciso dinheiro para o pagamento de algumas despesas. Neste caso, era assim que funcionava:

– Tiramos um bocadinho do que temos e as pessoas mais velhas dizem assim: “Parte com a barriga.” Porque, em vez de comer, tira um bocadinho para ir vender, para encontrar um dinheirinho e comprar as coisas que não tem. Aí, era a criação de animais. Tinha porco, tinha galinha, tinha vaca, tinha cabra. Essas coisas todas. O que não tinha muito é a vaca, mas, mesmo assim, quase todas as pessoas tinham uma, duas ou três. Tiramos, às vezes, um de cada, e vendemos. Era assim que a gente vivia.

Tinha um mercado só para venda. Até ainda existe esse mercado. Vende se quiser! Nós, quando temos muito, todas as pessoas têm um sítio que é só *bidão*. Quando já está seco, tiramos de ladeira, juntamos e pisamos, tiramos aquelas cascas, metemos no bidão e tampamos. Aí, guarda pra o outro ano. Até, às vezes, dá para mais de um ano, até estragar no bidão, porque fica muito velho e não dá para fazer. É assim!

Quem vai comprar no mercado são as pessoas que não têm e que vão procurar nesse sítio. E há pessoas que procuram para abater e vender carne.

Dinheiro era só quando não tinha muita comida. Aí abre o trabalho. Então, eu vou trabalhar é nesse período, mas não é sempre. De 15 em 15 dias, recebia aquele dinheirinho para fazer outras compras que precisava.

A menina de 9 anos e a “esmola” no tempo dos colonos

Ao perguntar se algum tipo de opressão ocorreu durante o período da colonização portuguesa, em Cabo Verde, D. Maria Segunda relatou:

– Eu não dei conta de nada disso, porque eu não senti. Ao menos se eu senti, já nem tou a lembrar. Eu sei que, nessa altura da colonização portuguesa, todas as pessoas tinham documentos. Quem queria trabalhava, porque havia sempre trabalho.

Quando tinha pouca comida, havia sempre trabalho. Eu trabalhava. Eu comecei a trabalhar tinha 9 anos. Muito pequenina, mas a minha tia tinha aquela dificuldade; ela não podia ir trabalhar. Então ela foi lá dizer para tirar nome dela de frente, para meter o meu. Quando tinha esse trabalho, eu é que tinha de ser chamada para ir trabalhar, mesmo que eu não pudesse.

E ela dava qualquer coisa; uma coisinha de comer ou uma coisa assim, algum dinheirinho, mas pouco, que dizemos “esmola”. Dá para ela. Eu ia trabalhar. Mesmo que a ganhar pouco, ou não pudesse trabalhar mesmo, eu é que ia porque eu que tava na frente dela.

A mulher que podia trabalhar ganhava 12 escudos. Eu ganhava 9 escudos. Eu andava para cima e para baixo com a folha na mão.

Ia para a estrada. Eu não fazia muro, porque eu não podia fazer o que as mulheres estavam a fazer. Uma mulher [adulta] carregava a pedra, fazia a muralha, carregava saco de cimento e eu não podia; não tinha força. A mulher que podia trabalhar ganhava 12 escudos. Eu ganhava 9 escudos. Eu andava para cima e para baixo com a folha na mão. [...] O capataz fazia a folha, ele me dava e eu levava para outra pessoa.

“A escola existia e não podia entrar”

– A escola existia e não podia entrar. Nunca, nunca na minha vida [fui à escola], porque não era obrigatória. Se quiser, tem os seus filhos. Se não quiser, ninguém diz: porque não põe os filhos na escola? É assim que andamos.

Eu sentia falta, mas não podia. A minha tia até que tinha vontade, mas o meu tio, que morava ao lado dela, não deixava. Mulher não podia estudar. É a ignorância. Quando vem o [ensino] obrigatório, eu já passava da idade de ir à escola.

Eu sentia falta [de ir à escola], mas não podia. [O meu tio] não deixava. Mulher não podia estudar. É a ignorância.

3. 25 de Abril: a nossa liberdade também tinha data de chegada

– Eu casei com 21 anos, em 1975. Então, em 76, o meu marido veio para Portugal, sozinho, porque deixou de ter trabalho. Ele fez a tropa em Angola. Deram-lhe lá um trabalhinho... não era casado, mas casou. Teve mulher, filho, os pais dele estavam velhos. Então, ele veio procurar trabalho [em Portugal] para ver se ganhava uma vida melhor.

Eu já tinha a minha filha com seis meses, quando ele veio para cá.

D. Maria Segunda ficou quatro anos separada do marido, juntamente com a filha e os sogros. Moravam todos juntos.

– Houve uma altura, em que [o marido] mandava dinheiro daqui e, quando chegava em Cabo Verde, partiam quase ao meio, para dar o resto para pessoa. Mandava para lá o dinheiro, mas, quando chegava lá, partiam pela metade. Não sei se era para o Estado ou para o que é que ficava.

Quando começou com esse problema do dinheiro, então, ele me disse: “O que eu vou fazer é que você que vem.”

Eu cheguei em Portugal no dia 25 de abril de 1980. A vida aqui era um bocadinho melhor, porque nessa altura que eu cheguei, as pessoas que trabalhavam nas obras ganhavam 5000 escudos. Se tinha trabalho, tinha a casa, tinha mais facilidade nas coisas, que lá na nossa terra. Porque a nossa terra, para nós, é muito boa de viver lá, mas com a chuva. Se não chove...

Se os miúdos fizessem alguma coisa de que não gostámos, se era ele que estava a dar criação, ele é que dava a criação. Se era ela que estava a dar a criação, era ela que estava a dar a criação. Se fosse eu, o meu marido ou o marido dela, era tudo junto.

Eu vim para casa da minha cunhada [D. Albertina]. Ela morava no Fogueteiro, onde fizeram o banco Milénio. Ela morava aí nessa beira; tinha umas casinhas lá. Então, eu vim para a casa dela e, três meses depois, [...] em junho, deram a chave a ela. Ela já tinha feito inscrição para a casa.

Morei com ela cinco anos. Ela tinha três filhos, eu tinha uma, vem o outro rapaz [dois], são cinco; e eu, o meu marido, ela e o marido dela. Nove pessoas.

Se os miúdos fizessem alguma coisa de que não gostámos, se era ele que estava a dar criação, ele é que dava a criação. Se era ela que estava a dar a criação, era ela que estava a dar a criação. Se fosse eu, o meu marido ou o marido dela, era tudo junto.

4. A chave da nossa casa: uma porta que custou abrir!

– E olha, eu procurei muito, batalhei muito, fiz muita inscrição para casa na Câmara, e o meu marido já tinha feito. Não lhe deram a casa porque ele era sozinho, não tinha mulher e filho. E batalhámos muito. E houve uma altura que havia muitas pessoas que tinham casa, mas trabalho não tinha muito. Mesmo que tivesse, a renda já era muito cara para muitas pessoas, porque o dinheirinho era pouco para pagar renda.

Algumas que já tinham a casa, resolveram vender a chave para outra pessoa que não tinha. Então eu cheguei, agora onde eu estou, e comprei a chave. [...] Se a Câmara soubesse, não deixava¹. Então, comprei a chave à pessoa que já tinha [casa na Quinta da Princesa]. Ela tinha dois filhos e o marido deixou ela. Então, ela resolveu vender a chave para sair daqui, porque a renda, já naquela altura, era 2000 [escudos]. Já era muito dinheiro para ela, com dois filhos e sem marido. Foi à D. Elvira que ela foi queixar. A D. Elvira já sabia que eu tava procurando e ela me disse. Foi, mais ou menos, em 1985.

– Nos sentimos livres, alegres, nos demos com todos. De cima, nosso lote agora é o 2; antes era o 10. O da D. Albertina era o 20. Demos todos uns com os

¹ A negociação para “compra da chave” era uma transação informal que contornava a legislação de habitação social da época. Os contratos de arrendamento com as Câmaras Municipais expressamente proibiam a sublocação ou cessão do direito de habitação sem autorização. Esta prática, embora ilegal perante o poder público, foi uma estratégia vital de sobrevivência e auto-organização comunitária para populações excluídas do acesso formal a casa.

outros e começámos a fazer horta; ganhar confiança um com o outro, e é assim, até agora.

Aniversários, batizados, convidamos todos. As pessoas todas daqui. Fazemos a festa dentro de casa. Do lado de dentro da casa, eu ponho uma panela na minha casa, você uma panela na sua casa, o outro põe na casa dele e juntamos; quando tava pronto, juntamos e comemos.

No meu prédio eu só fiz uma vez, quando o meu filho mais pequenino nasceu aqui, já no lote 2. Mas o mais velho nasceu no lote dela, da minha cunhada. E foi batizado lá. O mais pequenino foi batizado aqui.

Ano Novo, Natal, também era isso, passámos nas casas de todas. Era já de tarde, até a manhã do outro dia. Andámos nas casas todas, para cima e para baixo, aqui pelo bairro. Na praceta Cidade do Lobito, lá mesmo eu tinha o meu primo-irmão, mas ele já morreu.

Uma das mulheres lembradas com imenso carinho é D. Maria Coelho [D. Carminha]:

– Eu me lembro de D. Maria Coelho, porque quando vim para aqui, para Portugal, ela já morava na Quinta da Princesa. E ela me lembra de D. Engracia, porque a Maria Coelho é comadre da minha cunhada, Albertina, e D. Engracia é comadre de Albertina.

Então, primeira vez que eu vim à Quinta da Princesa, vim à casa de Maria Coelho e de D. Engracia. Fizemos essa amizade já logo. E a D. Engracia eu já conhecia de Cabo Verde, porque ela foi de férias, uma vez, e o meu marido mandou-me encomenda por ela. Então, fui buscar lá na família dela. E há outra, em baixo, que se chama Margarida, que eu já conhecia de Cabo Verde, porque é comadre da Albertina. Então, a minha cunhada foi de férias e ela foi de férias também; fomos à casa dela e ela veio à nossa casa. É assim, avisar um ao outro. Até hoje, vamos ficar até o fim, se Deus quiser.

O peixe que a polícia não pegou: estratégia de sobrevivência nas ruas

– Antigamente, as mulheres não trabalhavam. Se ocupavam da casa e das crianças. Tinha a nossa hortinha pequenina. De manhã, ia para a horta, só vinha na parte de tarde, já com o jantar feito, e levámos almoço já feito de casa. Na horta cozinhámos [...].

Algumas que já tinham a casa, resolveram vender a chave para outra pessoa que não tinha. Então eu cheguei, agora onde eu estou, e comprei a chave [...]. Se a Câmara soubesse, não deixava.

Durante alguns anos, a família de D. Maria Segunda viveu e trabalhou na Suíça. Entretanto, ela valoriza a sua experiência de trabalho em Portugal, ao narrar a história da venda do peixe:

– Aqui, também trabalhei, mas vendia peixe. Ia comprar em Lisboa e vendia na praça do Chile. Mais tarde, vinha vender para a Cruz de Pau. Mas não vendia porta a porta. Vendia o peixe ao pé da praça. Quando saía porta a porta, era porque não tinha acabado de vender na praça, principalmente quando chovia e não dava para vender tudo. Porque as pessoas de praça pagam a banca. Quando eles não vão a vender, que não têm muito movimento, sabem que nós estamos na rua a vender mais barato. Aí, eles chamam a polícia. E vêm e correm connosco; aquele que dá para agarrar, tomam e levam [a mercadoria] para não sei onde... É que é assim, mas a mim nunca tiraram o meu peixe. Nunca chegaram no seu peixe. Andava sempre a procurar [vigiar]. Quando via já de longe, preparava e saía do sítio. Não ficava à espera.

A sabedoria da horta: o nosso banco, a nossa escola, a nossa rede

Sobre outros tipos de convívio e festas organizadas pela comunidade na Quinta da Princesa, para além das já referidas, D. Maria Segunda refere que não existiam, justificando a dificuldade de não haver um local próprio:

– Quando eu saí, em 1994, não tinha esse clube. Tinha uma escola pequenina, de 1.ª classe, onde a minha filha e muitas crianças andaram a estudar. Era ao pé dos caixotes, na beira da estrada. Nem essa escola de lá de baixo. No início, as crianças de 1.º Ciclo, como se diz, andavam onde estão esses caixotes de lixo. Havia lá uma casinha. É aí que começa, e depois vai para baixo². Mesmo a minha filha andou aí e as primas dela, também.

Nessa altura, a horta era o ponto principal de convívio das mulheres.

– Eu trabalho na minha, a minha cunhada trabalha na dela, uma de um lado, a outra do outro, e as outras... sempre assim. Daqui, do nosso bairro, eu acho que eram todas [a trabalhar nas hortas], porque eu só me lembro de três senhoras que

² Refere-se à atual Escola Básica do 1.º Ciclo com Jardim de Infância da Quinta da Princesa, que entretanto foi construída e onde as crianças passaram a ter aulas

trabalhavam na casa de patroa: a mãe da Alice, uma senhora do prédio da D. Paulina, e a D. Joana, que começou a escola, mas deixou porque tem problema de vista.

Eu que fazia e tinha alguma coisa para comer, eu dava a outra senhora um bocadinho; a senhora tirava do seu e dá-me um bocadinho, dá-me o outro um bocadinho, assim. Nós tínhamos uma barraca – meu marido, o marido de Albertina e o marido de D. Coelhinha [D. Maria Coelho]. Eles juntaram, fizeram uma barraca grande. Tinha lá uma parte minha, uma da D. Albertina, uma parte da D. Coelhinha. Nós tínhamos porco, galinha, coelho. Cada qual tinha a sua chave, mas a barraca era dividida pelas três. Os outros, quase todo o mundo tinha uma barraquinha. Eu, a Albertina e a Coelhinha almoçávamos juntas, na horta. Não sei se a Carol já tinha reparado, eu e a Coelhinha, cada coisa onde vamos, estamos sempre juntas. Começámos assim desde 1980.

Mudou muita coisa. Havia uma padaria. Acho que o pão vinha para vender. Eu não ia comprar pão; eu só mandava os meus. Agora está muito melhor. Se eu precisava de uma senhora, eu tinha de ir à casa dela. Não havia telefone, não havia assim muita coisa. Nem havia televisão. As pessoas estavam mais juntas, para ir à casa umas das outras, mas, agora, estão mais juntas através do telemóvel.

Acho que agora tem muito mais pessoas [novas] que não eram da Quinta. E quase todos têm um bocadinho de horta. Nós nos divertimos na horta.

Estão a fazer um grande campo [de futebol]. Tem esse lugar, que dá apoio às pessoas [CAPA] e tem o clube, também.

O que está a fazer muita falta é supermercado; temos de ir à Cruz de Pau. Tem a mercearia da D. Maria Sábado, que é minha cunhada, mas não tem tudo. Café está sempre fechado.

D. Maria Segunda diz que é importante o trabalho do MDM no bairro, principalmente por causa do apoio na reabilitação dos prédios e da escola das mulheres.

– Estamos a lutar para arranjar os prédios.
A escola faz todo o sentido. Mesmo que não dê para eu ir todos os dias, porque eu tenho o meu marido doente, eu gosto muito, porque eu conhecia as letras, mas não sabia colocar juntas.

D. Maria Segunda aprendeu a ler palavras e frases. Uma conquista que faz parte da sua história!

Eu trabalho na minha [horta], a minha cunhada trabalha na dela, uma de um lado, a outra do outro e as outras... sempre assim. Daqui, do nosso bairro, eu acho que eram todas [a trabalhar nas hortas].

A escola faz todo o sentido. Mesmo que não dê para eu ir todos os dias [...], eu gosto muito, porque eu conhecia as letras, mas não sabia colocar juntas.

5. Grupo Colaborativo de Mulheres da Quinta da Princesa – D. Maria Segunda e a arte de resistir pela terra e pela comunidade

D. Maria Segunda faz parte do *Grupo Colaborativo de Mulheres da Quinta da Princesa* desde 2022. Tem sido uma das mulheres fundamentais na articulação com outras senhoras da comunidade, para a participação na *Escola de Saberes das Mulheres da Quinta da Princesa* e na preparação das comidas tradicionais quando há iniciativas na comunidade (Festa do Povo ou Festa da Tabanka). É presença assídua nas reuniões com a Câmara Municipal do Seixal para o reforço do trabalho na Quinta da Princesa, além de ser uma das fundadoras da comunidade.

SABERES EM PALAVRAS

PALAVRAS DA NOSSA TERRA | REPERTÓRIO AFETIVO DA D. MARIA SEGUNDA

Esmola Remuneração ínfima e simbólica pelo trabalho infantil, carregada da relação de poder e subordinação da época colonial. Não era um salário, era uma “esmola”.

Comadre Madrinha dos filhos ou relação de parentesco espiritual. Entretanto, pode ser um laço de parentesco escolhido, de extrema importância na formação das redes de apoio e solidariedade entre mulheres. É uma irmandade.

Junta mão Sistema de cooperação e mutirão entre vizinhos. Trabalho coletivo que dava suporte à alimentação da família e da comunidade.

Lugar Terra coletiva de cultivo. Espaço de trabalho e sustento da comunidade, diferente de um campo anónimo.

Parte com a barriga Estratégia que implica privação no presente para garantir o futuro; ou seja, retira-se uma parte do pouco alimento que se tem para vender e obter outros bens essenciais, por forma a fazer face às necessidades.

Dona Paulina

Das lavras de café às ruas da Quinta:
memórias de uma vida tecida
em resistência



PAULINA TAVARES DE ALMEIDA FERNANDES

DATA DE NASCIMENTO: 25 de agosto de 1953

PAÍS DE ORIGEM: Cabo Verde

CHEGADA A PORTUGAL: 29 de junho de 1976

MUDANÇA PARA A QUINTA DA PRINCESA: 1980

1. Resumo biográfico-afetivo

D. Paulina Tavares de Almeida Fernandes, nascida em Cabo Verde, é muito mais que uma residente da Quinta da Princesa – é um arquivo vivo de memórias, lutas e afetos.

Migrou em 1976, trazendo consigo tradições agrícolas e valores de cooperação que transformaram a Quinta desde 1980. Destacou-se como guardiã das hortas urbanas, costureira, trabalhadora de supermercado, mãe de cinco filhas/os e figura central nas festas comunitárias. É uma das fundadoras da Festa da Tabanka, cozinheira de tradição e figura central na Capela de São José.

Sua narrativa, marcada por desafios como o trabalho infantil, a migração pós-colonial e a solidão contemporânea, é um testemunho vivo da diáspora africana e da força das mulheres na reivindicação de espaço e memória. A sua história é sobre tecer comunidade num mundo que, hoje, ela vê mais silencioso.

D. Paulina é raiz e semente: lembra um tempo de “junta mão” e conversas de rua, e semeia, ainda hoje, o alimento que une e a fé que acolhe.

2. Da roça à estrada: trabalho e vida em Cabo Verde

– Os meus pais casaram duas vezes. O meu pai, quando casou pela segunda vez [com a mãe de D. Paulina], teve só dois filhos. Eu e a minha irmã somos gémeas. Quando eu tinha por volta dos 8 anos, os filhos do meu pai já estavam cada um na casa deles, com mulher e filhos para tratar.

O terreno onde morávamos era do meu pai. Meu pai trabalhava no campo. Fazia a sementeira. Quando era época de cortar a cana-de-açúcar, a gente tinha de ir à procura dos amigos, para ajudar a carregar para levar para o trapiche; para fazer o grogue ou mel. Tinha que mandar fazer [o grogue]. Ia para o trapiche, cangava dois bois para dar a volta no trapiche, para pisar a cana, para tirar a calda. Eram mais ou menos oito dias para curtir a calda da cana e fazer grogue.

Os pais plantavam e colhiam a cana-de-açúcar. Os filhos ajudavam a trabalhar. O pai arranjava outras pessoas para ajudar:

– Apanhava lenha para acender, para depois fazer a aguardente. [...] Eu semeava milho, feijão, sapatinha, bonge; pôr a mandioca, batata-doce e plantar a banana, café, tudo a gente fazia. Quando o pai tinha trabalho, marcámos um dia e eles

[os irmãos] vinham e ajudavam. Também juntámos com outras famílias, colegas, ter mais vizinhos. Um dia eu ia no campo dela, no outro ela vinha no meu. [...] A gente juntava e trabalhava.

A gente começava às oito da manhã; às quatro ou cinco [da tarde], a gente descansava e ia para casa para fazer o jantar.

Um dia eu ia no campo dela, no outro ela vinha no meu.

[...] A gente juntava e trabalhava.

Para além dos cultivos e colheitas destinados à alimentação da família, a comercialização também existia. Era o que contribuía para adquirir, no mercado, o que não possuíam:

– A gente vendia milho e mandioca. O meu pai tinha tanta mandioca! Juntava as pessoas para arrancar a mandioca, descascar e pôr ao sol. Quando estava seca, pisava e depois fazia como se fosse um tambor [bidão] e vendia às pessoas que iam para São Vicente. Eles iam comprar, para depois vender. [...] A gente vendia galinha, os ovos e cebola se a gente tinha. Depois, comprava açúcar e café. De oito em oito dias a gente ia ao mercado. [...] Vendia um quilo, ou dois ou três, e comprava o que não tinha. A gente usava muita gordura de porco. Matava o porco, depois fritava o toucinho.

Sobre os convívios, entre os vizinhos, D. Paulina refere:

– Quando era casamento ou um batizado. Era assim que a gente fazia convívio. Também na época de Natal.

Em fevereiro, noutras freguesias, quando eram as festas de São Domingos, São Lourenço, São Jorge, São Santiago, sempre a gente ia nas festas. E era um grande convívio dos vizinhos.

Fazia procissão com imagem de santo. Andava com os santos. E sempre fazia comida para toda a gente.

A escola que ameaçava – a menina que adorava ler

– Eu demorei a ir para a escola. Tinha 9 anos. [...] Antigamente, os pais não queriam colocar as meninas na escola, porque diziam que iam casar cedo, iam arranjar namorado. Era a tradição que eles tinham. O meu pai gostava! Quando estávamos atrasadas, levava a gente.

D. Paulina refere que eram três meninas: ela, a irmã e outra que morava perto delas. A irmã e a amiga, ao invés de entrarem na escola, ficavam atrás da porta. Tinham medo de apanhar com a palmatória.

– Os professores, quando a gente errava a escrever, se tinha cinco erros no ditado, tinha de levar cinco vezes com a palmatória. Tinha de dar para “matar”. A minha irmã não tinha cabeça para a escola. Só aprendeu a escrever o nome. Tinha medo; ficou traumatizada.

Quando eu chegava a casa – já não me lembro qual era o texto do livro que a gente lia –, o meu pai ficava contente e dizia: “Anda aqui ler, pra ver se tu já sabes. Ah, que bonita, que bonita!” Eu gostava de ler na 3.^a classe. Quando saí, já sabia fazer divisão de terceiro algarismo. Eu fiz até à 3.^a classe. [...] Em Portugal, completei a 4.^a, para ter certificação.

A rotina, após a escola, era a seguinte:

– A gente tinha que ajudar a apanhar água, lenha e fazer os trabalhos da escola.

A menina que foi para a estrada

Com 15 ou 16 anos, D. Paulina foi para a estrada.

– Na nossa zona, onde a gente morava, o Estado abriu o sítio que era para fazer a estrada para o carro andar. [...] Trabalhei, carreguei pedra na cabeça e apanhei areia na ribeira para vender. Depois, a gente fazia um monte de areia. A gente ia carregar a lata de areia e vinha despejar. De 15 em 15 dias ia apanhar areia e pagavam o trabalho que a gente fez. O pagamento era pouco; era muito pouco. A pessoa trabalhava na estrada e ganhava 12 escudos por dia. Nessa época, já não estava na escola.

Condições de saúde

– Lá [em Cabo Verde] a gente tinha remédio, mas a gente ia ao médico e dava só Ben-u-ron; um xarope, se a gente tinha febre.

O meu pai morreu, mas eu fiquei sem saber qual era o problema, porque ficou com uma perna muito inchada. Depois foi internado tantas vezes, tinha sempre

febre. Não tinha aquela coisa para fazer raio-X, para fazer exame para saber o que que era a doença que ele tinha. Meu pai morreu com 70 anos.

3. Independência sem festa: a migração como ato de resistência

– Eu vim de Cabo Verde depois da independência. Antigamente [no período colonial], Portugal era unido com o Cabo Verde. Estava lá muito português e, depois da Independência, vieram para cá.

D. Paulina diz que não se sentia mal ou oprimida em Cabo Verde. Muita gente emigrou para Portugal por conta da seca.

– Quando eu já tinha 18 anos, a minha irmã veio para Portugal. Eu fiquei lá, sozinha, com a minha mãe, o meu pai e a Josefa, que eu tomei [cuidei] ela de 2 anos.

Os pais dela tinham muitos filhos. O pai dela era pastor. Muita gente tinha criação [...] de animais. O meu pai também tinha. Depois, pegámos aquela amizade. Ele [pai da Josefa] deu-me a Josefa para batizar. Eu tinha 14 anos.

Depois, eu pedi: “Deixa a minha afilhada ficar comigo.” Ele disse: “Leva, não tem problema.” Criei ela com 2 anos. Quando o meu marido mandou-me buscar, ela tinha 10 anos.

O esposo de D. Paulina, Sr. Domingos, imigrou para Portugal antes do 25 de Abril, três anos antes dela.

– O meu marido veio para Portugal trabalhar, porque lá [em Cabo Verde] ganhava pouco. Depois, mandou-me buscar.

O meu marido veio para Portugal trabalhar, porque lá ganhava pouco. Depois, mandou-me buscar.

Lembra que chegou a Portugal no dia 29 de junho de 1976. O casamento foi realizado cá. Diz que não sentiu diferença com a mudança:

– Não senti muita diferença. E gostei de vir e, depois, como o meu marido trabalhava na cirurgia, ele tinha três turnos. Eu vim em junho; a minha mãe e a Josefa veio no mês de julho. Depois, fiquei três meses morando na casa com a minha irmã. Depois fui para Cavadas, fiquei lá três anos.

Depois que eu vim para a Quinta da Princesa.

4. Quinta da Princesa: o chão que nos tornou donas

D. Paulina veio viver para a Quinta da Princesa nos anos 1980. Isso aconteceu porque a casa onde viviam era muito pequena e o Sr. Domingos ficou a saber que “estavam a inscrever as pessoas no Seixal”, para terem acesso a habitação, de acordo com a capacidade socioeconómica das famílias.

– Já tinha três filhas [Elisa, Filomena e Sandra]. Aqui nasceram dois, o Ermelindo e o José Ricardo. Primeiro conheci a Juliana, Minda. Depois, veio outro senhor, que é compadre do meu marido, o João Pequeno. Depois vem a Maria do Carmo, a Carminha [D. Maria Coelho]. Ela até já casou aqui na Quinta. Depois, a D. Laura veio.

Antigamente, era muito diferente. As pessoas iam para a casa das pessoas.

As pessoas de Cabo Verde são [eram] muito humildes. E as famílias são [eram] muito humildes. Hoje em dia, muitos já não se dão, não se falam. Antigamente, era muito diferente. As pessoas iam para a casa das pessoas.

Os meus três filhos eu batizei aqui nessa casa. Não ligava [para] salão. Muita gente fazia o comer lá em casa; a gente punha música e dançava.

Por exemplo, esse sábado vem na minha casa, no outro sábado vou para casa de outra pessoa; das amigas, a gente combinava e tal. Hoje, é tudo diferente, só quando convidamos para ir a casa das pessoas ou temos uma festa de batizado.

Os meus três filhos eu batizei aqui nessa casa. Não ligava [para] salão. Muita gente fazia o comer lá em casa; a gente punha música e dançava.

Por exemplo, os meus três filhos eu batizei aqui nessa casa. Não ligava [para] salão. Muita gente fazia o comer lá em casa, a gente punha música e dançava.

Os meus três filhos eu batizei aqui nessa casa. Não ligava [para] salão. Muita gente fazia o comer lá em casa; a gente punha música e dançava.

No fim de semana, os primos do meu marido vinham. [...] Outro senhor também que morava lá em Cabo Verde e vinha sempre à sexta-feira, de tarde. Ficavam a jogar a carta de sexta-feira, só voltava no domingo, porque era dia de trabalho.

As hortas, a criação de animais e a cooperação

Quando chegou na Quinta da Princesa, mais ou menos quatro anos depois, D. Paulina começou a ter uma horta.

– Também tinha porco. Tinha dois porcos. A gente tinha uma senhora que morava lá em Fernão Ferro e tinha uma casa e tinha a criação de porcos. A gente comprou os porcos e levou para lá. A gente ia de três em três dias tratar dos porcos;

dar muito comer. Tinha água com mangueira, a gente ligava lá, lavava a casa dos porcos.

E quando eu tinha a barraca, ali em baixo, eu tinha coelhos, tinha galinha. As galinhas a gente matava e comia os ovos. Também dava para as famílias mais perto, minhas filhas, meu filho. Eu ia de manhã dar de comer, vinha a casa. No outro dia, eu ia outra vez. Se não tinha tempo para ir de manhã, ia à tarde. Já não tenho criação há cinco anos. A Câmara acabou com a criação. Agora, só agricultura.

Você tem o seu e eu ia lá ajudar a limpar; depois amanhã eu posso precisar e você vinha me ajudar. A horta ainda [dá] para trabalhar, para semear feijão, milho, plantar couve, alface.

Junto com estas atividades de trabalho também havia tempo para a entreejada:

– Você tem o seu e eu ia lá ajudar a limpar; depois amanhã eu posso precisar e você vinha me ajudar. A horta ainda [dá] para trabalhar, para semear feijão, milho, plantar couve, alface.

Trabalho dentro e fora de casa

D. Paulina, para além da gestão do trabalho da casa, com as/os filhas/os, da horta e da criação de animais, fez um curso de formação e trabalhou ainda por conta de outrem:

– Em 1983, eu fui tirar aí o curso de costura. O meu marido ia trabalhar, depois eu ia fazer o curso de costura; a Josefa ficava com as minhas filhas. Depois eu vinha e ficava com eles em casa, a cuidar deles; não trabalhava.

Entretanto, no contexto familiar, apesar de considerar que “não trabalhava”, D. Paulina tinha uma jornada de trabalho intensa, como tantas mulheres, que era a seguinte:

– Limpar a casa, passar a roupa a ferro, fazer o comer. Quando a gente já tinha tudo coisa feita, as vizinhas da gente, a gente sentava na rua para conversar.

A gente contava a nossa história. Convivi assim. Cada uma falava a sua maneira, né? Falava dos filhos, da família, de tudo. Depois, a minha filha ia para a escola.

Na década de 1990, D. Paulina foi trabalhar fora do contexto familiar. A sua experiência é retratada assim:

– Eu fui trabalhar no supermercado em 1992 e trabalhei até 2005. A família aumentou. Havia desconto para a reforma; eu ajudava também para o meu marido, porque a despesa aumentou para pagar, com os cinco filhos. Tinha que trabalhar.

Vozes da Quinta: D. Paulina e a arte de resistir pela terra e a comunidade

– Na época de Natal, eu ia passar com a minha irmã, nos Brejos de Azeitão. Depois, no Ano Novo, eles vinham passar comigo. Foi sempre assim.

Mas, depois, a gente marcava um dia: hoje eu vou à casa da Carolina almoçar consigo, depois você, outro dia, marcava e eu ia à sua casa almoçar consigo. E pessoas, que a gente conhece lá de Cabo Verde, também convidavam – vinham à minha casa hoje e depois, amanhã ou para a semana, eu ia à casa deles.

E havia (ainda há), a Festa do Povo, a Festa da Tabanka:

Acho que vai fazer agora 22 anos a Festa do Povo, que é a festa do convívio, que todas as pessoas vêm conviver na festa. Eu participo desde o começo.

– Acho que vai fazer agora 22 anos a Festa do Povo, que é a festa do convívio, que todas as pessoas vêm conviver na festa. Eu participo desde o começo.

A Festa de São José começou depois que a gente teve essa capela ali. Acho que tem por volta de três anos. Porque a missa era lá naquela casa, ali na curva do palácio.

Mas a casa que a gente tem, e a missa ficava com medo [...], a gente ficava desagradada; chovia lá por dentro.

Depois que veio o Padre Pedro, com o Padre Geraldo, eles foram ali ver onde a gente tem a capela. Agora compraram aquilo e fizeram aquela capela ali, que a gente tem.

Depois que acabaram de fazer a capela, puseram o nome de Capela de São José. Aí, começámos a fazer Festa de São José.

5. A Quinta da Princesa hoje: falta reavivar a proximidade

– Mudou muita coisa, porque já ninguém vem nos visitar, da família mais próxima. Não é como daquelas vezes que um amigo; as pessoas vinham me visitar e eu ia visitar. Ou por telefone. Agora, não, isso tudo acabou, fica tudo diferente.

As vizinhas não se visitam mais. Mudou. E eu aqui na minha casa, que já recebi muita gente que não sei contar...

Hoje em dia, nem sequer um telefonema já aconteceu. A minha irmã já morreu, a minha mãe já morreu, o meu irmão já morreu. Daquelas famílias [...] não chegaram para me dar um sentimento. Não vieram para me visitar.

Eu não tenho inimigo. As pessoas não vêm me visitar, não sei porquê. Eu falo com todos. Fico, assim, a pensar, não sei porquê essa família hoje está cada um independente [sem contacto, separadas]. Não tenho inimigo na família.

Ao perguntar se recebe visita das vizinhas e amigas com as quais conversava, antigamente, D. Paulina responde:

– A Juliana vem, o meu sobrinho [de Cabo Verde] vem me visitar. Já tomei conta de criança que as mães vão trabalhar.

Eu conheço muita gente da praceta Cidade do Lobito. Um senhor deu ao meu marido o filho para batizar. No lote onde a D. Maria Segunda mora, tem lá uma prima do meu marido [D. Engracia]. Depois, a Maria [Segunda] também. Conheço a D. Bita.

Lá no lote 19, a Fanzinha, a filha da Fanzinha. Muita gente que falamos; a Dulce, o Tomás, conheço muita gente da Quinta.

As vizinhas não se visitam mais. Mudou. E eu aqui na minha casa, que já recebi muita gente que não sei contar...

6. A rua com prédios reabilitados – a batalha pelo sonho

– Olha, o mais importante, agora, eu acho que era tomar conta aqui do nosso prédio, porque está péssimo. Ao menos arranjar os prédios. Ter a nossa casa em condições.

Já fiz muita coisa na casa. Tinha alcatifa e eu tirei; tirei as portas de lado, detrás, tudo. Pus armário de cozinha, chão de cozinha, arrumei tudo. Agora, já não posso fazer mais nada. Não tenho dinheiro.

O mais importante, agora, era tomar conta aqui do nosso prédio, porque está péssimo. Ao menos arranjar os prédios. Ter a nossa casa em condições.

Antes, os prédios eram novos. Quando eu recebi a minha casa, fiquei tão contente, gostei da minha casa. Hoje em dia, fico a pensar, muita coisa para fazer, mas não posso.

Hortas requalificadas: alimento e alegria!

– Para ajudar, como a vida agora está muito difícil, a gente, por exemplo, semeia feijão, milho, coisa assim para o nosso alimento, para dar-nos alguma ajuda. Eu adoro [as hortas]. Adoro!

7. Grupo Colaborativo de Mulheres da Quinta da Princesa – D. Paulina e a arte de resistir pela terra e pela comunidade

D. Paulina é uma das referências na Quinta da Princesa, na cooperação e afetos que tem construído. Faz parte do *Grupo Colaborativo das Mulheres da Quinta da Princesa*, que abriu as portas à organização dos condomínios dos prédios da rua Cidade da Praia.

Entre outras ações, ela mantém a tradição de elaborar os pratos tradicionais das suas raízes que, juntamente com os de outras vizinhas, são considerados os pontos altos da Festa do Povo (Festa da Tabanka), realizada anualmente, no primeiro final de semana de julho.

Na Festa de Natal da comunidade, com o marido, Sr. Domingos, vestem-se com trajes de origem cabo-verdiana, encarnando Maria e São José, junto ao presépio da comunidade, distribuindo lembranças às crianças.

A arte da costura, da gastronomia e da solidariedade são parte da vida de D. Paulina na comunidade da Quinta da Princesa.

SABERES EM PALAVRAS

PALAVRAS DA NOSSA TERRA | REPERTÓRIO AFETIVO DE D. PAULINA

Festa do Povo Nome dado à Tabanka na Quinta da Princesa; encontro anual de convívio.

Grogue Aguardente de cana, bebida tradicional cabo-verdiana.

Mutirão ou Juntar e trabalhar Trabalho coletivo em rotatividade entre famílias.

Tabanka Festa comunitária de origem cabo-verdiana que celebra a cultura e a união do povo.

Tambor Neste contexto, bidão usado para armazenar e vender mandioca seca.

Trapiche Engenho de madeira movido a bois para moer cana-de-açúcar.

Dona Vitória

Da ilha de São Miguel à Quinta da Princesa: memórias de trabalho, família e comunidade



VITÓRIA SEMEDO VARELA

DATA DE NASCIMENTO: 15 de janeiro de 1953

PAÍS DE ORIGEM: Cabo Verde

CHEGADA A PORTUGAL: 1978

MUDANÇA PARA A QUINTA DA PRINCESA: 1 de agosto de 1980

1. Resumo biográfico-afetivo

Nascida na ilha de São Miguel, Cabo Verde, D. Vitória Semedo Varela traz consigo, aos 71 anos, a resistência moldada nos solos áridos da sua infância e a sabedoria forjada numa vida de transições. Chegou a Portugal em 1978, no rasto do 25 de Abril, não como uma imigrante anónima, mas como mulher, mãe e trabalhadora, determinada a reencontrar o marido e reerguer a família longe da seca que assolava o seu arquipélago.

Desde 1980, a Quinta da Princesa tornou-se o palco da sua vida portuguesa – testemunha do crescimento dos seus filhos, da luta diária por dignidade e da construção de uma rede de afetos que transformou o bairro em território de pertença.

Aqui, D. Vitória não é apenas uma das moradoras mais antigas; é a guardiã de tradições, a cozinheira da Festa do Povo, a voz incansável do prédio n.º 2 e, agora, na maturidade, aluna aplicada da *Escola de Saberes das Mulheres da Quinta da Princesa*, onde, finalmente, carrega a sua própria “mala” de estudos.

Nesta entrevista, desfia-se a memória viva de uma existência entre dois mundos: das lavras de Cabo Verde aos serviços de limpeza em Portugal, das parteiras às maternidades, das panelas compartilhadas às portas que se fecham.

Mulher de enxada e de coragem, de chá de alecrim e de reclamações ao IHRU, D. Vitória é, acima de tudo, a prova de que a comunidade se constrói com as mãos – seja cavando a terra, seja amassando o milho, seja ainda batendo às portas do poder.

2. Enxada na mão e pedras no ombro: infância entre o campo e a estrada colonial

– A gente trabalhava muito no campo, na terra dos meus pais. Ah, trabalhei com muita alegria e contentamento, na hora de trabalhar no campo. Ia tão contente, com a minha coisa no ombro, a enxada. A gente cavava o chão para a gente mandar a palha.

A família tinha muitos animais?

– Muito mesmo! Vaca, boi, cavalo, burro. Tinha tudo, meu pai.

Com 11 ou 12 anos, D. Vitória começou a trabalhar na estrada, para o Estado português. Nesse período, já não havia chuva e a terra deixou de produzir. Os animais, morreram.

– Eu recebia [pagamento] com 12 anos, porque era matulona. Eu tinha um terreiro para trabalhar, e para ganhar aquele dinheirinho. Eu estava toda contente. Carregava pedra, apanhava água para dar às pessoas na rua, no trabalho. Contratavam as crianças e punham todas a partir. Bastava de ter um corpo para fazer o trabalho; não queriam saber a idade.

A gente tinha a nossa lata, apanhava pedra para ir para um lado, para o outro, apanhava não sei o quê, para fazer muralha, para fazer dique. Os homens partiam a pedra, carregavam no carrinho de mão e faziam a parede, faziam muro.

Cadernos rasgados, sonhos intactos: a menina que queria estudar

– Antigamente, não tinha professoras. Eram só professores. Muitos pais não deixavam as filhas irem para a escola. Mas eu gostava de ir para a escola. Eu chorava todos os dias.

O meu irmão rasgou o meu caderno e disse: “Ah, foi o pai que me deu e ele disse que não vai meter menina na escola para não arranjar namorado.” Eu disse: “O pai disse isso?! Mas o pai não disse que era para rasgar [o caderno]!”

Aí eu disse: “Deixa estar que eu vou arranjar um namorado com a minha boca! Não preciso de escola.”

A partir daí, nunca mais chorei para ir à escola. Com 10 anos, chamei o meu namorado e disse que ia casar com ele, com o Chico [Sr. Francisco, o marido]. O Chico nem ligava, porque eu era criancinha e ele era mais velho, já tinha monte de namoradas.

Enquanto D. Vitória contava esta história, o Sr. Francisco ria-se!

– Só que, mais tarde, aconteceu de verdade! Mas, quando eu fiquei grande, fiquei com vergonha. Onde eu ia e via o Chico, eu fugia; me escondia.

A vergonha quase acabou quando, por volta dos 13 anos (e o Sr. Francisco com 16), começaram a falar no namoro:

– Mesmo assim, eu fiquei com vergonha. Mesmo no dia que a gente estava a tratar do documento para casar, eu ficava sempre escondida. Mas quando o Chico me viu toda bonita e ele disse: “Não, agora vou mesmo a sério!”

Outro episódio sobre a escola que está entre as suas lembranças, foi com os primos...

– Os meus primos vinham da escola, o Ventura e o Pedrinho, com aquela mala, e eu corria para tomar aquela mala para carregar um bocadinho, coisa mesmo engraçada. Meu Deus, depois de 71 anos, afinal, carreguei essa mala para ir para a nossa escola [*Escola de Saberes das Mulheres da Quinta da Princesa*, onde D. Vitória frequenta a alfabetização]. Eu fiquei tão contente!

3. Do chão de São Miguel ao cimento de Portugal: recomeço numa terra estranha

D. Vitória casou-se em Cabo Verde, onde teve as suas duas filhas. Veio para Portugal depois da Revolução dos Cravos:

– Já foi depois do 25 de Abril. O meu marido já estava cá, eu fiquei lá sozinha com duas filhas. Aí eu disse: “Não, eu vou também para ao pé do meu marido!” Ele disse: “Ah, espera um bocadinho, não sei o quê.” Mas eu disse: “Não, eu vou ficar ao pé de ti!”

Sofri muito, porque deixei os meus irmãos e a minha mãe. Fiquei muito triste! As minhas filhas vieram pequeninas de Cabo Verde. Era a minha mãe que tomava conta [delas], porque eu andava sempre na estrada. Não podia levar criança. Eu nem dava conta das filhas e, aqui, tive que passar a dar. Senti mesmo na pele!

Filhas criando filhas: a rede invisível de mulheres que sustentou a migração

– A minha filha mais velha passou a criar os irmãos e a fazer o serviço da casa, quando eu comecei a trabalhar. Ela tinha 14 anos. Ela ajudava, ia para a escola e voltava. A [filha] Marisol tinha 4 anos. As duas [filhas mais velhas] ajudavam a cuidar. E tinha uma sobrinha, com 12 anos, que também tomava conta dela.

Vendi peixe na cabeça. A gente vendia lá na Costa, vendia em todo o lado. A gente ia comprar em Lisboa, de madrugada, na lota. Eu trabalhei 30 anos em Portugal. Trabalhei em restaurante, na pastelaria, na padaria, na limpeza de obra. No último [trabalho] eu fiquei na casa de patroa, até à reforma.

Saberes da terra vs. jalecos brancos: a transição dos remédios de ervas para a medicina moderna

– Uma pessoa estava doente ou maldisposta, febre ou coisa assim, a gente usava chá de alecrim e passava. Eram muitas plantas que faziam remédio.

A gente tirava o olho de goiaba, aquele fininho, que fica em primeiro, a gente tira, faz o chá, toma e fica bom da hemorragia [período menstrual]. Ninguém ia para o hospital com coisa assim. Sempre tratamento em casa.

Mas a gente já nem lembra mais daquilo. É tudo no hospital. Eu uso muito chá, mas também remédio. Os dois.

Partos: da parteira ao hospital

– As minhas duas filhas nasceram em casa. A parteira era a avó do meu marido. Todas as senhoras que tinham filhos era ela que era a parteira. Os que nasceram cá, o Vitor e a Marisa, foram no Alfredo da Costa [Maternidade]. Aqui, nunca dei conta disto [de nascerem com o auxílio de parteiras].

4. Portas abertas, painéis compartilhadas: a Quinta da Princesa como celeiro de afetos

A família chegou à Quinta da Princesa no dia 1 de agosto de 1980. Segundo D. Vitória, a casa anterior não tinha condições. A candidatura à nova habitação foi feita pela Câmara Municipal do Seixal¹.

¹ Na ocasião, era o IGAPHE – Instituto de Gestão e Alienação do Património Habitacional do Estado (Decreto-Lei n.º 48/79) a gerir os processos associados à construção dos bairros sociais.

Para a nova casa, vieram os primeiros quatro membros da família e o Vitor, filho que nasceu em Portugal.

– A gente era tudo amigo, tudo jovem. Os meus vizinhos eram todos importantes. Não tinha diferença. A gente tratava assim: uma não tinha uma coisa, a outra tinha, a gente emprestava. Mas ninguém tinha necessidade de coisa, porque todos os maridos trabalhavam. Tinha família, comadre, compadre, afilhados, que se tornaram família.

Vieram muitos angolanos, indianos. Agora, vejo mais guineenses, são-tomenses. Tinha café, lá em cima; tinha petisco, tinha tudo. Mas só os homens iam.

**Acordeões na rua e camarões na porta:
quando o bairro era uma festa só**

As festas eram comemoradas com grande envolvimento e preparação das/os vizinhas/os:

– Nos batizados e aniversários das crianças, a gente juntava e fazia festa sempre dentro de casa. Não tinha salão, não tinha essas coisas. Tinha sempre muita gente. A gente cozinhava numa casa, cozinhava na outra e juntava na mesma casa pra comer. O bolo era a madrinha que fazia; do aniversário, do casamento, do batizado.

A gente juntava um monte de mulheres, cada uma com a sua panela e ajudavam a cozinhar e preparavam toda a comida. Até nos casamentos. A gente fazia arroz à valenciana, jardineira, feijão, muita comida. Toda a casa tinha camarão, tinha isso, tinha aquilo. Vinha na porta: “Toma!” Era camarão, pastel. Tinha o moço, o Carlos, que dizia: “Olha o que a minha mãe mandou pra senhora!”

O Natal era tão bonito! O meu marido se perdia com aquele acordeão a tocar pra cima e pra baixo. Um dança, se tem música; sai, vai para outra casa, dança. As portas ficavam abertas.

Mas, agora, isso acabou tudo. Agora, cada um no seu canto. Já saíram, já morreram muitos. Acho que a gente fica mais velha, fica mais cansada. O jovem faz grupo lá na rua.

A Festa do Povo foi criada há 20 anos.

Hortas que alimentam vidas

– As hortas serviam para a alimentação e também vendiam. Continuam a vender. Agora se planta mais que antigamente. Antes, comida não dava como agora. Só era milho, feijão e pronto. Agora é batata, batata-doce, cana, muita coisa. Animais já acabaram. Ninguém tem animal aqui, não. Nem galinha.

Ainda não tenho horta. Estou à espera.

5. Água do telhado, fogo no coração: a luta por dignidade e memória na Quinta da Princesa

Na Quinta da Princesa, D. Vitória e o Sr. Francisco criaram três filhas e um filho. Só uma filha ainda vive na comunidade com a família; mora no mesmo prédio, num piso acima.

Das mudanças que considera mais significativas, D. Vitória destaca:

– Depois, toda a gente ficou com problemas. O meu filho ficou doente, com 19 anos. E aí, a gente começou a perder o ânimo. Dá muito trabalho. Agora ele está lá na França, a passar férias com a irmã. Quando os filhos ficaram grandes, deram muito trabalho.

Entre as vizinhas e vizinhos:

– Se tiver uma coisa para ajudar uma pessoa, se está doente, aí ainda ajuda. Mas já não é como antigamente, não. As pessoas parecem que ficam sem ar; tudo em baixo, tudo triste, cada uma com a sua coisa.

Mas D. Vitória lembra um momento importante:

– A Francisca, lá em baixo, quando a mãe dela morreu, no dia que ela fez a missa de seis meses, era tanta gente, tanta gente, porque ela ajuda todo o mundo. Ela tá doente ou não tá doente, vai na mesma. Aí, todo o mundo vai para coisa dela.

De vendedora de peixe à guardiã da comunidade:
o legado de D. Vitória

– Pelo menos limpar o telhado desse prédio, para tirar a água de dentro de casa. Chega o inverno e nem tenho vontade de ver chover. Eu esqueço que eu vivi de água [de que precisava para a agricultura, em Cabo Verde]. É muito desgosto mesmo. A água entra por todo o lado, no quarto... É triste.

Anteontem, eu estava na varanda a estender roupa e vi tantos caminhões na rua e disse: “Será que eles vêm limpar o telhado da gente?” Não vale a pena fazer grande trabalho aqui dentro. A água entra dentro de casa e é só gastar dinheiro.

No meu prédio, já colocaram três portas de elevador novas. Já mudou um bocadinho.

6. Grupo Colaborativo de Mulheres da Quinta da Princesa – D. Vitória e a arte de resistir pela terra e pela comunidade

D. Vitória é porta-voz do prédio n.º 2, da praça Cidade de São Tomé. Foi com o seu empenho e o de D. Francisca que, através da organização de reuniões e pedidos de intervenção por parte do IHRU – Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbana que, finalmente, o telhado foi limpo durante o mês de junho de 2025.

É de salientar que D. Vitória é uma das mulheres que mantêm viva a tradição de elaborar as comidas tradicionais servidas na *Festa do Povo (Festa da Tabanka)*, realizada no primeiro fim de semana de julho.

Ela é uma das vozes ativas que fazem parte do *Grupo Colaborativo de Mulheres da Quinta da Princesa* e é também frequentadora assídua da *Escola de Saberes das Mulheres da Quinta da Princesa*.

SABERES EM PALAVRAS

PALAVRAS DA NOSSA TERRA | REPERTÓRIO AFETIVO DE D. VITÓRIA

Lota Mercado de peixe por atacado, onde o produto é leilado diretamente aos comerciantes.

Mandar a palha Expressão agrícola que descreve o ato de cobrir as sementes com palha após a sementeira, uma técnica de proteção e fertilização do solo.

Tabanka (ou Festa da Tabanka) Associação comunitária e manifestação cultural tradicional de Cabo Verde, centrada na ajuda mútua e na realização de festividades.

Terreiro Na arquitetura rural e na vida quotidiana de Cabo Verde, designa um pátio de terra batida, utilizado para tarefas domésticas, agrícolas (como secar grãos) e como espaço de convívio.

Capítulo 3

Mapas vivos: Por onde se faz comunidade na Quinta da Princesa? Lugares e memórias das Mães-Avós

Este capítulo convida ao resgate das vozes das 14 Mães-Avós, percorrendo as suas memórias para mapear, através de nove lugares específicos, a transição da matriz colonial para a construção comunitária. O objetivo é desvelar como ancestralidades em movimento desenham e fundam um novo chão: a Quinta da Princesa.

Esta polifonia evidencia que os saberes-fazerem outrora silenciados configuram uma geografia potente. As suas práticas quotidianas – da horta ao pilão, da festa ao cuidado – são aqui analisadas como “tecnologias comunitárias”: formas concretas, ancoradas na experiência e na ancestralidade, de organizar a vida, produzir espaço e exercer poder de modo autónomo e coletivo.

Ao operacionalizarem princípios de reciprocidade, partilha, autogestão e soberania alimentar, estas tecnologias formam um sistema integrado que constitui uma economia comunitária – a base material a partir da qual se forja um potente “sentido de comunidade” como território vivido e autogerido. Este sistema é regido por uma lógica da abundância relacional e do cuidado, que contrasta ponto a ponto com a racionalidade capitalista do individualismo, do lucro e da escassez.

Os testemunhos trazem, num movimento dialético indispensável, os relatos das violências da economia colonial e patriarcal, fundadas no capitalismo. Esta denúncia não é um aparte; é o solo a partir do qual as tecnologias comunitárias emergem como respostas de resistência e reinvenção.

Ao mapear nove lugares (listados abaixo), este exercício cartográfico permite, a partir das vozes das Mães-Avós, construir uma epistemologia das práticas: um *corpus* de conhecimento válido e transformador que emerge da textura mesma da vida organizada da comunidade.

1. Lugares de Trabalho Precoce & Economia Colonial
2. Lugares de Moradia & Convívio Intenso
3. Lugares de Trabalho Reprodutivo & Social

4. Lugares de Economia Comunitária & Autossustento
5. Lugares de Festa – Celebração Coletiva e Solidariedade
6. Lugares de Brincadeira & Socialização Infantil
7. Lugares de Aprendizagem & Consciencialização
8. Lugares de Acolhimento & Mediação Institucional
9. Espaços de Trabalho & Sustento Comunitário

Desta forma, o mapeamento cria os alicerces empíricos e conceituais para a realização das oficinas de validação realizadas com as Mães-Avós e para a discussão do “potencial transformador” a ser explorado no capítulo 4.

1. Lugares de trabalho precoce & economia colonial

A primeira categoria confronta-nos com a matriz económica da vida comunitária. Ela desvela o contraste fundacional entre duas racionalidades: a tecnologia social ancestral do “junta mão” – um sistema de cooperação horizontal, reciprocidade e gestão coletiva dos “lugares” – e a violência estrutural da economia colonial, que transforma corpos racializados, de mulheres e crianças, em mão de obra explorável, sob a lógica da esmola e de um trabalho análogo ao forçado. Aqui, as memórias das Mães-Avós revelam como a colonialidade do poder se articulou com o patriarcado para fabricar a infância negada e a exploração interseccional, ao mesmo tempo que preservaram os princípios organizativos comunitários que seriam reterritorializados na diáspora.

LOCALIZAÇÃO ESPECÍFICA

Cabo Verde: Campos agrícolas familiares

MEMÓRIA AFETIVA & RELACIONAL

“Comecei a trabalhar com 10, 11 anos, em casa. [...] As meninas limpavam a casa, cozinhavam; os rapazes iam dar de comer aos animais.” (D. Juliana)

“A gente diz ‘junta mão’, quer dizer, a gente convida. [...] A gente ‘junta mão’ para semear no meu lugar. [...] Depois das chuvas, quando já tem erva, a gente ‘junta mão’ para mondar, para limpar e, depois, queimar a erva, ao pé do milho, né? E depois, a gente monda e fica limpinha. Depois, chove outra vez e tem palha outra vez. A gente ‘junta mão’ para fazer segunda monda. A gente diz ‘ramonda’. Último ‘ramonda’.” (D. Maria Coelho)

MEMÓRIA DE ORGANIZAÇÃO COMUNITÁRIA

Esta forma de organização vai ao encontro do que foi problematizado no capítulo 1, acerca da *colonialidade do poder e de género*, evidenciando a divisão sexual do trabalho (meninas no espaço doméstico, rapazes alimentando os animais).

Organização comunitária ancestral do “junta mão”, baseada na reciprocidade e cooperação horizontal. Mostra, de forma pormenorizada, todo o processo da tecnologia social do “junta mão”, com um planeamento de trabalho rotativo nos “lugares”, acordado, por fases, entre as/os participantes:

- Quem possui a terra convida outras/os para a cooperação.
 - Semear no “lugar” (na terra a quem pertence).
 - 1.^a monda: limpeza da terra, já com ervas, depois do primeiro período de chuva.
 - 2.^a monda: limpeza da terra, após novo período de chuva (última “ramonda”).
-

MEMÓRIA AFETIVA & RELACIONAL	MEMÓRIA DE ORGANIZAÇÃO COMUNITÁRIA
<p>“Depois tem comer e ‘junta mão’ para cortar o milho. Depois vai para casa e descasca [tira a palha do milho], debulha [tira o milho da espiga]. Muito trabalho mesmo, muito. E aí uns ajudavam os outros. A gente juntava, ajudava uns aos outros. Hoje é meu, amanhã é seu [...]. Assim!” (D. Maria Coelho)</p> <p>“Hoje, eu trabalho com ela, amanhã ela trabalha comigo. É assim que a gente trabalhava, em Cabo Verde. Era de cooperação. [...] A terra onde se trabalha nós dizemos [chamamos] ‘lugar’.” (D. Maria Segunda)</p>	<ul style="list-style-type: none"> · Comer e cortar o milho. · Descascar o milho (tira a palha) e tirar o milho da espiga (já em casa). · Rotação faseada do trabalho nos diferentes “lugares”.
<p>“Toda a gente tinha um bocado de chão. A gente ajudava uns aos outros. [...]. O terreno é seu. A senhora dá-me o terreno. Eu vou semear o milho ou feijão. Na altura de apanhar, o dono vai com a pessoa que ele deu o terreno, que é para fazer a colheita. Uns vão tirando o milho, fazendo os montes, e outros vão com o balaio, apanhar o que tá no monte que é para repartir depois.” (D. Maria Carolina)</p>	<p>Mostra a partilha do terreno, o trabalho e as colheitas, com forte interdependência comunitária, sem envolver pagamento em dinheiro.</p>

MEMÓRIA AFETIVA & RELACIONAL	MEMÓRIA DE ORGANIZAÇÃO COMUNITÁRIA
<p>“Carregávamos a pedra na cabeça [...]. Os homens recebiam mais e as mulheres recebiam menos.” (D. Elvira)</p> <p>“Eu tinha 12 anos [...]. Eu, tão pequenina, carregava pedra na minha cabeça. [...] O pagamento tinha diferença de criança e adulto.” (D. Maria Coelho)</p> <p>“Uma mulher [adulta] carregava a pedra, fazia a muralha, carregava saco de cimento, e eu não podia; não tinha força. A mulher que podia trabalhar ganhava 12 escudos. Eu ganhava 9 escudos. Eu andava para cima e para baixo. [...] O capataz fazia a folha, ele me dava e eu levava para outra pessoa.” (D. Maria Segunda)</p> <p>“Eu recebia [pagamento] com 12 anos, porque era matulona. Eu tinha um terreiro para trabalhar. [...] Carregava pedra, apanhava água para dar às pessoas na rua, no trabalho. Contratavam as crianças e punham todas a partir. Bastava de ter um corpo para fazer o trabalho; não queriam saber a idade.” (D. Vitória)</p>	<p>Evidencia a organização colonial do trabalho, com as seguintes características:</p> <ul style="list-style-type: none"> · <i>Exploração infantil</i>: trabalho precoce, sem qualquer interesse pelo conhecimento da faixa etária (“Bastava de ter um corpo para fazer o trabalho; não queriam saber a idade”). · <i>Hierárquica e de género</i>: homens, mulheres e crianças recebiam remunerações distintas, num contexto de trabalho semelhante. · <i>Racializada</i>: tarefas específicas destinadas, maioritariamente, às pessoas negras e sem acesso à escola formal. · <i>Interseccionalidade da vulnerabilidade</i>: o sistema aproveitava-se especificamente da posição mais precária na estrutura social – mulheres chefes de família monoparental (“que não tinham marido” – D. Augusta) ou com maridos forçados à emigração pela própria economia colonial. Estas mulheres, na intersecção do género, da classe e da raça, tornavam-se a mão de obra mais explorável e mais dependente deste tipo de trabalho forçado, fechando o ciclo de dependência colonial.

MEMÓRIA AFETIVA & RELACIONAL	MEMÓRIA DE ORGANIZAÇÃO COMUNITÁRIA
<p>“Eu comecei a trabalhar tinha 9 anos. Muito pequenina, mas a minha tia tinha aquela dificuldade; ela não podia ir trabalhar. [...] Quando tinha esse trabalho, eu é que tinha de ser chamada para ir trabalhar, mesmo que eu não pudesse. E ela [a tia] dava qualquer coisa; uma coisinha de comer [...], algum dinheirinho, mas pouco, que dizemos ‘esmola.’” (D. Maria Segunda)</p>	<p>Um corpo de menina substituí a da tia, incapacitada, por um salário de “esmola”. A sua agência está na clara distinção conceitual que faz: chama ao campo coletivo “lugar” (espaço de pertença) – na narrativa anterior – e ao pagamento colonial “esmola” (não salário), definindo o sistema como exploração.</p>
<p>“Depois, com meus 12 ou 13 anos, comecei a trabalhar também na estrada. Carregava a minha pedrinha, a minha baldinha [balde] de areia [...]. E até era bom, a gente gostava. [...] Era para ajudar as pessoas, o trabalho que abriram, de fazer a estrada [...]. Naquela altura, havia pessoas que precisavam mesmo, que não tinham marido; que tinham marido embarcado e emigrado.” (D. Augusta)</p>	<p><i>Consentimento fabricado:</i> a narrativa ressalta o gosto pelo trabalho, sem identificar o sistema de exploração associado: o trabalho infantil; a necessidade de separação das famílias para dar resposta à economia familiar (marido embarcado e emigrado); ou famílias monoparentais. Em todos os casos, eram contextos de extrema necessidade.</p> <p>Isso não invalida o afeto, mas complexifica a análise: o sistema explorador também se sustenta ao criar sentidos positivos de “ajuda” e “comunidade” em torno do trabalho explorado.</p>

LOCALIZAÇÃO ESPECÍFICA
São Tomé e Príncipe: Rio (lavar roupa)
– Roças de São Tomé e mercado informal

MEMÓRIA AFETIVA & RELACIONAL

“Trabalhei a lavar roupa, venda, partir coco, partir caroço, salgar o peixe. Trabalho árduo! Era nas roças, trabalhando para outras pessoas, para os portugueses. Alguns não pagavam.” (D. Laura)

MEMÓRIA DE ORGANIZAÇÃO COMUNITÁRIA

Trabalho feminino doméstico e informal, racializado e de género, na economia colonial (lavandaria, venda e roças). Identifica para quem trabalhava – “os portugueses”, sujeitos do poder colonial que se encontravam na posição de patrões, num sistema em que a exploração e o não pagamento de salários eram práticas estruturais, que combinavam a dominação colonial com a patriarcal.

“Até uma altura, em que eu ainda era criança [...], fui vender manga, na casa de um português. [...] Ele tinha dinheiro para me dar, mas como ele queria ‘outra coisa’, ele disse: ‘Olha, vai, depois eu dou à minha lavadeira para te dar o dinheiro. Voltei no dia seguinte, para ir buscar dinheiro [...] não deixou, disse à senhora que tinha que ser eu mesma a ir buscar o dinheiro. O que é que ele queria? Até que nunca mais passei lá, porque já sabia o que é que ele queria.” (D. Laura)

Trabalho feminino infantil e informal na economia colonial (venda direta porta a porta); dívida não paga; suspeita/risco de assédio sexual.

Sistema de exploração triplo: colonial (pelo patrão português), de classe (pelo não pagamento) e de género (pela vulnerabilidade ao assédio da trabalhadora negra e pobre).

LOCALIZAÇÃO ESPECÍFICA

Moçambique (Beira): Escritório de despachantes

MEMÓRIA AFETIVA & RELACIONAL

“Os meus pais eram descendentes de portugueses [...]. Eu trabalhava na Beira. Comecei a trabalhar aos 14 anos, sempre no escritório, no despachante.” (D. Eulália)

MEMÓRIA DE ORGANIZAÇÃO COMUNITÁRIA

Hierarquia interseccional do poder colonial: enquanto a maioria das mulheres negras era canalizada para trabalhos domésticos, agrícolas e informais, a sua origem de classe e parentesco (“pais descendentes de portugueses”) garantiu-lhe o acesso à educação formal e a um trabalho administrativo, ainda que precoce. A sua experiência exemplifica como o colonialismo operava distribuindo opressão e privilégio de forma diferenciada, dependendo da posição racial e social.

LOCALIZAÇÃO ESPECÍFICA
Cabo Verde: Escola negada

MEMÓRIA AFETIVA & RELACIONAL	MEMÓRIA DE ORGANIZAÇÃO COMUNITÁRIA
<p>“Muitos pais não deixavam as filhas irem para a escola. [...] Eu chorava todos os dias. O meu irmão rasgou o meu caderno e disse: ‘Ah, foi o pai que me deu e ele disse que não vai meter menina na escola para não arranjar namorado.’ Aí eu disse: “Deixa estar que eu vou arranjar um namorado com a minha boca! Não preciso de escola. [...] Com 10 anos, chamei o meu namorado e disse que ia casar com ele, com o Chico [Sr. Francisco, o marido]” (D. Vitória)</p>	<p><i>Negação colonial como violência geradora de consciência:</i> esta narrativa expõe como a escola era um privilégio racial e de género negado – uma violência estrutural do sistema colonial que fabricou a não escolarização de inúmeras mulheres negras. No entanto, a reação de D. Vitória (“Deixa estar que eu vou arranjar um namorado com a minha boca!”) transforma a exclusão num ato de afirmação da sua agência e desejo, revelando uma consciência crítica mesmo dentro da opressão.</p>
<p>“Os meus primos vinham da escola [...] com aquela mala, e eu corria para tomar aquela mala para carregar um bocadinho.” (D. Vitória)</p>	<p>Revela o acesso à educação como objeto de desejo e disputa de género.</p>
<p>“Os avós criaram os terrenos e os serviços de trabalho; eles queriam o trabalho feito e não interessava meter na escola. Precisavam do trabalho e não da escola.” (D. Maria Carolina)</p>	<p><i>Colonialidades na organização familiar produtiva:</i> a narrativa evidencia como o projeto de cariz colonial, racializado, transformou a estrutura familiar alargada numa unidade de trabalho análoga ao forçado, priorizando a exploração da mão de obra infantil (sobretudo das meninas) face ao seu direito à educação. Esta lógica articula a opressão de classe (exploração económica), de género (trabalho precoce das mulheres) e colonial (destino racializado), fabricando a ausência sistemática do direito à infância.</p>

2. Lugares de moradia & convívio intenso

A categoria *Lugares de Moradia & Convívio Intenso* revela que o “intenso” não se refere a um modelo único, mas a uma constelação de práticas que construíram o tecido social da Quinta da Princesa. O convívio manifesta-se através de escalas e lógicas complementares.

LOCALIZAÇÃO ESPECÍFICA

Quinta da Princesa: Casa da família

Convívio familiar como preservação e raiz cultural

MEMÓRIA AFETIVA & RELACIONAL

“O nosso convívio era sempre entre nós, meus filhos e a minha mãe.”
(D. Eulália)

MEMÓRIA DE ORGANIZAÇÃO COMUNITÁRIA

Convívio familiar como preservação e raiz cultural: restrito à família nuclear ou de origem (“O nosso convívio era sempre entre nós, meus filhos e a minha mãe”), revela um modelo distinto de socialização e apoio na diáspora. Enquanto a maioria das Mães-Avós cabo-verdianas reconstruiu redes de “comandrio” extensivo e vizinhança intensa, esta narrativa aponta para uma estratégia de preservação cultural e suporte mais concentrada no núcleo familiar próximo. Esta diferença não nega o sentido de comunidade, mas expande o seu entendimento, mostrando como os repertórios culturais de origem (moçambicano, num contexto social diferente) e as condições de migração podiam gerar formas igualmente válidas de pertença e cuidado no novo território.

LOCALIZAÇÃO ESPECÍFICA
Quinta da Princesa: Ruas
Convívio como tecido social extensivo

MEMÓRIA AFETIVA & RELACIONAL

“A gente fazia tudo: brincava, gargalhava, éramos muito barulhentas. A gente gosta de algazarra. A gente estava ali com nossos barulhos e os meninos a brincar, a jogar a bola. Às vezes, ia uma cigana sentar ao pé de nós; ia uma portuguesa sentar ao pé de nós. Eh, pá, era uma comunidade...” (D. Augusta)

“Ao invés de estar em casa, sentava-me com a Carminha, com a Augusta, a apanhar um fresco... À meia-noite ou uma da manhã a gente ia para a casa. [...] A gente convivia muito bem e com os vizinhos ciganos também.” (D. Juliana)

“As portas ficavam abertas. O meu marido se perdia com aquele acordeão a tocar pra cima e pra baixo. Um dança, se tem música; sai, vai para outra casa, dança. As portas ficavam abertas. [...] Mas agora isso acabou tudo. Agora, cada um no seu canto.” (D. Vitória)

“Limpar a casa, passar a roupa a ferro, fazer o comer. Quando a gente já tinha tudo coisa feita, as vizinhas da gente, a gente sentava na rua para conversar. A gente contava a nossa história. Convivi assim.” (D. Paulina)

“Até hoje a gente se fala todos os dias; sai na varanda, fala com o Sr. Domingos [marido de D. Paulina]; sai na varanda, fala com a D. Paulina... e com os outros vizinhos também.” (D. Juliana)

MEMÓRIA DE ORGANIZAÇÃO COMUNITÁRIA

O *convívio como tecido social extensivo* permite a construção de espaços únicos, na rua e nas varandas, construindo um “comadrio” aberto e intercultural que transforma o espaço público em sala de estar coletiva, caracterizada por:

- Impulso para o lazer feminino partilhado – intercultural e interétnico.
- Estímulo à ocupação da rua como lugar amplo para a agregação de experiências e histórias de vida diversificadas (“A gente contava a nossa história”).
- Confiança (“As portas ficavam abertas”).
- Extensão da casa para a rua, como local privilegiado para as conversas após o trabalho doméstico, contrariando o isolamento contemporâneo (“Mas agora isso acabou tudo. Agora, cada um no seu canto”).
- Varandas como locais facilitadores da proximidade e da cumplicidade afetiva.

Este modo de produção do espaço contraria o que, atualmente, D. Vitória observa: “Mas agora isso acabou tudo, cada um no seu canto.”

MEMÓRIA AFETIVA & RELACIONAL	MEMÓRIA DE ORGANIZAÇÃO COMUNITÁRIA
<p>“Havia muita pessoa, havia uma quantidade de ciganas [...] de pessoas escuras, pretos e pretas. Mas sempre nos demos muito bem. [...] A gente convivia aqui com as vizinhas, na rua; às vezes ir à casa umas das outras e pronto. Juntávamo-nos e íamos ao supermercado.” (D. Estrudes)</p>	<p><i>Convívio como construtor de afetividade e cumplicidade</i>, amplamente construídas pelas mulheres no território, assentes nas diferenças culturais e étnicas. É procurada, inclusive, a companhia entre vizinhas para o exercício do trabalho reprodutivo (ida ao supermercado).</p>
<p>“Cada abraço é um degrau que eu subo [apoio após a perda do filho].” (D. Augusta)</p>	<p><i>Convívio como forma de solidariedade</i>: no apoio presencial e afetivo na ocasião do falecimento.</p>

LOCALIZAÇÃO ESPECÍFICA

Quinta da Princesa: Casas das vizinhas – Convívio como forma de organização de uma rede íntima de cuidado físico, emocional e social entre vizinhas & convívio como forma de união e cooperação

MEMÓRIA AFETIVA & RELACIONAL

“Hoje vamos visitar a Maria Coelho. Amanhã, vamos visitar aquela... A Maria Segunda, a gente até lanchava na casa umas das outras. [...] Quando já temos as nossas coisas feitas, agarramos os nossos filhos, vamos sentar aqui na rua.” (D. Elvira)

“Quando nós íamos tomar banho, de vez em quando a gente precisa esfregar as costas. Eu hoje, quero esfregar as costas, elas vêm para minha casa para me esfregar.” (D. Elvira)

“A gente podia estar apertado, mas a gente era unido com os outros. A gente, antigamente, tava unido. Você faz uma coisa e leva, eu levo um saco, outra pessoa vem traz um saco, cada um vem traz uma coisa e a gente vai juntando. Tá uma festa feita!” (D. Maria Carolina)

“Antigamente, era muito diferente. As pessoas iam para a casa das pessoas. [...] Esse sábado vem na minha casa, no outro sábado vou para casa de outra pessoa; das amigas. [...] Os meus três filhos eu batizei aqui nessa casa. [...] a gente punha música e dançava.” (D. Paulina)

“Esta senhora é [...] uma amiga de vida; se a gente tiver fome, ela dá-me pão e se ela tiver fome também sou capaz de dar.” (D. Fátima)

MEMÓRIA DE ORGANIZAÇÃO COMUNITÁRIA

Convívio como forma de organização de uma rede íntima de cuidado físico, emocional e social entre vizinhas:

· A organização é informal, baseada na rotatividade e na reciprocidade íntima (“lanchava na casa umas das outras”). Inclui até o cuidado do corpo (“esfregar as costas”), mostrando um nível de confiança e solidariedade que desafia o individualismo contemporâneo.

Convívio como forma de união e cooperação: neste caso, associada à partilha do que cada um/a tinha para disponibilizar e construir, coletivamente, em prol do convívio maior na comunidade.

Convívio como promotor da rede de mulheres: é a infraestrutura invisível que sustenta a vida, especialmente das mulheres sobrecarregadas. Revela que a saúde mental e o bem-estar comunitário dependem destas microrredes de cuidado mútuo.

Revela ainda a existência de uma prática de solidariedade baseada na amizade e na partilha concreta (pão), transcendendo diferenças étnicas.

LOCALIZAÇÃO ESPECÍFICA

Quinta da Princesa: Cafés e hortas
– Convívio dos homens (maridos)

MEMÓRIA AFETIVA & RELACIONAL

“Iam ao café, o meu marido, o marido da Juliana. Mas eles nunca tinham assim tanto tempo. [...] A gente ia para a horta e eles, quando vinham do trabalho, iam regar o que não estava regado. A gente [as mulheres] vinha para casa.” (D. Augusta)

“Eles, ao fim de semana, também estavam na horta deles. [...] Mas de vez em quando gostavam de ir ali a um cafezinho, tomar uma cervejinha, jogavam, conviviam um bocado. Tinha um cafezinho aqui no bairro.” (D. Augusta)

MEMÓRIA DE ORGANIZAÇÃO COMUNITÁRIA

Convívio dos homens no café local: como espaço de entretenimento e partilha dos homens residentes (maridos).

Convívio dos homens nas hortas: como espaços de produção de alimentos e relações de amizade/vizinhança.

Mostra que há momentos de partilha entre os homens residentes na comunidade (maridos das Mães-Avós), que aliam o tempo pós-laboral aos convívios nos espaços dos cafés e das hortas.

3. Lugares de trabalho reprodutivo & social

Esta categoria pretende salientar a geografia do trabalho que emerge a partir das mulheres da comunidade da Quinta da Princesa. Mostra a multiplicidade de frentes que elas articulam, numa afirmação política e complexa da sua economia que, na categoria 4, se amplia e conecta com outras frentes, que afirmam o papel da economia comunitária no bairro.

LOCALIZAÇÃO ESPECÍFICA

Área Metropolitana de Lisboa: Casas de “patroa”

MEMÓRIA AFETIVA & RELACIONAL

“Quando os filhos ficaram mais crescidinhos, arranjei trabalho na casa de patroa, para ajudar o meu marido. Limpava a casa, o chão, casa de banho, tudo trabalho dentro de casa; passar a roupa, lavar a roupa, até cozinhar. Eram várias pessoas, várias casas. A gente conseguia controlar tudo: o trabalho, a horta e as crianças.” (D. Juliana)

“Os meus filhos mais velhos tomavam conta dos irmãos mais novos... Eu escolhi trabalhar das oito até às catorze horas, para conciliar a casa e os filhos.” (D. Augusta)

“Quem era [filho] maior ficava com os filhos, mas chegava a altura, quando chegava a hora de ir para a escola, eu deixava tudo: deixava o pão, o leite, eles podiam tomar leite e fechar a porta para ir para a escola. Quando vinham da escola eu já tava em casa.” (D. Maria Coelho)

MEMÓRIA DE ORGANIZAÇÃO COMUNITÁRIA

O trabalho doméstico externo e a venda ambulante tornam-se pilares socioeconómicos essenciais das mulheres migrantes, que combinam amplas jornadas: turnos de trabalho escolhidos para coincidir com horários escolares, delegação de cuidados aos filhos mais velhos (cadeia de cuidado intergeracional) e cuidado precoce entre irmãos.

O trabalho assalariado das mulheres é coordenado e articulado por elas com a vida familiar e as redes de apoio entre os membros da família, integrando outras formas de sustento, como a alimentação através das hortas.

MEMÓRIA AFETIVA & RELACIONAL	MEMÓRIA DE ORGANIZAÇÃO COMUNITÁRIA
<p>“A minha irmã me pôs na casa de uma senhora. [...] Aquela senhora arranjava emprego para as pessoas. [...] Levantar às sete horas da manhã, pôr a aquecer a água na chaleira, pôe mesa de café, às oito a patroa já tem água na casa de banho e café na mesa.” (D. Maria Carolina)</p>	<p>Capta a existência de intermediação informal, muitas vezes abusiva, no acesso ao trabalho migrante. Tal reproduz estruturas de <i>capatazagem</i> (a intermediária) que facilitam o acesso a espaços de trabalho doméstico, frequentemente sob condições exploratórias, atualizando dinâmicas de poder colonial no espaço doméstico metropolitano, enquanto estrutura histórica de gestão racializada da força de trabalho.</p>

LOCALIZAÇÃO ESPECÍFICA

Cruz de Pau e Praça da Ribeira: Venda ambulante de peixe

MEMÓRIA AFETIVA & RELACIONAL	MEMÓRIA DE ORGANIZAÇÃO COMUNITÁRIA
<p>“Fui vender peixe, para a praça da Cruz de Pau. Não só eu; eu, a Maria Segunda, a Beta (D. Albertina) e a Carminha (D. Maria Coelho) fomos vender peixe juntas. Eu vendia, a polícia corria atrás da gente; a polícia para cima e para baixo.” (D. Maria Sábado)</p> <p>“Vendia o peixe ao pé da praça. Quando saía porta a porta, é porque não tinha acabado de vender na praça, [...]. Porque as pessoas de praça pagam a banca. Quando eles não tão a vender, que não têm muito movimento, sabem que nós estamos na rua a vender mais barato. Aí, eles chamam a polícia. E vêm e correm connosco; aquele que dá para agarrar, tomam e levam [a mercadoria] para não sei onde... É que é assim, mas a mim nunca tiraram o meu peixe. [...] Andava sempre a procurar. Quando via já de longe, preparava e saía do sítio. Não ficava à espera.” (D. Maria Segunda)</p>	<p><i>Economia informal feminina</i>: o coletivo de “vendilhonas” das mulheres da Quinta da Princesa funciona como suporte entre as vendedoras de peixe, numa combinação entre trabalho reprodutivo (lides da casa, cuidar dos filhos, hortas...) e produtivo (vender).</p> <p>Elas criam, informalmente, uma estratégia de inteligência e evasão. Não há organização coletiva formal entre as vendedoras, mas uma sabedoria individual de resistência face ao poder (a polícia, os donos das bancas). A organização era de vigilância ativa (“andava sempre a procurar”), mobilidade e conhecimento tático do território. Era uma “guerrilha económica urbana” para garantir o sustento e reivindicar o direito à cidade contra a sua criminalização.</p>

LOCALIZAÇÃO ESPECÍFICA

Cruz de Pau, Corroios, Torre da Marinha (Praça dos Ciganos): Feiras

MEMÓRIA AFETIVA & RELACIONAL

“Nunca trabalhei fora. Trabalhava em casa. [...] Depois de casada, trabalhei mais meu marido, nas feiras também, fazendo as mesmas feiras que os pais faziam.” (D. Estrudes)

“Nós trabalhávamos na feira [...]. Nós trabalhamos nisso tudo, minha querida, não tenho medo de dizer isso, porque isso é trabalho!” (D. Fátima)

MEMÓRIA DE ORGANIZAÇÃO COMUNITÁRIA

O trabalho doméstico (reprodutivo) feminino é reconhecido, nesta narrativa, como trabalho, o que, por diversas vezes, não ocorre devido à invisibilidade e não valorização de tudo o que envolve esta modalidade.

A valorização do trabalho das mulheres ciganas está presente ainda na narrativa de D. Fátima (“não tenho medo de dizer isso, porque isto é trabalho!”).

LOCALIZAÇÃO ESPECÍFICA

Quinta da Princesa: Hortas

MEMÓRIA AFETIVA & RELACIONAL

“Antigamente, as mulheres não trabalhavam. Se ocupavam de casa e das crianças. Tinha a nossa hortinha pequenina. De manhã, ia para a horta, só vinha na parte da tarde, já com o jantar feito, e levámos almoço já feito de casa. Na horta cozinhámos.” (D. Maria Segunda)

MEMÓRIA DE ORGANIZAÇÃO COMUNITÁRIA

A narrativa mostra a falta de reconhecimento do trabalho doméstico (reprodutivo) como “trabalho”, sendo que a horta era um dos espaços fundamentais onde esta forma de trabalho era desenvolvida.

Há que salientar o contraste entre as narrativas de D. Maria Segunda (“Antigamente, as mulheres não trabalhavam”) e de D. Estrudes (“Nunca trabalhei fora. Trabalhava em casa”). Esta tensão permite discutir como o patriarcado e o capitalismo invisibilizam o trabalho reprodutivo e como uma mulher cigana, a partir da sua organização económica familiar, reivindica a visibilidade desse mesmo trabalho.

A aparente contradição entre as narrativas é uma chave para ler a economia oculta do bairro. O que D. Maria Segunda chama “não trabalhar” revela o entendimento de que o trabalho assalariado formal é aquele que é reconhecido e validado pela economia capitalista, em que o/a trabalhador/a vende a sua força de trabalho a um/a empregador/a (patrão/patroa), em troca de uma remuneração.

Já D. Fátima e D. Estrudes reivindicam o trabalho reprodutivo, de raiz comunitária e de sustento familiar, como trabalho pleno, desafiando a cisão patriarcal entre “produtivo” (reconhecido e valorizado) e “reprodutivo” (invisibilizado e desvalorizado enquanto forma de trabalho). A horta, a feira, o cuidado são os pilares de um sistema económico paralelo, feminino e comunitário, que sustenta a vida onde o mercado formal e o Estado faltam. É a epistemologia do trabalho vista de baixo, a partir das mulheres que o realizam.

4. Lugares de economia comunitária & autossustento

Se a primeira categoria revelou a matriz económica ancestral e a sua violação colonial, a quarta apresenta a sua reterritorialização criativa e potente na diáspora. Aqui, analisamos os *Lugares de Economia Comunitária & Autossustento* como o sistema integrado que estrutura a vida do bairro. Da horta coletiva – ato fundador de “roçar a silva” e “parlamento informal” das mulheres – ao pilão na rua e ao comércio de proximidade, desvela-se uma economia viva que opera sob uma lógica da abundância relacional e do cuidado, em contraste direto com a racionalidade capitalista da escassez. Esta categoria demonstra como a comunidade não apenas sobrevive, mas constrói, a partir de baixo, os alicerces materiais e relacionais de uma autonomia coletiva.

LOCALIZAÇÃO ESPECÍFICA
Quinta da Princesa: Hortas

MEMÓRIA AFETIVA & RELACIONAL	MEMÓRIA DE ORGANIZAÇÃO COMUNITÁRIA
“As primeiras hortas fomos nós! [...] A gente foi fazer as hortas, ainda eram silvas. Eram só silvas! [...] A gente ia roçar a silva para fazer as hortas.” (D. Elvira)	Organização pioneira e coletiva de ocupação e transformação do território. Não foi uma horta individual, mas uma ação coletiva para domar o terreno bravio (“roçar a silva”). É a transposição prática do mutirão cabo-verdiano para o novo chão urbano, criando raiz literal e simbolicamente. “Roçar a silva” é um ato fundador do bairro como comunidade, anterior às instituições que se integraram mais tarde.
“Eu trabalho na minha [horta], a minha cunhada trabalha na dela, uma de um lado, a outra do outro e as outras... [...] Daqui, do nosso bairro, eu acho que eram todas [a trabalhar nas hortas], porque eu só me lembro de três senhoras que trabalhavam na casa de patroa.” (D. Maria Segunda)	A horta não é somente um espaço de produção de comida, mas o ponto principal de convívio, convertido em parlamento informal das mulheres.

MEMÓRIA AFETIVA & RELACIONAL

“Você tem o seu e eu ia lá ajudar a limpar; depois amanhã eu posso precisar e você vinha me ajudar.”

(D. Paulina)

“Eu, a Albertina e a Coelhinha almoçávamos juntas, na horta.”

(D. Maria Segunda)

“Eu que fazia e tinha alguma coisa para comer, eu dava a outra senhora um bocadinho; a senhora tirava do seu e dá-me um bocadinho.” (D. Maria Segunda)

“Tinha um bocado de horta lá em cima, ao pé da casa de Paulina, por trás. [...] Quando a gente ia para a horta com as crianças, a gente fazia almoço, punha as crianças na sombra, a comer, e a gente estava a trabalhar na horta, por exemplo, semear ou regar. As crianças estavam lá na sombra, com comida, com água, sempre a ver se estava bem.” (D. Engrácia)

“A horta é muito importante.

A gente tira muita coisa na horta.

[...] Tudo ajuda; dá muita coisa!

[...] Eu tenho a barraca, tinha 40 e tal galinhas. Eu não comprava ovo, não comprava frango, não comprava essas coisas.” (D. Maria Sábado)

MEMÓRIA DE ORGANIZAÇÃO COMUNITÁRIA

A horta tem a função de ser um espaço multifacetado em termos de gestão socioeconómica das mulheres na comunidade:

- Na transposição do saber-fazer do processo integral do “junta mão”.
- Das relações de trocas não monetárias (narrativa de D. Maria Segunda).
- Do exercício das temporalidades específicas das mulheres na gestão do tempo, do trabalho, da produção ao consumo, da alimentação, do cuidado com as crianças e do convívio intergeracional e do parlamento informal.

A horta permite a organização da produção, do espaço e da socialização de forma integrada. Enquanto espaço de trabalho (reprodutivo) ampliado, revela a potência inspiradora da soberania alimentar como estratégia que integra a agricultura familiar, a criação de animais e a geração de renda suplementar (ainda que reduzida), fundamentais enquanto complemento da economia familiar e do abastecimento de proximidade.

Aspetos associados à autogestão e autossustento que integram saberes tradicionais ancestrais estão presentes na produção coletiva de alimentos, na preparação e partilha de refeições na horta e no autoabastecimento quase total, restringindo as compras no mercado capitalista.

MEMÓRIA AFETIVA & RELACIONAL

MEMÓRIA DE ORGANIZAÇÃO COMUNITÁRIA

“A gente não comprava carne, não comprava nada de nada. [...] A gente aprendeu lá [Cabo Verde] e depois, aqui, a gente fez.” (D. Maria Coelho)

“E quando eu tinha a barraca, ali em baixo, eu tinha coelhos, tinha galinha. As galinhas a gente matava e comia os ovos. Também dava para as famílias mais perto, minhas filhas, meu filho.” (D. Paulina)

“Na matança do porco [...] a minha mãe fazia a cachupa, a cachupada, para dar a toda a gente.” (Helena)

A frase proferida por D. Maria Coelho é um princípio ativo de soberania alimentar. Trata-se da reterritorialização de um saber-fazer ancestral introduzido no território da diáspora, que garante autonomia (“a gente fez”), reduz a dependência do mercado (“não comprava nada de nada”) e constrói compromisso comunitário através da partilha (“dava a toda a gente”). É a prática concreta de um projeto político anticolonial e decolonial: o controle comunitário sobre a produção, distribuição, transformação e consumo de alimentos.

LOCALIZAÇÃO ESPECÍFICA**Quinta da Princesa: Pilão na rua – Trocas diretas**

MEMÓRIA AFETIVA & RELACIONAL**MEMÓRIA DE ORGANIZAÇÃO COMUNITÁRIA**

“A gente pisava o milho, que é para fazer a cachupa. No pilão, aqui na rua mesmo [rua Cidade da Praia], em frente. E a Carminha também pisava milho para vender, para fazer com a cachupa. A gente pisava, tirava a farinha e xerém e depois dava aos outros.” (D. Juliana)

“Os miúdos já tinham crescido mais um bocadinho. Eles já ajudavam a tirar a grama, a tirar as pedras e vai pondo de fora e a mãe vai cavando o chão. [...] E a gente tirava e dava uns aos outros também. Quem que não tinha a gente dava. E até ainda quem tem dá a quem não tem.” (D. Maria Carolina)

A *organização da economia comunitária informal*, liderada pelas mulheres, inclui a dádiva, as trocas e faz com que o espaço público seja apropriado como a extensão da cozinha e do moinho comunitário. Não há regras formais, mas uma ética da partilha (“dava aos outros”) e uma rede de microeconomia feminina (a Carminha vendia). É a socialização do trabalho reprodutivo (preparação do alimento básico) transformado em cimento social.

Esta forma de economia centrada nas trocas, na dádiva e na utilização do pilão para pisar o milho e vender, opera sob uma lógica (racionalidade) da abundância, em nítido contraste com a lógica capitalista da escassez e da acumulação privada. O valor gerado não é o lucro, mas o fortalecimento das relações comunitárias e do tecido social.

LOCALIZAÇÃO ESPECÍFICA

Quinta da Princesa: Outros locais de trabalho das mulheres na comunidade (supermercado de D. Laura e dinamização do clube por D. Maria Sábado)

MEMÓRIA AFETIVA & RELACIONAL	MEMÓRIA DE ORGANIZAÇÃO COMUNITÁRIA
<p>“A D. Laura tinha supermercado. Era um desses mercados lá em cima; era deles, dela e do marido. [...] A D. Laura me apanhava e me conseguia pôr, me dava boleia e trazia o meu avô para baixo.” (D. Engrácia)</p> <p>“Tive a explorar um café, no clube, dois anos [...] fazia música ao vivo, comida, enchia o clube.” (D. Maria Sábado)</p>	<p>O comércio local é tratado como espaço relacional e de confiança. Mostra que a economia comunitária não é purista, mas incorpora formas de mercado sob uma ética relacional (“dava boleia”), que subverte a lógica fria e distante da compra e venda.</p> <p>Movimenta o “espírito” da comunidade com a “música ao vivo, comida”, com a alegria e convívio que ela, enquanto mulher da comunidade, providencia. É uma economia ao serviço da sociabilidade, e não o contrário.</p> <p>Portanto, a economia comunitária associa formas híbridas e táticas (usando o que está ao alcance para construir na comunidade) que se conjugam.</p>

As experiências retratadas neste bloco manifestam uma coconstrução autónoma do saber-fazer reterritorializado pelas mulheres. Traz uma dimensão de organização socioeconómica de cariz comunitário, que funda e desenha um novo território recém-habitado na diáspora. Este saber-fazer organizativo ancorado na ancestralidade em movimento – do ‘junta mão’ à soberania alimentar – constitui mais do que uma estratégia de sobrevivência. Ele forma a base material e relacional de um potencial político transformador: uma economia comunitária (que inclui o cuidado e a partilha) que, como veremos no próximo capítulo, oferece princípios concretos para imaginar e construir modos de vida que, atualmente, se distanciam das formas capitalistas dominantes de produção da vida.

5. Lugares de festa – Celebração coletiva e solidariedade

Nesta categoria, a festa é analisada muito para além do seu carácter lúdico. Ela revela-se como uma tecnologia política fundamental da comunidade: um modo de ocupar e significar o espaço, através da partilha e da produção de sociabilidade. Do Natal prolongado e dos casamentos ciganos – com seus toldos e bidões a territorializarem a rua – às festas itinerantes que percorrem as casas, desvelamos como a celebração constrói o “comadrio” como irmandade política, opera uma ética radical da inclusão (“pode ir na mesma”) e funciona como infraestrutura de cuidado coletivo, inclusive nos momentos de luto. Aqui, a alegria é uma forma de trabalho comunitário e de resistência cultural.

LOCALIZAÇÃO ESPECÍFICA

Quinta da Princesa: Ringue da Quinta (25 de Abril)

MEMÓRIA AFETIVA & RELACIONAL

Ringue da Quinta (25 de Abril)
“Eu lembro-me, principalmente, de quando era o 25 de Abril. Festejávamos sempre ali no ringue, com os cravos.”
(Helena)

MEMÓRIA DE ORGANIZAÇÃO COMUNITÁRIA

Esta celebração, organizada pela Câmara Municipal do Seixal, é retratada como memória viva do bairro. Ela contrasta com as festas horizontais e auto-organizadas que surgem da comunidade, as quais territorializam o espaço a partir das suas próprias lutas, culturas e temporalidades (como o “Natal prolongado” cigano ou as festas de coprodução).

A questão para reflexão é se a celebração oficial do 25 de Abril (fim da ditadura), na ocasião das comemorações, contribuiu para o silenciamento das lutas anticoloniais e antirracistas (que continuam a existir) ou se houve a preocupação com a inclusão e visibilidade destes processos que ocorreram simultaneamente.

Vale a pena destacar a importância e atualidade de celebrar o 25 de Abril, não apenas enquanto passado revolucionário, mas como forma de enfrentar um outro marco geopolítico: o neocolonialismo, as novas formas de imperialismo e o multilateralismo que exigem novos espaços de reflexão e ação.

Esta memória afetiva revela uma conceção de festa cívica distinta: institucional e centrada num marco histórico nacional.

LOCALIZAÇÃO ESPECÍFICA

Quinta da Princesa: Espaços domésticos – Casas (batizados, aniversários, casamentos, Natal e Ano Novo)

MEMÓRIA AFETIVA & RELACIONAL

“Ano Novo, Natal, também era isso, passamos nas casas de todas. Era já de tarde, até à manhã do outro dia. Andamos nas casas todas, para cima e para baixo.” (D. Maria Segunda)

“Na passagem de ano, a gente saía nas varandas, batia com tampas de panela [...] os miúdos vinham pedir uma moedinha.” (Helena)

“O Natal era tão bonito! O meu marido se perdia com aquele acordeão a tocar pra cima e pra baixo. [...] Vinha na porta: ‘Toma!’ Era camarão, pastel.” (D. Vitória)

“A festa não era só do dono da festa que fazia, não. Era os vizinhos; tudo ajudava. [...] Você faz uma coisa e leva, eu levo um saco, outra pessoa vem traz um saco, cada um vem traz uma coisa e a gente vai juntando. Tá uma festa feita!” (D. Maria Carolina)

“No Natal, uma corre para casa de outra, no Ano Novo, é sempre assim, no mesmo prédio, no mesmo piso. [...] Ou vou para Paulina ou vou para a minha vizinha da frente. Há convívio.” (D. Laura)

MEMÓRIA DE ORGANIZAÇÃO COMUNITÁRIA

Festa como ocupação do espaço: a celebração transforma temporariamente a varanda, as casas, as ruas, em espaço comum de pertença e alegria partilhada, redesenhando os limites do público e do privado.

Festa como organização do bem comum itinerante e do “comadrio” como irmandade política: a festa não acontece num lugar, mas percorre o território das casas, que se abrem umas às outras. Tal organização é de coprodução descentralizada (“não era só do dono da festa que fazia”) e itinerância coletiva (“passamos nas casas todas”).

O “comadrio” (parentesco afetivo) é a estrutura afetiva e prática que sustenta esta rede, criando laços de obrigação mútua e cuidado que vão além da vizinhança.

Festa como organização coletiva e horizontal: partilha de alimentos, tarefas e custos; festa como forma de coconstrução comunitária.

MEMÓRIA AFETIVA & RELACIONAL

“Sete dias já não são. É só no dia do funeral. Só faz uma vez e pronto. Ou, por exemplo, missa de sétimo dia também, se tiver muita gente, porque vamos acompanhar uns aos outros, vamos ajudar uns aos outros. São as pessoas da família que fazem as suas compras, mas eu vou lá ajudar, [...] fazemos essas partilhas de ajuda, tudo leva uma coisa. As coisas funcionam assim. Quando faleceu o filho da D. Augusta, recentemente, todos nós e lá, na casa dela, a comida foi assim, porque ela tem uma varanda assim em comum. Compra gás, fogão e cozinhamos naquela quarentena. Todos nós vamos ajudar. Vamos cozinhar ali, tudo ali junto. Levamos, por exemplo, uma coisinha na mão.” (D. Elvira)

“Os nossos filhos não querem. O meu disse assim: Mãe, não vai contar com isso, porque nós, não!’ Porque isso, já somos nós, que somos mais velhos. Eles não concordam, porque quando uma pessoa morre, [os familiares] precisam descansar.” (D. Elvira)

MEMÓRIA DE ORGANIZAÇÃO COMUNITÁRIA

Há uma adaptação de rituais cabo-verdianos, com resistência da segunda geração em manter na totalidade as tradições dos velórios.

LOCALIZAÇÃO ESPECÍFICA

Quinta da Princesa: Espaços de peregrinação
– Excursões a Fátima e Serra da Estrela

MEMÓRIA AFETIVA & RELACIONAL

“Nessas excursões, cruzávamos com vizinhos que eu não via no dia a dia. Dava para dar uma palavra e ir convivendo.” (Helena)

MEMÓRIA DE ORGANIZAÇÃO COMUNITÁRIA

Estes espaços exteriores complementam e reforçam a dinâmica comunitária, contribuindo para a sociabilidade e o conhecimento mútuo fora do contexto da vida no bairro.

LOCALIZAÇÃO ESPECÍFICA

**Quinta da Princesa: Capela de São José (ou a antiga, no anterior espaço)
– Missa de Natal e Festa de São José**

MEMÓRIA AFETIVA & RELACIONAL

“Data que comemorava junto era Natal, Ano Novo e Páscoa, que juntava mais para comemorar. Porque sempre, de manhã, uma pessoa vai à missa, encontra conhecidos e, depois, voltamos para nossa casa.” (D. Engrácia)

“A Festa de São José começou depois que a gente teve essa capela ali. Acho que tem por volta de três anos. Porque a missa era lá naquela casa, ali na curva do palácio.” (D. Paulina)

MEMÓRIA DE ORGANIZAÇÃO COMUNITÁRIA

A igreja como ponto de reconhecimento e integração.

LOCALIZAÇÃO ESPECÍFICA

**Quinta da Princesa: Rua Cidade da Praia (festas da comunidade cigana)
e nas próprias casas, nesta rua**

MEMÓRIA AFETIVA & RELACIONAL

“Fazíamos toldos grandes na rua [...]. Foram muitos casamentos aqui.” (D. Estrudes)

“O Natal a gente sabe que é um dia, né? Mas a gente começa antes e acaba depois.” (D. Estrudes)

“Era, muitas vezes, dentro de casa. E quando era muita gente era na rua. Mas tínhamos aquecimentos. Não era bem fogueira, mas eram bidões. [...] Cortam-se ao meio [...] os carvões ficam assim a acender. É bonito.” (D. Estrudes)

MEMÓRIA DE ORGANIZAÇÃO COMUNITÁRIA

Festas como tecnologia de territorialização da comunidade cigana (casamentos e Natal prolongado): esta comunidade ocupa e transforma o espaço público (rua) com estruturas efémeras (toldos) e aquecimento coletivo (bidões como braseiros), marcando o espaço com a sua cultura, duração e calor coletivo, num exemplo de apropriação criativa do espaço urbano.

Mostra como a cultura é potente na ocupação e ressignificação do espaço.

LOCALIZAÇÃO ESPECÍFICA

Quinta da Princesa: Praceta Cidade de São Tomé e arredores
– Festa do Povo ou Festa da Tabanka

MEMÓRIA AFETIVA & RELACIONAL

“A Festa [do Povo] eles começaram do padre; vem dar a missa. Mas isso foi ultimamente, não é de muitos anos.”

(D. Maria Carolina)

“Acho que vai fazer agora 22 anos a Festa do Povo, que é a festa do convívio [...] Eu participo desde o começo.” (D. Paulina)

MEMÓRIA DE ORGANIZAÇÃO COMUNITÁRIA

Festa de cariz comunitário, promovida por moradoras e moradores da Quinta da Princesa, pertencentes à comunidade católica, em parceria com diversas entidades e autarquias locais.

LOCALIZAÇÃO ESPECÍFICA

Quinta da Princesa: Largo da Quinta (São João, Natal, Ano Novo);
Igreja Filadélfia (casamentos); salões ou ar livre

MEMÓRIA AFETIVA & RELACIONAL

“Nós fazíamos: a gente punha ali um grande pano armado, ali naquele largo, e púnhamos ali umas grandes mesas e comíamos e bebíamos, cantávamos, dançávamos, brincávamos uns com os outros. Era a nossa festa!” (D. Fátima)

“Cada um levava aquilo que queria. Se houver alguém que não tenha para levar, pode ir na mesma.” (D. Fátima)

“Casamentos, houve muitos [...] aqui. Muitos já faziam [...] num salão de festa. Havia alguns que gostavam mais de fazer ao ar livre.” (D. Fátima)

MEMÓRIA DE ORGANIZAÇÃO COMUNITÁRIA

Festas ciganas como ocupação e transformação temporária do espaço público (panos armados, mesas no largo). Não se trata de decoração, mas de um saber-fazer ancorado na ancestralidade em movimento, materializada em estruturas efêmeras.

Festas ciganas como ética da inclusão: contrariam a lógica do individualismo (“Se houver alguém que não tenha para levar, pode ir na mesma”).

Por sua vez, a participação de não ciganos, é um gesto político potente. Num contexto social marcado pelo anticiganismo, a comunidade cigana não se fecha, antes oferecendo publicamente um modelo alternativo de festa e de relação, baseado na dádiva e na comunhão. É uma forma de resistência através da generosidade, construindo pontes de reconhecimento mútuo a partir da sua própria cultura.

LOCALIZAÇÃO ESPECÍFICA

Quinta da Princesa: Grupo de Batuque das Mulheres da Quinta da Princesa

MEMÓRIA AFETIVA & RELACIONAL

“A gente era um grupo de mulheres que fazia um batuque. [...] A gente se divertia muito!” (D. Maria Sábado)

MEMÓRIA DE ORGANIZAÇÃO COMUNITÁRIA

Este grupo, constituído por mulheres, é mais do que uma expressão cultural; é uma tecnologia de cuidado coletivo e de saúde comunitária. Através da música, elas geram alegria, fortalecem laços e criam um espaço autónomo de resistência e afirmação, demonstrando como o trabalho reprodutivo se expande para a esfera da produção cultural e do bem-estar comunitário. Revela a cultura como eixo de resistência, pertença e construção comunitária.

6. Lugares de brincadeira & socialização infantil

Ao visitar os *Lugares de Brincadeira e Socialização Infantil*, exploramos como a comunidade se reproduz social e culturalmente através das suas crianças. O foco está na rua como “quintal comum” e primeira instituição decolonial, onde se forjou, na brincadeira interétnica desimpedida, a geração de “crias da Quinta” – um sujeito coletivo com laços horizontais que antecederam qualquer discurso sobre diversidade. A “Pedagogia da Rua” surge com um “currículo” invisível de autonomia e convivência, a vigilância comunitária difusa como tecnologia de cuidado ancestral, e a coexistência de diferentes modelos de socialização (comunitária e familiar) que revelam a textura não hierarquizada da vida na diáspora. Aqui, a infância é mostrada como um laboratório vivo do futuro comunitário.

LOCALIZAÇÃO ESPECÍFICA

**Quinta da Princesa: Ruas como quintal comum;
pátios entre prédios**

MEMÓRIA AFETIVA & RELACIONAL

“As minhas crianças moravam e brincavam na rua umas com as outras; com as crianças de D. Juliana, com crianças de ciganos da rua Cidade da Praia [...], brincavam tudo até tarde na rua. De noite iam pra casa.” (D. Maria Coelho)

MEMÓRIA DE ORGANIZAÇÃO COMUNITÁRIA

Socialização interétnica naturalizada: a brincadeira na rua era o principal veículo de integração entre crianças cabo-verdianas, ciganas e portuguesas, antes de qualquer discurso sobre diversidade. Esta convivência naturalizada não é um acidente. É o resultado de uma decisão coletiva implícita das mães – cabo-verdianas, ciganas, portuguesas – que, ao permitirem que os filhos partilhassem o mesmo “quintal comum”, construíram os alicerces relacionais de um bairro não segregado. A rua tornou-se assim a primeira instituição decolonial da Quinta da Princesa, operando sob uma lógica de pertença de poder partilhado, que antecede e desautoriza preconceitos.

Socialização infantil intercultural e integrada no espaço público, sem segregação aparente, constituindo uma geração de “crias da Quinta” com laços horizontais fortes.

MEMÓRIA AFETIVA & RELACIONAL	MEMÓRIA DE ORGANIZAÇÃO COMUNITÁRIA
<p>“As crianças brincavam juntas e davam-se bem. O mais velho tomava conta do mais pequeno.” (D. Augusta)</p>	<p><i>Vigilância comunitária difusa:</i> as crianças brincavam sob o olhar umas das outras, neste caso, de um dos irmãos, e não supervisionadas diretamente pelas mães e vizinhas, gerando uma prática de segurança informal. Esta vigilância difusa, delegada entre pares etários, é uma tecnologia de cuidado ancestral em movimento. Ela descentraliza a responsabilidade, fomenta a autonomia e a responsabilidade das crianças mais velhas e liberta tempo de trabalho para as mulheres, funcionando como um sistema eficiente e comunitário de proteção social infantil.</p>
<p>“Na altura, as crianças brincavam na rua até à noite; a gente não tinha medo das crianças na rua.” (D. Maria Carolina)</p>	<p><i>Interação das crianças nos espaços públicos,</i> sem restrições, com a percepção de existência de segurança.</p>
<p>“Brincavam, riam, nesse tempo, brincavam ao arco, ao bolindre [berlinde], depois juntavam-se aqui, brincavam à bola.” (D. Fátima)</p>	<p><i>Socialização infantil através de jogos tradicionais e futebol</i> no espaço público da Quinta da Princesa, num ambiente seguro e comunitário.</p>

LOCALIZAÇÃO ESPECÍFICA

Quinta da Princesa: Horta

MEMÓRIA AFETIVA & RELACIONAL

“Nós íamos à escola e passávamos na horta. Na horta, a semear, e depois [...] brincávamos na rua.” (Helena)

“A gente ficava, no fim de semana, mais na horta e na sombra com os nossos filhos. [...] No domingo, só parte da manhã, porque eles tinham que estudar.” (D. Engrácia)

MEMÓRIA DE ORGANIZAÇÃO COMUNITÁRIA

Horta com dupla função: como espaço lúdico e de aprendizagem prática, ligada à agricultura familiar.

Horta como espaço de lazer das crianças, associado ao convívio familiar, uma vez que eram acompanhadas pelas mães, com a possibilidade de brincar entre os talhões.

LOCALIZAÇÃO ESPECÍFICA

Quinta da Princesa: Escola – a “escolinha” primária local

MEMÓRIA AFETIVA & RELACIONAL

“Quando eu saí, em 1994, não tinha esse clube. Tinha uma escola pequenina, de 1.ª classe, onde a minha filha e muitas crianças andaram a estudar. [...] Nem essa escola de lá de baixo. No início, as crianças de 1.º Ciclo [...] andavam onde estão esses caixotes de lixo. Havia lá uma casinha. É aí que começa e, depois, vai para baixo.” (D. Maria Segunda)

“As crianças viviam em casa, calmamente, connosco, e quando saíam na rua iam para a escola com os colegas. Davam-se bem uns com os outros, jogavam, brincavam na rua, jogavam bola.” (D. Engracia)

MEMÓRIA DE ORGANIZAÇÃO COMUNITÁRIA

Escola comunitária provisória como primeiro espaço educativo formal da Quinta da Princesa.

Escola conectada ao entorno, na intersecção pedagógico-lúdica (escola-rua). Neste sentido, tem o papel de facilitar o encontro e a aprendizagem com a “Pedagogia da Rua”, em que esta funciona como um espaço de aprendizagem social autónoma, onde se espera que as crianças resolvam conflitos, criem regras de jogo e estabeleçam hierarquias próprias.

LOCALIZAÇÃO ESPECÍFICA

**Quinta da Princesa: Casas das famílias
(irmãs cuidando umas das outras)**

MEMÓRIA AFETIVA & RELACIONAL

“Uma tomava conta da outra. Os vizinhos não ajudavam. Essa parte [esse costume] já ficou lá na terra.” (D. Laura)

“A Josefa [afilhada que criou desde os 2 anos] ficava com as minhas filhas.” (D. Paulina)

MEMÓRIA DE ORGANIZAÇÃO COMUNITÁRIA

Socialização e cuidados infantis delegados às irmãs mais velhas, dentro de casa, diferentemente das práticas comunitárias em São Tomé e Príncipe.

Socialização e cuidado delegados a membros da família alargada (afilhada), numa lógica de responsabilidade coletiva.

Esta pluralidade, longe de ser uma fraqueza, é a textura real e não hierarquizada da vida social na diáspora. Ela exemplifica uma interseccionalidade vivida: as diferentes posições das mulheres (origem, redes disponíveis, momentos de vida) geram formas igualmente válidas e contextualizadas de organizar o cuidado, que se entrelaçam para sustentar a infância.

7. Lugares de aprendizagem & consciencialização

Esta categoria desloca o centro gravitacional do que se entende por “aprendizagem”. Ela traça a jornada da comunidade desde a violência epistémica da “escola negada” – em que a exclusão colonial e patriarcal forjou a não escolarização, mesmo quando a vontade familiar existia – até à invenção de uma “Escola da Vida”: um “currículo” comunitário, transmitido na prática e na luta, que ensinou desde a autoestima e o respeito intercultural até à consciência anticolonial. Por fim, culmina na *Escola de Saberes das Mulheres da Quinta da Princesa*, onde a alfabetização tardia se torna um ato político de reparação e afirmação de um princípio organizativo próprio. Aqui, revela-se a epistemologia decolonial da Quinta da Princesa: um saber que brota da resistência, do trabalho e da vida partilhada.

LOCALIZAÇÃO ESPECÍFICA

Países de origem das Mães–Avós: Escola negada

MEMÓRIA AFETIVA & RELACIONAL

“A escola existia e não podia entrar. [...] Mulher não podia estudar. É a ignorância.”
(D. Maria Segunda)

“Antigamente, os pais não queriam colocar as meninas na escola, porque diziam que iam casar cedo, iam arranjar namorado. Era a tradição que eles tinham.”
(D. Paulina)

MEMÓRIA DE ORGANIZAÇÃO COMUNITÁRIA

A violência colonial e patriarcal, embora não descodificada, está implícita na crítica de que “a escola existia”, mas “mulher não podia estudar”, justificando-a a partir da “ignorância” e “para não escrever ao namorado”.

Nas histórias de vida destas Mães-Avós (capítulo 2) percebe-se a orientação da mulher (e crianças, em geral) para o trabalho precoce, destinado ao apoio familiar. A perspetiva patriarcal de que “iam casar cedo, iam arranjar namorado” é bem-vinda para sustentar e/ou ocultar a prioridade de estarem totalmente disponíveis para o trabalho.

MEMÓRIA AFETIVA & RELACIONAL	MEMÓRIA DE ORGANIZAÇÃO COMUNITÁRIA
<p>“A minha mãe queria que eu estudasse [...] mas queria comprar um livro que se chamava <i>Cartilha</i> [...] para o meu irmão e o meu primo me ensinar em casa. Eu não queria. [...] Eu não queria porque eu queria ir para a escola como os outros.” (D. Elvira)</p>	<p>O relato de D. Elvira (“Eu queria ir para a escola como os outros”) é um grito de revolta contra o destino social que lhe era imposto. A recusa em aprender em casa (“não queria”) é uma recusa da segregação educativa que a confinava ao espaço doméstico e negava o direito ao espaço público de aprendizagem. Esta exigência de igualdade de acesso é, no seu núcleo, uma contestação prática da ordem social colonial-patriarcal que destinava as meninas pobres e racializadas ao trabalho e ao casamento, não ao conhecimento formal.</p>
<p>“Nem toda a gente, às vezes, tinha a possibilidade de pôr [os filhos na escola], porque escola era longe de casa. Muitos pais tinham medo de deixar as crianças sair para ir para as escolas, por serem, principalmente, mais novos e havia os outros colegas mais velhos. [...] Não passava carro nenhum. Tinha que andar quilómetro e mais quilómetro a pé, porque não havia estrada que chegava no sítio onde a gente morava. Naquela altura, era com 8 anos que entrava na escola. Quando começou a escola mais perto de casa, todos os pais puseram os filhos a estudar. Mesmo quando não podiam ir mais longe – porque também os materiais eram caros.” (D. Engrácia)</p>	<p>Identifica diversos constrangimentos no período colonial que dificultam ou impedem o acesso à escola: distância de casa; crianças muito novas para acesso autónomo à escola (idade mínima 8 anos) e conseqüente insegurança; falta de transportes e infraestruturas (estradas) e materiais escolares caros. Assim, a “proteção” patriarcal revela-se como o rosto moral de uma dupla violência: a <i>colonial</i>, que nega infraestruturas e obriga ao trabalho precoce para a subsistência; e a <i>patriarcal</i>, que naturaliza a subalternidade das mulheres. A escola era negada não por uma, mas por duas estruturas entrelaçadas que convergiam no mesmo objetivo: manter certos corpos disponíveis para o trabalho e a reprodução, e não para a autonomia intelectual.</p>
<p>“A gente vivia de trabalho, pronto. Aí começou a escassear a chuva; [...] quando não há chuva, já é muito menos a alimentação. Só com a água que foi regada da horta é pouco, não chega para ter alimento suficiente. Tinha que procurar trabalho para ganhar dinheiro, que é para poder alimentar a família.” (D. Engrácia)</p>	<p>Reforça a ideia de que o trabalho é o elemento central da organização familiar (sustento) e não a escola. Fatores como a ausência de chuvas tiram o foco da agricultura familiar para a procura de outros tipos de trabalho (estradas, por exemplo). As crianças e jovens têm, assim, a corresponsabilidade de trabalhar em prol da economia familiar.</p>

LOCALIZAÇÃO ESPECÍFICA

Países de origem das Mães-Avós:

Escola permitida e/ou valorizada e limitada

MEMÓRIA AFETIVA & RELACIONAL

“Eu demorei a ir para a escola. Tinha 9 anos. O meu pai gostava! Quando estávamos atrasadas, levava a gente. [...] Quando saí, já sabia fazer divisão de terceiro algarismo. Eu fiz até à 3.^a classe.”
(D. Paulina)

“Nós éramos dez e ficamos oito. Depois, para aguentar tudo ao mesmo tempo, como no meu caso, quando eu saí, com 14 anos, os mais novos continuaram. A 4.^a classe fiz aqui; lá cursei até à 3.^a classe.”
(D. Engrácia)

“No meu país, só posso dizer, na altura que eu nasci, maravilhas. Aquilo foi um sonho, um sonho. Porque tínhamos de tudo [...]. Os meus pais eram descendentes de portugueses [...]. A minha mãe era doméstica e o meu pai era tipógrafo. Éramos três [irmãos] [...]. Vivíamos fora da cidade. O meu irmão foi estudar para a Rodésia, porque, na altura, íamos para a Rodésia para estudar. A minha irmã mais nova, também. Eu estudei, mas foi mesmo num colégio particular. Éramos bem aceites na escola. O meu pai foi um grande lutador para dar sempre o melhor para os filhos. Depois da escola oficial, digamos assim, tirei o meu curso e depois comecei a trabalhar. [...] Comecei a trabalhar aos 14 anos, sempre no escritório, no despachante.” (D. Eulália)

MEMÓRIA DE ORGANIZAÇÃO COMUNITÁRIA

Estas experiências apresentam perspectivas de valorização da educação formal por parte dos progenitores, mas o acesso é limitado pelas condições socioeconómicas das famílias.

Existem aspetos desta experiência de vida contrastantes com as restantes. Embora os territórios sejam diferentes, é o mesmo período histórico, de domínio colonial português.

Os pais são descendentes de portugueses. Há um elogio da abundância (“tínhamos de tudo”), associada a uma estabilidade socioeconómica, sendo o local de moradia mais próximo da área urbana. A educação é permitida e valorizada, com membros da família a estudarem na antiga Rodésia.

Apesar de ter iniciado cedo o seu percurso de trabalho, houve preparação académica substancialmente melhor em relação às outras Mães-Avós (considerando-se o período em causa) (“Depois da escola oficial, digamos assim, tirei o meu curso e depois comecei a trabalhar”), evitando o trabalho pesado e precário que tiveram as demais.

MEMÓRIA AFETIVA & RELACIONAL	MEMÓRIA DE ORGANIZAÇÃO COMUNITÁRIA
	<p>Tal evidencia como a colonialidade do poder (colonial e patriarcal) opera produzindo “privilégios” de classe e proximidade com o colonizador.</p> <p>Estas narrativas tornam complexas as regras de exclusão, mostrando a matriz interseccional do poder colonial (classe social, raça e género).</p>
<p>“Em 1983, eu fui tirar aí o curso de costura.” (D. Paulina)</p> <p>“Olha que eu saio da minha casa, vou para a Universidade Sénior.” (D. Laura)</p>	<p>Com estas Mães-Avós, é possível aprender que a formação profissional aparece como estratégia de autonomia económica feminina, no contexto migratório, sob a forma de capacitação na área da costura.</p> <p>Por sua vez, o desejo reprimido é depois reivindicado na procura ativa de conhecimento na maturidade. Tal procura de aprendizagem tardia (Universidade Sénior) afirma-se como ato de resistência e autorrealização, como lugares de construção de poder-saber.</p>

LOCALIZAÇÃO ESPECÍFICA

Países de origem das Mães-Avós: “Escola da Vida”

– Observação do mundo e poder de ação

MEMÓRIA AFETIVA & RELACIONAL

MEMÓRIA DE ORGANIZAÇÃO COMUNITÁRIA

“Eu tava lá com a minha mãe, [...] tava a ajudar a minha mãe [que] trabalhava. Depois encontrei aquele rapaz que mandou a carta. E a minha mãe disse: ‘Não!’ Eu disse: ‘Ó, ó, ó, não vou perder essa sorte; não vou perder isto, não!’”
(D. Maria Coelho)

Aprendizagem da autonomia: poder de decisão sobre a própria vida, rompendo a dependência de ajuda à mãe.

“Sei fazer quase tudo e considero que sou inteligente. Não sei ler, mas não tem nada a ver [...] com a minha inteligência. Não sou pior e não sou melhor. Sou igual a toda a gente. Nós somos todos iguais; o que nos define é o carácter de cada um. Isso já define o modo de ser diferente.”
(D. Augusta)

Aprendizagem da autoestima e da valorização da formação do carácter como diferencial entre as pessoas.

“Desde criança me ensinaram isso. Nunca faltei ao respeito a ninguém, nem a um superior, nem às pessoas da minha idade. Têm que me respeitar e eu respeito as pessoas também.” (D. Engracia)

Aprendizagem pela transmissão oral de valores: educação baseada no respeito e na autoestima.

“Você é preto ou preta... Mas, agora, já passou, porque o preto e o branco já misturaram. Mas era complicado! [...] Tanta porrada que eu, Maria, já dei no autocarro [...] por me chamarem de preta.” (D. Maria Sábado)

Aprendizagem pela experiência do racismo e da luta por espaço; consciência crítica sobre estereótipos e escola da vida como formação em resistência.

MEMÓRIA AFETIVA & RELACIONAL

MEMÓRIA DE ORGANIZAÇÃO COMUNITÁRIA

“Eu respeito a cultura dos outros e eles respeitam a minha. Isso sempre aconteceu aqui. [...] Eles respeitam a nossa tradição, as nossas festas, quando perdemos um ente querido... e nós respeitamos eles também. Sempre tivemos bons vizinhos, sempre com apoio. Às vezes quando é preciso vêm, conversam connosco, dão-nos apoio. É interessante! Somos tão diferentes, culturas tão diferentes, mas, no fundo, sabemos respeitar uns aos outros.” (D. Estrudes)

Aprendizagem quotidiana do respeito intercultural e da negociação de diferenças através da convivência próxima, sem mediação institucional.

“Há 40 anos atrás, não deixavam os de etnia cigana ficar mais de 24 horas num terreno. [...] como é que uma pessoa vai aprender a ler e escrever?” (Tiago)

Aprendizagem através da consciência histórica e política transmitida oralmente sobre a perseguição, a negação de direitos (habitação, educação) e a discriminação laboral das comunidades ciganas.

“O cigano, quando tá a trabalhar num sítio, faz tudo por tudo para não o despedirem.” (D. Fátima)

Aprendizagem da autodefesa como forma de resistência às pressões causadas pelos estereótipos e discriminações, manifestada através da dedicação para que o trabalho seja considerado impecável, evitando possíveis despedimentos.

“Agora está muito melhor. Se eu precisava de uma senhora, eu tinha de ir à casa dela. Não havia telefone, não havia assim muita coisa. Nem havia televisão. As pessoas estavam mais juntas, para ir à casa de umas das outras, mas agora estão mais juntas através do telemóvel.” (D. Maria Segunda)

Aprendizagem das novas tecnologias para o balanço crítico da comunicação entre mulheres e os novos contornos que produzem na vida comunitária. Se, por um lado, facilitam a comunicação (evitam deslocações), por outro, reduzem o tempo de contacto presencial.

Contudo, existe uma avaliação positiva. Vale lembrar que, não havendo apenas um elevador a funcionar na rua Cidade da Praia, o isolamento seria tendencialmente maior pela dificuldade de locomoção (tal como já acontece com várias/os moradoras/es).

MEMÓRIA AFETIVA & RELACIONAL**MEMÓRIA DE ORGANIZAÇÃO COMUNITÁRIA**

Se a escola formal foi negada ou limitada, a comunidade desenvolveu uma ‘Escola da Vida’: um currículo invisível, transmitido oralmente e na prática, que ensinava desde a autoestima e o caráter até à consciência política anticolonial e antirracista. Esta é a epistemologia decolonial gerada na experiência: um saber que não liberta do trabalho, mas liberta no e através do trabalho e da luta quotidiana.

LOCALIZAÇÃO ESPECÍFICA**Quinta da Princesa: Escola da saúde****– Saberes tradicionais e serviço público de saúde**

MEMÓRIA AFETIVA & RELACIONAL**MEMÓRIA DE ORGANIZAÇÃO COMUNITÁRIA**

“Uma pessoa estava doente [...] a gente usava chá de alecrim e passava. [...] A gente já nem lembra mais daquilo. É tudo no hospital.” (D. Vitória)

“Quando é pior, uma pessoa toma a direção ao médico. [...] As mezinhas ainda são bastante usadas. [...] Uma gripezinha e toma não sei quê, toma não sei quê.” (D. Vitória)

“O meu médico era do meu marido, dos meus filhos [...] Era a Dr.^a Helena Teixeira. Agora é tudo muito complicado.” (D. Juliana)

Transmissão intergeracional de saberes agro-medicinais e uso do sistema de saúde público, complementado com saberes tradicionais.

Saúde como espaço educativo: a relação de proximidade e continuidade com a médica de família foi um modelo pedagógico de cidadania em saúde, cuja perda é sentida como um retrocesso.

LOCALIZAÇÃO ESPECÍFICA

Quinta da Princesa: Escola da terra

– transmissão intergeracional de saberes agrícolas

MEMÓRIA AFETIVA & RELACIONAL

“O meu pai ensinou a gente a plantar mandioca, batata. Batata é uma corda que anda assim, a gente corta, junta, mete assim na terra e deixa só a pontinha. E a mandioca é um pau. Tem aquele assim, o olho, a gente diz que o olho a gente corta, no comprimento, mas tinha que ser aquele olho para cima, que é para depois rebentar para cima.” (D. Juliana)

MEMÓRIA DE ORGANIZAÇÃO COMUNITÁRIA

Transmissão oral, intergeracional e prática de saberes agrícolas (plantio de mandioca, batata-doce), como sistema de conhecimento legítimo e resistente às pressões do esquecimento.

LOCALIZAÇÃO ESPECÍFICA

Quinta da Princesa: Escola de saberes das mulheres

MEMÓRIA AFETIVA & RELACIONAL

“A escola faz todo o sentido. [...] eu conhecia as letras, mas não sabia colocar juntas.” (D. Maria Segunda)

MEMÓRIA DE ORGANIZAÇÃO COMUNITÁRIA

Luta coletiva pela alfabetização: mobilização comunitária (em parceria com o MDM) para criar espaços próprios de aprendizagem que reparassem a exclusão histórica.

“Meu Deus, depois de 71 anos, afinal, carreguei essa mala para ir para a nossa escola [...]. Eu fiquei tão contente!” (D. Vitória)

Escola de Saberes como espaço de alfabetização tardia e de construção de poder emancipatório (“afinal, carreguei essa mala”).

A *Escola de Saberes das Mulheres da Quinta da Princesa* simboliza um duplo movimento: é a reparação de uma dívida histórica (a alfabetização negada) e, ao mesmo tempo, a afirmação de um princípio organizativo futuro. Ela demonstra que o potencial transformador da comunidade (a ser explorado no próximo capítulo) reside, precisamente, nesta capacidade de institucionalizar, a partir de baixo, os saberes e as lutas que a “Escola da Vida” forjou.

8. Lugares de acolhimento & mediação institucional

Esta categoria mapeia o complexo espectro de mediações entre a comunidade e as instituições. Revela que a comunidade não as rejeita, mas as avalia e incorpora a partir de um critério claro: valoriza as mediações que se constroem sobre uma base técnico-afetiva, que garante direitos universais que amplificam a pressão coletiva e fomentam a autonomia. Inclui desde a mediação religiosa até à infraestrutura informal do cuidado entre vizinhas. O lado oposto deste espectro é a mediação que falha: a ausência do Estado onde a sua responsabilidade é mais urgente, revelando o abandono na gestão do que é público.

LOCALIZAÇÃO ESPECÍFICA

Quinta da Princesa: Instituições e casas das vizinhas

MEMÓRIA AFETIVA & RELACIONAL

Câmara Municipal do Seixal

“E, depois, aquela Isabel da Câmara do Seixal foi lá a minha casa em Fernão Ferro [...] e ela disse: ‘D. Maria, você não precisa se preocupar [...]. Quando começar a dar as chaves, eu chamo para ir buscar a chave.’ [...] Ela andava para ver casa das pessoas, quem precisava, quem não precisava.” (D. Maria Coelho)

“A Câmara nunca esqueceu de nós.”
(D. Augusta)

MEMÓRIA DE ORGANIZAÇÃO COMUNITÁRIA

Mediação afetivo-técnica: acesso à habitação através da mediação de uma técnica da autarquia do Seixal e intervenções nos espaços públicos.

MEMÓRIA AFETIVA & RELACIONAL

Centro de Saúde de Amora (consultas, médico de família)

“Quem trabalhava, naquela altura, sempre descontava para a Caixa e tinha médico de família. [...] Graças a Deus, lutámos e toda a gente naquela época, se tinha qualquer necessidade de médico, nunca deixou de ser atendido.” (D. Engracia)

Associações locais (MDM, CAPA, Grupo Desportivo Cultural e Recreativo da Quinta da Princesa)

“Estamos a lutar para arranjar os prédios. [...] Diz que é importante o trabalho do MDM no bairro.” (D. Maria Segunda)

“Iam para o acampamento. Tinham muitas atividades. [...] Hoje, os meus netos, os dois mais novos, estão com o Zé [José Correia, do Grupo Desportivo, Cultural e Recreativo da Quinta da Princesa] no clube; treinos.” (D. Augusta)

“A Idénia [CAPA] eu já conheço há muitos anos. Sai com os miúdos e apoia nos estudos.” (D. Augusta)

MEMÓRIA DE ORGANIZAÇÃO COMUNITÁRIA

Mediação pelos direitos universais e efetivos: esta memória refere-se a um período em que o Serviço Nacional de Saúde é percecionado como um direito universal e efetivo (“quem trabalhava [...] tinha médico de família”, “nunca deixou de ser atendido”).

Ela evoca um pacto social mais robusto, pelo qual o trabalho e a contribuição garantiam o acesso a um bem público digno. Esta referência atua como um contraponto crítico implícito à atual degradação e fragmentação dos serviços de saúde, sentida na perda do médico de família de referência (como a Dr.^a Helena Teixeira, mencionada noutra categoria). A luta, travada outrora pela conquista de um direito, transforma-se agora na defesa desse mesmo direito face ao desinvestimento.

Mediação para a pressão e negociação coletiva: reivindicação organizada por melhorias habitacionais e serviços, em articulação com associações como o MDM e o CAPA.

Mediação para a autonomia: associações atuam como parceiras que fortalecem a organização interna da comunidade.

Mediação para o apoio ao acesso aos serviços: entidades como o CAPA, que atuam como facilitadores para o acesso aos diversos serviços (apoio social, documentação, entre outros).

Mediação para a realização de atividades infantojuvenis e desporto, com a presença de técnicos sensíveis no território (CAPA, Grupo Desportivo Cultural e Recreativo da Quinta da Princesa e Associação Juvenil Esperança).

MEMÓRIA AFETIVA & RELACIONAL	MEMÓRIA DE ORGANIZAÇÃO COMUNITÁRIA
<p><i>IHRU – Instituto da Habitação e Reabilitação Urbana</i></p> <p>“Nossas casas são uma maravilha, o que nós queremos é manutenção. É pena que não estão a dar assistência às casas, ao prédio.” (D. Vitória)</p>	<p><i>Ausência de mediação:</i> para a manutenção dos prédios, com frações maioritariamente públicas. Trata-se de um exemplo de abandono da mediação do Estado, que nega a gestão digna do património público no que diz respeito à habitação. O Estado fornece a casa (numa lógica passada), mas nega a manutenção (na lógica atual de desinvestimento nos bens públicos). A luta pela casa continua.</p>
<p><i>Casa das vizinhas</i></p> <p>“Eu, quando cheguei, eu tava grávida e, na minha casa, fazia comida e não comia. Depois, quando chegava na casa dela, o marido dela dizia: ‘Faz alguma coisa para essa mulher comer. Essa mulher deve tar com fome e não comeu!’ [...] Eu fazia o comer na minha casa, mas não dava para comer [...]. Mas, quando a D. Juliana fazia, eu sempre comia.” (D. Maria Coelho)</p>	<p><i>Mediação da instituição não formal – casa das vizinhas:</i> a proximidade das vizinhas funciona como um alimento que potencia a dinâmica do apreço e do cuidado na comunidade, mostrando que o “acolhimento” primário também é fator de segurança.</p>
<p><i>Espaços de culto (Capela de São José)</i></p> <p>“Depois que veio o Padre Pedro, com o Padre Geraldo, [...] compraram aquilo e fizeram aquela capela.” (D. Paulina)</p>	<p><i>Mediação religiosa:</i> para a criação de um espaço de culto comunitário (Capela de São José).</p>

9. Espaços de trabalho & sustento comunitário

A última categoria sintetiza o saber-fazer organizativo que sustenta a Quinta da Princesa. Ela revela como as práticas comunitárias – da horta ao comércio – não são ações isoladas, mas formam um sistema integrado e tendencialmente autónomo de reprodução da vida. Este sistema, ancorado na ancestralidade em movimento, contrasta ponto a ponto com a racionalidade económica dominante, propondo uma economia comunitária centrada no cuidado, na partilha e na abundância relacional.

LOCALIZAÇÃO ESPECÍFICA

Quinta da Princesa: Horta coletiva

MEMÓRIA AFETIVA & RELACIONAL	MEMÓRIA DE ORGANIZAÇÃO COMUNITÁRIA
<p>“A gente trabalhava ali na horta com os nossos filhos e depois a gente punha a panela e fazia comida lá. Todo o mundo junto.” (D. Maria Coelho)</p> <p>“A gente tinha horta, ali. [...] Criei os meus filhos, graças a Deus, farto, farto mesmo! [...] E havia os convívios também da horta. Convidavam para ir apanhar o feijão ali da terra [...]. Passavam o dia todo na horta, para comer, almoçar na horta.” (D. Juliana)</p> <p>“Eu lembro quando havia a matança do porco, para fazer a venda das carnes. O meu pai fazia os convites às pessoas para irem ajudar. Ele tinha uns amigos que iam ajudar a matar, a preparar as carnes, a preparar o chouriço de sangue do porco, que é o que se vende e tem muita venda; os torresmos, isso tudo e nisso tudo havia o comer. A minha mãe fazia a cachupa, a cachopada, para dar a toda a gente. Toda a gente era convidada para ir lá ajudar e comer, almoçar e passar lá a tarde toda.” (Helena)</p>	<p><i>Autogestão integral do ciclo de vida</i></p> <ul style="list-style-type: none">· Produção (horta).· Transformação dos alimentos produzidos (cozinha, por vezes improvisada).· Distribuição (partilha/venda).· Consumo (nas festas, convívios e pelas próprias famílias); forma-se um sistema económico comunitário tendencialmente autónomo. <p><i>Processos educativos de auto-organização comunitária reproduzidos da ancestralidade em movimento</i></p> <p>Demonstra um saber-fazer organizativo e socioeconómico ancorado nas práticas territoriais históricas, culturais e de reprodução num novo território (chão). Tais práticas organizam a vida em comunidade e implementam formas económicas que contrastam com a racionalidade capitalista, centrada no paradigma da escassez (em contraponto à abundância), no individualismo e no lucro como inevitabilidade.</p>

MEMÓRIA AFETIVA & RELACIONAL

“Eu lembro quando havia a matança do porco, para fazer a venda das carnes. O meu pai fazia os convites às pessoas para irem ajudar. Ele tinha uns amigos que iam ajudar a matar, a preparar as carnes, a preparar o chouriço de sangue do porco, que é o que se vende e tem muita venda; os torresmos, isso tudo, e nisso tudo havia o comer. A minha mãe fazia a cachupa, a cachupada, para dar a toda a gente. Toda a gente era convidada para ir lá ajudar e comer, almoçar e passar lá a tarde toda.”
(Helena)

“Para ajudar, como a vida agora está muito difícil, a gente, por exemplo, semeia feijão, milho, coisa assim para o nosso alimento; para dar-nos alguma ajuda.” (D. Paulina)

“Eu adoro [as hortas]. Adoro!”

(D. Paulina)

MEMÓRIA DE ORGANIZAÇÃO COMUNITÁRIA

Este sistema opera sob uma racionalidade da abundância relacional e do cuidado, que se opõe frontalmente à racionalidade capitalista da escassez, do individualismo e da acumulação privada. O “farto, farto mesmo!” de D. Juliana não é um dado quantitativo, mas a medida qualitativa de uma economia que sacia, inclui e festeja.

LOCALIZAÇÃO ESPECÍFICA

Quinta da Princesa: Grupo Desportivo Cultural e Recreativo da Quinta da Princesa (clube)

MEMÓRIA AFETIVA & RELACIONAL

“Várias vezes cozinhamos ali, no Clube, à lenha. Fazemos aquele fogão, com pedra, com a lenha e fazemos ali e as pessoas vão lá. E já pedimos para a Câmara fazer assim: aquele dinheiro que os populares vão gastar no outro lado, por exemplo, é um xis; hoje eu preciso, vou falar com a pessoa que está responsável daquele sítio que a Câmara fez, e custa xis. Em vez de estar a pagar para outro lado, pagamos para a Câmara. Eu nunca pedi essas coisas, mas dizem que já pediram, várias vezes, um espaço com fogão para cozinhar. Panela já não é preciso; panela a comunidade já tem.” (D. Elvira)

MEMÓRIA DE ORGANIZAÇÃO COMUNITÁRIA

Capacidade coletiva de improvisação: soluções com recursos escassos (fogão de pedra, partilha de panelas), transformando a precariedade em inventividade social, neste caso, numa situação de velório.

Criação de cozinha comunitária: a capacidade coletiva de improvisação, neste contexto, também aponta para a necessidade de um espaço de cozinha, com fogão, para levar a cabo os rituais de velório. Acrescentamos também a possibilidade de ser utilizada noutros momentos (ex.: Festa da Tabanka, Festa de São José e outras atividades socioculturais...).

LOCALIZAÇÃO ESPECÍFICA

Quinta da Princesa: Vizinhança – Apoio aos cuidados com as crianças

MEMÓRIA AFETIVA & RELACIONAL

“Já tomei conta de criança que as mães vão trabalhar.” (D. Paulina)

MEMÓRIA DE ORGANIZAÇÃO COMUNITÁRIA

Solidariedade, confiança e experiência no apoio a outras mulheres com crianças, tendo em conta a carência de infraestruturas de acolhimento no período em que as mulheres estão a trabalhar.

LOCALIZAÇÃO ESPECÍFICA

Quinta da Princesa: Pontos de comércio local

MEMÓRIA AFETIVA & RELACIONAL

MEMÓRIA DE ORGANIZAÇÃO COMUNITÁRIA

“Agora, era para estar aí sentada, assim, com o pé no colo. Mas não, eu tou aí na loja. [...] Se eu ficar parada, acho que eu fico doente. [...] Se eu estou lá em casa, sento no sofá assim, até tá me dando sono... Levanto, agarro, vou para a horta.”
(D. Maria Sábado)

Manutenção de um pequeno comércio e da horta como continuidade do trabalho e vínculo com o bairro. Tais atividades não são apenas um complemento à economia familiar, mas conferem potência e energia à maturidade etária, para além da ativação do tecido social, em parte debilitado.

“Havia aqui muitos supermercados [...], agora é que não há! Havia café, havia uma loja, havia um supermercadinho. [...] havia uma cabeleireira e havia um restaurante.” (D. Estrudes)

A existência de um tecido comercial vivo e diversificado dentro do bairro (agora limitado), gerado por famílias de várias origens culturais (incluindo um senhor indiano), serve à comunidade, gera sociabilidade e contribui para a autoalimentação socioeconômica dos seus membros.

“O que está a fazer muita falta é supermercado. [...] Tem a mercearia da D. Maria Sábado [...] mas não tem tudo.”
(D. Maria Segunda)

O comércio local como infraestrutura da comunidade e de economia de proximidade, hoje desaparecida (“agora é que não há”) ou insuficiente (“mas não tem tudo”), representa uma perda significativa do tecido social. Não se trata de um negócio qualquer, mas de um arcabouço vital da comunidade: gera emprego, evita deslocamentos, cria pontos de encontro e permite que a riqueza circule dentro do próprio bairro. O seu desaparecimento é uma forma de desinvestimento e desarticulação social que fragiliza a autonomia comunitária.

*

O mapeamento cartográfico realizado neste capítulo demonstra que a Quinta da Princesa é muito mais – e muito outra coisa – do que o conjunto habitacional problemático, violento e crítico veiculado pelos discursos hegemónicos e pela comunicação social. Contra essa visão estereotipada e redutora, este estudo ergue outras perspetivas, fundacionais e duradouras, que confrontam e convivem com os problemas existentes. Tais problemas não são ignorados, mas devem ser discutidos e enfrentados à luz das responsabilidades do Estado e das próprias dinâmicas comunitárias.

Os elementos destacados na cartografia, compreendidos de maneira integrada, oferecem as bases para o reconhecimento de uma economia comunitária que é historicamente construída e que permanece, em maior ou menor medida, como uma referência e um património organizativo do bairro, demarcada pelo reconhecimento das suas construtoras, as Mães-Avós.

Através das nove categorias de lugares, vemos como tecnologias comunitárias – do “junta mão” ancestral às hortas urbanas; da “guerrilha económica” das mulheres vendilhonas à “Pedagogia da Rua” – tecem um sistema conexo de reprodução da vida. Este sistema, fundado em experiências de autogestão, na soberania alimentar e numa ética do cuidado, constitui a base material de um forte sentido de comunidade e opera uma clara rutura epistémica e prática com a racionalidade económica colonial e capitalista.

A pergunta que se impõe, portanto, não é se existe um potencial transformador, mas que lições ele encerra e como os seus princípios podem ser discutidos e, eventualmente, reapropriados. O próximo capítulo dedicar-se-á a explorar precisamente este “potencial transformador” enquanto repertório de saberes e práticas.

A partir dos alicerces empíricos e conceptuais aqui construídos – e validados nas oficinas com as próprias Mães-Avós –, abriremos espaço para refletir sobre como os princípios organizativos desta economia comunitária podem oferecer pistas para pensar projetos políticos, disputar narrativas e imaginar modos de vida que se distanciem das lógicas capitalistas dominantes. Cabe à comunidade, no seu processo contínuo, decidir que uso fazer destas ferramentas, dentro e fora dos limites simbólicos do bairro.

Capítulo 4

A arquitetura de saberes das Mães-Avós: o mapa vivo da economia que brotou da nossa comunidade

1. Em defesa da arquitetura de saberes das Mães-Avós

Chegamos até aqui porque somos capazes de arriscar, o que, no nosso caso, significa abrir a imaginação para mergulhar na aventura de conhecer o que Mães-Avós têm para contar sobre a arquitetura de saberes que cria os alicerces da fundação da Quinta da Princesa. Assim, mais do que conhecer o modo como a ancestralidade destas mulheres se encontra nas entranhas do bairro, é possível perceber que esta se movimenta e é ativada para criar práticas económicas comunitárias e, simultaneamente, uma percepção de comunidade.

A opção pela Investigação-Ação Participativa (IAP), diretamente articulada com a Educação Popular, utilizando a metodologia da Cartografia Social, permite chegar a esta nova fase do trabalho para levantar o potencial transformador da práxis (prática e teoria) gerada a partir do mapeamento dos nove lugares que nos levam a descobrir como a *economia comunitária* habita e configura a Quinta da Princesa, numa coconstrução das suas protagonistas com os seus familiares e vizinhas/os.

Este corpo de conhecimento, a ser valorizado à luz do que denominamos por *epistemologia das práticas* (capítulo 3), tem na contribuição de Mejía (2009, p. 13, tradução nossa) o reconhecimento que reivindicamos:

[U]ma das características é que são saberes epistemologicamente vivos, construídos pelos grupos que realizam a intervenção, orientados por finalidades, com sistemas de autoconstituição na interação dos atores com o mundo [...]. Não é a reflexão que vem de fora que a constitui. É a capacidade de dinamizar o potencial dos atores no seu interior para dar conta desses sentidos, dessas finalidades,

que estão presentes na própria ação. É aí que surge outra forma do teórico, que permite autoconstituir esses sistemas a partir de um processo de conhecimento e reflexão.

Para que o potencial das protagonistas e a criação dos sentidos de comunidade sejam provocados e apropriados, durante o período das transcrições das conversas individuais são realizadas três oficinas¹ com as Mães-Avós, com vista à confeção coletiva de um mapa dos *Lugares da Quinta da Princesa* (como produção que integra a exposição que acompanha este livro), por onde constroem os saberes materiais e imateriais da comunidade.

São momentos de preparação em que tais lugares, identificados individualmente e transformados em categorias, são validados pelo coletivo. O mapa elaborado pelas Mães-Avós está reproduzido na secção “O Mapa emImagens: os lugares da Quinta da Princesa”, sendo estes dois dos momentos que marcam as oficinas.



Na última oficina², o mapa converteu-se numa ferramenta visual do bairro, e o momento da devolução e validação revelou-se o coroamento ético e político de todo o processo. Ao verem o mapa coletivo dos nove lugares e a sistematização dos seus achados, as Mães-Avós protagonizaram muito mais do que um simples aval: foi um diálogo intenso de reconhecimento e apropriação coletiva.

Ao encontrarem os seus saberes nomeados e interligados na arquitetura conceptual da *Economia Comunitária*, as protagonistas não apenas confirmaram a

1 As oficinas decorreram nos dias 22 de outubro, 21 e 28 de novembro de 2025, no Centro Comunitário da Quinta da Princesa, com a participação de seis ou sete Mães-Avós, por sessão.

2 Realizada em 30 de janeiro de 2026, com a presença de seis Mães-Avós.

análise, mas reafirmaram-na e enriqueceram-na com nuances, memórias e histórias. A validação final não veio de um “sim” formal, mas do brilho no olhar e das narrativas que o alimentam. Este foi o instante em que a investigação, literalmente, voltou para casa, fechando o círculo dialógico da Investigação-Ação Participativa e materializando o compromisso ético e político do trabalho. A sistematização detalhada deste processo encontra-se no capítulo 5.

Ao encerrar esta etapa, o que faremos a seguir é perceber como a *Economia Comunitária* se expressa na Quinta da Princesa: o que é? como funciona? Neste sentido, procuramos teorizar sobre as práticas que nascem do chão, com as Mães-Avós, tal como explica (Mejía, 2009, p. 14, tradução nossa):

Estamos diante de uma busca, a partir das práticas, de um sistema de teorização que permita não “naturalizar” a experiência das pessoas sob um único padrão, e isso significa também pensar a renovação dos fundamentos do conhecimento histórico-social e a elaboração de uma racionalidade que, sem se submeter ao eurocentrismo, seja capaz de dar conta desses processos e estabelecer diálogo com ele. [...] Por este caminho descobre-se a riqueza epistemológica dos saberes na ação. [...] É por este caminho que a prática emerge convertida em experiência, validada por ela e mostrando como está constituída por diferentes tipos de saberes e conhecimentos, forjando um campo de investigação apenas enunciado sobre os tipos de conhecimentos com os quais se constroem os saberes de ação e a maneira como se geram as dinâmicas de reflexividade, quais são os seus mecanismos de desenvolvimento específicos e como se relacionam com as dinâmicas sociais que originam esses novos saberes. Esse é o campo aberto para passar da prática à teoria, e nesse sentido é uma mudança na questão do lugar da prática e do conhecimento, que tornam visíveis essas novas epistemes.

Esta epistemologia das práticas da Quinta da Princesa é desvelada, a seguir, através da sistematização que propomos.

2. O que é e como funciona a Economia Comunitária da Quinta da Princesa?

Não é nosso objetivo perceber quem nasceu primeiro, ou seja, a comunidade ou as formas económicas que se expressam na *Economia Comunitária* que se desenvolve no bairro. Talvez tenham surgido simultaneamente, conforme as relações se foram construindo e inventando a tessitura do bairro.

É possível que esta não seja a única forma de interpretar o que parece ser o corpo fundacional da Quinta da Princesa, a partir dos anos 1980. Entretanto, é uma visão que se expressa da tentativa de costurar as narrativas das Mães-Avós, unindo-as como num *patchwork*, para ampliar o entendimento sobre este período. Cabe, entretanto, realizar uma aproximação ao conceito que propomos – *Economia Comunitária* – enquanto lente à qual nos parece pertinente associar esta experiência.

2.1. Para além do reducionismo de mercado: porque precisamos do conceito de Economia Comunitária?

A nossa abordagem coloca-se na contramão da corrente de pensamento dominante, que reduz a Economia à esfera do mercado, e todo o mercado à sua lógica mais abstrata de financeirização e matematização. É uma lógica sustentada pelos pilares da racionalidade capitalista: o individualismo, a busca do lucro e o dogma da escassez. Este caminho leva-nos ao que Hespanha e Santos (2016) destacam como o desprezo pelo “não económico” que está subjacente à própria esfera económica.

Nesta contracorrente, Karl Polanyi (2000, 2012) oferece uma fundamentação histórica crucial. O autor demonstra que, ao longo da vasta história humana, o que hoje chamamos “economia” consistiu, na verdade, num conjunto de práticas sociais – como o dar, o partilhar e o cultivar coletivamente – profundamente enraizadas (*embedded*) na tessitura da vida comunitária, da política e do parentesco. O mercado autónomo e autorregulável, elevado à condição de princípio organizador da sociedade, é, portanto, um experimento recente e violento. Os seus estudos representam uma crítica veemente à visão histórica liberal, que concebe a atividade económica como uma mera resposta técnica à escassez, cuja racionalidade máxima só seria assegurada pelo mercado livre. Para esta visão, qualquer intervenção que restrinja a livre disposição dos bens limita não só a liberdade humana, mas também o seu desenvolvimento (Polanyi, 2012).

Esta elaboração, contudo, assenta num equívoco fundamental: a utilização racional de meios escassos não caracteriza a economia em si, mas sim a atividade humana em geral. Fugir a esta definição formal, que serve de apologia ao mercado, é um passo essencial, pois existem outros modos de construção da vida material que não obedecem a esta racionalidade única (Polanyi, 2012). São precisamente esses modos alternativos, ressurgentes na forma de práticas comunitárias, que a experiência da Quinta da Princesa nos convida a observar.

Paralelamente, Karl Marx (2013) desmonta a naturalidade do capitalismo por dentro. Demonstra que este não é a forma natural e eterna de organização económica, mas um sistema histórico que surgiu sob condições específicas e violentas de acumulação primitiva e expropriação. A ideia de que as relações sociais mediadas pelo mercado – especialmente a compra e venda da força de trabalho – são naturais é, assim, uma poderosa construção social. A sua crítica à *economia política* incide justamente sobre a ciência que toma essa forma histórica particular como um dado universal.

Ao analisar a mercadoria, Marx revela como as relações sociais entre pessoas aparecem como relações entre coisas (mercadorias, dinheiro). Este “fetichismo da mercadoria” é a base ideológica do reducionismo: faz parecer que a lógica do mercado é uma lei objetiva da natureza, e não uma relação de poder social e historicamente constituída.

Portanto, reduzir toda a economia à economia capitalista de mercado significa apagar toda a história humana de cooperação e gestão comunitária dos recursos – os *commons*, as economias camponesas, indígenas e solidárias – e naturalizar um sistema repleto de contradições e crises. É contra este apagamento e esta naturalização que o conceito de *Economia Comunitária* se ergue, não como uma nostalgia, mas como uma lente para visualizar e valorizar formas concretas, presentes e futuras, de reprodução da vida que obedecem a outras racionalidades.

2.2. A comunidade como unidade orgânica da Economia Comunitária

Partindo do princípio de que a *Economia Comunitária* integra, em si mesma, uma unidade conceptual – a comunidade como agente protagonista –, é fundamental recordar que há diferentes abordagens sobre o conceito. Não sendo nosso objetivo efetuar uma revisão bibliográfica, ainda assim, há que destacar autoras e autores que refletiram sobre o tema e que nos auxiliam neste percurso.

De forma concisa, podemos situar o conceito em três eixos que se iluminam mutuamente: um que revela a sua base material e histórica, outro que o define por contraste com outras formas sociais, e um terceiro que o compreende pela sua essência relacional e ontológica, particularmente forte no pensamento africano.

No eixo da base material, Karl Marx oferece uma perspectiva crucial. Para ele, a comunidade (*Gemeinwesen*) não é uma mera associação voluntária ou um ideal abstrato, mas a forma concreta através da qual os indivíduos se relacionam com as condições objetivas da sua reprodução social (Marx, 2015). Esta visão parte do princípio de que o ser humano é, desde a origem, um ser comunitário, cuja individualidade só se constitui no interior das relações sociais (Marx & Engels, 2007). A sua análise histórica mostra, contudo, como o capitalismo, através da acumulação primitiva, destrói sistematicamente os laços comunitários preexistentes (como as terras comunais), transformando as relações sociais em relações mercantis entre indivíduos isolados (Marx, 2013). Assim, a luta pela comunidade – ou por novas formas de comunalidade – é, em si mesma, uma resposta material e uma resistência à desagregação social imposta pela lógica do capital. A comunidade, portanto, emerge também como um projeto histórico de re-apropriação coletiva da vida.

No eixo do contraste, a dicotomia clássica de Ferdinand Tönnies (2017) entre *Gemeinschaft* (comunidade) e *Gesellschaft* (sociedade) permanece uma referência fundamental. Enquanto a sociedade se estrutura sobre relações impessoais, contratos e interesses individuais, a comunidade fundamenta-se em laços afetivos, tradição partilhada e um sentimento de pertença orgânica. Esta distinção ajuda a isolar a lógica social específica em que as economias comunitárias podem florescer, uma lógica que Marx ajudou a entender como ameaçada e, por isso, constantemente reivindicada.

Contudo, para transcender uma visão meramente dicotómica ou defensiva, é crucial recorrer ao eixo da ontologia relacional positiva. Aqui, o pensamento africano oferece contribuições fundadoras. O filósofo queniano John Mbiti (2019), ao estudar as sociedades tradicionais africanas, sintetizou este princípio na expressão seminal: “Eu sou porque nós somos; e visto que nós somos, portanto, eu sou.” Esta máxima desloca o indivíduo autónomo do centro da cena social, colocando a comunidade como a matriz indispensável para a constituição do próprio ser. A comunidade não é um agrupamento externo de indivíduos prontos; é o pressuposto relacional que os define e lhes confere existência social plena.

Esta visão ecoa, numa chave político-económica, no conceito de *Ujamaa* (socialismo familiar ou comunitário), desenvolvido por Julius Nyerere (1977),

líder da Tanzânia. Para Nyerere, a comunidade tradicional africana era baseada na propriedade coletiva, no trabalho cooperativo e na responsabilidade mútua. O *Ujamaa* propunha a modernização desta base comunitária como fundamento para uma sociedade pós-colonial justa, resistindo tanto ao individualismo capitalista quanto ao coletivismo estatista impessoal.

Portanto, para os fins deste trabalho, compreendemos “comunidade” a partir desta convergência: como uma forma social dinâmica e projetual que, em resposta a processos históricos de desagregação (Marx), se afirma através de: 1. laços de pertencimento e identidade partilhada que contrastam com o contratualismo (Tönnies); 2. uma ontologia relacional onde o “nós” precede e constitui o “eu” (Mbiti); e 3. a capacidade prática de gerar e sustentar economias baseadas na reciprocidade, na cooperação e no bem comum (Nyerere).

É neste sentido profundo – que articula a crítica, a identidade e a prática económica coletiva – que o conceito serve de âncora para analisarmos a agência protagonista das Mães-Avós na Quinta da Princesa.

2.3. Da comunidade orgânica à Economia Comunitária: fundamentos de uma unidade

Chegamos aqui com um ato político de reconhecimento. Não se trata apenas de uma nova construção semântica, mas de um campo fértil que nos permite conferir visibilidade e legitimidade às experiências comunitárias da Quinta da Princesa, sob a perspetiva da Economia Comunitária.

Hespanha e Santos (2016, pp. 30-31) ajudam-nos na compreensão da Economia Comunitária, a partir de Gibson-Graham (1996):

o que vemos da Economia é ainda uma parte muito pequena daquilo que a constitui no seu todo [...], ficando fora do nosso campo de visão muitas outras formas através das quais usualmente “produzimos, trocamos e distribuímos valores” (Gibson-Graham, 2007: 1). É nesta zona cinzenta, entretanto, que uma parte significativa das trocas económicas diárias acontecem: trocas entre vizinhos, circulação de bens e recursos entre familiares, trabalho não pago, redes informais de trocas, cooperativas de consumo e produção, empresas sociais, voluntariado, experiências envolvendo dádiva, entre uma infinidade de outras possíveis. (*Ibidem*)

Mais do que salientar as diferentes formas de realizar as trocas económicas, as economias comunitárias vão além: elas promovem um alargamento epistemológico da economia como campo de saber (Santos, L., 2015) à medida que questionam algumas premissas tomadas como axiomas, relativamente às formas de estabelecer comensurabilidade, remunerar o trabalho e distribuir excedentes (Gibson-Graham, 2007).

Se essas “muitas outras possíveis” formas económicas constituem a matéria-prima invisível da vida coletiva, a *Economia Comunitária* é o conceito que as nomeia, as conecta e lhes confere um sentido político transformador. Ela surge, precisamente, da consciência crítica (Freire, 1987) da existência desse tecido económico alternativo e da vontade de o fortalecer como projeto coletivo.

Para compreender a gramática interna deste tecido, é fundamental recorrer a Karl Polanyi (2012), que identificou três princípios ou formas de integração económica que historicamente organizam as sociedades: a redistribuição, a troca de mercado e a reciprocidade. Enquanto o capitalismo hegemonizou a troca de mercado (mediada pelo lucro), as *economias comunitárias* ressuscitam e reinventam, no contexto urbano, os princípios da reciprocidade (trocas mútuas e simétricas, baseadas em laços sociais) e da redistribuição (centralização e partilha comunitária dos excedentes).

A própria dádiva (Mauss, 2003) – com seu ciclo de dar, receber e retribuir – aparece, não como mera caridade, mas como a espinha dorsal que tece confiança e obrigação social, sustentando redes informais de cuidado e partilha. São estes os fios – reciprocidade, redistribuição e dádiva – que, entrelaçados, compõem o pano de fundo não mercantil em que a *Economia Comunitária* se inscreve.

Neste sentido, propomos que a *Economia Comunitária* se edifica sobre três pilares fundamentais e interligados, à luz das práticas observadas a partir do estudo da Quinta da Princesa:

► **A comunidade como sujeito orgânico e o princípio da reciprocidade**

Retomando a noção de unidade orgânica, a comunidade é o sujeito ativo que, a partir dos seus laços, gera a vida económica. Esta geração obedece, primordialmente, à lógica da reciprocidade (Polanyi, 2012) e da dádiva (Mauss, 2003), pela qual as trocas visam fortalecer o laço social e assegurar o bem-estar coletivo (das mulheres, das suas famílias e dos vizinhos/os envolvidas/os), não o lucro individual.

► **A soberania alimentar como princípio e fim**

A *Economia Comunitária* coloca no centro a reprodução ampliada da vida, o que inclui a alimentação como princípio orientador. Neste sentido, o conceito de soberania alimentar, proposto pela Via Campesina³ (2007), vai ao encontro da prática de origem camponesa territorializada pelas Mães-Avós na Quinta da Princesa.

De acordo com a Declaração de Nyéléni (2007), a soberania alimentar é

o direito dos povos a alimentos saudáveis e culturalmente apropriados, produzidos por métodos ecologicamente corretos e sustentáveis, e seu direito de definir seus próprios sistemas alimentares e agrícolas. Ela coloca aqueles que produzem, distribuem e consomem alimentos no centro dos sistemas e políticas alimentares, em vez das demandas dos mercados e das corporações. [...] A soberania alimentar prioriza as economias e mercados locais e nacionais, e fortalece a agricultura conduzida por camponeses e famílias de agricultores, a pesca artesanal, a pastagem liderada por pastores e a produção, distribuição e consumo de alimentos baseados na sustentabilidade ambiental, social e econômica. [...] Ela garante que os direitos de usar e gerenciar nossas terras, territórios, águas, sementes, gado e biodiversidade estejam nas mãos daqueles de nós que produzem alimentos. Soberania alimentar implica novas relações sociais livres de opressão e desigualdade entre homens e mulheres, povos, grupos raciais, classes sociais e gerações.

Segundo Xavier *et al.* (2018), foram vários os documentos produzidos pela Via Campesina (1996, 2000, 2004, 2008, 2013) que denunciam o capitalismo e as políticas neoliberais pelos impactos diretos na soberania alimentar dos povos. Aspectos como a concentração de capital, a subordinação dos recursos e bens públicos em benefício de empresas transnacionais, a privatização dos recursos naturais e as políticas sustentadas pelos organismos internacionais (Organização Mundial do Comércio (OMC), Banco Mundial e Fundo Monetário Internacional (FMI)) sequestram às populações locais o direito à alimentação.

3 A Via Campesina é um movimento social internacional do qual fazem parte organizações camponesas, agricultores familiares, pescadores tradicionais, povos indígenas, povos sem terra, trabalhadores rurais, migrantes, pastores, comunidades florestais, mulheres, jovens, crianças, consumidores e movimentos ecologistas e urbanos, cujas reivindicações e lutas pela soberania alimentar estão consagradas na Declaração de Nyelenyi (2007).

O conceito de soberania alimentar apresenta ainda uma visão abrangente, pois deve assegurar o “acesso dos camponeses aos recursos como terra, água e sementes, pela produção de alimentos em sistemas diversificados, que priorizem o consumo em nível local e da implementação de políticas alimentares que respeitem a cultura dos povos” (Xavier *et al.*, 2018, p. 4456).

É de salientar que, quando associamos a soberania alimentar como uma das práticas de *Economia Comunitária* levada a cabo pelas Mães-Avós da Quinta da Princesa, assumimos que não se trata de uma objetivação, ou seja, de uma percepção política do significado do conceito pelas protagonistas, mas sim de uma prática enraizada numa experiência ancestral, que permite uma dinâmica de pertença e utilização coletiva da terra, tendo a alimentação como princípio e fim.

Ressaltamos ainda que, em 2025, a Câmara Municipal do Seixal⁴ implementou a 2.ª fase do projeto do Parque Agrícola da Quinta da Princesa (excluindo a criação de animais), sendo este amplamente debatido com a comunidade local. É uma nova fase em que, segundo a autarquia, são colocados contentores para arrumos (de alfaias e outros itens essenciais à prática agrícola), acesso a água de furo para regas, áreas de socialização, anfiteatro, fumeiro comunitário e um mercado ao ar livre, destinado à venda de produtos cultivados e produzidos localmente.

Assim, parece-nos pertinente considerar que na herança geracional-cultural da relação com a terra, o carácter organizativo e o domínio dos processos de produção ao consumo (nesta nova etapa, alicerçados em melhores condições de salubridade e equipamentos mais adequados), a soberania alimentar não só está presente na experiência levada a cabo pelas Mães-Avós da comunidade, como poderá representar um salto qualitativo na sua afirmação pelas mulheres e suas famílias.

► Autogestão como método democrático e práxis territorial

A autogestão é reconhecida por Zibechi (2008) como uma práxis política de democracia direta, através da qual os setores populares constroem poder desde baixo, gerando os seus próprios espaços materiais e simbólicos de reprodução da vida – como ocorre no espaço-comunidade da Quinta da Princesa. Trata-se da capacidade coletiva de decidir sobre os recursos, o trabalho e a distribuição, construindo autonomia à margem das lógicas da democracia representativa, do Estado

4 A informação sobre a implementação da 2.ª fase do Parque Agrícola da Quinta da Princesa está disponível em: <https://www.cm-seixal.pt/noticia/inauguracao-da-2a-fase-do-novo-parque-agricola>. Acesso em: 10.02.2026.

e do mercado. Deste modo, a autogestão nega, na prática, a separação capitalista entre dirigentes e executantes, constituindo-se como um exercício coletivo de poder popular (Gaiger, 2004).

Na Quinta da Princesa, estes três pilares não são teoria abstrata. Eles ganham corpo nas mãos que plantam e partilham a colheita (soberania e reciprocidade), no “parlamento das mulheres” que decidem o rumo comum (autogestão) e no “nós” que se reconhece e se fortalece nestas práticas (comunidade).

A *Economia Comunitária*, portanto, é o nome que damos a essa unidade viva e resistente que tece, no dia a dia – através da dádiva, da reciprocidade e da autogestão –, um outro modo de habitar (o bairro) e de reproduzir a vida em comum.

Na etapa seguinte, procurámos sistematizar os elementos que, em conexão, conferem um sentido à *Economia Comunitária*, de acordo com a estrutura que apresentamos como:

- I. Fundações
- II. Dimensões da vida comunitária

I. FUNDAÇÕES

As fundações são os alicerces da Quinta da Princesa. São formadas pelas bases ética e material e pelas tecnologias comunitárias (ferramentas) reveladas a partir das dinâmicas de vida do bairro, sendo constituídas por:

- i. Princípios e valores organizativos
- ii. Espaços centrais da formação da vida comunitária
- iii. Matriz socioeconómica: as tecnologias comunitárias que operacionalizam princípios e valores

A seguir, procuramos sistematizar cada uma destas bases, a partir das categorias analisadas no capítulo 3.

i. Princípios e valores organizativos centrais

► **Reciprocidade:** Assente na lógica do “hoje é o meu, amanhã é o seu” e na ética do cuidado mútuo.

► **Solidariedade, confiança e/ou experiência:** Assentes no apoio a outras mulheres no acolhimento às crianças, devido à carência de infraestruturas; no apoio presencial e afetivo na ocasião dos falecimentos; na amizade e na partilha concreta de “pão”, transcendendo diferenças étnicas.

› **Cuidado físico, emocional e social entre vizinhas:** De forma alargada, o cuidado expressa-se na organização dos lanches entre vizinhas; no esfregar as costas umas das outras; na participação dos filhos mais velhos a cuidarem dos mais novos (intergeracional e precoce); no *comadrio*⁵ (parentesco afetivo); na vigilância comunitária difusa (as crianças brincavam e tomavam conta umas das outras – prática de segurança informal); e na conciliação dos turnos de trabalho para coincidir com os horários escolares e a gestão da casa.

› **União e cooperação horizontal:** Assentes, por exemplo, no “junta mão”, na participação no ritual de matança do porco, nos convívios e festas (na partilha do que cada um/a tinha para disponibilizar e construir, coletivamente na comunidade).

ii. Espaços centrais da formação da vida comunitária

› **Horta**

- É a organização pioneira e coletiva de ocupação e transformação do bairro, sendo considerada o espaço principal a partir do qual se desenvolvem as relações socioeconómicas.
- É o local de transposição prática do “junta mão” para o novo chão (a Quinta da Princesa), num contexto urbano.
- É o ponto principal de convívio, que acolhe o “parlamento (informal) das mulheres”.
- É um espaço multifacetado, onde se dá a gestão socioeconómica das mulheres na comunidade através do desenvolvimento do processo integral do “junta mão”, das relações de trocas não monetárias.
- Do exercício das temporalidades específicas das mulheres na gestão do tempo, do trabalho, da produção ao consumo, da alimentação, do cuidado com as crianças, do convívio intergeracional e do *parlamento das mulheres*.
- É o local onde se desenvolve uma experiência de *soberania alimentar*, como estratégia que integra a agricultura familiar, a criação de animais e a geração de renda suplementar (ainda que reduzida), fundamentais enquanto complemento da economia familiar e do abastecimento de proximidade.

⁵ Momentos de diversão e alegria compartilhadas num contexto social (ruas da Quinta da Princesa) entre vizinhas. Dicionário infopédia da Língua Portuguesa [em linha]. Porto Editora. Disponível em <https://www.infopedia.pt/dicionarios/lingua-portuguesa/comadrio> [visualizado em 2026-02-02].

- Integra práticas que se aproximam da *autogestão integral do ciclo da vida*, pela via da produção, transformação dos alimentos produzidos, distribuição (partilha/venda) e consumo (nas festas, convívios e pelas próprias famílias), formando um sistema económico comunitário tendencialmente autónomo. O *autossustento* é parte integrante deste mesmo processo.
 - É um dos principais lugares de valorização e territorialização da cultura tradicional. Os saberes tradicionais ancestrais estão presentes na produção coletiva de alimentos, na preparação e partilha de refeições e ainda no autoabastecimento quase total, restringindo as compras no mercado capitalista.
 - Tem a função de ser um espaço lúdico – associado ao lazer das crianças e ao convívio familiar – e de aprendizagem prática de ligação à agricultura familiar.
 - É ainda um espaço educativo (saber-fazer organizativo), de auto-organização comunitária (como parte da autogestão) e socioeconómico, que integra a *ancestralidade em movimento*, enquanto práticas territoriais históricas, culturais e de reprodução num novo território (chão).
- ▶ **Rua:** É a “sala de estar” da comunidade, como extensão das casas, onde as mulheres desenvolvem o *comadrio* e realizam parte dos seus convívios. Acolhe as festas da comunidade. Da comunidade católica (São José e Festa da Tabanka) e, igualmente, da comunidade cigana (casamentos).
- ▶ **Casas das vizinhas:** Locais onde ocorre parte dos convívios (lanches nas casas umas das outras), cuidados mútuos de apoio emocional e cuidados físicos, assim como a partilha na preparação de refeições para as festas.
- ▶ **Varandas:** São espaços facilitadores da proximidade, da cumplicidade afetiva (cumprimentos diários entre vizinhas/os) e da partilha da festa de Ano Novo (bater as panelas).
- ▶ **Cafés e hortas:** Principais locais de convívio e trabalho (hortas) dos homens da Quinta da Princesa.
- ▶ **Igrejas:** Como pontos de reconhecimento e integração, nomeadamente:
- Para a comunidade católica, com a realização das missas regulares e nas datas comemorativas de referência (Natal e Páscoa); a promoção da Festa de São José e a coprodução (com a restante comunidade e instituições) da Festa da Tabanka.
 - A igreja Filadélfia é o local onde ocorrem os cultos, principalmente da comunidade cigana e ainda os casamentos.

iii. Matriz socioeconómica: as tecnologias comunitárias que operacionalizam os princípios e valores

Tecnologias comunitárias acionadas:

► **“Junta mão”**: Ancorada nas práticas territoriais históricas, culturais e de reprodução num novo território (chão da Quinta de Princesa), este sistema de cooperação horizontal, reciprocidade e gestão coletiva da terra, expressa-se na seguinte estrutura:

- Quem possui a terra convida outras/os para a cooperação;
- Semear no “lugar” (na terra de quem pertence);
- 1.ª monda: limpeza da terra, já com ervas, depois do primeiro período de chuva;
- 2.ª monda: limpeza da terra, após novo período de chuva (última “ramonda”);
- Partilha de alimento/refeição;
- Rotação faseada do trabalho nos diferentes “lugares”.

Apesar de a terra utilizada ser de domínio público, o trabalho desenvolvido coletivamente mostra uma forte interdependência comunitária do país de origem (“você tem o seu e eu ia lá ajudar a limpar; depois amanhã eu posso precisar e você vinha me ajudar”), apontando para uma perspetiva de troca (não monetária) que implica reciprocidade, união e cooperação horizontal, herdadas pela via da ancestralidade em movimento na diáspora.

► **Parlamento (informal) das mulheres**: O conceito de “parlamento (informal das mulheres)” emerge como uma poderosa tecnologia social de governança comunitária. Mais do que um simples espaço de conversa, trata-se de uma instituição política informal em que se exerce uma forma específica de poder e tomada de decisão. A etimologia do termo⁶ (do francês *parler*, falar) aponta para o seu cerne: é na palavra partilhada, no diálogo que flui nos intervalos do trabalho na horta, nos convívios e nas varandas, que as Mães-Avós conduzem os assuntos da comunidade. Esta assembleia difere radicalmente dos parlamentos formais, marcados por uma histórica sub-representação das mulheres e por estruturas hierárquicas que muitas vezes marginalizam as suas agendas específicas.

⁶ Recorremos à etimologia da palavra “parlamento”, derivada do verbo francês *parler*, que significa falar, dialogar; está ainda associada à ideia de assembleia, com fins deliberativos, para fazer analogia aos espaços de partilha de histórias, de saberes, de diálogo e decisões coletivas das Mães-Avós.

Dicionário infopédia da Língua Portuguesa [em linha]. Porto Editora. Disponível em <https://www.infopedia.pt/dicionarios/lingua-portuguesa/parlamentos> [visualizado em 2026-01-30].

Enquanto na política institucional a luta pela paridade e pela representação substantiva é longa e ainda incompleta, no “parlamento” da Quinta da Princesa as mulheres são, por direito e prática, as legisladoras do cotidiano. Aqui, elas decidem sobre os assuntos que lhes dizem diretamente respeito – a gestão dos recursos comuns, a organização do cuidado, a transmissão de saberes, a resolução de conflitos – a partir de uma perspectiva social partilhada.

Desta forma, o “parlamento informal” não é uma metáfora passiva, mas uma tecnologia ativa de (re)territorialização do poder. Ele redistribui a autoridade política, deslocando-a dos espaços oficiais (onde as mulheres frequentemente têm acesso limitado) para os espaços de vida que elas próprias produzem e controlam.

É, portanto, um pilar fundamental da *Economia Comunitária*, pois é o mecanismo através do qual se delibera e se governa o sistema de reprodução da vida que esta economia constitui. Esta prática demonstra como a participação política pode assumir formas radicais e eficazes fora das estruturas convencionais, centrando-se não na disputa por cargos, mas na gestão coletiva e horizontal da existência comum.

► **“Guerrilha económica” das mulheres “vendilhonas”:** Utilizamos esta metáfora para captar a natureza tática, móvel e de resistência do trabalho das vendedoras (vigilância, evasão, conhecimento do território para enfrentar a perseguição e a criminalização).

Num dado momento da vida das mulheres da Quinta da Princesa, esta “guerrilha” ocorre enquanto estratégia de subsistência, a partir de uma economia informal que se faz presente, conectando mulheres que atuam coletivamente (na compra do peixe, na organização do “mercado” informal e na maneira como se defendem das denúncias e da atuação das autoridades).

► **“Pedagogia da Rua”:** Pedimos emprestado o termo *Pedagogia da Rua*, conceito tratado por João Batista Freire (2011), como um espaço metafórico em que o autor considera que todos podem ensinar e aprender, pela via do diálogo. Assim, cada sujeito colabora com a sua experiência para a resolução dos problemas, que surgem de situações subjetivas, associadas à afetividade, conflitos e tomada de decisões.

A rua, enquanto espaço de comunidade lúdica, é um local onde as trocas de saberes, os desejos dos coletivos, as regras estabelecidas, as formas de organização e compreensões específicas acumulam experiências que, face à complexidade inerente, expressam uma prática educacional própria.

As ruas existem em nossos pedaços de terra, nas faixas de asfalto, nos campinhos de grama, nas quadras de esporte ou de prédio, nos quintais das casas, e até nos quartos de dormir. As ruas são mesas de botequim, praias, salões de festas, são todos os lugares em que, com outras pessoas, formamos nossas pequenas sociedades lúdicas, sociedades que comungam de determinada cultura e na qual nada se faz que não seja usufruir da vida, sem qualquer outro compromisso além desse viver fora do tempo contado. (Freire, 2022, p. 3)

Na Quinta da Princesa, a Pedagogia da Rua adquire um sentido próprio: refere-se à socialização comunitária e inter-étnica das crianças no espaço público do bairro. É a aprendizagem da convivência, das regras partilhadas e da pertença ao território, realizada pelas próprias crianças sob a vigilância difusa da comunidade.

II. DIMENSÕES DA VIDA COMUNITÁRIA

i. Matriz organizativa das formas de trabalho e sustento das mulheres

Neste ponto, podemos perceber como os princípios, valores e tecnologias se materializam na economia real, através do ciclo da horta, trabalho reprodutivo/produutivo e das relações não monetarizadas (dádiva, troca e comércio).

► **Nas hortas (*agricultura familiar*):** O trabalho das mulheres nas hortas revela experiências locais fundamentais associadas à soberania alimentar e à autogestão, que sintetizamos como:

- *Aspetos estruturantes da soberania alimentar presentes nas hortas, enquanto Autogestão Integral do Ciclo de Vida:*
 - Produção (horta – produtos hortícolas e criação de animais);
 - Transformação dos alimentos produzidos (cozinha, por vezes improvisada);
 - Distribuição (partilha/venda);
 - Consumo (nas festas, convívios e pelas próprias famílias), formando um sistema económico comunitário tendencialmente autónomo.
- *Aspetos estruturantes da autogestão presentes nas hortas:*
 - Autogestão Integral do Ciclo de Vida, que inclui os processos constituintes da soberania alimentar;
 - Processos educativos de auto-organização comunitária reproduzidos da ancestralidade em movimento, que reterritorializa o “junta mão” como

forma organizativa e coletiva de gestão da terra. Demonstra um saber-fazer organizativo e socioeconómico ancorado nas práticas territoriais históricas, culturais e de reprodução num novo território (chão). Tais práticas organizam a vida em comunidade e implementam formas económicas que contrastam a racionalidade capitalista, centrada no paradigma da escassez (em contraponto à abundância), no individualismo e no lucro como inevitabilidade.

- *Aspetos estruturantes das relações não monetarizadas*
 - Através da *organização da economia comunitária informal*. O pilão é uma ferramenta fundamental, que permite: pisar o milho – tirar a farinha e xerém – fazer a cachupa.
 - A rede de microeconomia feminina (das mulheres), que surge da utilização coletiva do pilão, combina: a dádiva, como ética da partilha (“dava aos outros”), e a troca (de alimentos durante as refeições nas hortas).
 - Esta organização da economia comunitária informal, liderada pelas mulheres, faz com que o espaço público seja apropriado como a extensão da cozinha e do moinho comunitário e ativa esta rede de microeconomia feminina não monetária, em que a remuneração pela venda ocorre fora do bairro (“a Carminha vendia”).
- ▶ **Em casa:** Envolve o que denominamos por trabalho reprodutivo, ou seja, a organização e gestão da casa, do cuidado com as/os filhos/as e da horta.
- ▶ **Comércio ambulante (“vendilhonas” de peixe):** Funciona numa lógica de apoio mútuo, das vendedoras de peixe, numa combinação entre produtivo (vender o peixe) e trabalho reprodutivo (lides da casa, cuidar dos filhos, hortas).
- ▶ **Doméstico externo (limpezas em casas particulares e empresas):** O trabalho assalariado das mulheres é coordenado e articulado por elas com a vida familiar e as redes de apoio entre os membros da família, integrando outras formas de sustento, como a alimentação através das hortas.
- ▶ **Comércio nas feiras:** Forma de trabalho destacado pelas mulheres ciganas, de raiz comunitária e realizado com membros da família (marido). Os circuitos das vendas são “herdados” dos pais, que frequentavam as mesmas feiras.

ii. Matriz sociocultural da vida comunitária

- ▶ **Matriz organizativa da vida sociocultural:** Abrange a maneira como a comunidade se auto-organiza para promover os convívios (incluindo as várias tipologias), realizar as festas e outros tipos de lazer, assim como a solidariedade nos velórios.

- **Tipologia dos convívios**
- *Familiar como preservação e raiz cultural*: Restrito à família nuclear mais próxima ou de origem, o que revela um modelo de socialização e apoio na diáspora que se diferencia do “comadrio” extensivo e vizinhança intensa. Evidencia que as condições de migração podem gerar formas igualmente válidas de pertença e cuidado no novo território.
- *Como tecido social extensivo*: Parte da construção do “comadrio” aberto e intercultural, que transforma o espaço público – as ruas – da Quinta da Princesa, assim como as varandas das casas, com as seguintes características:
 - Pelo impulso ao lazer feminino partilhado: intercultural e interétnico;
 - Pelo estímulo à ocupação da rua como lugar amplo para a agregação de experiências e histórias de vida diversificadas (“A gente contava a nossa história”);
 - Pela confiança (“As portas ficavam abertas”);
 - Pela extensão da casa para a rua, como local privilegiado para as conversas após o trabalho doméstico, contrariando o isolamento contemporâneo (“Mas agora, isso acabou tudo. Agora, cada um no seu canto”);
 - As varandas como locais facilitadores da proximidade e da cumplicidade afetiva.
- *Como construtores de afetividade e cumplicidade*: São amplamente realizados pelas mulheres, integrando as diferenças culturais e étnicas, cujas práticas se revelam:
 - Como forma de solidariedade;
 - Como forma de organização de uma rede íntima de cuidado físico, emocional e social entre vizinhas;
 - Como forma de união e cooperação;
 - Como promotor da rede de mulheres;
 - Como prática associada aos homens (principalmente no café e nas hortas).
- *Festas*
 - Como forma de ocupação do espaço: A celebração transforma temporariamente as casas, as ruas e a varanda em espaços comuns de pertença e alegria partilhada, redesenhando os limites do público e do privado.
 - Como organização coletiva e horizontal: Estão associadas à coconstrução comunitária, sob a forma de partilha de alimentos, tarefas e custos.
 - Como tecnologia de territorialização da comunidade cigana: Funcionam como ocupação e transformação temporária do espaço público e ética da inclusão.

- *Velórios*
 - Há uma adaptação de rituais cabo-verdianos, com menos tempo de realização, havendo resistência da segunda geração em manter as tradições dos velórios na totalidade.

► **Matriz organizativa da socialização infantil:** A integração das crianças de origens africanas, ciganas e portuguesas ocorre, principalmente, no contexto das brincadeiras de rua. A autorização coletiva e implícita das mães, ao permitirem o contacto livre entre as crianças neste contexto, lança as bases relacionais de um bairro não segregado.

Assim, a rua é a primeira instituição decolonial da Quinta da Princesa, operando sob uma lógica de poder compartilhado e de produção coletiva de saberes (da pedagogia da rua), desintegrando, potencialmente, possíveis preconceitos. O seu arranjo organizativo afirma:

- *O carácter interétnico:* Através da convivência e interações criadas entre crianças de diferentes etnias, na ocupação do espaço público;
- *O carácter intercultural e de integração no espaço público:* Favorecendo o diálogo e a negociação entre sujeitos de culturas diferentes, numa lógica de partilha de saberes. A rua torna-se um espaço propício para o exercício pedagógico do ensino-aprendizagem informal e entre pares;
- *A vigilância comunitária difusa e com percepção de segurança no espaço público:* É uma tecnologia de cuidado ancestral em movimento, que descentraliza a responsabilidade, fomenta a autonomia e a responsabilidade das crianças mais velhas em relação às mais novas, o que liberta tempo de trabalho para as mulheres, funcionando como um sistema eficiente e comunitário de proteção social infantil;
- *A utilização dos jogos tradicionais e futebol como formas de brincadeira coletiva;*
- *A escola conectada ao entorno:* A intersecção pedagógica escola-rua tem o papel de facilitar o encontro e a aprendizagem com a *Pedagogia da Rua*, em que esta funciona como um espaço de aprendizagem social autónomo, onde as crianças praticam a solução de conflitos e a criação das próprias regras, bem como estabelecem as suas hierarquias.

Desta forma, as *fundações* e as *dimensões da vida comunitária* carregam em si a responsabilidade de argumentação da existência de uma *Economia Comunitária* na Quinta da Princesa, que, em dado momento, parece ter sido mais presente na ação e no imaginário das Mães-Avós.

Atualmente, vários fatores contribuem para uma visão de arrefecimento do que consideram ter sido esta cumplicidade orgânica e expressiva: falta de condições habitacionais, problemas de locomoção, mudança de moradores do bairro, entrada de novos residentes desconhecidos, assim como alguma insegurança manifestada por alguns.

Este património material e imaterial, longe de ser uma relíquia do passado, constitui um potencial transformador vivo. O convite que a Quinta da Princesa nos lança não é ao saudosismo, mas à reinvenção ativa destas práticas comunitárias como antídoto para a desagregação social contemporânea. É neste desafio que nos empenharemos no capítulo seguinte.

Capítulo 5

Potencial transformador: quando as Mães-Avós convertem opressão em comunidade

Não quero dizer [...] que, porque esperançoso, atribuo à minha esperança o poder de transformar a realidade e, assim convencido, parto para o embate sem levar em consideração os dados concretos, materiais, afirmando que minha esperança basta. Minha esperança é necessária, mas não é suficiente. Ela só, não ganha a luta, mas sem ela a luta fraqueja e titubeia. Precisamos da herança crítica, como o peixe necessita da água despoluída.

PAULO FREIRE (In *Pedagogia da Esperança: um reencontro com a Pedagogia do Oprimido*)

Neste capítulo final, agarramos a esperança freiriana para motivar a comunidade da Quinta da Princesa (e, se possível, outras) a ir além do conhecimento da sua história e, então, refletir criticamente sobre ela. Uma vez sistematizado, este conhecimento supera o domínio individual e pode ser colocado em comum, abrindo espaço para um exercício de construção de saber coletivo da/sobre a comunidade e, ainda, para além destes episódios da sua vida.

Ao longo desta trajetória conseguimos reconhecer a existência de um potente património material e imaterial neste bairro, coconstruído pelas Mães-Avós, suas famílias e vizinhas/os, revelador da presença de uma *Economia Comunitária*. Esta não só alimenta um sentimento comum (de comunidade) e explícito de pertença ao lugar, como também é nutrida por este.

Nesta etapa, convidamos quem lê a percorrer o *Mapa em Imagens: Os Lugares da Quinta da Princesa*. As imagens que se seguem não são meras ilustrações. São extensões visuais da cartografia social construída com as Mães-Avós – um registo fotográfico das três oficinas em que, com elas, foram identificados os lugares que, nos capítulos anteriores, revelaram a arquitetura viva da *Economia Comunitária*.

Estes momentos são enriquecidos com antigas imagens da Quinta da Princesa, como contributo do *Grupo de Memórias da Quinta da Princesa*, criado para esta partilha.

Como ponto alto deste processo, continuamos com o *Conhecimento que Volta para Casa! Oficina de Devolução-Validação*, já que importa registrar o momento em que este conhecimento, agora sistematizado, retorna às suas verdadeiras autoras. Na oficina final de devolução, o mapa coletivo dos lugares e a arquitetura conceptual da *Economia Comunitária* foram apresentados às Mães-Avós. Mais do que um “sim” formal, o que ali ocorreu foi um diálogo intenso de reconhecimento e apropriação coletiva.

Ao verem os seus saberes nomeados, interligados e devolvidos sob a forma de um mapa vivo, as protagonistas não apenas validam a análise, mas enriquecem-na. Memórias esquecidas emergem, nuances são acrescentadas, histórias antes silenciadas encontram eco no grupo.

O convite é para o sentir-pensar através das cores que chamam ao chão!

1. O Mapa em imagens: os lugares da Quinta da Princesa

Estas fotografias são o retrato da Quinta da Princesa, a partir dos olhares e da vida das moradoras e moradores. As crianças, a juventude, as famílias, a escola, o carnaval, o desporto, o pilão e, simplesmente, os espaços por onde as Mães-Avós, com a sua comunidade, construíram este património vivo.

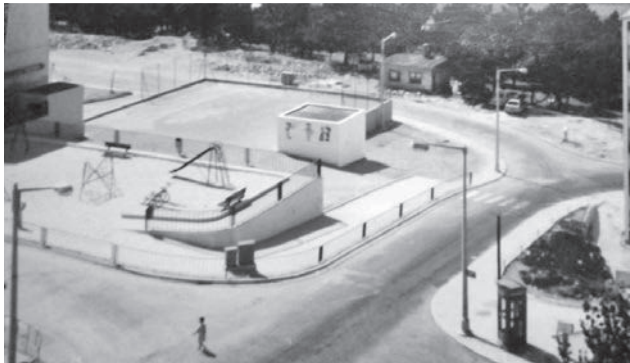
O *Grupo de Memórias da Quinta da Princesa* deu luz aos nomes de quem, por volta dos anos 1980, começou a contribuir para a formação mais ampla de tantas pessoas e lugares que marcaram este solo. As vozes deste grupo agradecem:

À Prof.^a Fátima (1983-1989); ao Longino; aos criadores da antiga Associação de Moradores e do clube; ao Sr. Carlos Castro (grande impulsionador do coletivismo neste bairro); aos Srs. Campos e Carapinha (que meteram a malta a correr antes do andebol); à Juliana (que se tornou jogadora profissional); ao Milo (carinhosamente, “personagem” da Quinta da Princesa); ao Sr. Lourenço Rosário; ao Nando (treinador de andebol); ao Sr. Rocha; ao Sr. Ribeiro; à Aurélia (que pegou em nós quando devia andar a curtir a juventude); à D. Maria José Estevam (que andava sempre com as meninas do andebol); à D. Irene (que nos juntava na escola para ensaiar); à Iba (Prof.^a de Ginástica); ao Sr. Malta; ao Sr. Marques, entre tantas outras pessoas que contribuíram para o nosso crescimento e formação enquanto indivíduos.

A Quinta da Princesa pelas moradoras e moradores







Eis as Mães-Avós em pleno processo de criação do mapa da Quinta da Princesa, durante as três primeiras oficinas realizadas em 2025. A versão final só será apresentada na exposição.

Oficinas de construção do Mapa da Quinta da Princesa



2. O conhecimento que volta para casa! Oficina de devolução-validação

Nesta última oficina, que ocorreu no dia 4 de fevereiro de 2026, procurámos devolver às Mães-Avós as descobertas provenientes do processo investigativo, possibilitando a conexão das perspetivas individuais com a coletiva para, simultaneamente, validar os respetivos achados.

Estes são alguns dos momentos visuais do encontro, com os comentários feitos durante a dinâmica.

Acolhimento & contexto: fala-chave

“Hoje é um dia especial. Trouxe de volta, para o nosso coletivo, o que aprendemos juntas. Não são as minhas conclusões; são as vossas memórias sobre a fundação da Quinta da Princesa, que organizei e vos trago para revermos em conjunto. Vamos olhar para este mapa que fizemos e conversar. Será que esta história que eu entendi e organizei faz sentido com o que as Mães-Avós viveram aqui?”



ATO 1. Reconhecendo o Mapa: validar coletivamente a representação das práticas

Projetámos o mapa sem identificar os lugares onde as práticas ocorrem. As Mães-Avós devem localizar os *espaços centrais da formação da vida comunitária*. Para fazer este reconhecimento, compomos uma história com as suas próprias narrativas. Conforme a história é lida, elas tentam reconhecer a quem pertence a respetiva fala e marcam no mapa os lugares onde acontecem as ações no bairro. Aqui, apresentamos um excerto da história e os principais momentos da identificação das narrativas no mapa.



Espaços centrais da formação da vida comunitária

Nós somos as Mães-Avós da Quinta da Princesa. Chegámos ao nosso bairro nos anos 1980 e fundámos a nossa comunidade com muitas vizinhas de Cabo Verde, São Tomé e Príncipe, Moçambique e Portugal, ciganas e não ciganas. Pouco a pouco, fomos construindo, juntas, a vida do nosso bairro. As CASAS DAS VIZINHAS eram lugares de convívio, onde cuidávamos umas das outras e onde também havia uma parte das nossas festas.

– Antigamente, era muito diferente. As pessoas iam para a casa das pessoas. [...] Esse sábado vem na minha casa, no outro sábado vou para casa de outra pessoa; das amigas. [...] Hoje vamos visitar a Maria Coelho. Amanhã, vamos visitar aquela... A Maria Segunda, a gente até lanchava na casa umas das outras. [...] A gente podia estar apertado, mas a gente era unido com os outros. A gente, antigamente, tava unido. Você faz uma coisa e leva, eu levo um saco, outra pessoa vem traz um saco, cada um vem traz uma coisa e a gente vai juntando. Tá uma festa feita!



– Quando nós íamos tomar banho, de vez em quando a gente precisa esfregar as costas. Eu hoje, quero esfregar as costas, elas vêm para minha casa para me esfregar [...].

– Eu, quando cheguei, eu tava grávida e, na minha casa, fazia comida e não comia. Depois, quando chegava na casa dela, o marido dela dizia: Faz alguma coisa para essa mulher comer. Essa mulher deve tar com fome e não comeu!. [...] Eu fazia o comer na minha casa, mas não dava para comer [...]. Mas, quando a D. Juliana fazia, eu sempre comia.

Comentário:

– A Minda era mais boa que a D. Segundinha. Eu tava grávida, ela ia na minha casa comprar a comida para mim; para falar no “sobaco” de galinha; asa de galinha. Ficava mal disposta! (D. Vitória, com muitos risos!)

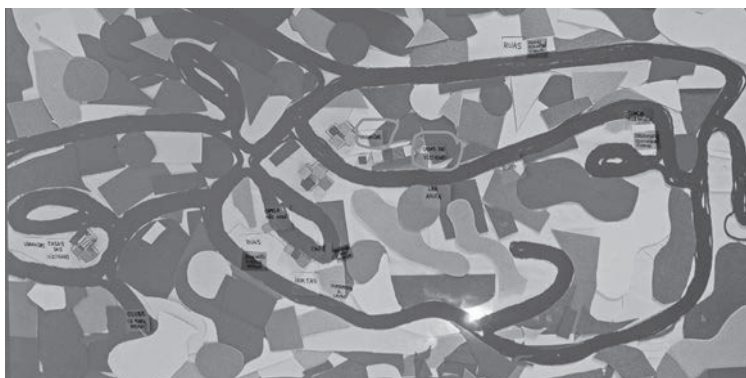
– Mas eu dava a ela a comida! (D. Maria Segunda)

– Ela queria fazer a comida para mim. Eu estava grávida, estava doente, não podia comer nada. Ela disse assim: “Ah, hoje eu ia fazer um sobaco!” (D. Vitória)



As nossas VARANDAS são lugares onde nos sentimos próximas da vizinhança, sem mesmo ter que sair de casa:

– Na passagem de ano, a gente saía nas varandas, batia com tampas de panela [...] os miúdos vinham pedir uma moedinha. Até hoje a gente se fala todos os dias; sai na varanda, fala com o Sr. Domingos; sai na varanda, fala com a D. Paulina... e com os outros vizinhos também.



Comentário:

– Vai à VARANDA, pergunta ao meu marido se já tomou um café. Temos varanda aqui ao pé da Cidade da Praia. (D. Paulina)



As RUAS são a nossa sala de estar da comunidade:

– Ao invés de estar em casa, sentava-me com a Carminha, com a Augusta, a apanhar um fresco... À meia-noite ou uma da manhã, a gente ia para a casa. [...] A gente convivia muito bem e com os vizinhos ciganos, também. [...] As portas ficavam abertas. O meu marido se perdia com aquele acordeão a tocar pra cima e pra baixo. Um dança, se tem música; sai, vai para outra casa, dança. As portas ficavam abertas.

Comentário:

– Quem diz isso é a mulher do tocador! (D. Maria Segunda para D. Vitória)

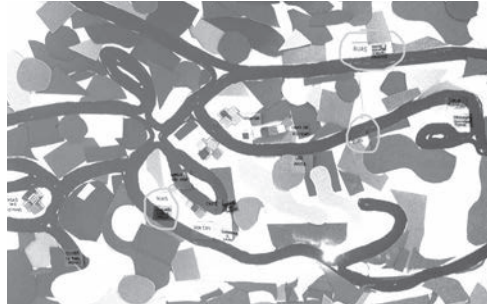




– A gente fazia tudo: brincava, gargalhava, éramos muito barulhentas. A gente gosta de algazarra. A gente estava ali com nossos barulhos e os meninos a brincar, a jogar a bola. Às vezes, ia uma cigana sentar ao pé de nós; ia uma portuguesa sentar ao pé de nós. Eh, pá, era uma comunidade...

Comentário:

– A gente era feliz e não sabia que era assim!



As RUAS recebem as festas da comunidade cigana:

– Era muitas vezes dentro de casa. E quando era muita gente, era na rua. Mas tínhamos aquecimentos. Não era bem fogueira, mas eram bidões. [...] Cortam-se ao meio [...] os carvões ficam assim a acender. É bonito. Fazíamos toldos grandes na rua [...]. Foram muitos casamentos aqui. Nós fazíamos: a gente punha ali um grande pano armado, ali naquele largo, e púnhamos ali umas grandes mesas e comíamos e bebíamos, cantávamos, dançávamos, brincávamos uns com os outros. Era a nossa festa!

Comentário:

- Foram mais do que dois [casamentos]. (D. Maria Segunda)
- Me lembro de muitos, muitos! (D. Elvira)
- Cinco dias de festa ali. Havia uma que foi sete dias. (D. Elvira)
- Também faziam ali em cima. Via de longe, de longe. Dançava bonito, cantava. (D. Paulina)
- Foi o africano, o africano que vem cá para fazer a música. Tinha música africana. (D. Elvira)
- Filha de D. Fátima casou. Foi ao pé da ARIFA. (D. Maria Segunda)



Vamos só por aqui no mapa os casamentos:

- Igreja Filadélfia pode ser do lado. É onde ocorrem os casamentos da comunidade cigana. (Carolina)
- Agora a nossa capela [de São José] já vem na frente, mais na frente. (D. Paulina).



Os CAFÉS e as HORTAS eram os locais onde os nossos maridos se reuniam para conviver e trabalhar:

– Iam ao café, o meu marido, o marido da Juliana. Mas eles nunca tinham assim tanto tempo. [...] A gente ia para a horta e eles, quando vinham do trabalho, iam regar o que não estava regado. A gente [as mulheres] vinha para casa. Eles, ao fim de semana, também estavam na horta deles. [...] Mas de vez em quando gostavam de ir ali a um cafezinho tomar uma cervejinha, jogavam e conviviam um bocado. Tinha um cafezinho aqui no bairro.

Comentário:

- Os vossos maridos também iam beber um cafezinho com o marido de D. Juliana? (Carolina)
- Iam, iam, mais do que café! (D. Maria Coelho)
- Brincar, não falha nenhum! (D. Paulina)



As hortas são lugares inesquecíveis...

– As primeiras hortas fomos nós! [...] A gente foi fazer as hortas, ainda eram silvas. Eram só silvas! [...] A gente ia roçar a silva para fazer as hortas. Nessa altura, a horta era o ponto principal de convívio das mulheres. Eu trabalho na minha, a minha cunhada trabalha na dela, uma de um lado, a outra do outro, e as outras... [...]. Daqui, do nosso bairro, eu acho que eram todas as que trabalhavam nas hortas, porque eu só me lembro de três senhoras que trabalhavam na casa de patroa.

E também havia outros locais onde as mulheres trabalhavam na própria comunidade:

– A D. Laura tinha supermercado. Era um desses mercados lá em cima, era deles, dela e do marido. [...] A D. Laura me apanhava e me conseguia pôr, me dava boleia e trazia o meu avô para baixo.
– Tive a explorar um café, no clube, dois anos [...] fazia música ao vivo, comida, enchia o clube.

Comentário:

– Carolina, desculpa lá, o lar não entra aqui? (D. Paulina)
– Sim! Vamos colocar no mapa. (Carolina)



Síntese e pergunta final:

- Alguma coisa mudou?
- Não é como antigamente...
- Ficámos amigas na mesma.
- Já morou muito; já é pouca gente.

ATO 2. Conversando sobre os conceitos

Na segunda parte da oficina, vamos apresentar os conceitos-chave que emergiram do processo de investigação com as Mães-Avós e, assim, procurar validá-los à luz da compreensão que apresentam sobre as descobertas.

Cada um dos conceitos é apresentado de forma simples, relacionando-os novamente com as suas narrativas e o mapa produzido. Para cada conceito validado, é afixada num quadro uma etiqueta correspondente.

- Eu comecei a perceber que as senhoras encontraram muitas formas de se organizarem aqui na Quinta; de conviver fazendo horta, enfim, várias coisas. Aí, eu tenho um nome: “Tecnologias Comunitárias”. (Carolina)

Tecnologias comunitárias

Como as senhoras falam muito que aqui é uma comunidade, usei a expressão “tecnologias comunitárias”, que são as coisas que as Mães-Avós criaram para viver melhor, como Carolina:

1. “Junta mão”

Quando as senhoras foram para as hortas, as senhoras trouxeram um saber muito importante que se chamava “junta mão”. Olha só o que eu vou ler para as senhoras do “junta mão”:

“A gente diz ‘junta mão’, quer dizer, a gente convida. [...] A gente ‘junta mão’ para semear no meu lugar. [...] Depois das chuvas, quando já tem erva, a gente ‘junta mão’ para mondar, para limpar e, depois, queimar a erva, ao pé de milho, né?” (Reprodução do processo completo, descrito por D. Maria Coelho, e excertos compilados das falas que constam nos capítulos anteriores.)

Foi isso que me ensinaram. Então, eu entendi que o junta mão era uma cooperação importantíssima, que não envolvia dinheiro, não é? Está correto? (Carolina)



2. Soberania alimentar

- Produção
- Transformação
- Consumo
- Comercialização
- Trocas

Há uma função de espaço lúdico – associado ao lazer das crianças e ao convívio familiar – e de aprendizagem prática, com ligação à agricultura familiar.

(Recorremos à explicação de cada conceito a partir de excertos compilados das falas das Mães-Avós, que constam nos capítulos anteriores, associando-as aos nossos esclarecimentos.)

Todo esse trabalho – que envolvia a produção, a transformação dos produtos, a pequena comercialização que ajudava as vossas famílias e o consumo das próprias famílias –, esse trabalho integrado de não precisar comprar quase nada tem um nome, que os movimentos camponeses chamaram “soberania alimentar”.



3. Parlamento informal das mulheres

Posso dizer que as mulheres decidem sobre os assuntos que lhes dizem diretamente respeito?

- Gestão dos recursos comuns
- Organização do cuidado entre as mulheres e com as crianças
- Transmissão de saberes
- Resolução de conflitos

(Recorremos à explicação de cada conceito a partir de excertos compilados das falas das Mães-Avós, que constam nos capítulos anteriores, associando-as aos nossos esclarecimentos.)



4. “Guerrilha económica” das mulheres vendilhonas de peixe

Propomos o nome “guerrilha”, porque as Mães-Avós se organizavam para “combater” a vigilância, conheciam o lugar para enfrentar a perseguição e a criminalização. Assim, conseguiam escapar.

Num dado momento da vida das mulheres da Quinta da Princesa, esta “guerrilha” ocorre como estratégia de subsistência e elas atuam coletivamente (na compra do peixe), na organização do “mercado” e na maneira como se defendem das denúncias e da atuação das autoridades.

(Recorremos à explicação de cada conceito a partir de excertos compilados das falas das Mães-Avós, que constam nos capítulos anteriores, associando-as aos nossos esclarecimentos.)

5. Pedagogia da rua

Eu peguei emprestadas umas palavras de um professor: “pedagogia da rua”. A rua era um lugar onde as crianças aprendiam. Juntas, se elas brigavam, elas tinham que resolver os seus conflitos. Se iam jogar, tinham que ensinar as regras umas às outras. As crianças mais velhas ajudavam a cuidar das mais novas. Elas estudavam na “escolinha” e, provavelmente, levavam para lá o que aprendiam na rua. Ao contrário, também.

(Recorremos à explicação de cada conceito a partir de excertos compilados das falas das Mães-Avós, que constam nos capítulos anteriores, associando-as aos nossos esclarecimentos.)



ATO 3. Reflexões e diálogos finais da 4.ª oficina

– Estamos a chegar à reta final. Isso que nós chamamos tecnologias comunitárias, nada mais é do que isso que as senhoras fizeram na Quinta da Princesa, com as vossas famílias e com as vizinhas. As senhoras imaginavam que tudo isso que fizeram era assim tão grande? (Carolina)

– Não fazia ideia! (Várias reações e comentários ao mesmo tempo.)

– Eu também vi que, juntando tudo isso, não era só “ajuda”: era uma forma económica diferente, que funciona com a partilha. Vocês concordam que aqui sempre funcionou uma economia na base da partilha, da troca, na maioria das vezes sem envolver dinheiro, que a comunidade fez – principalmente as mulheres com as famílias –, que é diferente da economia do dinheiro e do lucro que a gente conhece. Por isso, vou dizer no livro que isso é *Economia Comunitária*. Acham que a comunidade é assim? (Carolina)

– Pra mim, tudo o que tá aqui é a comunidade. A gente tá aqui! (D. Vitória)

– O que é o mais importante que as pessoas devem saber sobre a Quinta da Princesa? (Carolina)

– Eu acho que as mulheres cabo-verdianas são muito trabalhadeiras. (D. Paulina)

– O trabalho traz felicidade, saúde, sabedoria e a gente fica feliz! (D. Juliana)

– E a gente sabe colaborar um com o outro. (D. Paulina)

– Para terminar, eu fiz esta oficina porque eu precisava confirmar com as senhoras se eu tinha entendido tudo bem. Entendi bem?

– Bem entendido, bem escrito. (D. Vitória)

– Então, eu vou dizer no livro que a Quinta da Princesa é isso. E quando quiserem dizer que a Quinta da Princesa é um lugar de criminalidade, de insegurança, lembrem-se de que tudo isso foi feito e tem consequências hoje.

– Se não fosse você, a gente não tinha a oportunidade de saber das coisas e que aqui na Quinta da Princesa não há ninguém que se preocupe em ensinar à gente essas coisas. (D. Paulina)



3. O potencial transformador bate à porta!

A quarta oficina fechou o ciclo dialógico da Investigação-Ação Participativa (IAP), transformando as “informantes” em coautoras da análise.

Daqui para a frente, o que nos parece mais importante, para já, não é avaliar o que ainda permanece ou não desta *Economia Comunitária*. Tampouco o que trazemos para este ponto tem a pretensão de prescrever qualquer modelo para o momento atual. O nosso objetivo é, sim, o de sublinhar os diversos aspetos que nos saltam à vista e que podem ser inspiradores, enquanto chaves para a reflexão crítica e potencial transformador para os desafios que hoje estão colocados à comunidade.

Este corpo organizado da *Economia Comunitária*, historicamente alicerçado pela ancestralidade em movimento, marca uma fase do “chão” da Quinta da Princesa, de transição do período colonial para um novo território que favorece a partilha de poder, de saber e de cultura popular. Desta forma, à luz do que discutimos nos capítulos anteriores, entendemos que tal potencial transformador pode ser expresso da forma que a seguir apresentamos.

3.1. Como forma de desconstrução da realidade vivida e de denúncia do colonialismo

Nem todo o poder de dominação e subordinação da estrutura colonial é evidente para quem o vivenciou. A importância de desconstruir tal estrutura não é somente um imperativo histórico, mas de justiça cognitiva (a forma como as pessoas integram e interpretam as suas experiências interferem na sua perceção de justiça em determinada circunstância).

Numa demonstração de que há um acúmulo de vivências de exploração, opressão e violência que ocorreram neste período e estão naturalizadas em diversas narrativas, ou seja, aceites como normais, inevitáveis e até como “ajuda”, a nossa contribuição consiste em acender os holofotes para deixar claras estas matrizes das vivências das Mães-Avós, a saber:

► **A organização colonial do trabalho, da educação e a hierarquia interseccional do poder**

- O trabalho precoce, sem qualquer interesse pela faixa etária (exploração do trabalho infantil).

- Homens, mulheres e crianças a receberem remunerações distintas, num contexto de trabalho semelhante (hierarquizado e de género).
- Tarefas específicas destinadas, maioritariamente, às pessoas negras e sem acesso à escola formal (racialização do trabalho).
- O sistema aproveitava-se, especificamente, da posição mais precária na estrutura social – mulheres como liderança de família monoparental ou com maridos forçados à emigração pela própria economia colonial. Numa combinação de género, classe social e “raça”, as mulheres encontravam-se numa posição de ser a mão de obra mais explorável e dependente do trabalho (tipo lavandaria, venda, roças, estrada...) na economia colonial (interseccionalidade da vulnerabilidade).
- Por sua vez, neste sistema de tipo colonial, a figura do “patrão português” é referida e associada ao procedimento comum do não pagamento pelos serviços prestados e ainda ao assédio da trabalhadora negra e de classe social mais baixa.
- A distribuição da opressão e do privilégio é também identificada de forma diferenciada, dependendo da posição racial e social.

► **Negação colonial da escola como violência geradora de consciência**

- A escola era igualmente um privilégio racial, de classe social e de género negado, uma violência estrutural do sistema colonial que fabricou a não escolarização de inúmeras mulheres negras.
- A perspetiva patriarcal da escola negada (“iam casar cedo, iam arranjar namorado”) vem associada à orientação da mulher (e crianças, em geral) para o trabalho precoce destinado ao apoio familiar, ou seja, à necessidade de sustentar e/ou ocultar a prioridade de estarem totalmente disponíveis para o trabalho. Assim, a “proteção” patriarcal revela-se como o rosto moral de uma dupla violência: a colonial, que nega infraestruturas e obriga ao trabalho precoce para a subsistência; e a patriarcal, que naturaliza a subalternidade das mulheres. A escola era negada não por uma, mas por duas estruturas entrelaçadas que convergiam no mesmo objetivo: manter certos corpos disponíveis para o trabalho e a reprodução, e não para a autonomia intelectual.
- Existem ainda outros constrangimentos no período colonial que dificultam ou impedem o acesso à escola: distância do local de moradia; crianças muito novas para acesso autónomo à escola (idade mínima de 8 anos) e consequente insegurança; falta de transportes e infraestruturas (estradas); materiais escolares caros.

- Por sua vez, mesmo nos casos em que os pais valorizam a educação formal, os constrangimentos acima referidos limitam o acesso ou a permanência das mulheres (crianças) na escola, face às condições socioeconómicas das famílias.

► **Consentimento fabricado**

- Há narrativas em que o gosto pelo trabalho que era realizado, muitas vezes associado à sociabilidade e afetividade que circulava no meio envolvente, favorece uma percepção acrítica do sistema de exploração colonial em que as mulheres (ou famílias) estavam envolvidas: trabalho infantil, necessidade de separação das famílias para dar resposta à economia familiar (marido embarcado e emigrado), famílias monoparentais; todos estes trabalhos eram realizados em contextos de extrema necessidade e precariedade. Cabe, assim, chamar a atenção para o facto de que o sistema explorador também está alicerçado na criação de sentidos positivos de “ajuda” e “comunidade”, que se organizam em torno do trabalho explorado.

A colonialidade do poder é aqui confrontada sob a forma de denúncia da economia colonial, nas suas dimensões do trabalho, da educação e da forma hierárquica e interseccional de como tal poder articula as questões de género, classe social e “raça”.

Na nossa perspetiva, é importante ter em conta estas dimensões de forma crítica, como parte da história da comunidade, considerando principalmente o modo como estes fatores se refletiram no processo migratório e na posterior formação do bairro.

3.2. Como emergência de novas formas de construção de poder e saber (na própria vida e na comunidade)

► **Ação insurgente como recusa das opressões e violências**

Apesar dos relatos no ponto anterior, é fundamental ressaltar a contracorrente dessas formas de poder dominante, no microcosmos do quotidiano das mulheres Mães-Avós. Estas não são meros sujeitos passivos da História (ou das suas histórias). Houve recusas, tomada de decisões próprias e insubordinação.

Assim, destacamos as seguintes *aprendizagens*, que consideramos fundamentais para o efeito da valorização de cada processo e ainda como fator de inspiração para os novos tempos:

- Aprendizagem da autonomia e de poder de decisão sobre a própria vida, rompendo a dependência da ajuda familiar, para assumir a opção de construir família e emigrar.
- Aprendizagem da autoestima e da valorização da formação do carácter como diferencial (positivo) entre as pessoas, negando a inferiorização pela ausência da escola formal.
- Aprendizagem pela transmissão oral de valores; educação baseada no respeito e na autoestima.
- Aprendizagem pela experiência do racismo e da luta por espaço; consciência crítica sobre estereótipos e escola da vida como formação em resistência.
- Aprendizagem através da consciência histórica e política transmitida oralmente sobre a perseguição, a negação de direitos (habitação, educação) e a discriminação laboral das comunidades ciganas.
- Aprendizagem da autodefesa como forma de resistência às pressões causadas pelos estereótipos e discriminações.
- Aprendizagem da insubordinação (“Deixa estar que eu vou arranjar um namorado com a minha boca!”), que transforma a exclusão da escola em um ato de afirmação da agência e desejo, revelando uma consciência crítica mesmo dentro da opressão.

Estas experiências, partilhadas individualmente, apontam para um conjunto de conhecimentos com potencial para integrar um “programa de história e ação popular”, face à capacidade de resistência e à criatividade demonstradas. Desta forma, a ideia pode ter “pernas para andar”, com vista a estimular um trabalho com as mulheres desta comunidade e de outros bairros.

► **A economia comunitária e a comunidade como unidade orgânica de poder-saber (decolonial)**

A Economia Comunitária é a expressão mais importante e unificadora da história da Quinta da Princesa, no que se refere a uma outra forma de construção de poder: o poder popular compartilhado (desde baixo). Este novo poder é evidenciado quando as Mães-Avós, suas famílias e vizinhas constroem no bairro, passo a passo, formas de cooperação horizontal, reciprocidade e gestão coletiva dos “lugares”.

As Mães-Avós, ao mesmo tempo que preservaram os princípios organizativos comunitários de origem, que seriam reterritorializados na diáspora, também marcaram o terreno com tradições das comunidades ciganas portuguesas, o que afirma que “outra economia” é gerada e pode ser entendida de forma integrada:

- Ao mesmo tempo que tem a dimensão **económica** (produção, transformação, distribuição, trocas, comércio e consumo), tem igualmente
- a dimensão **social** (cria as bases da sociabilidade afetiva, cooperativa, de confiança, solidariedade...), bem como
- as dimensões da **educação** e da **cultura popular** como formas de transmissão e apropriação de saberes tradicionais, e de construção de outros saberes que formam uma comunidade única; por fim,
- a dimensão **política**, que engloba as demais, porque diz respeito à totalidade da gestão da vida da comunidade, gerada a partir da integração das demais dimensões (e outras que não estejam referidas).

O potencial transformador que também podemos levantar aqui, é de que as Mães-Avós, suas famílias e vizinhas têm, em maior ou menor medida, as suas formas de ser-estar-saber-poder que acabaram por organizar a comunidade de determinada forma.

► **As Mães-Avós e a escola de saberes das mulheres da Quinta da Princesa – espaço de poder-saber para a R-Existência**

É pelo desejo de seguir em frente e agarrar o tempo que lhes foi negado que as Mães-Avós são igualmente pioneiras na formação da *Escola de Saberes das Mulheres da Quinta da Princesa*. Esta escola insere-se neste campo como parte do potencial transformador que desejamos que continue a emergir.

Para compreender o que esta escola representa, recordamos Porto-Gonçalves (2006, p. 165), quando afirma que, “mais do que resistência, que significa reagir a uma ação anterior e, assim, sempre uma ação reflexa, temos r-existência, é dizer, uma forma de existir, uma determinada matriz de racionalidade que age nas circunstâncias, inclusive reage, a partir de um *topoi*”; este *topoi* é, simultaneamente, geográfico e epistémico, agindo entre duas lógicas.

A *Escola de Saberes* não é, pois, uma resposta a uma agressão externa – é a afirmação de uma forma de existir que sempre esteve lá, ainda que silenciada. Neste espaço-tempo de vivências, a maturidade etária é reconhecida e valorizada como experiência de vida. A reparação histórica é ativada sob a forma de acesso à educação tardia, de desocultação de conhecimentos e de revelação de novas possibilidades que se abrem para a comunidade, a partir do património material e imaterial que as Mães-Avós, através deste trabalho de investigação, dão a conhecer.

Considerações finais

Esta história pode não terminar por aqui. E talvez seja exatamente isso que a torna uma história viva. Neste outro momento da vida da Quinta da Princesa, há novos constrangimentos e oportunidades que estão postos – e é no chão desse presente que a semente do passado pode florescer de novas formas.

O conhecimento que, neste trabalho, construímos coletivamente com as Mães-Avós tem a intensidade do ato fundador do bairro. Agora sistematizado e devolvido, pode servir de espelho para que a própria comunidade se reconheça e, se assim o desejar, se projete para o futuro. Não se trata de repetir o que foi, mas de reinventar, a partir da sabedoria que já demonstraram, as respostas para os desafios de hoje.

Sobretudo, a Quinta da Princesa é lugar de sabedoria criativa – aquela que integra processos migratórios e interseções culturais sem os hierarquizar; que aprende com a dor e a transforma em potência; que, na contracorrente da desqualificação e das tentativas de apagamento, convoca a insurgência.

Que este livro não seja um ponto final, mas sim uma vírgula na longa frase que as Mães-Avós continuam a escrever – com as mãos na terra, com a palavra partilhada, com a vida que teima em florescer onde disseram que nada mais vingaria.


Às Mães-Avós, à Quinta da Princesa e a todas as mulheres que constroem comunidade com o corpo, o afeto e a memória: o nosso mais profundo reconhecimento. Que a história que ajudaram a contar seja agora ferramenta nas vossas mãos.

Referências bibliográficas

- Barbier, R. (1985). *A pesquisa-ação na Instituição Educativa*. Zahar.
- Bilge, S. (2009). Théorisations féministes de l'intersectionnalité. *Diogenes*, 225(1), 70–88. <https://doi.org/10.3917/dio.225.0070>
- Crenshaw, K. (1989). Demarginalizing the intersection of race and sex: A black feminist critique of antidiscrimination doctrine, feminist theory and antiracist politics. *University of Chicago Legal Forum*, 1989(8), 139–167.
- Crenshaw, K. (2004). A interseccionalidade na discriminação de raça e gênero. In VV.AA., *Cruzamento: raça e gênero* (pp. 7–16). Unifem.
- Fals Borda, O. (1981). Aspectos teóricos da pesquisa participante: considerações sobre o significado e o papel da ciência na participação popular. In C. Brandão (ed.), *Pesquisa Participante* (pp. 42-62). Brasiliense.
- Fals Borda, O. (1985). *Conocimiento y poder popular*. Siglo Veintiuno editores/OIT.
- Freire, J. B. (2011). *Pedagogia do futebol* (3.ª ed.). Autores Associados.
- Freire, J. B. (2022). *O jogo na escola: introdução à pedagogia da rua*. Autores Associados.
- Freire, P. (1987). *Pedagogia do oprimido*. Paz e Terra.
- Freire, P. (1992). *Pedagogia da esperança: um reencontro com a Pedagogia do Oprimido*. Paz e Terra.
- Freire, P., & Faundez, A. (2002). *Por uma pedagogia da pergunta* (5.ª ed.). Paz e Terra.
- Gaiger, L. I. (2003, agosto 31). A economia solidária diante do modo de produção capitalista. *Caderno CRH*, 16(39), 181–211. <https://doi.org/10.9771/ccrh.v16i39.18642>
- Hespanha, P., & Santos, L. L. (2016). O nome e a coisa. Sobre a invisibilidade e a ausência de reconhecimento institucional da Economia Solidária em Portugal. *As relações entre a Economia Solidária e o Estado*, 9, 22–69. https://www.researchgate.net/publication/314841157_O_nome_e_a_coisa_Sobre_a_invisibilidade_e_a_ausencia_de_reconhecimento_institucional_da_Economia_Solidaria_em_Portugal
- Lander, E. (org.). (2005). *A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais*. Colección Sur-Sur CLACSO.

- Lima, M. A. S. (2001). As Princesas da Quinta da Princesa. In M. A. S. Lima (org.), *Corroios minha terra co(m a)rroios* (pp. 72–73). Plátano Editora.
- Lugones, M. (2008). Colonialidad y género. *Tabula Rasa*, 9, 73–101.
- Lugones, M. (2014). Rumo a um feminismo descolonial. *Revista Estudos Feministas*, 22(3), 935–952. <https://doi.org/10.1590/s0104-026x2014000300013>
- Maldonado-Torres, N. (2007). Sobre la Colonialidad del ser: contribuciones al desarrollo de un concepto. In S. Castro-Gómez & R. Grosfoguel (eds.), *El giro decolonial. Reflexiones para una diversidad epistémica más allá del capitalismo global* (pp. 127–167). Universidad Javeriana-Instituto Pensar, Universidad Central-IESCO, Siglo del Hombre Editores.
- Marx, K. (2013). *O capital: crítica da economia política: livro I*. Boitempo.
- Marx, K. (2015). *Formações econômicas pré-capitalistas* (4.ª ed.). Paz e Terra.
- Marx, K., & Engels, F. (2007). *A ideologia alemã*. Boitempo.
- Mauss, M. (2003). *Ensaio sobre a dádiva*. Edições 70.
- Mbiti, J. S. (2019). *Introdução à religião africana* (2.ª ed.). Edições Paulinas.
- Mejía, J. M. R. (2009). La sistematización como proceso investigativo O la búsqueda de la episteme de las prácticas (pp. 1–17). Planeta Paz. <https://www.ecosad.org/laboratorio-virtual/phocadownloadpap/SIST-APRENDIZAJES/sistematizacion-como-proceso-investigativo.pdf>
- Mignolo, W. D. (2010). *Desobediencia epistémica: retórica de la modernidad, lógica de la colonialidad y gramática de la descolonialidad*. Ediciones del Signo.
- Nyerere, J. (1967). *The Arusha Declaration and TANU's Policy on Socialism and Self-Reliance*. Government Printer. <https://www.marxists.org/subject/africa/nyerere/1967/arusha-declaration.htm>
- Polanyi, K. (2000). *A grande transformação: as origens da nossa época*. Editora Campus.
- Polanyi, K. (2012). *A subsistência do homem e ensaios correlatos*. Contraponto Editora.
- Porto-Gonçalves, C. W. (2006). A reinvenção dos territórios: a experiência latino-americana e caribenha. In A. E. Ceceña (ed.), *Los desafíos de las emancipaciones en un contexto militarizado* (pp. 151–197). CLACSO, Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales.
- Quijano, A. (2005). Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. In E. Lander (org.), *A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais* (pp. 107–130). Colección Sur-Sur CLACSO.
- Raposo, O., & Varela, P. (2017). Faces do racismo nas periferias de Lisboa. Uma reflexão sobre a segregação e a violência policial na Cova da Moura. In *Portugal, território de territórios: atas do IX Congresso Português de Sociologia* (pp. 2–14). Associação Portuguesa de Sociologia. <http://hdl.handle.net/10071/16337>
- República Portuguesa. (1969). Decreto-Lei n.º 49.033: Cria o Fundo de Fomento da Habitação (FFH). *Diário do Governo: I Série* (125).

- República Portuguesa. (1982). Decreto-Lei n.º 214/82: Extingue o Fundo de Fomento da Habitação e cria estruturas transitórias de gestão. *Diário da República: I Série* (124).
- República Portuguesa. (1984). Decreto-Lei n.º 177/84: Cria o Instituto Nacional de Habitação (INH). *Diário da República: I Série* (121).
- República Portuguesa. (1987). Decreto-Lei n.º 88/87: Cria o Instituto de Gestão e Alienação do Património Habitacional do Estado (IGAPHE). *Diário da República: I Série* (48).
- República Portuguesa. (2002). Decreto-Lei n.º 243/2002: Funde o Instituto de Gestão e Alienação do Património Habitacional do Estado (IGAPHE) com o Instituto Nacional de Habitação (INH). *Diário da República: I Série-A* (255).
- República Portuguesa. (2007). Decreto-Lei n.º 223/2007: Cria o Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbana (IHRU). *Diário da República: I Série* (104).
- Thiollent, M. (1996). *Metodologia da pesquisa-ação* (7.ª ed.). Cortez.
- Tönnies, F. (2017). *Comunidade e sociedade*. Edições 70.
- Via Campesina. (2007, fevereiro 27). *A Declaração de Nyéléni*. Nyéléni 2007 – Fórum Global. <https://viacampesina.org/en/2007/02/declaration-of-nyeleni-mali-2007/>
- Xavier, L. P., Pereira, M. F. de C. S., Cezimbra, E. do N., & Cassarino, J. P. (2018). Soberania alimentar: proposta da Via Campesina para o sistema agroalimentar. *Brazilian Journal of Development*, 4(7), 4454–4466. https://www.researchgate.net/publication/328969012_Soberania_alimentar_proposta_da_via_campesina_para_o_sistema_agroalimentar_Food_sovereignty_via_campesina's_proposal_for_the_agro-food_system
- Zibechi, R. (2008). *Autonomias e emancipações: América Latina em movimento*. Editora Expressão Popular.



Na Quinta da Princesa, bairro da freguesia de Amora, concelho do Seixal, um coletivo de mulheres – Mães-Avós vindas de Cabo Verde, São Tomé e Príncipe, Moçambique e da comunidade cigana de Portugal – escreveu, nas últimas décadas, uma das mais belas e silenciadas páginas de construção comunitária em território urbano.

Longe dos holofotes e das estatísticas, estas mulheres inventaram formas próprias de produzir e reproduzir a vida: do “junta mão” da horta coletiva ao parlamento informal onde se decidem os rumos da comunidade; da guerrilha económica das vendedoras de peixe à pedagogia da rua que educa as crianças na diversidade e no cuidado. São práticas que revelam uma *Economia Comunitária* alicerçada na reciprocidade, na dádiva, na soberania alimentar e na autogestão – uma economia que não separa o trabalho da vida, a produção do afeto e o sustento da dignidade.

Este livro é o resultado de um mergulho profundo nessa história, conduzido através da Investigação-Ação Participativa, incorporando a Cartografia Social, em diálogo vivo com as protagonistas. Entretanto, não se reduz a um registo do que foi. É, sobretudo, *um ato político de reconhecimento*. Ao nomear e sistematizar esta “arquitetura de saberes”, a obra devolve à comunidade o conhecimento que dela nasceu, transformando-o numa ferramenta para que as Mães-Avós – e todas as mulheres que nelas se inspirem – possam, se assim o desejarem, projetar o futuro. Mais do que resistência, o que aqui se documenta é uma r-existência: a afirmação teimosa e criativa de um modo de existir que a modernidade capitalista teima em apagar.

Com prefácio de Vania Brayner, esta obra é um convite a olhar para os territórios populares não como espaços de carência, mas como lugares de potência, de saber e de vida.

Porque a Quinta da Princesa, com elas, tem vida. E essa vida merece ser contada.

ISBN 978-989-9275-92-8



9 789899 275928



comunidades-em-ação
operações integradas metropolitanas

AMORA

SUNTA DE FREGUESIA

seixal
Câmara Municipal

PRR

PRR

REPÚBLICA
PORTUGUESA

Financiado pela
União Europeia
Resistência e Inovação